UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ERIVALDO COSTA DE OLIVEIRA

A Geografia Política de Lenin para a Revolução Russa

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ERIVALDO COSTA DE OLIVEIRA

A Geografia Política de Lenin para a Revolução Russa

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientação: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48g Oliveira, Erivaldo Costa de Oliveira
 A Geografia Política de Lenin Para a Revolução
 Russa / Erivaldo Costa de Oliveira Oliveira ;
 orientador Manoel Fernandes de Sousa Neto. - São
 Paulo, 2017.
 324 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Revolução. 2. Lenin. 3. Espaço. 4. Política. 5.
 Geopolítica. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de,
 orient. II. Título.

Nome: OLIVEIRA, Erivaldo Costa de.

Título: A Geografia Política de LéninLenin para a Revolução Russa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: 10/02/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Orientador–USP)

Julgamento: _____ Instituição _____

Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Um doutorado é uma caminhada árdua que, apesar de exigir freqüentemente solidão, nunca se faz sozinho. Nestas poucas linhas quero agradecer tanto aos que me acompanharam nessa longa empreitada de quatro anos, quanto aos que não puderam me seguir na produção da tese, mas contribuíram de alguma maneira para minha formação no decorrer da vida.

Primeiro quero agradecer a Manoel de Sousa Neto pela oportunidade na orientação. Talvez se não fosse sua flexibilidade em discutir diferentes temáticas seria provavelmente muito difícil ou senão impossível realizar esta pesquisa de doutorado com esta temática junto ao Departamento de Geografia da USP. Além do mais, seus nove anos de orientação (monografia, mestrado, doutorado) foram imprescindíveis para minha formação acadêmica. Obviamente que todos os erros que esta tese carrega são de minha inteira responsabilidade.

A essa lista de agradecimentos gostaria de acrescentar os amigos do GECA (Grupo de Estudo do Capital), Ana de Albuquerque, Denys, Marcel, Sócrates, Gilmar, Paulo, Rildo, Carlos, Jucier, Jéssica, Larissa Lira, pela leitura e crítica de algumas partes desse trabalho. Para além do GECA, gostaria de mencionar Claudia Marcelo Blanco pela ajuda nos mapas; Ligia Luchesi pela correção do texto; o camarada Tonhão pela paciência no referente ao meu monotematismo nesses quatro anos. Muitas das ideias contidas na tese e nos dois outros trabalhos anteriores (Monografia e Mestrado) eu compartilhei primeiramente com ele no intuito de averiguar se eu não estava falando besteira. Muitas vezes eu estava.

Nesse espaço são impossíveis de não mencionar por sua importância os seguintes camaradas de militância: Cícero Guedes, Fernandão, Celeste, Rubens, Inaya. Todos eles de alguma forma contribuíram enormemente para minha formação política. Aqui também cabe uma menção especial aos amigos, Ricardo Alexandre, Deivid Matos, Luís Tadeu, Jane Lima, Lídia, Antônio Gouveia e Jânio Marcos.

Um agradecimento especial a minha família que apesar de suas inoportunas cobranças, muitas vezes de forma inconscientes, sempre torceu por mim e pelo sucesso dessa empreitada, ainda que de longe.

Ao nos aproximar do fim desses agradecimentos, não temos como não lembrar a assertiva de Paulo Leminsky, em *Trotsky: paixão segundo a revolução*, que diz, que sem divisão social do trabalho não existe arte. Não pretendo fazer arte, e tampouco ser artista, mas somente mencionar

que a existência de espaços como o do CRUSP (Conjunto Residencial da USP) e sua importância como local onde pessoas das classes subalternas podem de certa maneira driblar as imposições da divisão social do trabalho.

Minha trajetória pessoal é muito sintomática disso: um jovem migrante de 20 anos que desembarcou em São Paulo para se tornar operário, sem perspectiva alguma no horizonte de seguir carreira acadêmica e que após alguns anos no mundo da fábrica fez a opção de batalhar para entrar na universidade. A ultrapassagem da barreira do vestibular e a entrada ao mundo universitário, somadas à decisão de dois anos depois deixar o mundo fabril, me permitiu viver por 10 anos na moradia estudantil, o que logo me possibilitou ler muito, estudar muito sem estar completamente estafado pelo mundo do trabalho, mesmo inserido em outras funções trabalhistas. Além disso, permiti que eu aprendesse muito sobre política tanto via militância quanto pela própria convivência entre meus pares estudantis. Se a presente tese que os leitores têm em mãos é ciência ou não, deixo o julgamento aos leitores. Mas independentemente disso, gostaria muito de agradecer aos *vagabundos e malucos anônimos* que ocuparam e tornaram o CRUSP possível. O CRUSP não foi uma dádiva da USP, mas sim uma conquista do movimento estudantil. O que muitos dos cruspianos na atualidade parecem não entender. Vai soar um tanto sectário, não importa: aos incapazes de entender isso, meus pêsames; aos *vagabundos e malucos anônimos* meus mais sinceros e fraternos agradecimentos.

RESUMO

OLIVEIRA, Erivaldo Costa de. **A Geografia Política de Lenin para a Revolução Russa**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A presente pesquisa busca, a partir de um ângulo muito específico, fazer uma abordagem geopolítica do pensamento de Vladimir Ulianov Lenin. Para tanto, o percurso analítico da tese perscrutará a obra de Lenin, buscando captar e entender a relação política—espaço no âmbito da estratégia revolucionária do líder bolchevique para a Revolução Russa. Este trabalho parte do pressuposto que há um componente espacial que é fundamental ao entendimento das revoluções em geral e da Revolução Russa em particular. Nesta perspectiva, a compreensão de Lenin é fundamental à realização deste desvelamento.

Palavras-Chaves: Revolução, Lenin, Espaço, Política, Estratégia, Geopolítica.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Erivaldo Costa de. **The Lenin's Political Geography for the Russian Revolution.** 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The present research aims, from a very specific angle, to make a geopolitical approach to the thinking of Vladimir Ulianov Lenin. Therefore, the analytical course of the thesis will examine Lenin's work, seeking to capture and understand the political—space relationship within the framework of the revolutionary strategy of the Bolshevik leader for the Russian revolution. Our work is based on the assumption that there is a spatial component that is fundamental to the understanding of revolutions in general and of the Russian revolution in particular. In this perspective, the understanding of Lenin's thought is fundamental to the realization of this unveiling.

KEYWORDS: Revolution, Lenin, Space, Politic, Strategy, Geopolitics.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Império Russo: expansão territorial.....	53
Mapa 2. Império Russo: quadro populacional por região.....	62
Mapa 3. Império Russo: terras agricultáveis.....	63
Mapa 4. Império Russo: terras utilizadas na agropecuária.....	64
Mapa 5. Império Russo: ordenamento territorial.....	85
Mapa 6. Império Russo: quadro urbano.....	98
Mapa 7. Império Russo: rede ferroviária.....	112
Mapa 8. Império Russo: linhas telegráficas.....	121
Mapa 9. Império Russo: quadro econômico.....	175
Mapa 10. Império Russo: questão operária no quadro urbano.....	187
Mapa 11. Império Russo: população camponesa.....	212
Mapa 12. Império Russo: porcentagem da população camponesa em relação à população total por regiões.....	214
Mapa 13. Império Russo: nacionalidades.....	244
Mapa 14. Império Russo: religiões.....	247
Mapa 15. Império Russo: línguas.....	254
Mapa 16. Guerra Civil: região de sedimentação.....	291
Mapa 17. URSS 1921: ordenamento territorial.....	293

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – Lenin, revolução e território: alguns elementos.....	25
1.1. Estado e geopolítica	25
1.2. Revolução em Lenin: alguns elementos de aproximação	33
CAPÍTULO 2 – A Escala Mínima russa	51
2.1. A expansão territorial.....	51
2.2. Lenin e o território imperial russo.....	58
2.3. Império Russo e territorialidade estatal.....	84
2.4. Autoridade e meios de comunicação e circulação.....	105
CAPÍTULO 3 – Os referentes geopolíticos da escala mínima	130
3.1. O partido: a concepção leniniana de organização partidária	130
3.1.1. Partido e território	142
3.1.2. Partido e Circulação	152
3.1.3. Partido e Fronteiras.....	161
3.2. O Heartland da Escala Mínima.	167
3.2.1. A Classe Operária na Teoria Leniniana.....	167
3.2.2. O Império Russo e a Classe Operária	172
3.3 O <i>Hinterland</i> da Escala Mínima	208
3.3.1 O campesinato no Império Russo	209
3.3.2. Geopolítica leniniana e campesinato	216
3.4. O <i>Rimland</i> da Escala Mínima.....	242
3.4.1. O problema das nacionalidades no império czarista	242
3.4.2. Geopolítica leniniana e nacionalidade	258
3.4.3 Território Soviético e Nacionalidades: alguns elementos.....	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302

INTRODUÇÃO

Edward Said em *Cultura e Imperialismo* nos diz que “[...] nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia.” (1995, p. 37-38) O exposto pelo crítico literário norte-americano faz lembrar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por setes décadas essa importante entidade política se configurou como a mais paradigmática construção de um modelo alternativo ao capitalismo. Uma experiência com existência real, localizável no mapa e com enorme peso na complicada dinâmica geopolítica do século XX. Mas a URSS foi mesmo *um outro*¹? E se foi *um outro* porque a história – e também o território dessa importante experiência histórica – está perpassada por aquilo que poderíamos chamar de geografia da exceção²?

Apesar de essas questões serem pertinentes, respondê-las está para além dos objetivos do presente trabalho, porém não para além daquilo que muito bem identificou Edward Said.

¹ A existência da U.R.S.S. ocasionou um intenso debate no mundo acadêmico e político acerca de sua caracterização político-social. Os distintos lados dessa discussão geraram diferentes visões acerca da natureza do fenômeno soviético, logo não há um consenso entre os debatedores. Para citar somente alguns elementos desse não consenso: Trotsky (2007d) caracteriza o Estado soviético como um Estado operário degenerado e a URSS em seu todo como uma sociedade contraditória e transicional que poderia avançar tanto para o socialismo quanto retornar ao capitalismo. A revolução fora traída em seu decurso por uma casta burocrática que surgiu no decorrer do processo revolucionário. Kurz (1992), em uma linha oposta, argumenta que a criação da URSS com a Revolução de Outubro foi a estratégia de desenvolvimento capitalista de uma formação social retardatária para superar o atraso. Rizzi (1983) em uma caracterização, em certa medida completamente oposta as duas anteriores, assinala que a Revolução Russa sofreu um processo de degenerescência que fez com que a URSS se cristalizasse em uma nova tipologia de formação social não só astronomicamente distantes das propostas socialistas quanto regressiva em relação ao próprio capitalismo. Para conferir essas três linhas consultar respectivamente: TROTSKY(2007d); KURZ (1992); RIZZI (1983). Para uma visão mais panorâmica sobre o conjunto do debate ver: HADDAD (1992); FERNANDES, Luís (2000).

² Segundo Font e Rufi a “sociedade sempre gerou espaços de exclusão entendidos como expressão territorial das diferenças sociais, políticas, ideológicas, econômicas e culturais entre os grupos.” (2006, p.16) E ainda, “Os indivíduos e os grupos que não se ajustam a ortodoxia serão [...] condenados aos territórios da exclusão e não terão outra solução a não ser abrir caminho nesses territórios.” (2006, p.16) Nessa linha argumentativa, a prisão é o espaço de exclusão por excelência. Aqui se defende que, em termos simples, o conceito de geografia da exceção pode ser mobilizado para a análise da realidade soviética naquilo que ficou conhecido como os *gulags*: a “[...] vasta rede de campos de trabalhos forçados que outrora se espalhavam por todo o comprimento e toda a largura da URSS, das ilhas do mar Branco as costas do mar Negro, do círculo Ártico as planícies da Ásia central, de Murmansk a Vorkuta e ao Cazaquistão, do centro de Moscou a periferia de Leningrado.” (APPLEBAUM, 2004, p. 13). Para uma discussão de cunho histórico sobre os *gulags* ver: APPLEBAUM (2004). Para uma discussão dos *gulag* contextualizada no âmbito do esforço de industrialização soviética ver: LEWIN (2007). Nestas linhas não se pode deixar de indicar, SOLJENITSIN (1983). A discussão dos *gulags* dá oportunidade para fazer uma crítica à abordagem da Geografia a respeito da U.R.S.S., Pierre George (1967) é muito apropriado para isso em sua obra que aborda a geografia da União Soviética, há uma descrição e análise pormenorizadas da organização do espaço soviético, privilegiando dentre outras coisas a dimensão política e econômica, entretanto em nenhum momento o autor menciona que os *gulags* faziam e fizeram parte organização do território da União Soviética.

Nesta perspectiva, essas indagações suscitadas entram em neste quadro expositivo mais como título de provocação, sinalizações de motes ou áreas de interesses para futuras pesquisas. Ademais, tais provocações fazem recordar de um vídeo no youtube³ cujo conteúdo mostra um homem que busca alçar vôo a partir de uma colina, utilizando para tanto uma asa-delta de fabricação caseira. Em aproximadamente 6 minutos de gravação, o homem com sua máquina faz sucessivamente 12 tentativas de vôo que redundam repetidamente em fracasso. A imagem de tal empreitada leva a Richard Pipes e sua visão sobre o experimento soviético, que ressalta que o comunismo no sentido moderno entrelaça três fenômenos distintos, porém intimamente ligados: um ideal, que remonta há tempos muitos pretéritos; um programa, fortemente ligado a Marx e Engels; e um regime estabelecido para a realização do programa, logo do ideal. Ancorado nessa tríplice distinção, o historiador polaco-americano faz um balanço da história do comunismo no século XX, no qual diagnostica que a razão dos repetidos fracassos do comunismo não estava nem no programa e nem na sua execução, mas, sim, no ideal⁴.

Diante desses sucessivos malogros concluiu Pipes: toda tentativa de repetir qualquer experiência comunista no mundo necessariamente será “[...] a certeza de mais um fracasso com grandes perdas de vidas humanas. Tal ação tocara as raízes da loucura, que tem sido definida como fazer as mesmas coisas repetidamente e esperar resultado diferente.” (2002, p. 185)

Não é possível concordar com a conclusão de Pipes de que o problema do comunismo estaria no ideal. Em realidade a argumentação desse autor, busca apresentar coisas de ordem históricas como se fossem eternas para então justificar o *status quo* e fazer assim o obituário do ideal do comunismo. Mas a percepção dessa manobra de Pipes não implica em denegar que as mencionadas experiências comunistas comportaram inúmeros erros. De certa maneira a distinção que o autor anticomunista em questão faz entre ideal, programa e implementação do programa é bastante interessante para o âmbito deste trabalho.

Esta pesquisa busca fazer uma ligação entre geografia e revolução. Se as coisas são como disse Said, então a revolução, que é feita por mulheres, homens, indivíduos, enfim sociedade, tampouco está fora ou para além da geografia, logo qualquer revolução independentemente da

³ O vídeo em questão se encontra no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=MkNhOuqpuBc>>

⁴ A argumentação de Pipes de que qualquer tentativa de implementação do ideário comunista independentemente de qualquer contexto tempo-espacial sempre redundará em fracasso, porque a própria concretizações das ideias comunistas são inviáveis, é o oposto da argumentação de Leon Trotsky, para quem os elementos de contingências históricas foram os determinantes para evolução da URSS desembocar no que ele chamou degeneração do Estado Soviético. Um desses elementos de contingência histórica foi a não expansão da revolução socialista para o ocidente. Para conferir as bases dessa argumentação, ver: TROTSKY (2007d).

escala temporal, passado, presente, futuro, não estará “[...] totalmente ausente da luta pela geografia”.

Diante dessa firme convicção, pode-se afirmar em um nível ainda bastante abstrato, que por um lado, entende-se por revolução, no âmbito desse trabalho, um tipo de mudança que envolve a relação sociedade-espço. Por outro lado, em um plano mais concreto, que toda revolução é perpassada por uma forte dimensão territorial. Essa perspectiva entenderá, portanto, que “não há revolução extraterritorial.” (OLIVEIRA, 2009, p. 1) Porém, como o termo revolução é de uso corrente e de significados múltiplos a ponto de Koselleck (2007, p. 61) em *Futuro Passado* pontuar que “Trata-se de uma dessas expressões empregadas de maneira enfática, cujo campo semântico é tão amplo e cuja imprecisão conceitual é tão grande que poderia ser definida como um clichê”, tem-se necessariamente que delimitá-lo melhor no âmbito da presente exposição, malgrado já termos implicitamente descartados alguns sentidos da palavra em questão. Cabe, portanto efetuar um movimento de precisão sobre o que seria epistemologicamente a revolução para o âmbito de nosso trabalho.

No âmbito desse nosso esforço é oportuno lembrar Caio Prado Júnior (2004, p. 11) que em seu afo de pensar o processo revolucionário brasileiro distinguiu a revolução em duas chaves de interpretação: uma que compreende a revolução enquanto “[...] o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. ‘Revolução’ tem aí o sentido que mais apropriadamente, caiba ao termo “insurreição”; outra linha interpretativa, apesar de contemplar o sentido de transformação político-social, não necessariamente inclui ou comporta, um processo insurrecional de tomada do poder como o ponto de partida a partir do qual se desencadeiam as transformações econômicas, políticas, sociais, etc. Nessa segunda linha interpretativa “O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza.” Na estratégia de Caio Prado, a revolução brasileira não necessariamente passaria por um processo insurrecional de tomada do poder como condição *sine qua non* para o desencadeamento das transformações. A revolução brasileira, nesse esquema, seria um processo de transformação de largo prazo, sem passagem obrigatória pelo assalto à máquina do Estado.

Aqui se impõe uma questão, que, de certa maneira, se distancia dos objetivos da tese, mas de pertinente registro: não seria o modelo de revolução para o Brasil advogado pelo historiador e marxista paulista uma espécie de reformismo? Não interessa discutir no âmbito dessa tese se a

estratégia de Caio Prado de transformação do Brasil é reformista ou revolucionária.⁵ O que interessa dessa esquemática é a diferenciação mobilizada pelo autor de *Formação Contemporânea do Brasil* entre o sentido *stricto sensu* e *latu sensu* do conceito de revolução. Ela permite dizer que essa tese problematizará a revolução no primeiro sentido *stricto*: o de assalto ao poder. Além disso, tal delimitação faz retornar a Pipes (2002) e sua tríplice diferenciação no referente ao comunismo: o ideal, o programa e a implementação do programa. A tomada do poder estatal é condição *sine qua non* para a efetivação do programa.

Demarcado alguns contornos epistemológicos sobre o que se entende por revolução, cabe agora saltar para a denotação da importância histórica do fenômeno delimitado. Nesta perspectiva, observa-se o que diz Emília Viotti da Costa (2008, p. 5): “O século XIX foi o século das revoluções liberais; o XX, o das revoluções socialistas.” Independentemente das qualificações da historiadora brasileira, Hannah Arendt em *Da Revolução*, assevera que “Não se pode narrar a história do século XX sem urdi-la com os fios das revoluções.” (1988, p. 204) E quem poderia discordar diante de acontecimentos ou processos históricos como Revolução Chinesa (1949), Revolução Russa (1917), Revolução Cubana (1959), Revolução Espanhola (1936-1939), etc? Isso somente para se ater à periodização dada pela filósofa alemã. No que se refere ao século XXI não se sabe se ele será perpassado pelos mesmos fenômenos, como os anteriores, mas, independentemente ou não de sua presença na atualidade ou no futuro, defende-se aqui que as revoluções – para além das hostilidades ou simpatias que elas despertam – merecem uma atenção especial da Geografia, em virtude de sua importância para a compreensão da revolução. (SECCO, 2004)

Malgrado tal merecimento, o campo disciplinar geográfico passou ao largo, por uma série de razões⁶, da problemática da revolução no sentido mais estrito denotado por Caio Prado. Muito

⁵ Ver mais em: SECCO (2008).

⁶ Muito sintomático disso é que todas as obras do campo geográfico que de certa forma tematizaram a revolução são produções recentes. Por exemplo, *Geography of Revolution* é uma obra coletiva de 2006 que tenta abordar o fenômeno revolucionário em seus múltiplos sentidos (econômico, industrial e político). Nesta tese, destaca-se a terceira parte do livro em questão: *Geography and Political Revolution: Geography and State Governance*. No campo da geografia brasileira cabe destaque especial para o trabalho de GLAUCO (2011). Nessa lista ainda se menciona a tese pioneira de AUED (1995), trabalho que tematiza a revolução de 1917, apesar de ter como objeto de reflexão a URSS em todo seu período de existência, não explora a dimensão espacial da revolução e da própria URSS em toda sua potencialidade espacial. Pode-se dizer que *Estratégia e Contradições na Construção da Sociedade Socialista Soviética: Socialismo de Menos, Capitalismo de Mais* foi institucionalmente produzida na geografia, mas explora muito pouco a dimensão geográfica do fenômeno estudado. O exporado nesse sentido aparece muito mais como uma imposição da problemática, a dimensão espacial se impõe por si só, do que um movimento do autor em explorá-lo deliberada. Obviamente que outros trabalhos podem ser acrescidos a essa pequena lista com o

sintomático disso é que, Pierre George, em *Geografia da URSS* assinala que a revolução russa de 1917 desencadeou uma série de transformações em várias dimensões daquilo que era outrora império czarista: economia, política, sociedade, incluindo “as modalidades de utilização do território.” Na perspectiva do geógrafo em questão, a revolução de 1917 seria, por um lado, um “Acontecimento histórico pelas transformações da estrutura política do Estado, das relações sociais, das relações internacionais”; por outro lado, “[...] um acontecimento geográfico pela orientação que deu ao aproveitamento do espaço e a construção de uma nova estrutura das regiões e das relações inter-regionais.” (1970, p. 43-44) No entendimento dele, o interesse da Geografia pela revolução se limitaria às análises do que aconteceu após a tomada do poder em relação às mudanças imprimidas nas modalidades de utilização do território.

A revolução como movimento insurrecional para a tomada do poder, e até mesmo o movimento de preparação para tal, para a implementação do programa, somente aparece como um evento na narrativa e no quadro de análise de George, jamais como um processo de potente cunho espacial. Ele não percebeu que para haver mudança revolucionária no sentido mais largo é necessário haver domínio do território e o domínio do território em um processo revolucionário não é um ato, mas um processo e de forte dimensão geográfica. Tais posições equivocadas explicam, por exemplo, para ater-se a uma experiência revolucionária, porque há uma geografia do Império Russo consubstanciada em dois tomos da *Geographie Universelle* de Reclus e uma *Geographie de l'URSS* de Pierre George, porém não há uma geografia ou abordagem geográfica da revolução.

Há um hiato nas análises, pois os lugares, os territórios anteriores e posteriores à revolução, se esquecem de problematizar a própria dimensão espacial, territorial da revolução. No âmbito dessa discussão, apesar de não avançar muito, John Cole foi mais assertivo ao dizer – ainda que

aprofundamento da pesquisa, porém, afirma-se, não sem assumir riscos, que esse acréscimo não será muito substancial, o que aponta nessa direção é realizou-se uma pesquisa em três importantes revistas científicas de geografia internacional: *Annales de Geography*, *The Geographical Journal* e *American Geographical Society* e não se encontrou um artigo ou indicação bibliográfica que indicasse uma tematização da revolução na perspectiva que se desenha nessa tese, a não ser menções pontuais de fenômenos relacionados a revolução, tais como a desurbanização das cidades do Império Russo por conta da Guerra Civil ou a reorganização territorial administrativa do território soviético. Neste contexto, há um trabalho recente de Mikhaill S. Blinnikov (2010), *Geography of Russian and its Neighbors*. A obra em questão passa em análise, como indica o título, a geografia da Rússia e seus vizinhos e, malgrado mencionar a revolução, não explora a dimensão geográfica desse importante momento da história russa. O processo revolucionário, como em Pierre George, aparece na análise como fato episódico ainda que importante, mas destituído de suas implicações espaciais.

de forma muito abstrata – que “O comunismo é um conceito vago, com implicações sociais, econômicas, políticas e territoriais [...]”⁷

Mas por que a Geografia foi e é tão displicente para com a problemática revolucionária? Dentre vários motivos, destacam-se, a título de hipótese, alguns: primeiro, a geografia sempre foi fortemente identificada com permanência, duração, estabilidade (MOREIRA, 2014; LA BLACHE, 1954) e a revolução, com quebras, rupturas, mudanças. Essa dupla distinção, de certo modo, tornou uma abordagem do fenômeno revolucionário um tanto problemático. Mas, como alerta Alex Tocqueville (1997), desde 1856, em *O Antigo Regime e a Revolução*, a revolução não é somente ruptura, e como tão bem sintetizou mais recentemente Florestan Fernandes: “toda transformação tem dois lados – certas continuidades e certas mutações.” (2007, p. 65-66) Para complementar o quadro de rompimento daquela imobilizante distinção, assinala-se que a geografia tampouco é somente permanência.

Nesse rol de hipótese podem-se acrescentar ainda outras barreiras para a não tematização da revolução por parte da geografia: o conservadorismo da disciplina e sua forte despolitização. Tal despolitização (ou melhor, seria uma politização conservadora?) segue bem na linha do que Ives Lacoste (1997) – no seu clássico *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* – pertinentemente assinalou, que malgrado a geografia ser um saber eminentemente político, pecou por excluir do campo da geograficidade, a política. No que diz respeito ao conservadorismo como elemento de afastamento, não deixa de ser muito irônico registrar que outras ciências, tais como a História, a Sociologia e as Ciências Políticas, por um viés, às vezes conservador, tematizaram a revolução.

Sintomático disso é que o já mencionado Tocqueville (1997), mesmo não sendo simpático ao processo revolucionário, não deixou de tecer reflexões sobre o fenômeno. O mesmo pode ser dito de Samuel P. Huntington, o autor de *O Choque das Civilizações*, Este politólogo norte-americano, na obra de 1975, *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, não somente tematiza a revolução como ainda dá um grande destaque à dimensão espacial do fenômeno revolucionário, o qual ele divide em revoluções orientais e ocidentais. No primeiro caso, da Revolução Russa, o processo revolucionário se inicia do centro do território para a periferia, ou da capital para os confins do território. No segundo caso, ele cita a Revolução Chinesa, o

⁷ Original: “Le comunisme est un concept vague, avec des implications économique, sociale, politique et territoriales [...]”(1970, p.18)

processo é inverso, seu início é na periferia e seu ponto culminante dá-se com o domínio da capital pelo revolucionário.

Em suma, um dos campos do saber que mais reflete sobre o espaço, ou melhor, sobre a dimensão espacial dos fenômenos sociais, simplesmente passou ao largo de um fenômeno de forte cunho espacial como tão bem demonstra Huntington. Ao que tudo indica nem o movimento de renovação crítica da geografia foi capaz de reverter esse quadro de afastamento, malgrado a geografia ser "[...] uma das disciplinas mais afetadas pela ideia de revolução." (GODOY, 2010, p. 152)

Nesse momento, poderia até mesmo arriscar a dizer que a vertente marxista do movimento de renovação crítica da geografia, que tantas inovações trouxe, se preocupou tanto em revolucionar a disciplina que se esqueceu de tematizar a própria revolução. Orbitou em torno da problemática de estudo, e, ao que tudo indica, ao nível de proposta política também, mais esmagadoramente em torno da reforma do que da revolução.

Muito sintomático disso que é apontado, é que se o exercício de busca de obras que tematizam a revolução for feito, encontrar-se-ão referências muitos pontuais ou episódicas, como a que exposta acima. Entretanto, com muita facilidade se encontram títulos tais como: *Geografia e Movimentos* (PEDON, 2013), *A Formação do MST no Brasil* (FERNANDES, B, 2001), *MST, movimento dos trabalhadores rurais sem-terras: formação e territorialização* (FERNANDES, B, 1996). Há uma geografia dos movimentos sociais, mas não uma geografia ou abordagem geográfica das revoluções ou experiências revolucionárias.

É por essas e por outras que em minha trajetória acadêmica encontrei dificuldades de aceitação no processo de seleção de bolsas do departamento tanto de mestrado quanto de doutorado, sob alegação de que esse tema pesquisa não se configura como temática geográfica. Neste contexto, se o que faz Huntington (1975) é perpassado de grande ironia, o que realiza o historiador Lincoln Secco (2004) somente reforça esse quadro. Em seu trabalho sobre a Revolução dos Cravos, ele empreende todo um esforço para incorporar os aportes da geografia miltoniana na análise da Revolução Portuguesa, demonstrando a relevância da geografia para o entendimento do processo revolucionário via historiografia.

Entretanto, deixam-se de lado as dificuldades da geografia para com a abordagem do fenômeno revolucionário e passa-se a desenhar melhor a proposta desta tese, pois não se pode

fazer análise do fenômeno revolucionário no abstrato. Trata-se, portanto, de operacionalizar uma escolha dentre os tantos casos históricos de revolução.

Diante do amplo leque de alternativas, opta-se pelo caso russo por ser um dos mais relevantes, senão o mais importante. Obviamente que fazer tal escolha implica necessariamente em delimitar ângulos de abordagem dada à amplitude do processo russo. Dito de outra forma, há de se ter uma chave de entrada para a problematização da Revolução Russa. Em virtude dessa imperiosa necessidade, sem meios termos, elege-se Vladimir Ulianov Lenin como o vértice a ser analisado.

Mas, por que problematizar a revolução a partir de Lenin? Bem, primeiramente não se pode falar de Revolução Russa sem falar, ou ignorar o autor de *Que Fazer?* Como bem pontuou o nada simpático ao experimento soviético, Robert Service: “[...] ninguém exerceu maior impacto sobre o desenvolvimento e o estabelecimento da ordem comunista do que Lenin.” (2006, p. 29) Em uma tônica não muito diferente, Florestan Fernandes, um autor crítico, entretanto adepto da experiência comunista russa, assinala praticamente o mesmo: Lenin foi “[...] o verdadeiro artífice da vitória nos momentos difíceis da tomada do poder e da construção das estratégias vinculadas à destruição da ordem burguesa, a consolidação do Estado proletário.” (1978, p. 7) E complementa: “Ele [Lenin] não só se tornou mentor de uma corrente do marxismo – alias, a única que produziu ou alimentou as revoluções do século XX – dentro e fora da Rússia.” (FERNANDES, 1978, p.7)

Após essa apresentação, pode-se dizer, enfim, que a direita e a esquerda do espectro político, dos simpáticos aos opositores do experimento soviético, há um consenso da importância de Lenin no âmbito da Revolução Russa. É por essa e por outras, que as palavras de Lincoln Secco ganham todo sentido: “Não há dúvida que, sem Vladimir Ilitch Ulianov [...], a revolução até poderia ter acontecido, mas seria outra.” (2010, p. 77)

O exposto denotou a importância de Lenin no âmbito do processo revolucionário russo porém, isso leva diretamente a outra questão relacionada à arquitetura deste trabalho: como fazer a problematização da revolução a partir de Vladimir Ilitch? A ideia é analisar a estratégia leniniana⁸ para a revolução nas coordenadas russas, por meio de sua obra. Marcel Liebman diz algo interessante a respeito dela: “Lenine é um dos homens políticos que mais escreveu devido a

⁸ Aqui se evidencia uma importante diferenciação que será utilizada no decorrer desta tese, trata-se da distinção entre o termo leniniano e leninista. O primeiro refere-se àquilo que é próprio da escrita, autoria, lavra de Lênin; o segundo, para aquilo que é dos seguidores de Lênin. Tal distinção é similar àquela diferenciação entre os termos marximiano e marxista.

sua preocupação em unir pensamento e ação [...]” e o resultado direto disso é uma extensa produção textual,⁹ “[...] uma fonte de conhecimento infinitamente preciosa” (LIERBMAN, 1976, p. 12), a qual fora confeccionada ao longo de mais de 30 anos de carreira política e que compreende livros, panfletos, discursos, telegramas, artigos de jornais, decretos governamentais, relatórios, brochuras, cartas pessoais, etc., os quais tematizam importantes aspectos da realidade russa, assim como da realidade internacional de sua época e como não poderia deixar de ser, a própria Revolução.

A ideia central que mobiliza esta proposta é muito simples. Partir-se do pressuposto que não existe revolução extraterritorial (OLIVEIRA, 2009). Além disso, fortemente ancorado na assertiva de Moraes de que “[...] o espaço produzido propicia leituras” (2005a, p. 25), arremata-se que há necessariamente no universo da produção textual de Lenin uma leitura da sociedade imperial russa, subjacente ao território como momento de elaboração de uma estratégia para a revolução russa. Nessa linha argumentativa, não há como pensar e, ainda mais, realizar a revolução sem passar obrigatoriamente pelo território, sem elaborar, aquilo que se denomina no âmbito dessa tese, uma geografia política, em outros termos, uma geopolítica, que exposto em um nível bem elementar, não seria outra coisa que pensar e fazer política levando em consideração o espaço. Tal geopolítica passa exatamente por aquilo que Yves Lacoste tão bem disse “[...] é preciso saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater.” (1987, p. 189) De certa maneira, o exposto tangencia diretamente o que assevera José Luis Fiori “[...] os projetos políticos revolucionários só podem ter alguma eficácia onde exista algum poder a ser conquistado, e os centros de poder continuam a ser organizados de forma territorial ou nacional.” (2007, p.88-89). Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, analisando as experiências revolucionárias do século XX pontua algo similar: os processos revolucionários no pós segunda guerra "põem de relevo o fato de que toda revolução triunfante se definiu em termos nacionais: a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã, etc. E ao fazê-lo

⁹ A extensa produção textual leniniana se materializa nas obras completas de Lênin. Para a operacionalização dessa tese utiliza-se como fonte de consulta permanente no que se refere aos textos mais difíceis de encontrar, a 4ª edição em língua francesa das obras completas de Lênin (OC). Os 12 volumes das obras escogidas de Lênin, em língua espanhola serão outro elemento de consulta permanente (OE). No âmbito dessa pesquisa é importante dizer que os textos leninianos disponíveis em língua portuguesa substituirão os seus equivalentes em língua francesa e espanhola. Por fim, cabe declarar que disporá do autor pelo recurso da tradução, porque nosso domínio do russo ainda é insipiente, o que, no computo geral, não chega a comprometer esta proposta. Os excertos de textos provenientes das obras completas e selecionadas de Lênin serão traduzidos no corpo do texto, porém com o original em rodapé acompanhado da siglas OC ou OE para indicar a procedência.

assim se arraigou firmemente em um espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário."¹⁰ (1993, p. 18)

Assim, na perspectiva desse entendimento implica dizer que em qualquer revolução estão em jogo território e poder, assim como que qualquer revolução contempla a passagem de uma condição de não posse de poder para uma condição de assunção do poder, por parte dos revolucionários, no âmbito do território. Para dizer o mesmo em outras palavras: um processo de controle estatal por parte dos revolucionários. O próprio Lenin caminha na direção de nossa linha de entendimento – mesmo sem mobilizar o vocábulo território – quando assinala que “a questão fundamental da revolução é a questão poder.”¹¹ E por poder, não entende o líder bolchevique, outra coisa que não seja o poder estatal, conforme fica patente nessa assertiva: “A diferença entre marxistas revolucionários e anarquistas [...] recai justamente sobre a questão do poder, do Estado: nós somos pela utilização revolucionária das formas de Estado na luta pelo socialismo; os anarquistas são contra [...].”¹² Os mais desatentos poderiam objetar aqui que Vladimir Ilitch em sua compreensão de revolução mobilizou apenas os elementos Estado e poder. Mas quem disse que território e Estado são coisas completamente distintas? Moraes é pertinente e oportunamente enfático: “Estado e território, [são] dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território.” (2005b, p. 51)

Ora com base no exposto, sem problemas, pode-se concluir que quem quer Estado quer necessariamente território. Lenin quer revolução, Lenin quer Estado, logo, Lenin quer território. Mas muito mais que querer território, Lenin em seu projeto revolucionário de conquista do poder estatal tem necessariamente que levar em consideração a dimensão espacial do Estado e da própria sociedade. Neste ponto se sobressaem algumas questões, dentre várias, para responder no âmbito dessa tese referente à geopolítica leniniana: qual território queria Lenin para o Estado saído da revolução no âmbito da área de soberania czarista? Que projeto de território havia no projeto de revolução de Lenin? Quais as linhas de formação da revolução no território? Quais

¹⁰ Original: “[...] ponen de relieve el hecho de que, desde la Segunda Guerra Mundial, toda revolución triunfante se ha definido en términos *nacionales*: la República Popular de China, la República Socialista de Vietnam, etc. Y al hacerlo así se ha arraigado firmemente en un espacio territorial y social heredado del pasado prerrevolucionario.” (1993, p. 18)

¹¹ Original: “Le problema fundamental de toute révolution est celui du pouvoir [...]” (OC24, 1958, p. 28)

¹² Original: “La différence entre marxistes révolutionnaire et anarchistes [...] porte précisément sur la question du pouvoir, d’Etat: nous sommes *pour* la utilisation révolutionnaire des formes de l’Etat dans la lutte pour le socialisme; les anarchistes son *contre* [...]” (OC23, 1958, p. 323-371)

forças sociais e políticas teceriam o território da revolução ou a revolução no território? Quais são os elementos centrais da geopolítica leniniana?

O conjunto de questões assinaladas ganha contornos de maior pertinência quando em relação à Rússia, um país cuja dimensão espacial tem um peso considerável em vários planos de vida social, incluído aí a própria revolução. Muito sintomático disso é o que diz Hobsbawm quando compara as repercussões da Revolução Russa e Francesa: "A simples extensão física e plurinacionalidade de um império que ia do Pacífico à fronteira alemã significava que sua queda afetava um número maior de países, em dois continentes, que a de um Estado mais marginal ou isolado na Europa ou na Ásia." (1988, p. 415) Jean Salem, segue a mesma perspectiva – e ainda mais, insinua algo de desígnio estratégico, quando pontua: "O regime saído da Revolução de Outubro de 1917 foi capaz de salvar o país de uma decomposição que já estava iniciada [e] de gestionar seu imenso território [...]"¹³ Aqui, a salvaguarda e a gestão territorial não foi algo gratuito ou por acaso, mas sim produto da estratégia ou geopolítica leniniana no âmbito da Revolução.

A essa altura se impõe sintetizar os objetivos deste empreendimento que tratará de examinar a geografia política de Lenin para a revolução tanto em sua dimensão de conquista do poder quanto, em menor medida, em razão do espaço e sua complexa manutenção. Isso implicará necessariamente em percorrer a extensa obra leniniana tanto anterior a 1917 como, obviamente, em menor medida, a produção leniniana posterior a essa data¹⁴.

Antes disso, se impõe responder a seguinte questão: por que fazer de Lenin objeto de problematização de uma tese, quando se sabe que a obra do líder bolchevique em questão já foi submetida a vários estudos desde diversos ângulos? Há uma leitura política de Lenin, uma leitura histórica, uma leitura sociológica e até mesmo psicológica. Porém, não há propriamente uma abordagem que problematize a dimensão espacial. Assim, esta proposta ganha pertinência por

¹³ Original: "El régimen salido de la Revolución de Octubre 1917 fue capaz de salvar al país de una descomposición que ya estaba iniciada, de gestionar su inmenso territorio [...]" (2010, p. 13)

¹⁴ Uma abordagem da obra leniniana nos termos expostos requer alguma estratégia de entrada, em virtude de sua vastidão, diante disso, a estratégia foi dividi-la em duas partes: antes e depois da Revolução de 1917. A partir dessa macrodivisão, a tarefa seguinte foi eleger chaves de leituras – da obra, tais como revolução, governo, partido, nacionalidade, Estado, proletariado, camponês. É forçoso dizer que a divisão em questão é um tanto esquemática, posto que as discussões em Lênin não estão divididas nos textos de forma tão estanque, ou seja, há um entrelaçamento de variadas temáticas em um mesmo texto. Malgrado todo esse esquematismo, defende-se que a estratégia adotada não compromete o objetivo da tese.

conta da inexistência de trabalhos que problematizem política e espaço em Vladimir Ilitch.¹⁵ Mas, para além desse relevante elemento de justificativa, há outro tão forte quanto o apontado. David Harvey apresenta isso quando argumenta que “[...] a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração, em seu pensamento, de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial”, mas “[...] Lenin parece preencher” essa lacuna ao “introduzir as dimensões geográfica e espacial em sua argumentação.” (2005, p. 143) Não se analisará o mérito da argumentação de Harvey nesse ponto, ou seja, se o pensamento marximiano negligenciou ou não a dimensão espacial da sociedade. Entretanto, concorda-se com a segunda parte da asseveração do geógrafo britânico no referente à Lenin.

Portanto, nesta empreitada se justifica tanto pela inexistência de pesquisas que explorem tal dimensão no líder bolchevique quanto pelo fato de que há uma dimensão espacial na obra leniniana.

Explanada uma justificativa para o problema deste estudo, cabe agora marcar algumas posições, pois o fato de colocar Vladimir Ilitch no centro de desta análise não implica em dizer que *a priori* concorda-se ou não com Lenin. Por conseguinte, este empreendimento analítico não tratará de construir um quadro hagiográfico ou pintar uma imagem diabólica do líder bolchevique em questão, mas sim de confeccionar uma análise balanceada sobre o mesmo.

¹⁵ Um tanto sintomático dessa inexistência de abordagem geopolítica da obra de Lênin foi um episódio que se passou comigo em Cuba, em abril de 1915, durante o Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Nessa ocasião, durante apresentação de um artigo derivado das pesquisas desta tese, que delineava o caráter geopolítico da obra leniniana, o professor de geografia Dr. Druzhinin Alexander, da Universidade Federal do Sul (instituição russa), fez uma intervenção em tom de discordância, pois, para ele a figura mais ligada a uma geopolítica do nascente Estado soviético era Trotsky e não Vladimir Lênin. A argumentação dele basicamente se ancorava no fato de que Leon Trotsky fora comissário dos negócios estrangeiros e nessa condição um dos embaixadores do Tratado de Brest-Litovsk, que tirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial mediante a assinatura da paz com os países do Eixo. Ademais, para o professor russo, Trotsky fora o criador do Exército Vermelho, a instituição que rechaçou a intervenção estrangeira do território soviético durante a Guerra Civil e abriu caminho para a consolidação do Estado. Defende-se que há vários erros na argumentação do geógrafo e professor russo em questão, dos quais ressalta-se apenas um: que haja diretrizes de ordem geopolítica no pensamento e ação de Trotsky, pontopacífico. Inclusive até defende-se que a obra de Trotsky, similarmente a de Lênin, é passível de uma leitura geopolítica. A discordância, mais precisamente se dá quando o Dr. Alexander confere alto valor geopolítico a Trotsky sem fazer o mesmo no relativo a Lênin. A base desse equívoco é crer que somente se faz geopolítica a partir do Estado e que, portanto, não há uma geopolítica elaborada fora do Estado, porém confeccionada para sua conquista. O professor russo não entendeu que os bolcheviques, liderados por Lênin, somente tomaram o poder em 1917 porque tiveram uma excelente estratégia geopolítica para a conquista do Estado e a manutenção de seu domínio. Nesse processo Vladimir Ilitch foi figura central, para não dizer o geopolítico mor da revolução. Essa argumentação será demonstrada com todos os pormenores no transcurso da tese e o mais importante desse episódio é que ele pode ser o indício de que mesmo na Rússia a dimensão geopolítica de Vladimir Ilitch não foi explorada, pode-se até incorrer em equívocos, entretanto, para um geógrafo do sistema universitário russo assinalar o que assinalou, é um forte indício da pertinência de nossa hipótese.

Nessa mesma linha é forçoso aclarar também que problematizar a revolução russa a partir de Ilitch tampouco significa que se desconheçam outros projetos revolucionários no interior do processo da Revolução. Como bem disse Rudolf Rocker (2007) os bolcheviques são apenas um elemento substancial da revolução e não a revolução russa em seu todo. Para se expressar de maneira mais contundente esta proposta, uma análise dos inúmeros projetos e a criação de *territórios alternativos*¹⁶ ao do bolchevismo no âmbito do processo revolucionário russo se vislumbram no horizonte de pretensão intelectual. Inclusive, não se pode omitir, pela ocasião oportuna, que esta tese de doutorado – e a bem da verdade o conjunto de minha trajetória acadêmica – está inserida dentro de uma pretensão intelectual maior e de mais largo prazo: inserir a revolução na agenda de pesquisa em Geografia.

Expresso de outra maneira, a pretensão consiste em desenhar uma proposta de leitura geográfica dos fenômenos revolucionários. Alguns elementos dessa construção, de certa forma, ficaram explícitos no decorrer da presente introdução, outros novos elementos, tais como ferramentas intelectuais e conceituais, ficarão mais nítidos no decorrer do trabalho. Naquilo que se refere a minha formação e pretensão, é forçoso consolidar que a insistente e sucessiva tematização do caso russo não é um interesse por si só da revolução russa, mas a plataforma, o objeto empírico a partir de onde pretendo montar as bases do meu projeto intelectual. Desta forma, a monografia, a dissertação e esta tese são três aproximações geográficas, três "ataques"¹⁷ ao caso revolucionário em questão, cujo objetivo é tanto entendê-lo pela ótica desse ângulo particular de abordagem, tanto quanto desenhar as bases intelectuais para futuras abordagem das demais revoluções.

Porém, deixa-se o futuro ao futuro e em problemáticas de ordem mais imediata referente a esta tese, pontuam-se algumas questões de ordem metodológica a partir da seguinte indagação: o que mobilizar no âmbito deste quadro expositivo e analítico naquilo que se referente à Revolução

¹⁶ A expressão 'territórios alternativos' é uma referência ao livro homônimo de Rogério Haesbaert. Apesar da obra em questão não tratar da problemática da revolução, seu título é muito apropriado para se designar as inúmeras propostas revolucionárias alternativas ao bolchevismo no período da revolução, tais como a dos anarquistas. Neste espectro, é muito emblemático o caso da machnovictina, um forte movimento anarquista liderado por Nesthor Makhno na Ucrânia, com o qual os comunistas tiveram, em certa medida, que se aliar para derrotar o contrarrevolucionário movimento branco e que, após a derrota dos partidários da antiga ordem, foram duramente reprimidos pelo governo soviético. A esse respeito ver: TRAGTEMBERG (2006). Sobre esse movimento é indispensável consultar: SKIRDA (2013), uma obra coletiva que conta com textos do próprio Makhno.

¹⁷ A referência à sucessivas tematizações do caso russo diz respeito a minha trajetória acadêmica e aos trabalhos que realizei no decorrer desse processo, a saber, a monografia de fim de curso, *A Revolução Russa 1917-1921* (2009), a dissertação: *A Territorialidades Sovietes da Revolução Russa 1905-1921: elementos de uma interpretação geográfica* (2012).

Russa e à geopolítica de Ilitch? Ora como não se fará uma história da Revolução Russa e nem uma análise do conjunto do pensamento Vladimir Ilitch, mas sim uma interpretação geopolítica da estratégia leniniana para a revolução, necessariamente se conclui que os elementos do universo empírico de estudo a serem mobilizados são aqueles que dão reforço a este empreendimento intelectual.

Caio Prado Júnior, neste ponto diz, em *Formação do Brasil Contemporâneo*: "Todo povo tem na sua evolução à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo." (2008, p. 17). Somente "Quem observa aquele conjunto [de fatos], desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível [...]" será capaz de perceber tal sentido. (PRADO, 2008, p.17). Tão oportuna quanto a assertiva do historiador paulista é o que diz Carr em *Qué es Historia?* [O que é a História?]: "Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto [...]" já que "[...] um fato é como um saco – não ficará de pé até que se ponha algo dentro." (CARR, 1996, p. 47)

Inspirado nos dois autores, conclui-se que nesta tese mobilizar-se-ão os fatos, acontecimentos, temáticas e problemas que perpassam a dimensão espaço e política. Portanto, esta empreitada passará ao largo de aspectos do pensamento do líder bolchevique que são fundamentais, porém, para o âmbito desta proposta, não se configuram como de primeira ordem ou não são importantes para sustentar esta abordagem. Em certa medida, o mesmo é válido para fatos e temas da revolução russa.¹⁸ Entretanto, a operação metodológica ficará mais bem explicitada com exemplos. Para tanto, adianta-se que Vladimir Ulianov em seu proceder geopolítico faz algumas regionalizações do território russo, sendo uma delas a compartimentação da área de soberania czarista em *território usado e fundo territorial*. A primeira região é entendida como a porção territorial do império mais habitada e mais economicamente utilizada pela sociedade; a segunda é aquela porção do território pouco habitada e não de todo incorporada ao processo econômico da sociedade, configurando-se, portanto, mais como domínio político do que econômico. Tal regionalização é reforçada por um episódio da vida de Leon Trotsky, narrado em sua autobiografia *Minha Vida* (2017), onde ele delineia que como medida punitiva por

¹⁸ Aqui há algumas obras para aqueles que querem se ater de forma mais acurada na historiografia a respeito da revolução russa: TROTSKY (2007a,b); FIGES (1999) e CARR (1973). A respeito do conjunto do pensamento de Lênin, veja: GRUPPI (1979); LUKÁCS (2012) e LEFEBVRE (1969).

participar do processo revolucionário de 1905 na condição de presidente do Soviete de São Petersburgo, o czarismo o condenou ao exílio para Obdorsk, uma localidade siberiana situada para além do círculo polar, cuja estação de trem mais próxima se encontrava a 100 km e a de telégrafo a 800km. A região de exílio de Trotsky não é nada mais nada menos que o *fundo territorial*. Nesta perspectiva, observemos como um episódio histórico da vida de um revolucionário marca ou sugere empiria para sustentar a regionalização leniniana e, por conseguinte, esta interpretação.

No âmbito ainda da operação metodológica, é necessário também elucidar que, por questões de espaço, a exploração da geopolítica de Lenin e da própria Revolução Russa, não será abordada *in totum*. Proceder-se-á por meio de uma operação de restrição e seletividade àquilo que envolve política e espaço. Se por um lado, as restrições e seletividades empobrecerão a análise por deixarem de fora fatos, processos e temáticas importantes; por outro lado, tornarão a proposta exequível. Assim, o presente trabalho também será executado com fortes elementos para avanços futuros.

É pertinente dizer ainda que não será uma exposição demasiadamente ancorada na rigidez da ordem cronológica dos acontecimentos, dos fatos e da sequência de produção dos textos leninianos, assim como também do encadeamento temporal das ações do líder bolchevique. Tais elementos entrarão neste quadro expositivo conforme a pertinência para argumentar.

Outro ponto importante a se destacar ainda é que, para tornar mais convincente e explorar melhor esta problemática, mobilizar-se-ão a cartografia como elemento de análise e representação no quadro dessa argumentação. Não é necessariamente o uso da cartografia que dá o elemento de identidade do trabalho geográfico. Existem, e podem existir, investigações científicas que problematizam as dimensões espaciais dos fenômenos sociais sem necessariamente mobilizar os recursos cartográficos e nem por isso têm sua identidade e validade comprometida ou seu teor qualitativo diminuído.

No entanto, diante da natureza e dimensão deste empreendimento, não se pode abrir mão da linguagem cartográfica, já que suas “[...] propriedades espaciais não podem ser conseguidas por qualquer outra forma de comunicação humana (verbal, escrita, etc.).” (MATIAS, 1996, p.102) Ou, como bem assevera Claval: “O mapa torna mais legível os conhecimentos consignados por escritos.” (2011, p. 72) Assim, a ideia é simplesmente mobilizar os recursos cartográficos para compreender a geografia política leniniana para a revolução em um movimento que contempla o

mapeamento do território como elemento de entendimento do pensamento de Lenin, quanto cartografar o pensamento do líder bolchevique¹⁹ para entender o território sobre qual é operacionalizada a sua geografia política.

Por fim, resta tecer ligeiramente algumas palavras sobre a apresentação das partes constituintes desta tese ou o plano geral de organização do trabalho. Esse consistirá de três capítulos que explorarão o pensamento e ação geopolítica leniniana para a revolução. O primeiro, *Lenin, Revolução e território: alguns elementos*, traçará os pressupostos gerais da geografia política leniniana para a Revolução, assim como os antecedentes de Vladimir Ilitch assentados no pensamento marximiano e marxista. O segundo, *A escala mínima russa*, analisará a realidade empírica do território imperial russo por meio de dados econômicos, sociais e culturais para desenhar a arena onde se desenrolará o processo revolucionário. O terceiro, *A escala mínima e os referentes geopolíticos da Revolução*, problematizará os desígnios geopolíticos a respeito das coletividades do Império Russo com as quais Lenin buscava empreender o processo revolucionário. Em outros termos, as forças sociais e políticas que teceriam o território da revolução ou a revolução no território. Estes três capítulos como não poderiam deixar de ser, serão seguidos das *Considerações Finais*.

¹⁹ A ideia de cartografiação do pensamento de um autor remonta a 2011, quando da ocasião do evento *Élisée Reclus e a Geografia do Novo Mundo*, confeccionamos um pôster, cujo título foi *A Cartografia Oculta de Élisée Reclus em 'La Nouvelle Geographie'*. Apesar do geógrafo em questão ter uma expressiva produção cartográfica em sua extensa obra, nesse trabalho enfatizou-se a atenção, não na cartografia realmente confeccionada, mas sim na dimensão cartografável do discurso de Reclus. Isso, portanto, permitiu confeccionar alguns mapas a partir do discurso textual do autor e assim entender melhor seu discurso. Para Conferir esse trabalho ir ao endereço eletrônico <<https://reclusmundusnovus.files.wordpress.com/2012/05/poster-erivaldo.pdf>>

CAPÍTULO 1 – Lenin, revolução e território: alguns elementos

1.1. Estado e geopolítica

Antes de adentrar a análise propriamente da obra leniniana, será discutida sucintamente a relação entre o Estado e a geopolítica. Para o início de tal debate, no âmbito de nosso trabalho, conforme já foi expresso na introdução, serão utilizados de forma intercambiável os termos geopolítica e geografia política²⁰, pois nessa perspectiva “[...] não deixa de ser, de certo modo, estéril ou até mesmo inútil.” (COSTA, 2008, p.18) fazer um exercício de diferenciação entre ambos os termos. Além disso, o próprio Lenin, em nenhum momento de sua extensa obra mobilizou qualquer uma das referidas expressões. Em outras palavras, ele fazia geopolítica ou geografia política sem recorrer a rótulos. Portanto, ambas as terminologias possuem os mesmos significados: a formulação de política referenciada no espaço por algum ator político estatal ou não estatal. (LACOSTE, 1997)

Uma consequência direta dessa definição é tornar operatório uma problematização de Lenin nessa tese, dado que o líder bolchevique passou a maior parte de seus mais de 30 anos de sua militância destituído de poder estatal, chegando ao poder em outubro de 1917 e falecendo em janeiro de 1924, assim, descontando o período de seu afastamento por doença, são apenas cinco anos e alguns meses de exercício do poder estatal. Logo, grande parte daquilo que se chama geopolítica ou geografia política de Lenin para a Revolução foi elaborada por ele fora das instâncias decisórias do Estado e apenas um pequeno tempo no exercício do poder e, em teoria, para levar a termo a instituição estatal. Frisa-se em teoria, porque na prática a experiência da revolução russa não levou ao definimento do Estado, mas o seu agigantamento.

O conjunto do exposto permite adiantar, em uma primeira aproximação, que a revolução em termos geopolíticos para Lenin não é outra coisa que a passagem de uma condição de não posse de poder para uma condição de assunção do poder estatal pelos revolucionários. Mas isso ficará mais bem demonstrado nas linhas subsequentes.

²⁰ Para uma discussão mais acurada sobre isso ver: COSTA (2008).

Neste sentido, a princípio é pertinente registrar que as reflexões sobre o Estado são antigas. Sintomático disso são as elaborações de Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes. E para não deixar de mencionar autores mais contemporâneos, Karl Marx e Max Weber. A problematização da instituição estatal no âmbito da Geografia remonta a 1897, quando Friedrich Ratzel (1844-1904) publicou *Geografia Política* (1897), obra fundante da reflexão política em geografia. O próprio subtítulo da segunda edição do livro em questão registra a expressão geografia dos Estados²¹. Isso implica dizer que a Geografia Política, desde sua fundação institucional, teve o Estado como problemática central de estudo.

As palavras do próprio Ratzel denotam com maior precisão e contundência o que assinala-se acima: a instituição estatal é “[...] a maior obra do homem sobre a terra²².” E nesta perspectiva, “Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma Geografia Política [...]” (RATZEL, 1983, p.93) Porém, a instituição estatal como referente maior do que é o político em Geografia não se limitou a Ratzel, pois como bem alega Raffestin (1993 p. 15), o geógrafo alemão “[...] introduziu todos os seus herdeiros na via de uma Geografia Política que só levou em consideração o Estado ou o grupo de Estados.” Não é difícil detectar as reverberações desse legado nas obras dos seus sucessores. Seria interessante mobilizar aqui as palavras de alguns autores, como forma de demonstrar o que se afirma. Nesta perspectiva, Arthur Dix pontua:

Geografia política é a ciência que estuda a morada e esfera de poderio dos Estados. Sua zona de observação é a superfície da Terra, contemplada como campo de atividade das sociedades humanas e como teatro onde se desenvolve a vida dos povos organizados em Estado.²³

Otto Maull, outro discípulo do geógrafo alemão, em termos não muito diferentes, marca “O estado interessa em alto grau à Geografia.”²⁴ Camille Vallaux, importante autor, vai na mesma linha “[...] o Estado [é] [...] uma forma essencialmente geográfica de vida social, e [...] estudá-la como tal [...]”²⁵ é a problemática da Geografia Política. Derwent Whittlesey, de forma similar

²¹ Em sua segunda edição (1904) a obra de Ratzel saiu com o seguinte título: *Geografia Política: uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra*.

²² Original: “[...] le plus grande oeuvre de l’homme sur terre [...]” (RATZEL, 1987, p. 60)

²³ Original: “Geografia política es la ciencia que estudia la morada y esfera de poderio de los Estados. Su zona de observación es la superficie de la Tierra, contemplada como campo de actividad de las sociedades humanas y como escenario donde se desarrolla la vida de los pueblos organizados en Estado.” (DIX, 1929, p. 9)

²⁴ O original seria: “El estado interesa en alto grado a la Geografía”. (MAULL, 1960, p. 22)

²⁵ Original: “[...] el Estado [es] [...] una forma esencialmente geográfica de la vida social, y [...] estudiarla como tal [...]” (VALLAUX, 1914, p. 37)

considera a instituição estatal como o elemento político mais substancial no globo, conforme fica fortemente evidenciado nessas suas palavras: “[...] a diferença que existe nos fenômenos políticos entre os distintos lugares da terra, é a essência da geografia política. Entre aqueles o Estado é, sem dúvida, o primeiro e mais importante.”²⁶ Por fim, o que assinala André-louis Sanguin não é inteiramente distinto dos autores precedentes: “A Geografia Política [...] se concentra, em primeiro lugar, sobre os Estados e sobre as Nações.”²⁷

É por conta desse quadro traçado que Claude Raffestin, não sem razão, assinala “a geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado.” (1993, p. 7) Assim, forjou-se toda uma tradição que baseada nos passos de Ratzel, identificou o político unicamente com o Estado, tornando-o objeto principal de interesse, ou identificando-o como o único agente geopolítico interno e externo. Marcelo Lopes de Souza (2009, p. 66), em certa medida, corrobora o colocado por Raffestin e simultaneamente ressalta algo importante para o âmbito de nossa discussão, quando diz: “O Estado foi [...] tradicionalmente o principal *locus* de referência discursiva (isto é, objeto de estudo) [...]” da Geografia Política e simultaneamente “[...] também, o principal *locus* de construção discursiva (ou seja, o ambiente de trabalho a partir do qual se elaboram as ideias e pesquisas).” (SOUZA, p. 66) Sintomático disso, é que os grandes nomes da geopolítica clássica não só tiveram o Estado como referente básico de discussão como também esses nomes sempre estiveram ao abrigo do Estado. A título de exemplificação, Friedrich Ratzel (1844-1904), Halford John Mackinder (1861-1947) Rudolf Kjellen (1864-1922) foram professores universitários; Alfred Mahan (1840-1914), Karl Haushofer (1869-1946) eram militares. Nessa altura, a assertiva de Vesentini (2013, p. 11)²⁸ é apropriada em relação aos exemplos citados: “As geopolíticas clássicas foram elaboradas primeiramente por militares [...] e, em segundo lugar, por juristas [...] ou geógrafos.” Nesse rol, pode-se incluir até mesmo a Geopolítica brasileira e em um quadro maior, a latino americana: ambas se formaram fortemente vinculadas ao universo militar²⁹. Mas os vínculos entre Estado e produção geográfica podem ser

²⁶ Original: “[...] la diferencia que existe entre los fenómenos políticos entre los distintos lugares de la tierra, es la esencia de la geografia política. Entre aquellos el Estado es, sin duda, el primero y más importante.” (WHITTLESEY, 1948, p. 7)

²⁷ Original: “La géographie politique [...] se concentre, en premier lieu, sur les Etats et sur les Nations.” (SANGUIN, 1977, p. 7)

²⁸ O autor em questão, em seu livro *As Novas Geopolíticas* (2013), diferentemente desta tese, trabalha com a diferenciação entre Geografia política e Geopolítica.

²⁹ Para demonstrar a afirmativa com exemplos estritamente locais destaca-se a obra de três militares brasileiros: *Projeção Continental do Brasil* (1947), do General Mario Travassos; *Geopolítica do Brasil* (1967), do General

aludidos por meio de outras ligações não tão fortes, mas nem por isso menos efetivas e operantes. Para tanto, basta lembrar que “[...] após a Primeira Guerra Mundial, os geógrafos e o conhecimento por eles produzido, foi mobilizado para ajudar a traçar as novas fronteiras da Europa”. (CASTRO, 2013, p. 20) Para ser mais concreto, Emanuel de Martonne (1873-1955) presidiu a comissão – no âmbito da Conferência de Paz que estabeleceu as novas fronteiras entre Polônia e Romênia; Albert Demangeon (1872-1940), integrou o Comitê de Estudo para a Paz; Isaiah Bowman (1878-1950), importante geógrafo americano, autor de *The New World: Problems on Political Geography*, foi representante de governo estadunidense nas conversações de Versalhes.³⁰

Mas a tradição da Geografia Política pautar-se exclusivamente no Estado não impera mais na atualidade. Houve passos significativos no sentido “[...] de reconhecer [...] outras organizações e instituições, [...] que [...] [comportam] relações de poder, [...] não exclusivamente [baseada n]o Estado”. (DAMIANI, 2002, p. 17) Por conta disso há “[...] uma evidente desestatização do objeto de estudo da Geografia Política com as análises muito mais centradas nos problemas relativos ao poder em geral e as suas formas de manifestação e exercício do que exclusivamente no poder estatal, como no passado.” (COSTA, 2008, p. 25)

No âmbito dessa atualização, Claude Raffestin faz todo um esforço de desenhar uma geografia política não pautada no poder estatal. Para ele, há que se fazer uma geografia do poder e não mais uma geografia do Estado, como tradicionalmente ocorre. Tal perspectiva parte do pressuposto que “[...] o poder, enquanto capacidade para fazer ou obter algo não está restrito à lógica e ao aparato estatal [...]”. (CASTRO, 2013, p. 77) Disso se sobressai “[...] que, no plano das grandes empresas, dos partidos políticos, dos homens políticos, financeira e comercialmente, existem estratégias” (DAMIANNI, 2002, p. 17) que podem ser equacionadas como de cunho geopolítico. Neste sentido, interessaria politicamente a geografia “[...] toda organização dotada de poder político capaz de se inscrever no espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 23)

A inflexão registrada acima deriva, em parte das transformações ocorridas no cenário internacional, onde ao lado dos Estados surgiram diversas organizações de feições supraestatais tanto de caráter econômico quanto de caráter político, como Organização das Nações Unidas

Golbery do Couto e Silva; *Brasil Geopolítica e Destino* (1975), do General Carlos de Meira Mattos. Para uma visão mais detalhada sobre o assunto ver: SHAGUINOLI (1995).

³⁰ A Conferência de Paz foi realizada em Paris em 1919 pelas principais potências beligerantes da Primeira Guerra que culminou com o Tratado de Versalhes que colocou fim oficialmente a guerra dos Aliados contra a Alemanha.

(ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), blocos internacionais etc. Nesse contexto, tais “ [...] instituições foram assumindo competências que, ou eram geridas pelo Estado até aquele momento, ou são novas necessidades geradas.” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 113) decorrentes do aumento dos fluxos do comércio global a partir da atuação de empresas multinacionais e de certa unificação do mundo pelo uso de tecnologias. Isso de certa maneira acarretou todo um debate a respeito do papel do Estado no cenário internacional. Alguns autores se arriscam “[...] a falar de desterritorialidade, fim das fronteiras, morte do Estado.” (SANTOS, 2015, p. 76) Outros, malgrado as transformações, defendem que “[...] o Estado ainda é, no presente, e apesar de todas as contracorrentes, a unidade primária e principal da política internacional.” (COSTA, 2008, p. 329). Tal posição é muito bem manifesta na seguinte assertiva de Milton Santos:

Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinha, dentro de cada território sua vontade política ou econômica. (SANTOS, 2015, p. 77)

Mas, se o Estado é uma figura de forte presença no cenário internacional na atualidade, como pontua Santos (2015), e de grande importância para a Geografia Política atual, o que dizer então no tempo de Lenin? Praticamente todo o eixo estratégico daquilo que se denomina geopolítica leniniana para a Revolução passa pelo Estado. Entretanto, antes demonstrar isso, seria interessante fazer uma sucinta discussão sobre o vínculo existente entre Estado e capitalismo. David Harvey diz que: “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos, precedidas pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo.” (HARVEY, 2005, p. 92) Neste sentido, a edificação do Estado foi importante pelo fato de centralizar o poder e com isso resolver questões tanto de ordem política quanto de ordem ideológica e “também questões do âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das nações, o que favoreceu a troca de mercadorias.” (OEORIO, 2014, p.31-32)

Mészáros (2002, p. 108) é outro autor que destaca a referida ligação ao enfatizar em *Para Além do Capital*: “[...] o Estado moderno, altamente burocratizado, com toda a complexidade de seu maquinário legal e político, surge da necessidade material absoluta da ordem sociometabólica do capital.” O Estado, neste sentido, é uma necessidade imperiosa do capital, o que implica dizer

que o capital tem uma dimensão internacional, mas que se expressa em formações estatais. Nos termos de Jaime Osório:

Existe, portanto, um processo de contradição necessária nos movimentos do capital. Sua vocação requer um sistema mundial para funcionar. Mas só pode se realizar ao estabelecer um novo espaço-fronteira que impulsiona e, ao mesmo tempo, delimita tal vocação universal: o Estado-Nação. (2014, p. 31-32)

O que logo se depreende disso é “o caráter inerentemente contraditório do capital: a um só tempo processo mundial de valorização do valor fundado na dominação do trabalho vivo, ele é também um sistema internamente fragmentado em comunidades estatais-nacionais.” (ROUX, 2003, p. 48-49).

Muito sintomático do destacado acima é o crescente aumento do número de Estados existentes na atualidade, 206 no total. Como bem destaca Martin “a atração da soberania é uma força contemporânea extremamente poderosa, capaz de multiplicar por quatro o número de Estados existentes no mundo desde a fundação da ONU.” (2002, p.28) Porém, mais interessante do que falar em números, seja matizar mais fortemente que essa proliferação estatal esteja vinculada à ascensão do capitalismo e a um consequente engendramento de uma nova geografia política, muito diferente daquela existente no período medieval – para manter somente o exemplo da realidade europeia³¹ – na qual predominava uma fragmentação política e territorial concomitante a uma sobreposição de autoridades. (SASSEN, 2010, p. 60)

Distintamente do período medieval, a modernidade, inaugurou um novo tipo de geografia política calcada na territorialidade estatal que viria se tornar a organização política básica da sociedade. Geografia política essa decorrente de “[...] uma temporalidade particular, cujo movimento – a partir da Europa Ocidental – difundiu por todo o globo uma espacialidade política própria, consolidando a situação atual de vivermos num mundo totalmente repartidos em Estados.” (MORAES, 2005b, p. 53) O ponto culminante disso é o fato de que viver hoje sob a

³¹ Aqui é importante atentar para o que diz Negri sobre a soberania, mas que não deixa de fazer sentido no referente ao Estado: “Apesar da soberania moderna ter emanado da Europa, ela nasceu e se desenvolveu em grande parte por intermédio das relações da Europa com o exterior, e particularmente por intermédio de seu projeto colonial e da resistência do colonizado. A soberania moderna surge, portanto, como conceito da reação europeia e da dominação europeia tanto dentro como fora de suas fronteiras. São duas faces complementares e de igual duração, de um mesmo desenvolvimento: domínio dentro da Europa e domínio europeu sobre o mundo.” (2006, p. 88)

soberania de um Estado é uma experiência que "faz parte da vida cotidiana da população mundial." (CASTRO, 2013, p. 122)

Contudo, deixando por um momento o vínculo entre capital e Estado e atentando à discussão disciplinar, a Geografia captou muito bem esse movimento de difusão estatal. Camille Vallaux, por exemplo, em seu *Estado y el Suelo*, viu na colonização – por sinal fortemente ligada ao movimento do capital – um elemento de territorialização estatal nos diversos quadrantes do globo, conforme fica patente no seguinte trecho: “Os Estados modernos [...] se engrandecem e se ampliam até os limites das terras habitáveis, seja por si mesmo e por suas colônias, seja por suas antigas colônias independentes.”³² Isaiah Bowman (1928) não deixou passar despercebido o mesmo fenômeno de multiplicação das fronteiras estatais através de outro mecanismo: o empreendimento bélico. O título de seu trabalho *O Novo Mundo* enfatiza justamente a criação de novas fronteiras políticas no âmbito da conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que abalou o mundo e, mais particularmente, a Europa. Porém, anteriormente a Bowman e Vallaux, Ratzel já chamara a atenção do fenômeno em tela: "A expressão geográfica do crescimento [estatal] reside na incessante aumento dos [...] espaços políticos que, hoje se estendem ao planeta."³³

Do exposto pode-se depreender que “o ambiente imediato de qualquer Estado somente existe no âmbito de um ambiente maior e mais amplamente difundido, do qual constitui parte.” (MOODIE, 1965, p. 12). Em outras palavras, todo Estado está inserido dentro de uma totalidade maior. Logo, a Geografia Política da modernidade é marcada pela existência de um sistema internacional de Estados que do ponto de vista do capital comporta centros hegemônicos e lugares não centrais. Essa diferenciação é justamente aquilo que a teoria do imperialismo do marxismo clássico³⁴ em suas diferentes variantes chamou implicitamente de centro e periferia.

Nessa altura, falar em imperialismo dá a oportunidade de trazer Lenin para o quadro de exposição e dizer que o sistema de Estados como um elemento transcendental do mundo não passou despercebido ao olhar analítico do líder bolchevique. Em *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, um opúsculo de 1916, Lenin dirigiu toda uma atenção especial ao cenário

³² Original: “Los Estados modernos complexos se engrandecen y ensanchan hasta los límites de la tierra habitables, ya por sí mismo y por sus colonias, ya por sus antiguas colonias independientes.” (VALLAUX, 1914, p. 410)

³³ Original: "L'expression géographique de la croissance réside dans l'incessante augmentation des espaces [...] politique qui aujourd'hui, s'étendent à la planète." (RATZEL, 1987, p. 109)

³⁴ Referência às elaborações de Lênin, Kausty, Rosa Luxemburgo etc.

internacional, analisando a difusão do capitalismo e seus mecanismos de hegemonia e apropriação territorial do globo. Um trecho do referido livro é interessante reproduzir:

[...] a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta [...] de modo que "no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um 'proprietários' para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um 'dono'. (LENIN, 2011, p. 201)

Apesar das diferenças de perspectivas políticas, quão próximas estão essas palavras do líder bolchevique das constatações de Ratzel, vista linhas atrás, ou mesmo das posições de Mackinder, em *O Pivô Geográfico da História*, que viu na apropriação política do globo pelo Estado, ou melhor, por um pequeno grupo de Estados, o fim de uma era a qual ele denominou de Colombina. Suas palavras denotam melhor o sinalizado: "De hoje em diante, na idade pós-colombina, devemos novamente ter de lidar com um sistema político fechado e, no entanto, será de escopo mundial." (2011, p. 87)

Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo é, portanto, o livro de Lenin onde ele se dá conta que o espaço geográfico mundial se tornou fechado e politicamente dominado pelo Estado ou grupos de Estado assentado na hegemonia do capitalismo. No que se refere às ligações de Lenin e Mackinder, é interessante adiantar que esse não é o único elemento de aproximação entre ambos. São inúmeros os pontos em comum entre o revolucionário russo e conservador britânico em relação à política espaço. No decorrer da tese se terá oportunidades de explorar mais pormenorizadamente tais vínculos. Independente disso é pertinente adiantar, não necessariamente a proximidade, mas o distanciamento do líder bolchevique com outro importante geógrafo. Neste sentido, se, por um lado, Lenin, muito próximo a Mackinder, concebia a unidade do espaço geográfico mundial via política e economia, Vidal de La Blache (1954) em sua obra *Princípios da Geografia Humana*, analisava a unidade do mundo via elementos naturais.

Ponto importante a se considerar nessa exposição é a compreensão marximiana de territorialização estatal pelo mundo. A rigor o melhor seria dizer: a falta de compreensão. Nesta linha o que diz Mészáros é vital: "o capital, durante a vida de Marx, estava muito distante de sua moderna articulação como um sistema verdadeiramente global, sua estrutura geral de comando político, como sistema de Estado globalmente interligado, era muito menos visível sua mediaticidade". Por conta disso, argumenta Mészáros que:

Não é, portanto de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado, apesar de este receber um lugar muito preciso e importante em seu sistema projetado como um todo. (2015, p. 41)

Ou seja, no tempo de Marx não existia com a mesma contundência que nos tempos de Lenin e Mackinder a territorialização do espaço geográfico mundial pela instituição estatal. Portanto, coube a Lenin captar a dimensão da repartição territorial do globo centrada na figura dos Estados.

Isso é uma questão de ordem eminentemente material de enorme transcendência. A existência dessa Geografia Política fechada do capital e pautada em Estados como unidades políticas é uma realidade com a qual Lenin se depara e que terá desdobramentos diretos em sua estratégia política para a revolução.

1.2. Revolução em Lenin: alguns elementos de aproximação

Gerald Walter, em sua biografia sobre Lenin, relata que Fiodor Dan (1875-1945), um social-democrata russo, quando objetado sobre a incontestada autoridade de Vladimir Ulianov no seio do partido, responde taxativamente que isso se devia ao fato de não existir:

[...] nenhum homem no mundo como ele que pense na revolução durante vinte quatro horas por dia, que não tenha outros pensamentos que não sejam os relativos à revolução e que, até quando dorme, não veja mais que a revolução em seus sonhos. Trate de vencer a um homem assim!³⁵

Na presente seção do capítulo, serão debatidos alguns elementos gerais da concepção daquilo que foi o motivo maior da vida política de Lenin: a Revolução. Preencher tal requisito é

³⁵ Original: "[...] porque no hay un solo hombre en el mundo como él que se ocupe de la revolución durante las veinticuatro horas del día, que no tenga más pensamientos que los relativos a la revolución y que, hasta cuando duerme, no vea más que la revolución en sus sueños. ¡Trate de vencer a un hombre así!" (WALTER, 1984, p. 296)

uma condição *sine qua non* para a compreensão de sua geopolítica para a revolução no Império Russo. Porém, antes de iniciar a empreitada frisa-se que Vladimir Ulianov é um homem de ação que vincula estreitamente teoria e prática. Nesses termos, a teoria tem o intuito de orientar a prática política. Sempre que a realidade muda, a teoria tem que mudar para entender a realidade e iluminar a ação política, bem naquela linha que assinalava o líder bolchevique: “o marxismo não é um dogma, mas um guia para ação.” Isso necessariamente implica em admitir claramente que o pensamento de Lenin não é estático, mas sim perpassado de tensões, evolução, rupturas, assim como de continuidades. Luciano Gruppi (1979) reforça isso quando aponta que para entender vários aspectos do pensamento de Lenin não se pode reduzir a análise a apenas momentos ou pontos de sua produção textual. Uma exemplificação vem bem a calhar: a questão do imperialismo não pode ser restringida a análise apenas de *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, tampouco a análise da concepção da instituição estatal reduzida apenas ao *Estado e Revolução*. Há sempre que se alargar a análise para além desses textos basilares, posto que em Lenin, “[...] há a impossibilidade de reduzir sua concepção (ou, mais exatamente, o desenvolvimento de sua concepção) a algumas obras, por mais importantes que sejam.” (GRUPPI, 1979, p. 300) Portanto, restringir a análise de determinadas temáticas a apenas alguns de seus trabalhos é correr risco de simplificação.

Por conseguinte, essa empreitada de exploração conceitual da revolução, mobilizará alguns diferentes extratos da extensa obra do líder bolchevique, sem necessariamente tal mobilização respeitar a ordem cronológica de sua produção textual, mas sim a sua conveniência para exposição e clareza.

Dessa forma, salienta-se que a ideia de revolução penetra em Lenin via Marx. O pensador alemão via na mudança revolucionária o mecanismo de derrocada do capital e o caminho para a emancipação humana.³⁶ A mudança revolucionária, no esquema marximiano era um elemento do progresso humano. É por essa e por outras que o autor de *O Capital* definia a revolução como a locomotiva da história.

Porém, para colocar a discussão num âmbito mais geral, é necessário dizer que a ideia de revolução ocupa um importante local na própria tradição do movimento socialista anterior e contemporâneo a Marx, pelo menos o de sua ala mais radical. Lenin, portanto como legatário e

³⁶ Não existe na extensa obra de Marx e Engels uma obra que trate especificamente revolução. O entendimento de revolução de ambos está disperso em suas extensas obras. Para uma compreensão sobre o tema ver: LOWI (2002).

continuador do marxismo, assim como partícipe do movimento social-democrata internacional que tinha como meta a revolução socialista, ele era partidário da mudança revolucionária tanto para seu país quanto para o mundo.

Mas se Lenin, como se disse, vem de uma tradição que defende a revolução como mecanismo de mudança, uma pergunta se impõe: o que seria exatamente a revolução no entendimento leniniano? Bem, em uma primeira aproximação, um tanto genérica, pode-se dizer que a revolução seria um movimento social que visa tomar, controlar o poder estatal no intuito de executar mudanças. Dessa primeira importante aproximação é imperioso destacar a dimensão estatal do projeto revolucionário leniniano. Tal matiz não poderia ser diferente, já que o paradigma predominante na tradição revolucionária – com exceção de propostas marginais, foi encarar o Estado ou a sua conquista como motor da mudança revolucionária. John Holloway atesta isso quando diz: "O debate que, há cem anos, Rosa Luxemburgo e Edward Bernstein mantiveram sobre 'reforma ou revolução' estabeleceu claramente os termos que dominariam o pensamento sobre a revolução durante a maior parte do século XX." (2003, p. 23-24) Para ser bastante enfático: o autor em questão assinala que tanto a mudança via reforma quanto por meio revolucionário elegia ou tinha o Estado como elemento importante do processo.

Contudo, mais importante do que mobilizar as colocações de Holloway é trazer para o quadro expositivo alguns elementos textuais da argumentação leniniana no intuito de mostrar com mais contundência o que foi exposto acima. Nesta perspectiva é bastante sintomático o que pontua o líder bolchevique em *Uma das Questões Fundamentais da Revolução*: "A questão do poder é certamente a questão mais importante de toda revolução."³⁷ E o poder para ele não é outra coisa que o do Estado, conforme fica explícito nesse excerto de outro documento: "Nós temos necessidade de um poder revolucionário, nós temos necessidade (por um certo período de transição) de um Estado [...] nós somos pela utilização revolucionária de formas revolucionárias de Estados na luta pelo socialismo."³⁸ Já em *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, confeccionada no calor da conjuntura revolucionária de 1905, há um sentido de revolução que se faz necessário reproduzir "a superestrutura [no processo revolucionário] se rompe em todas suas emendas, cede à pressão, se debilita. O povo se vê na necessidade de criar

³⁷ Original: "La question du pouvoir est certainement la question la plus importante de toute révolution." (OC22, 1962, 398)

³⁸ Original: "Nous avons besoin d'un pouvoir révolutionnaire, nous avons besoin (pour une certaine période de transition) d'un Etat [...] nous sommes pour l'utilisation révolutionnaire des formes révolutionnaires de l'Etat dans la lutte pour le socialisme." (OC23, 1959, p. 353)

ele mesmo, por meio dos representantes das mais distintas classes e grupos, uma nova superestrutura." (LENIN, 1975, p. 114). Para não entrar na reprodução de inúmeros excertos que apontam para a mesma direção basta lembrar que o título de um dos mais famosos trabalhos do líder bolchevique é *Estado e a Revolução* (1979), no qual há toda uma defesa da instituição estatal no processo revolucionário. Do conjunto do exposto é pertinente inferir que no projeto leniniano, a instituição estatal, na revolução, é abalada, ou melhor, destruída pela ação revolucionária e substituída por um novo Estado pertencente aos agentes revolucionários. Aqui, a reivindicação do Estado como elemento de mudança se daria somente em uma fase do movimento de construção do socialismo ou libertação do homem do jugo do capital. A rigor, Lenin (1979) baseado no Marx do *Programa de Gotha*³⁹ divide esse processo em dois períodos: socialismo e comunismo. O comunismo, por um lado, representaria o último estágio da organização social em que a exploração e opressão do homem teria termo. O socialismo, por outro lado, seria o início do processo, na qual o Estado desempenharia o papel de elemento necessário de transição entre a primeira e a segunda fase. O Estado no fim desse movimento se extinguiria, ou melhor, definharia no decorrer do processo. István Mészáros bem captou em sua obra, *A Teoria da Alienação em Marx*, os pontos nodais, dessa defesa marximiana e também leniniana, quando pontua: "[...] a política deve ser concebida como uma atividade cuja finalidade última é sua própria anulação." (2006, p. 147)

Veja-se o movimento contraditório daquilo que já se pode chamar de geopolítica leniniana: contesta-se e combate-se o Estado estabelecido, a fim de colocar outra instituição estatal em seu lugar, porém tendo como horizonte de pretensão o fim do próprio Estado. Em outras palavras, se destrói o Estado, se reconstrói o Estado, tendo por finalidade última a extinção do próprio Estado. A radicalização desse raciocínio força a dizer que o intuito leniniano de revolução mundial tinha como meta última não somente o fim do Estado, mas de toda ordem mundial pautada em Estados. Em outros termos, o perecimento da geografia política fechada do capitalismo centrada em instituições estatais.

Em virtude do privilégio do distanciamento temporal, não se pode deixar de comparar, nesse ponto da exposição, a teoria com prática, o contraponto do ideal com os fatos. Como se sabe, todas as revoluções do século XX que tiveram como proposta tomar o poder em nome da implantação ideário socialista, não viram o Estado decrescer, mas sim aumentar. A União

³⁹ Sobre essa divisão em Marx, ver: MARX (2006) e LÊNIN (1979).

Soviética, como já sinalizado, acima, é um dos exemplos mais paradigmáticos desse agigantamento estatal. Diversas foram as explicações para esse desfecho, Trotsky (2007d), por exemplo, argumenta que a razão do gigantismo estatal soviético foi a não extensão da revolução para além das fronteiras URSS. Os anarquistas, por sua vez, *a priori* e *a posteriori*, argumentaram que colocar o Estado como elemento motor da mudança revolucionária é um processo condenado de antemão a falência. Independentemente das controvérsias, é forçoso assinalar, em virtude daquele privilégio do distanciamento temporal, que a Geopolítica leniniana para a revolução não conseguiu avançar da fase destruição do Estado e a afirmação de um novo Estado, e a bem da verdade, com muitos elementos do velho.

Importante salientar ainda, apesar de estar sutilmente delineado acima, que a reivindicação do Estado de Marx e Lenin no processo revolucionário contrasta enormemente com o projeto anarquista para quem o Estado não era uma instituição a ser reivindicada na construção da nova sociedade. O que diz Bakunin é muito sintomático sobre isso: "Os comunistas crêem dever organizar as forças operárias para apoderar-se da potência dos Estados. Os socialistas revolucionários organizam-se com vista à destruição ou se quiser uma palavra mais polida, com vista à liquidação dos Estados." (2011, p. 114-115)

Nesta perspectiva, se no projeto leniniano o Estado funcionaria como um elemento de transição revolucionária até a sua extinção; no anarquismo a revolução visava de imediato por fim à instituição estatal. As palavras de Kropotkin são sintomáticas sobre isso:

a revolução social passa pela destruição do Estado e simultaneamente a reconstrução de uma nova forma de vida social principiando pelos fundamentos próprios da sociedade – a comuna livre da aldeia, o federalismo, os agrupamentos dos simples para o composto, a união operária livre etc. (2000, p. 89)

Talvez mais interessante de que aprofundar as divergências entre anarquistas e marxistas seja explorar as implicações geográficas das evidências textuais leninianas apresentadas. Nesta perspectiva, a revolução em Lenin, tem uma dimensão fortemente espacial. E é justamente aqui a concepção de revolução do líder bolchevique ganha mais fortemente um conteúdo geopolítico. Sua reivindicação do Estado não deixa de ir neste sentido, pois como bem diz Jean Nogué e Rufi: "Estado implica [necessariamente] território." Como, salientamos na introdução, não há Estado sem território, logo, querer Estado é querer obrigatoriamente território [...]."(2006, p. 100) Como

ja se salientou na introdução, não há Estado sem território, logo, querer Estado é querer obrigatoriamente território. Uma assertiva de Jean Gottmann, neste ponto, leva mais longe nas implicações territoriais: "As disputas territoriais são sem dúvida um dos fenômenos políticos mais antigos [...]"⁴⁰ Ambicionar domínio espacial é também empreender disputa territorial. Assim, a revolução, um fenômeno eminentemente territorial, não foge a tais disputas, o que fica fortemente evidenciado nesse artigo de 1905, *O Exército Revolucionário e o Povo*, onde o líder bolchevique assinala: "O governo revolucionário é indispensável à direção política das massas do povo, primeiro sobre o território já arrancado do czarismo pelo exército revolucionário, depois no Estado inteiro."⁴¹ Não é preciso nem destacar que na expressão "Estado inteiro" está compreendida também a sua dimensão territorial, ou seja, a totalidade do território sob controle estatal czarista. Aqui é preciso aprofundar as implicações da concepção leniniana, já que ele simplesmente concebe a revolução como um processo – e não como um ato – que vai tirando o controle territorial da antiga ordem estatal e colocando sob a égide dos revolucionários. Esse outro excerto do já citado artigo reforça sobremaneira, o que assinalou-se: "O governo revolucionário é indispensável à unificação e a organização política da parte insurgida do povo que rompeu de fato definitivamente com a autocracia."⁴² Nesse quadro de disputa, a figura do governo revolucionário ocupa um papel de destaque. É por intermédio dessa instituição que o território da antiga ordem vai sendo subtraído. São inúmeros os artigos escritos em diferentes datas sobre o papel dessa importante instituição no processo revolucionário⁴³ e, consequentemente, do território.

Em *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Russa*, por exemplo, há uma polêmica de Lenin com setores da social democracia na qual fica bastante evidente a dimensão territorial da revolução e as disputas de território envolvidas a partir da discussão do governo

⁴⁰Original: "Les disputes territoriales sont sans doute l'un des phénomènes politiques les plus anciens [...]" (GOTTMANN, 1952, p. 71)

⁴¹Original: "Le gouvernement révolutionnaire est indispensable a la direction politique des masses du peuple, d'abord sur le territoire déjà arracher au tsarisme par l'armée révolutionnaire, puis dans le L'Etat entier." (OC8, 1964, p. 571)

⁴²Original: "Le gouvernement révolutionnaire est indispensable a l'unification et a l'organisation politique de la partie insurgée du peuple qui a rompu de fait, définitivement, avec l'autocratie." (OC8, 1964, p. 572)

⁴³Com o intuito de demonstração de tal importância cita-se aqui com seus respectivos anos de confecção os artigos que trazem em seu título a expressão governo revolucionário. São eles: *Sobre o Governo Revolucionário Provisório* (1905), *Quadro do Governo Revolucionário Provisório* (1905), *O Exército Revolucionário e o Governo Revolucionário* (1905). Estão de fora dessa listagem vários artigos que não trazem a expressão governo revolucionário em seu nome, mas nem por isso deixam de ser importante na defesa contundente dessa instituição por parte de Lênin como, por exemplo, o opúsculo *As duas Táticas da Social Democracia na Revolução Russa*, ou mesmo o artigo *Nossas Tarefas e o Soviete dos Deputados Operários*, etc.

revolucionário. Ali, se contrapondo à posição de alguns militantes contrários a participação da social democracia em um governo revolucionário, em virtude da ortodoxia reinante advogar para a Rússia uma revolução burguesa e não socialista, ele defende a participação ativa dos marxistas russos na tomada do poder, ainda que a revolução a ser realizada não seja socialista. Neste contexto, se por um lado, alguns sociais democratas apegados a ortodoxia defendem apenas a tomada parcial de poder, ou seja, o domínio no período revolucionário de determinadas localidades da Rússia não no sentido de dominar o conjunto do país, mas apenas para ajudar, a partir desses domínios locais, a burguesia derrubar revolucionariamente o czarismo. Lenin por outro, questiona: "Qual a diferença entre a 'conveniência' de 'tomada' parcial do 'poder' em uma cidade ou região e a participação no governo provisório revolucionário de todo um Estado? Não existe entre as 'cidades' alguma como São Petersburgo onde teve lugar o 9 de janeiro? (LENIN, 1975, p. 67) Na linha de entendimento leniniano, tomar o poder em determinada localidade necessariamente obrigará os revolucionários a assumirem as funções de poder estatal, já que "as tarefas [...] referentes ao cárceres, à polícia, ao tesouro etc. [...] existem também se 'tomamos o poder' numa localidade, para já não falar numa região?". (LENIN, 1975, p. 67) É interessante destacar que o tamanho dos domínios territoriais tem peso na argumentação do líder bolchevique. Isso fica bastante evidente quando Lenin questiona: "O Cáucaso, [por exemplo] não está entre as regiões, sendo maior que muitos Estados? (LENIN, 1975, p.67)

No referente ao conjunto dessas argumentações leninianas, cabe chamar imensamente atenção aqui a dois aspectos: primeiro a revolução não se desenvolve de forma igual no território, pois "[...] ninguém negará a possibilidade de governos provisórios revolucionários parciais, locais e outros no caso de as forças serem insuficientes, da insurreição não se desenvolver de um modo completamente satisfatório, da vitória não ser decisiva [...]" (LENIN, 1975, p. 67); segundo, nos lugares, cidade, regiões, onde os revolucionários assumam o controle, sua função é exercer todos os poderes de Estado, polícia, tributos etc. e, ao mesmo tempo, batalhar para estender esse poder para as outras porções da área de soberania da antiga ordem estatal. Em outros termos, disputar as demais porções do território e suprimir por completo o antigo poder. Tais colocações dão uma oportunidade para lançar a ideia, ainda que rapidamente, de um conceito ao qual se denominará de *formação territorial da revolução*, cujo objetivo é dar conta de compreender a territorialização desigual da revolução.

Porém, por agora, mais relevante que desenvolver tal proposta é colocar em tela a temática dos soviets, o que não deixa de ser também um debate sobre a dimensão territorial. Neste sentido, cabe começar demarcando que Lenin não foi o autor da ideia desses conselhos, tampouco seu partido o criador dessas instituições. No entanto, quando os soviets surgiram, pela primeira vez, no cenário russo no bojo do processo revolucionário de 1905, ele não demorou em reconhecer ou identificar, à revelia de seu partido⁴⁴, o soviete como o embrião de um governo revolucionário a partir de onde se podia derrotar o governo czarista. Nesta linha ele assinala em *Nossas Tarefas e o Soviete de Deputados Operários*: “[...] o Soviete deve se proclamar o mais cedo governo revolucionário provisório do conjunto da Rússia ou então (o que quer dizer o mesmo, mas sob uma forma diferente), ele deve criar um governo revolucionário provisório.”⁴⁵ Na revolução de 1917, quando novamente os soviets voltaram a marcar presença e dessa vez de forma muito mais contundente, o líder bolchevique manteve a mesma estratégia de concebê-los como embrião do governo revolucionário, conforme fica patente nessa assertiva: “Uma República de Soviets de deputados operários, soldados, camponeses, etc, reunidos em Assembleia Constituinte de representantes do povo da Rússia, ou Conselho dos Soviets etc., Eis o que está nascendo entre nós.”⁴⁶ Nesse outro excerto de outro documento, também de 1917, o assinalamento é similar: “Os Soviets de deputados operários e soldados são eles mesmos um embrião de poder. Ao lado do Governo provisório, eles se esforçam também em certos lugares de exercer o poder.”⁴⁷ Sua análise da conjuntura russa de 1917 era que o país passava, por conta da revolução, por uma situação de duplo poder. O governo provisório representando a burguesia e os soviets representando o proletariado e demais classes exploradas e oprimidas da população. Neste contexto, a estratégia leniniana consistia em suprimir o duplo poder via instituições

⁴⁴ Diz-se a revelia, porque as instituições soviéticas quando surgiram – independentemente das instituições partidária do quadro político do império czarista - enfrentaram a resistência do partido social democrata russo. Sintomático disso é que o grupo de sociais democratas da fração bolchevique de Petrogrado escreveram um documento direcionado ao Soviete dessa cidade, onde se afirmava, ou melhor, intimava que essa instituição tinha que aceitar o programa do partido. É nesse contexto que Lênin, a partir do exterior, pois se encontrava exilado, escreve uma carta (*Nossas Tarefas e o Soviete dos Deputados Operários*) direcionada a esses militantes onde faz uma apreciação dessa instituição totalmente diversa daqueles militantes. Sobre isso ver: ANWEILER (1972).

⁴⁵ Original: “[...] le Soviet doit se proclamer au plus tot gouvernement révolutionnaire provisoire de l'ensemble de Russie ou bien (ce qui revient au meme, mais sous une forme différente), il doit *créer* un gouvernement révolutionnaire provisoire.” (OC10, 1967, p. 13)

⁴⁶ Original: “Une République des Soviets de députés ouvriers, soldats, paysans, etc, réunis en Assemblée Constituante des représentants du peuple de Russie, ou Conseil des Soviets, etc., Voilà ce qui est en train de naître chez nous.” (OC24, 1958, p. 60)

⁴⁷ Original: “Les Soviets des députés ouvriers et soldats sont eux même un embryon de pouvoir. A côté du Gouvernement provisoire ils s'efforcent aussi dans certains cas de exercer leur pouvoir.” (OC24, 1958, p. 340)

soviéticas. Assim, a palavra de ordem "todo poder aos soviets" dentre outras coisas, significava uma estratégia de fazer as instituições soviéticas que pululavam no território do outrora império czarista, a base de construção de um novo governo para a Rússia.

Contudo, neste ponto deixa-se a questão dos soviets de lado e volta-se novamente à exploração da dimensão territorial da revolução em Lenin, no intuito de consolidá-la melhor. Nesta perspectiva é pertinente marcar que algumas sinalizações do líder bolchevique. Mais precisamente o uso frequente da expressão “em extensão” e “em profundidade” em suas análises do processo revolucionário. Apesar de ele referir com essas expressões, na maioria das vezes, ao aumento ou penetração da revolução no seio do quadro populacional, relacionando, por conseguinte, a extensão com o engajamento em ação revolucionária das mais variadas classes e camadas sociais que compõem esse quadro demográfico, e a profundidade com a adesão substancial de uma classe em seus diversos extratos ao processo revolucionário⁴⁸, a expressão em si guarda também um sentido espacial.⁴⁹

Não é incomum encontrar na análise que o líder bolchevique faz da revolução de 1905 uma alusão à dilatação do processo revolucionário em termos de profundidade e extensão em tônica espacial. A título de ilustração, mobiliza-se o que é dito em alguns artigos, por exemplo, em *O Início da Revolução na Rússia* encontra-se a seguinte assertiva: “A revolução se estende⁵⁰.” Em outro trabalho, *A Primeira Vitória da Revolução*, referente à greve geral ocorrida em meio ao processo revolucionário, há a seguinte constatação: “A mão potente do proletariado, levantada como um élan de heroica solidariedade sobre o território da Rússia deteve toda a vida industrial, comercial e governamental [do Império].”⁵¹ Em outro trecho do mesmo trabalho, só que desta vez em termos mais concretos, ou seja, nomeando lugares (por sinal, todos localizados em pontos extremos do imenso território russo), ele enfatiza o quanto a ação revolucionária estava ampliada nesse mesmo território, ao acentuar que “A insurreição se estende. O sangue já corre em todos os

⁴⁸ Tal interpretação se sustenta em trechos tais como este de *Premieres Leçons [A Primeira Lição]* em que Lênin (OC8, 1964, p. 137) assinala: “De maneira geral, o movimento grevista e as manifestações se ligando sob forma variadas se enlanguescem e se aprofundam, tornando-se cada vez mais revolucionário e se aproximando cada vez mais, na prática, da insurreição armada do povo inteiro.”

⁴⁹ Essa ideia de extensão e profundidade não se restringe em Lênin apenas à análise da revolução. Em 1889, em seu livro, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, ele a utilizou a mesma ideia para examinar, não o desenrolar do fenômeno revolucionário, mas sim o desenvolvimento – conforme evidencia o próprio título do livro citado – do modo de produção capitalista no quadro do império czarista.

⁵⁰ Original: “La révolution s’entend.” (OC8, 1964, p. 91)

⁵¹ Original: “Une grève générale du peuple entier, telle que le monde n’en avait pas encore vu, a atteint son point culminant. La main puissante du prolétariat, dressé dans un élan d’héroïque solidarité sur le territoire de la Russie, a arrêté toute la vie industrielle, commerciale et gouvernementale.” (OC9, 1966, p. 443-444)

lugares na Rússia. O povo luta nas barricadas de Reval à Odessa, da Polônia à Sibéria.”⁵² Em *Jornadas Revolucionárias*, o movimento de dilatamento territorial da revolução marca presença de forma mais clara, quando Lenin pontua que os acontecimentos de 1905 provocaram o “[...] nascimento de um movimento revolucionário largo e potente, abarcando a Rússia inteira.”⁵³ Mas é em *A Primeira Lição* que a ideia de extensão e profundidade é acentuada em seu mais alto nível: “O proletariado revolucionário levou a revolução das cidades a sua primeira grande vitória. Resta-lhe alargar e aprofundar a base da revolução estendendo-a ao campo.”⁵⁴

O exposto demarca algumas importantes dimensões territoriais da revolução. Porém, há mais interessantes implicações a explorar da concepção leniniana. Uma delas é que a reivindicação do território, pelo líder bolchevique, a partir da reivindicação do Estado implica também necessariamente a defesa de uma escala da revolução. Em outros termos, mesmo sem manejar de forma explícita o léxico “escala”, a revolução é pensada a partir de uma perspectiva escalar.

A perspectiva assinalada fica mais evidente quando se demarca alguns pressupostos gerais do horizonte de pretensão de Lenin, como o que denota que o líder bolchevique pertence, ao movimento social-democrata, cuja meta é a emancipação do gênero humano da exploração e opressão e cuja importante inferência a se tirar é que o projeto de construção do socialismo, as ambições do comunismo, é o globo, ou seja, há na perspectiva do projeto revolucionário leniniano uma escala internacional. Daí a organização do movimento social-democracia ser internacionalista. Feito isso se coloca uma questão extremamente conectada com a exposição do tópico anterior: como viabilizar uma revolução internacional quando se sabe que a geografia política do capitalismo é compartimentada em um sistema de Estados soberanamente independentes, ao menos teoricamente? Elementos de resposta dessa questão foram denotados acima, mas independente disso se faz necessário colocar mais alguns sentidos para responder a contento a indagação posta. Para tanto, é necessário dizer que o projeto de revolução global de Lenin tem necessariamente que ser mediado por essa geografia política compartimentada do capitalismo.

⁵² Original: “L’insurrection s’entendait. Le sang coulait déjà partout en Russie. Le peuple se battait sur les barricades, de Reval a Odessa, de la Pologne a la Sibirie.” (OC9, 1966, p. 444-445)

⁵³ Original: “[...] naissance à un mouvement révolutionnaire large et puissant, embrassant la Russie entiere.” (OC8, 1964, p. 101.

⁵⁴ Original “Le prolétariat révolutionnaire a amené la révolution des villes a sa premiere grande victoire. Il lui reste a elargir et a approfondir la base de la revolution em l’etendant aux campagnes.” (OC9, 1966, p. 449).

Sobressaem-se duas escalas: uma máxima e uma mínima. Não se toma o poder no mundo, se toma o poder nos Estados ainda que o projeto global de poder seja o horizonte pretensão. Portanto, há todo um jogo escalar na perspectiva geopolítica leniniana entre o nacional e o internacional, na qual o líder bolchevique defende o início da revolução não a partir da escala máxima, mas sim a partir da escala mínima. Sendo o máximo entendido, no plano dessa argumentação, como o âmbito internacional, o espaço geográfico mundial, e o mínimo o território de domínio político de cada Estado. Como bem demonstrado, o mundo não é uma entidade política territorialmente centralizada, mas sim pautado em um quadro territorial fragmentado em Estados. Assim, não se poder tomar o poder na escala máxima, já que não existe um Estado mundial, mas somente a partir da escala mínima. Nesta perspectiva, a geopolítica de Lenin parte do mínimo para o máximo.⁵⁵ Leon Trotsky (1985, p.139) de forma mais clara e direta sintetizou esse jogo escalar do mínimo para o máximo ao assinalar: “A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial.” O nada simpático a Lenin, Alain Besançon, em seu *Les Origines Intellectuelles du Leninisme* [As Origens Intelectuais do Leninismo], reforça a presente interpretação quando pontua que “Lenin estrategista de uma revolução mundial é resolutamente internacionalista. Mas a sociedade internacional, cenário da luta de classe, se apresenta como uma cadeia de Estados.”⁵⁶ Assim “A tarefa dos revolucionários, onde quer que eles estejam, é de quebrar um elo da cadeia, ou seja, o Estado sob a dominação da qual eles trabalham.”⁵⁷ Em outros termos, os revolucionários donos do poder em determinado território estatal se engajam no apoio a revolução em outras escalas mínimas, dado que o objetivo da revolução é internacional.

As palavras do próprio Lenin denotam melhor o assinalado. Assim, em *Guerre et la Revolution* [Guerra e a Revolução], ele aponta algo no sentido do uso do poder estatal para o fomento da revolução mundial:

⁵⁵ A título de curiosidade e sem querer forçar nenhuma comparação ou analogia, é interessante marcar que a noção de escala mínima e máxima faz recordar a ideia de programa mínimo e máximo da socialdemocracia. Em termos bem simples e direto, pode-se dizer que o movimento social-democracia, enquanto movimento internacional dividia seu programa partidário em duas partes: o programa mínimo que dizia respeito ao que poderia ser conseguido no âmbito da ordem capitalista (jornada de trabalho de oito horas, sufrágio universal, proibição trabalho infantil etc.); e o programa máximo que, por sua vez, se referia à realização do socialismo.

⁵⁶ Original: “Lénine stratège d'une révolution mondiale, est résolument internationaliste. Mais la société internationale, siège du combat de classes, se présente comme une chaîne d'Etats.” (BESANÇON, 1977, p. 230)

⁵⁷ Original: “Le tâche des révolutionnaires, où qu'il soient, est de briser un anneau de la chaîne d'Etats, c'est-à-dire l'Etat sous la domination duquel ils travaillent.” (BESANÇON, 1977, p. 230)

combatendo pelo regime socialista, nós seremos necessariamente postos em condições onde a luta de classe no interior de cada nação, poderá se chocar com uma guerra entre diferentes nações engendrada por essa mesma luta de classes [...] [diante disso] também nós não poderemos negar a possibilidade de guerras revolucionárias, ou seja, guerras decorrentes da luta de classes, empreendida por classes revolucionárias e tendo um alcance revolucionário direto e imediato.⁵⁸

Nesse caso, os revolucionários donos de recursos de poder estatal, logo também de território, utilizam seus poderes para fomentar o processo revolucionário no mundo, o que pode incluir até a guerra revolucionária. A fundação da *Internacional Comunista* em 1919, no âmbito do Estado Soviético, apesar de não ser um empreendimento bélico no sentido *strito* do termo, não deixa de ser uma política nesse sentido.

Essa discussão evidencia uma consciência leniniana do desenvolvimento desigual da revolução naquilo que se pode chamar de espaço geográfico mundial ou escala global. Não poderia ser diferente, se Lenin tem consciência desse desigual desenvolvimento no âmbito de uma escala mínima, conforme se verá, por que não teria no âmbito do globo? tudo o que foi dito poder ser reforçado, sobremaneira, com o que o próprio líder bolchevique diz literalmente em *Le Programme Militaire de la Révolution Proletarienne* [*O Programa Militar da Revolução Proletária*]: "O socialismo não pode triunfar simultaneamente em todos os países. Ele triunfará, primeiro em um único ou vários países, enquanto que os outros ficarão durante certo tempo, países burgueses ou pré-burgueses."⁵⁹ De certa forma, o mesmo é assinalado nesse excerto de outro trabalho, *La Consigna de Estado Unidos de la Europa* [*Consigna dos Estados Unidos da Europa*]: "A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma absoluta lei do capitalismo. Disso se deduz que é possível que o socialismo triunfe primeiro em alguns países capitalistas, ou inclusive somente em um país capitalista."⁶⁰ Como resultado direto desse desenvolvimento desigual da revolução: "O proletariado triunfante deste país, depois de expropriar aos capitalistas e de organizar a produção socialista dentro de suas fronteiras se

⁵⁸ Original: "[...] en combattant pour ce régime socialiste, nous serons nécessairement placés dans des conditions où la lutte des classes, à l'intérieur de chaque nation, pourra se heurter à une guerre entre différents nations engendrée para cette même lutte des classes. [Diante disso] [...]"aussi ne pouvons-nous nier la possibilité de guerres révolutionnaires, c'est-à-dire des guerres découlant de la lutte de classes, menée par des classes révolutionnaires, et ayant une portée révolutionnaire directe et immédiate." (OC24, 1958 p. 408)

⁵⁹ Original: "Le socialisme ne peut triompher simultanément dans tous les pays. Il triomphera d'abord dans un seul ou plusieurs pays, tandis que les autres resteront pendant un certain temps des pays bourgeois ou prébourgeois." (OC23, 1959, p.86)

⁶⁰ Original: "La desigualdad del desarrollo económico y político es una ley absoluta del capitalismo. De aquí se deduce que es posible que el socialismo triunfe primero en unos cuantos países capitalistas, o incluso en uno solo país capitalista." (OE5, 1973, p. 142)

enfrentaria com o resto do mundo, com o mundo capitalista, atraindo para seu lado as classes oprimidas dos demais países.”⁶¹

A partir do exposto, pode-se reafirmar mais convictamente que a área de soberania estatal, o território do Estado é a escala mínima da revolução. E o globo a escala máxima. Mas essa linha de interpretação escalar pode ser mais bem reforçada ainda pelo que assinala, o líder bolchevique em *A Propósito da Revolução Nacional*: “[...] somente uma revolução de toda nação pode ser vitoriosa [...] revolução nacional [entendida] no sentido de que seu triunfo requer na luta a participação [...] de uma enorme maioria da população.”⁶² Tal proposição da necessidade imperiosa da mobilização da nação somada a outra assertiva leniniana de que a questão fundamental da revolução é a questão do poder e o poder, como se sabe, para Lenin não é outro que não seja o estatal, leva necessariamente a concluir, sem dificuldades, que a escala mínima de ação política da revolução é necessariamente nacional. Aqui é necessário frisar somente que o nacional mobilizado por Lenin, enquanto escala de ocorrência da revolução, é entendido no sentido de área de soberania de um Estado. O mesmo entendimento leniniano do âmbito escalar é mobilizado no relativo à estratégia de criação de um partido operário – “instrumento da revolução” – para o multinacional império czarista: “O partido se designou pelo nome de partido da Rússia e não partido russo, afim de que ninguém possa lhe atribuir um caráter nacional [russo].”⁶³

O expresso até aqui respeitante ao âmbito escalar da revolução, é um elemento da geopolítica leniniana, uma diretriz. Entretanto, é necessário marcar que tal elemento tem peso histórico. Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* registra algo nesse sentido – em um excerto já exposto na introdução, porém de retorno pertinente – quando assinala que os processos revolucionários no período posterior à Segunda Guerra mundial tiveram uma característica marcante que:

[...] põem de relevo o fato de que toda revolução triunfante se definiu em termos nacionais: a República Popular da China, a República Socialista do Vietnam etc.

⁶¹ Original: “El proletariado triunfante de este país, después de expropiar a los capitalistas y de organizar la producción socialistas dentro de sus fronteras se enfrentaría con el resto del mundo, con el mundo capitalista, atrayendo a su lado las clases oprimidas de los demás países.” (OE5, 1973, p. 142)

⁶² Original: “[...] seule une révolution de toute la nation peut être victorieuse [...] révolution nationale [...] en ce sens que son triomphe requiert la participation [...] a la lutte d’une énorme majorité de la population.” (OC5, 1967, p. 406)

⁶³ Original: “Le parti, afin que personne ne lui puisse attribuer un caractere national, s’est donné le nom de parti de Russie et non de parti russe.” (OC8, 1964, p. 502)

E ao fazê-lo assim se arraigou firmemente em um espaço herdado do passado pré-revolucionário.⁶⁴

Apesar de o termo nacional mobilizado por Andersen, diferentemente de Lenin, possuir fortemente uma carga semântica relativa à nação, nacionalidade, ou melhor, Estado-nação, ele também, sinaliza o sentido estatal, de escala mínima leniniana, a operar nos mencionados processos revolucionários. O exposto é demasiadamente próximo do que diz José Luis Fiori: "Os projetos políticos revolucionários só podem ter alguma eficácia onde exista algum poder a ser conquistado, e os centros de poder continuam a ser organizados de forma territorial ou nacional." (2007, p. 88-89)

A perspectiva escalar leva a outra dimensão do fenômeno revolucionário que bem pode ser introduzido nos seguintes termos: se não existe revolução extraterritorial, tampouco existe revolução sem quadro demográfico. Jean Gottmann exprimiu essa assertiva quando assinalou: "Não há política nem geografia sem qualquer população."⁶⁵ Bem antes de Gottmann, Karl Marx já pontuara que "[...] a população é a base e sujeito de toda a ação social" (2003, p. 248), logo também de toda ação política. Portanto, não se pode pensar a revolução sem levar em consideração o quadro demográfico. Neste contexto, Lenin caminha na perspectiva apontada quando diz que o triunfo da revolução "[...] requer na luta a participação [...] de uma enorme maioria da população."⁶⁶ Obviamente que falar em população, sem levar em consideração suas divisões como classes e estratos é uma abstração, como bem alertou Marx (2003) em *Introdução para a Crítica da Economia Política*. Porém, isso será discutido nos capítulos seguintes. O máximo que se pode dizer é que a população, em termos genéricos, é o sujeito que tece a revolução no território ou o sujeito que cria o território da revolução na escala mínima. O inverso disso também é verdadeiro: a população também é o a base e sujeito da contrarrevolução.

A essa altura da exposição se pode arrematar uma melhor definição de revolução na geopolítica leniniana apresentada linhas atrás. Nesta perspectiva, a revolução seria, dentre outras

⁶⁴ Original: "Tales consideraciones ponen de relieve el hecho de que, [...] toda revolución triunfante se ha definido en términos nacionales: la República Popular de China, la Republica Socialista de Vietnam, etc. Y al hacerlo así se ha arraigado firmemente en un espacio territorial y social heredado del pasado prerrevolucionario." (ANDERSON, 1993, p. 18)

⁶⁵ Original: Il n'esta pas de politique ni de géographie sans quelque population [...]."(GOTTMANN, 1952, p. 146)

⁶⁶ Original: "[...] seule une révolution de toute la nation peut être victorieuse [...] révolution nationale [...] en ce sens que son triomphe requiert la participation [...] a la lutte d'une énorme majorité de la population." (OC5, 1967, p. 406)

coisas, *uma ação política radicalizada da população de determinado Estado contra a ordem estabelecida desse mesmo Estado, visando à tomada do poder*. Acrescenta-se que em meio a esse processo de ação revolucionária a territorialidade do Estado é enfraquecida e posteriormente reafirmada pelos revolucionários. É por essa e por outras que o líder bolchevique declarava: "Nos somos por um poder revolucionário forte."⁶⁷ Destaca-se que entre o enfraquecimento da territorialidade estatal, provocado pela movimentação popular, e a reafirmação da autoridade do Estado, novas territorialidades entram em cena.⁶⁸ Os soviets seriam justamente isso no caso revolucionário russo.

Esboçado um conceito de revolução a ser mobilizado no decorrer desse trabalho, cabe agora dizer mais clara e substancialmente o que também se entende por geopolítica no âmbito dessa tese, a geopolítica para a revolução não seria outra coisa que o movimento de Lenin em analisar, identificar, mapear e buscar mobilizar no âmbito do território da escala mínima, – e inclusive para além dessa escala – as forças sociais e políticas capazes de tecerem a revolução no território ou tecerem o território da revolução. Desnecessário se faz dizer que a geopolítica compreende também a identificação e mapeamento das forças sociais contrárias à revolução. Como pode-se afirmar que não existe revolução sem território e tampouco revolução sem quadro demográfico, logo também é possível seguramente assinalar que nem toda a população de determinado território estará comprometida com o projeto revolucionário.

Mas deixando de lado a questão demográfica da revolução, assim como também a aproximação conceitual do fenômeno revolucionário em Lenin e voltando à ideia de escala mínima, é pertinente registrar numa empreitada genealógica – que a origem de tal ideia escalar centrada no Estado não está em Lenin. Sem grandes dificuldades se pode detectá-la implicitamente em uma das obras mais populares de Marx: *O manifesto Comunista*. Isso é o que se pode inferir da passagem de alguns trechos do opúsculo em questão na qual o pensador alemão assinala que o proletariado tem que derrubar a burguesia e tomar o poder político para erguer-se como classe dominante. (Marx, 2006)

⁶⁷ Original: "Nous sommes pour un pouvoir révolutionnaire fort." (LENIN, OC24, 1958, p. 368)

⁶⁸ Minha dissertação de mestrado, problematizando a revolução russa fez o movimento de entender os soviets como novas territorialidades que surgiram entre a derrocada do Estado czarista e a afirmação do Estado soviético no território da Rússia. A reafirmação do Estado levou, por sua vez, ao fim dessas novas territorialidades. Para conferir os pormenores dessa argumentação consultar: OLIVEIRA (2012).

Tomar o poder, como visto anteriormente, não é outra coisa que dominar o Estado, portanto o território, logo também dominar determinado âmbito escalar. Contudo, tal âmbito escalar fica mais bem evidenciado nessa passagem:

Pela forma e não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia é, em primeiro lugar, nacional” posto que na “[...] medida que o proletariado [...] primeiramente conquistar, em seu benefício, o poder político, [e] erigir-se em classe nacional [...] ele continua sendo nacional, mas nunca no sentido burguês do termo. (MARX, 2006, p. 56)

Em *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx retoma essa ideia e a deixa mais clara, ao polemizar com o precursor da social democracia alemã, Ferdinand Lassale⁶⁹ (1825-1864), que concebia a luta proletária de um ponto de vista estritamente nacional. Contra tal visão, no referido texto, Marx pontua:

para poder efetivamente lutar, a classe operária deve organizar-se em seu país como classe, sendo o respectivo país teatro imediato da sua luta. É nessa medida que sua luta de classe é nacional, não em seu conteúdo, mas [como diz o *Manifesto Comunista*] ‘em sua forma.’ (2006, p. 112)

Frisa-se que a semântica do nacional mobilizado pelo autor em questão está muito próxima daquela utilizada por Lenin, ou seja, o nacional entendido como área de soberania de determinado estado. Desta forma, “o país teatro imediato da [...] luta” significa aquele âmbito escalar estratégico da ação revolucionária que enunciada linhas atrás: a escala mínima, que no decorrer de nossa tese será utilizada para sinônimo de território estatal.

Pelo exposto, pode-se arriscar dizer, ou inferir que quando Marx pontua no *Manifesto*, a partir de uma perspectiva revolucionária que, “Os operários não têm pátria. [E que] Não lhes pode tirar o que não têm [...]”(2006, p. 56), ele está sinalizando que o proletariado é destituído de pátria, mas não de uma escala nacional de atuação. Portanto, o reverso da negativa “não tem pátria” é a positiva da existência de um âmbito escalar nacional, que denomina-se escala mínima. Além disso, a luta pela forma e pelo conteúdo sinalizada por Marx nos excertos expostos acima,

⁶⁹ É interessante reproduzir literalmente esse trecho do conteúdo da polêmica de Marx com Lassale, posto que ele ressaltar a relevância da escala máxima: “Contrariamente ao Manifesto e a todo socialismo anterior, Lassalle concebia o movimento operário do ponto de vista estritamente nacional. E mesmo depois da Internacional, ainda se seguem suas pegadas nessa direção.” (MARX, 2006, p.112)

assim como a expressão “continua sendo nacional, mas nunca no sentido burguês do termo” não quer dizer outra coisa que esse jogo escalar no âmbito da luta revolucionária entre o nacional e o internacional, ou melhor, entre a escala mínima e a escala máxima.

Ademais no, relativo a essa última dimensão escalar, pode-se assinalar que a insinuação marximiana da existência de uma escala universal a partir da defesa da emancipação do gênero humano, também se reforça de forma não menos contundente, nessa passagem de *Crítica ao Programa de Gotha*, na qual Marx situa a escala mínima no interior de um quadro maior: “[...] o âmbito do atual Estado nacional [...] situa-se por sua vez, economicamente, ‘no âmbito do mercado mundial’ e, politicamente ‘no âmbito do sistema de Estados.’” (2006, p. 112-11.3) Aqui é interessante assinalar, somente a título de um rápido registro, que David Harvey em *A Produção Capitalista do Espaço*, e em *Espaço de Esperança* faz uma excelente análise das implicações geográficas contidas em o *Manifesto do Partido Comunista*, entretanto, sem se dá conta que nesse pequeno livro de Marx está implícita a ideia de escala tanto em sua dimensão interna quanto externa.⁷⁰

A constatação do entendimento leniniano de revolução centrada na escala mínima estatal, força a colocar em tela novamente o debate anarquista de revolução. E nada melhor para recolocar tal temática que iniciar por uma questão: se para Lenin o território do Estado era a escala mínima da revolução, qual seria a escala mínima dos anarquistas para o processo revolucionário? A questão é extremamente pertinente, principalmente quando se sabe que o projeto revolucionário do movimento anarco não era centrado na figura do Estado. Malgrado haver toda uma reivindicação da escala internacional, pois o projeto anarquista similarmente ao marximiano defendia a emancipação do gênero humano, Bakunin (2011), e companhia, em certa medida, rechaçavam a escala do Estado como espaço estratégico da revolução. A instituição estatal era e é entendida como um elemento aniquilador e opressor da vida local. O que diz Kropotkin é muito sintomático sobre o exposto: “[...] o Estado esmaga [...] sempre a vida individual e local, apoderando-se de todos os domínios da atividade humana.” (2000, p. 94) As palavras de Joseph Proudhon, o pai do anarquismo vão na mesma direção: “[...] O princípio

⁷⁰ Neste ponto é necessário dizer que cabe uma pesquisa mais aprofundada sobre a questão da escala em Marx que avance, portanto para além de *O Manifesto do Partido Comunista* e de *Crítica ao Programa de Gotha* e que abarque senão o conjunto da obra marximiana ao menos a principais obras. No momento não é possível empreender tal pesquisa.

federativo [...] tem como primeiro corolário a independência administrativa das localidades reunidas [...]” (2001, p. 131)

Nesse sentido, aquilo que pode ser chamado de escala mínima para a estratégia anarquista de revolução eram os espaços mais ligados à vida cotidiana da população como cidades aldeias, bairros etc⁷¹. Não é à toa que a palavra comuna é bem corrente na literatura anarquista. Neste ponto outra questão se impõe: se a estratégia de revolução anarquista não reivindica a figura do Estado, isso necessariamente implica dizer que não há uma estratégia territorial de revolução no movimento anarco? De forma alguma a resposta pode ser negativa, pois, como exposto linhas atrás, não há revolução sem território. E o território não se define somente centrado na figura do Estado.

Mas deixa-se mais uma vez a polêmica com os anarquistas de lado e retorna-se à Lenin para dizer que a compreensão geopolítica da revolução permite assinalar, sem grandes problemas, que sua reivindicação do Estado inserida em um movimento de negação do Estado, ou que pretendia seu fim, implica necessariamente em dizer que essa estratégia reivindicava território, porém em um movimento que tinha como meta também o fim dos territórios. Pelos menos os territórios entendidos e demarcados pela dimensão política⁷². Como bem disse Mészáros, linhas atrás: “[...] a política deve ser concebida [em Marx, e nós acrescentamos Lenin] como uma atividade cuja finalidade última é sua própria anulação.” (2006, p. 147, grifo do autor).

Consolidados os pressupostos gerais da revolução em Lenin, em sua dimensão escalar, territorial e demográfica, no âmbito da exposição, parte-se para o próximo capítulo para tratar da empiria da escala mínima.

⁷¹ Sobre a questão da escala local no anarquismo é interessante comentar – como reforço do exposto acima - ainda que de forma sucinta que o livro de Piotr Kropoktin, *A Conquista do Pão*. Nesta obra, de 1888, o revolucionário russo desenha um programa de uma revolução comunista, onde apesar de conceber tal revolução a partir de uma perspectiva internacional (basicamente europeia, e forçando as coisas, estadunidense), ele enfatiza a escala local como espaço estratégico dessa revolução. Sintomático disso é que ele aventa nesse programa, caso a revolução fique isolada no âmbito de uma cidade, dado o provável desenvolvimento desigual do processo revolucionário no espaço continental europeu, assim como no âmbito do espaço “nacional” onde a cidade se encontra localizada, um conjunto de medidas para que a população urbana tenha como se abastecer em termo de alimento. E desta forma poder se manter independentemente dos abastecimentos dos espaços vizinhos e distantes por um bom período. Para uma visão mais detalhada ver: KROPOKTIN ((2011). É importante registrar ainda no âmbito dessa discussão o livro de Murray Bookchin (2003), *O Bairro, A Cidade, Comuna...Espaços Libertários!*, cujo título, por si só já denota a escala local como estratégico para o anarquismo.

⁷² Sobre as diversas concepções de território ver: HAESBAERT (2007).

CAPÍTULO 2 – A Escala Mínima russa

2.1. A expansão territorial

Este segundo capítulo parte do pressuposto geral que se não há revolução extraterritorial, tampouco pode haver um empreendimento analítico de leitura geográfica da revolução sem levar em conta o âmbito espacial de ocorrência do processo revolucionário. Portanto, uma abordagem geográfica do fenômeno revolucionário pressupõe necessariamente uma análise do território onde ocorre a revolução. Parte desse pressuposto ancora-se substancialmente no elemento da geopolítica leniniana de conceber a escala “nacional” como recorte espacial estratégico da ação revolucionária que pressupõe, por tabela, uma escala de análise a partir daquela escala de ação.

O casamento dessas duas pressuposições leva a dizer que no presente capítulo, explora-se analiticamente o território do império czarista. Em um movimento tanto de entender determinados elementos da Geopolítica leniniana a partir da compreensão do território, quanto de compreender o território em questão a partir da produção textual de Lenin.

Nessa empreitada, é necessário dizer que, a partir desse capítulo, a cartografia é utilizada como elemento de exposição e análise. Portanto, a partir de agora linguagem cartográfica será adensada.

Feitos os delineamentos acima, sinaliza-se que uma das principais características do território russo é sua imensidão. Por conta disso, muitos livros que versam a respeito do Império Russo ou mesmo sobre a URSS começam destacando essa grandeza territorial. O Filósofo Francês Voltaire (1694-1778) em seu livro de 1759, *História do Império Russo*, principia essa obra destacando justamente isso:

O que está hoje compreendido sob o nome de Rússia ou das Rússias é mais vasto que todo o resto da Europa e como nunca foi o império romano, nem o de

Dário, conquistado por Alexandre [...] de maneira que quando é meio dia no ocidente é quase meia noite no oriente do império.⁷³

No século XIX, Anatole Leroy Beaulieu, em seu importante livro *L'Empire des Tsars et les Russes*, caminha na mesma direção ao assinalar: “A primeira coisa que salta aos olhos no império russo é a extensão.”⁷⁴ No século XX, Fernand Braudel não deixa de observar o mesmo dos dois primeiros autores, ao tecer alguns comentários sobre as dificuldades de se fazer a História da Rússia. Diz o historiador francês que uma dessas dificuldades seria: “[...] a imensidão do cenário geográfico, onde se introduz, de onde se ressaí essa história múltipla e complicada. De dimensões 'planetárias', esse cenário é muito diverso.” (2004, p. 469)

O território em questão é realmente grande, em 1900 possuía 22.500.000 km² (COLE, 1970) Em termos de extensão foi o terceiro da história humana, perdendo somente para o Império Mongol e o Inglês. Tão admirável quanto sua extensão foi sua onda expansionista. Esta se deu a partir de um pequeno principado, a Moscóvia, no século XV. Em quatro séculos de dilatamento de fronteiras essa entidade política estendeu seu domínio para diferentes direções, conquistando territórios de seus vizinhos mais imediatos assim como dos mais distantes. No referente à conquista para leste Fernand Braudel descreve:

[...] de etapa em etapa [...] os russos apropriaram-se das bacias do Ob, do Ienissei, do Lena e se depararam, nas margens esquerda do Amur, com os postos chineses (1689). Kamtchatka é tomada entre 1695 e 1700 e, a partir dos anos de 1740, para além do estreito de Bering, descoberto em 1728, o Alasca via surgir os primeiros estabelecimentos russos. (1998, p. 422)

Sobre tal processo expansionista, Otto Hoetzsch (1966) afirma que foi um dos mais pujantes da história. Para se ter uma ideia mais concreta da envergadura desse empreendimento, em termos aproximados, entre 1500 e 1900, o Império Russo aumentou seu território a uma velocidade média 48.750 km² por ano. Esse número ainda é mais impressionante em dias, o que dá uma cifra de 133,19 km² diários. Essa breve narrativa textual sobre o expansionismo russo pode ser mais bem visualizada no *Mapa 1 - Império Russo: expansão territorial*.

⁷³ Original: “Lo que está hoy comprendido bajo el nombre de Rusia o de las Rusias es más vasto que todo el resto de Europa y como no lo fue nunca el imperio romano, ni el de Dário, conquistado por Alejandro [...] de suerte que cuando es mediodía en el occidente es casi media noche en el oriente del imperio.” (VOLTARE, 2004, p. 10)

⁷⁴ Original: “La premiere chose qui frappé le regard dans l’Empire russe, c’est l’étendue.” (BEAULIEU, 1990, p. 15)

Mapa 1- Império Russo: Expansão Territorial

Legenda

Expansão Territorial

Principado de Moscou século XIV	1533 - 1688	1801 - 1825	1856 -1880
1533	1689 -1800	1826 - 1855	1881 - 1894

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

Nela pode-se constatar como em quatro séculos a Moscóvia, de seu pequeno domínio territorial, expandiu-se para todas as direções geográficas. Os três primeiros séculos foram marcados pela anexação significativa do que hoje genericamente se conhece como Rússia europeia, juntamente com a incorporação de quase todo o espaço siberiano. O terceiro século, por sua vez, assentou o domínio czarista tanto para o ocidente (Polônia, região báltica etc.) quanto para a direção sul, dos territórios hoje pertencentes à Ucrânia e à própria Federação Russa. Para leste se destaca o domínio de porção da Península de Kantchatka, no extremo oriente; e a conquista de uma faixa territorial entre Sibéria e Ásia Central. O quarto século também viu o domínio russo se estender para várias direções sobretudo para a Finlândia, Cáucaso, Ásia Central e ilha Sakhalina, no extremo oriente.

O expansionismo para leste, para os vastos espaços siberianos, se deu, sobre povos que não se organizavam em forma estatal. Para alguns autores, isso é o que explica o rápido domínio russo sobre essa região. Roger Portal, por exemplo, assinala que na Sibéria “[...] os obstáculos à conquista vinham mais da natureza do que das tribos indígenas, muito dispersas e insignificantes em números.” (1968, p. 121). Braudel, insinua o mesmo: “Quando o século XVIII termina, a Sibéria terá pouco menos de 600.000 indivíduos, incluindo os indígenas, devido a sua miséria e ao seu número, e que até podem ser incorporados às pequenas forças que guardam os fortins.” (1998, p. 423). Enfim, para estes autores os obstáculos as conquistas siberianas advinham mais do próprio meio que dos homens. Isso foi como as coisas se passaram na Sibéria, porém se tais características do expansionismo russo no leste forem generalizadas para as outras direções, incorrer-se-á em erros. Como diz Braudel, “Nem tudo é sólido e peremptório na expansão russa. A façanha é notável, mas cercada de fragilidades”. (1998, p. 427) Para aquelas outras direções, o processo de incorporação territorial czarista foi mais penoso, lento e turbulento e se deu à custa de outras formações estatais tão poderosas ou mais poderosas que a própria Rússia. Sintomático disso foi o que se passou no oeste, no ocidente. Aqui, os ganhos territoriais vieram, sobretudo em detrimento de entidades políticas poderosas como Suécia, Polônia. Esta última teve sua existência comprometida em consequência de sua partilha entre Rússia, Prússia e Áustria no século XVIII (Anderson, 2004). Ao sul e ao sudeste as vítimas foram o Império Turco e a Pérsia, dos quais o Império Russo tomou grande parte da região do Cáucaso. Para se medir a turbulência do expansionismo russo, basta dizer que entre 1800 e 1914, o império dos czares esteve envolvido

em nove guerras com seus vizinhos imediatos ou com alguma coligação de países europeus⁷⁵. Isso dá uma média de uma guerra a cada 12, anos.

Destas tantas, cabe destacar a Guerra Russo-Japonesa (1904-1906), dado o fato de ela ser um dos motivos que contribuíram para o desencadear da Revolução de 1905. Tal conflito bélico com o pequeno país do extremo oriente ocorreu quando o expansionismo russo esbarrou com o expansionismo japonês na Manchúria chinesa e na Península coreana. Aquela importante região da China, na virada do século XIX para o XX, tinha se configurado como uma área de influência russa. O desfecho do conflito terminou com uma humilhante derrota czarista frente ao Japão e, em termos territoriais, a perda russa das áreas de influências na China e Coréia e a cessão para o país vencedor de metade da ilha Sakhalina (KENNEDY, 1991). Nesse rol, não se pode deixar de mencionar a Grande Guerra Mundial (1914-1918) da qual a Rússia foi um dos partícipes principais, o que gerou diretamente a conjuntura política da qual saiu a Revolução de 1917 que varreu do território russo a plurissecular monarquia Romanov.

É irônico ver como o czarismo se extinguiu perseguindo ganhos territoriais. O país dos czares entrou nessa conflagração mundial, tendo acordado secretamente com seus parceiros de guerra, França e Inglaterra, que em caso de vitória os ganhos dos espólios da Armênia, Constantinopla e Galícia, a custa respectivamente do Império Otomano e Austro-húngaro. Tais maquinações do governo russo assim como da Entente não se concretizaram, posto que o czarismo, como já exposto, foi abatido pela Revolução e os bolcheviques que subiram ao poder na esteira da Revolução de Outubro não somente anularam tal tratado, como o publicizaram. (FERRO, 1996)

Mas, se o expansionismo russo foi turbulento pelas guerras que se travou, o mesmo pode ser dito daquelas que não se travaram, mas estiveram na iminência de ocorrer. A Era dos Impérios foi plena de tensões sobre as definições de fronteiras, dado a repartição territorial do globo – tão bem acompanhada por Lenin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Nessa ocasião, de forma muito substancial, o dilatamento de fronteiras imperiais começa a esbarrar em espaços muito distantes daqueles das metrópoles. Quando as linhas da expansão russa se

⁷⁵São elas: Guerra russo-persa (1804-1813), Guerra Finlandesa (1808-1809), Guerra Patriótica (1812), Guerra russo-turca (1806-1812), Guerra russo-persa (1826-1828), Guerra russo-turca (1828-1829), Guerra da Criméia (1854-1856), Guerra russo-japonesa (1904-1905), Grande Guerra Mundial (1914-1918). Excluem-se dessa contabilidade, por ser outra categoria de conflito, as inúmeras rebeliões internas enfrentadas pelo governo russo provenientes de povos resistentes ao domínio czarista. Destas tantas seria interessante mencionar o Levante de Novembro 1830-31, 1863, e a Revolta de Janeiro 1863, todas ocorridas na Polônia russa.

chocaram com as linhas inglesas na Ásia Central a partir da segunda metade do século XIX, os dois países estiveram por diversas vezes à beira de um enfretamento bélico.

Friedrich Engels captou muito bem esse clima de tensão geopolítica na região, em um artigo jornalístico de 1859, *A Expansão russa na Ásia*, ele coloca que:

A possibilidade de um choque das duas grandes potências, Rússia e Inglaterra, em algum ponto da metade do caminho entre Sibéria e Índia, de um conflito entre os cossacos e cipaio nas margens do Oxus, foi discutida várias vezes desde que Rússia e Inglaterra enviaram exércitos à Ásia Central.⁷⁶

A rivalidade estratégica entre essas duas potências na referida região ficou conhecida como Grande Jogo. O Império Britânico temia que o avanço russo na região centro-asiática fosse um trampolim para um assalto ao domínio imperial inglês na Índia. Em realidade, a Índia desde Pedro, o Grande tinha sido um objeto da cobiça russa (KENNEDY, 1991). Além disso, São Petersburgo buscava acesso ao oceano Índico e tal objetivo sempre foi uma constante na história do país dos czares. Os mares aos quais o expansionismo russo tinha acesso eram mares congelados, como é o caso da extensa costa marítima do Ártico ao Norte, ou então os mares fechados como o Mar Negro ao Sul e Mar Báltico a Oeste. No referente ao primeiro, a Turquia, histórica inimiga do Império Russo, detinha o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Ademais, a Inglaterra mantinha uma política de contenção do acesso russo ao Mediterrâneo, a antessala de um acesso ao oceano Atlântico, com o vigilante poderio marítimo britânico controlando as saídas do Báltico para o Mar do Norte. Por um breve período, esse anseio da política externa russa foi concretizado na Manchúria, mas a derrota em 1905 para o Império nipônico pôs termo ao acesso russo aos mares quentes. As atenções voltam-se então para a consecução de uma saída para o Índico via Pérsia.

As tensões do Grande Jogo somente foram aliviadas em 1907 com a assinatura da convenção anglo-russa que acordou a partilha da Pérsia em três zonas: uma área de influência inglesa ao sul e outra de influência russa ao norte. E entre ambas uma zona neutra de separação. Antes disso, o Afeganistão já tinha se configurado como um Estado tampão entre as fronteiras

⁷⁶ Original: “La posibilidad de un choque de las dos grandes potencias asiáticas, Rusia e Inglaterra, en algun punto a mitad de camino entre Siberia y la India, de un conflicto entre los cosacos y los cipayos a las orilla del Oxus ha sido discutida muchas veces, desde que Inglaterra y Rusia enviaron ejército al mismo tiempo al Asia Central.” (ENGELS, 1979, p. 207)

dos dois impérios.⁷⁷ Foi justamente esse interstício que permitiu aos dois países em questão, juntamente com França, a consolidar a Tríplice Entente, aliança militar com o qual o Império Russo entrou na Grande Guerra em 1914. (HOBSBAWM, 1988)

Essa disputa, conhecida como grande jogo ou disputa entre a baleia e o urso, não passou despercebida à Geografia Política. Arthur Dix sobre ela fez uma fina observação:

Na Ásia se encontravam em outro tempo Estados interiores de grande extensão, mas suas independências diminuíram pouco a pouco. Rússia, a partir do Norte e Inglaterra, a partir do Sul, fizeram grandes progressos em sua influência política e econômica”. [...] Resulta muito duvidoso se atualmente cabe ainda falar com propriedade da existência de Estados interiores independentes nessa parte do mundo.⁷⁸

Mas, retornando à cartografia é necessário dizer que nela não está representada, porém é digna de menção, outra importante possessão que outrora fora domínio dos czares. Quando o expansionismo russo percorreu a Sibéria, não se deteve no Estreito de Bering, atravessou-o entre o século XVII e meados do XIX, colocando sobre controle czarista aquilo que ficou conhecido como Rússia americana, que consistia basicamente no território do atual Alaska e alguns pontos da alta Califórnia, então pertencente ao Império espanhol, depois ao México independente e, posteriormente, aos Estados Unidos.

Alex Tocqueville (2005), em sua viagem pelo continente americano, no início da terceira década do século XIX, cuja passagem daria origem ao clássico *Democracia na América*, já havia observado a fragilidade do domínio russo em solo americano⁷⁹. Independentemente das observações do autor francês, o certo é que o território do Alaska foi vendido para os Estados

⁷⁷ Essa disputa entre o império russo e o inglês nessa parte do império asiático lembra Edward Said em seu clássico *Cultura e Império*, onde empreende uma análise do papel “[...] da cultura na experiência imperial moderna[...]” (2009, p.37), tendo a literatura como um elemento privilegiado dessa análise e que leva diretamente à Rudyard Kipling (1865-1936) e sua novela de espionagem *Kim* (1901) e um dos objetos de atenção do próprio Said. Nesta importante obra de literatura de língua inglesa, Kipling, o primeiro inglês a ser laureado com o prêmio Nobel de literatura (1907), ambienta a trama na Índia colonial, no entanto o pano de fundo da novela é a disputa anglo-russa na Ásia Central, o Grande Jogo. Para conferir pormenorizadamente o enredo da novela ver: KIPLING, (2014).

⁷⁸ Original: “En Asia se encontraban en otro tiempo Estados interiores de gran extensión, pero su independencia ha ido disminuyendo poco a poco. Rusia desde el Norte e Inglaterra desde el Sur, han hecho en estos países grandes progresos en su influencia política y económica. [...] resulta muy dudoso si actualmente cabe aún hablar con propiedad de la existencia de Estados interiores independientes en esa parte del mundo.” (DIX, 1929, p. 42-43)

⁷⁹ Diz o escritor e político francês no livro em questão sobre os avanços dos americanos para além dos limites da União que “No noroeste, só se encontram alguns estabelecimentos russos sem importância; mas a sudoeste, o México se apresenta diante dos passos dos anglo-americanos como uma barreira.” (2005, p. 472)

Unidos em 1867 quando a o governo russo resolveu se livrar de suas possessões americanas e concentrar sua atenção na gestão de seu território euro-asiático assim como restringir sua expansão aos espaços adjacentes ao seu domínio no velho continente⁸⁰. O alto custo financeiro e militar da manutenção e defesa da Rússia americana, assim com a pressão do expansionismo inglês a partir do Canadá, levou o governo russo a tomar tal decisão de venda. Como muito bem assinala Huurdemam, “Para os russos, o Alaska era um território remoto que eles não podiam defender facilmente em uma guerra, e eles consideraram que sua porta de trás melhor protegida se os Estados Unidos possuíssem o Alaska.”⁸¹

Aqui é interessante mencionar que o emblemático lema “América para os Americanos”, da Doutrina Monroe, que pautou a partir de 1823 a política externa de Washington contra uma possível ação de recolonização das potências europeias no continente americano, tinha como alvo, para além de Portugal e Espanha, Inglaterra etc., também o império czarista e suas pretensões coloniais no novo mundo. (GOTTMANN, 1952)

Uma consequência direta do expansionismo russo, rapidamente descrito acima, foi a incorporação no espaço de soberania czarista de povos não russos que iam desde povos organizados em Estados quanto sociedades sem organização estatal, as quais Pierre George em *A ação do homem*⁸² classificou como sociedades que não organizam o espaço. O caráter multiétnico do Império será pormenorizado mais a frente em um capítulo específico. Por hora, vale à pena discorrer sobre outros elementos também não menos importantes do território em questão.

2.2. Lenin e o território imperial russo.

A apresentação da expansão territorial russa permite voltar a Lenin e alguns de seus pressupostos. Como apontado algumas linhas atrás, um dos elementos da Geopolítica leniniana é a eleição de

⁸⁰ Para uma história da expansão russa na América ver: BOLKHOVITINOV, (1992).

⁸¹Original: “ For the russians, Alaska was a remote territory that they could not easily defend in a war, and they considered their back door better pro-ected if the United States were to own Alaska.” (HUURDEMAM, 2003, p. 101)

⁸² Nesse livro o geógrafo francês elabora um esquema de entender a ação do homem na terra a partir da classificação dos povos por sua capacidade de organizar o espaço. No quadro desse entendimento ele divide as sociedades entre aquelas que organizam o espaço (sociedades agrícolas e industriais) e sociedade que não organizam o espaço.

uma escala mínima de ação política que se traduz necessariamente em uma escala de análise correspondente. O conhecimento das particularidades da escala mínima é o pressuposto basilar para a ação política nessa mesma escala, já que uma ação política exitosa, não prescinde da elaboração de um conhecimento do terreno onde se atuará. Bem naqueles termos que Yves Lacoste tão bem marcou, mas ignorou que Lenin partia desse princípio: “[...] é preciso saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater.” (1987, p. 189) Neste contexto, o livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, para além de esmiuçar, como o próprio título da obra indica, o desenvolvimento do modo burguês de produção na sociedade imperial russa, guarda também um forte sentido geopolítico. Pode-se dizer que nessa obra, assim como em outras, há uma forte consciência tanto da dimensão do território russo, como de suas particularidades, assim como também de suas qualidades. Essa consciência fica bastante patente quando o líder bolchevique assinala que:

o desenvolvimento do capitalismo compreende dois aspectos o desenvolvimento do capitalismo em profundidade, isto é, o crescimento da agricultura e da indústria capitalista num território dado, determinado e restrito, e o desenvolvimento do capitalismo em extensão, isto é, a ampliação da esfera de dominação sobre novos territórios. (1982, p. 372)

Há nessa esquemática leniniana o uso da ideia de centro e periferia no âmbito da escala mínima russa. E subjaz a isso o fato de que o capitalismo se desenvolve em profundidade no centro e em extensão na periferia. Nesta perspectiva, o eixo de gravidade da análise leniniana do desenvolvimento do modo burguês de produção está locado na porção europeia do Império, o centro, entretanto sem perder de vista o conjunto do território, conforme fica bem evidenciado no decorrer de toda a análise, e bem sintetizada nessa passagem em que Lenin justifica a ausência da periferia no bojo da crítica: “O estudo com o mínimo de plenitude do processo de colonização das periferias e da ampliação do território russo do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo demandaria uma obra específica.” (1982, p. 372).

Com o exposto, aquela pressuposição de que não existe revolução extraterritorial, delineada linhas atrás, começa a ganhar contornos na concretude da escala mínima russa, já que Lenin denota a importância do conjunto do território e no âmbito desse, uma macrorregionalização, a qual assenta-se na diferenciação no espaço de soberania czarista entre o que foi incorporado economicamente e o que está apenas sob controle político. Para ser direto: a região sem uma

ocupação econômica efetiva e substancial Lenin denomina de *fundos coloniais* que em termos *ipsis litteris*, expresso em outro importante livro seu, *O programa agrário da social-democracia Russa*, seria: as “[...] terras despovoadas ou não totalmente povoadas, não de todo incorporadas ao cultivo agrícola.” (1980 p. 37)

Apesar de ser de uma realidade distinta, a esquemática de Lenin foi base de inspiração para Moraes (2005b, 2009) tentar compreender os impérios ibéricos na América do Sul ao lançar mão desse recurso leniniano de regionalização dos fundos coloniais como elemento de diferenciação entre as áreas de apenas pertencimento político, ou soberania apenas formal e as áreas de efetiva incorporação econômica das estruturas imperiais portuguesa e espanhola na América.⁸³ Ao fazer esse trânsito do esquema leniniano da realidade russa à realidade sul americana, ele efetua algumas adaptações, incluindo a mudança dos nomes dos *fundos coloniais* por *fundos*

⁸³ Nesse jogo de adaptações de Moraes é preciso destacar a diferença de configuração territorial entre os impérios ibéricos e o russo. Este se caracterizava por sua contiguidade territorial. Portanto, a metrópole, conforme visto cartograficamente, era contígua à colônia. Muito diferente era o caso dos impérios português e espanhol que tinham suas respectivas metrópoles localizadas na Europa e suas possessões coloniais nos demais continentes. Quando Moraes mobiliza o conceito de *território usado* e *fundo territorial*, ele está aplicando este par conceitual restritamente ao território colonial, no sentido de captar a diferenciação interna dessa realidade territorial. Como diz o referido autor: “[...] os espaços coloniais eram constituídos de *territórios usados* [...] e de *fundos territoriais*.” (2005b, p. 70) Diferentemente procede Lênin, por conta do ambiente ao qual opera, a contiguidade espacial, implicava que o fundo colonial era contínuo ao território usado, a metrópole. O que é importante disso tudo é que os ambientes mudam, mas a lógica do uso dos conceitos permanece. Essa discussão sobre a distinção entre a realidade territorial do império português e russo, faz lembrar de Bottomore que assinala que “Marx e Engels deram muita atenção ao impérios, as mais heterogêneas modalidades de impérios [...]” (2012, p. 280) Entretanto, há que se ponderar que o império ao qual Marx tem em conta ao discutir a temática da colonização em seu último capítulo de *O Capital*, *A Teoria Moderna da Colonização* é o descontínuo Império Inglês.

Mais sensível à realidade territorial do Império Russo, e suas especificidades, tão bem notadas por Lênin, contiguidade, imensidão espacial e concentração populacional, teve a Geografia. Sintomático disso é que em 1880, Élisée Reclus no tomo V de sua *Nouvelle Geographie Universelle* referente à Rússia pontua “Il est vrai que la nation russe est encore bien loin d’avoir rempli l’espace immense annexé par son gouvernement; les limites réelles de la nationalité russe restent bien en deca de celles que les traités et la conquête ont tracées sur la carte.” (1880, p. 313) Por sua vez, o também geógrafo francês Pierre George, em meados do século XX, discorrendo não sobre o Império Russo, mas sobre a herdeira do território imperial, não deixou de observar o mesmo que Réclus: “Sobre a imensa extensão do território da U.R.S.S., a vida humana concentra-se em uma fração restrita do território (5 milhões de km² de superfície agrícola, um pouco mais de 2 milhões de km² lavrados). O resto do espaço nacional é apenas utilizado pela exploração florestal e atividades de serviço, circulação e exploração mineira.” (1970, p. 19) O geógrafo francês chega a concluir que “A desigual concentração sobre o espaço nacional – mais precisamente, sobre o território habitável e explorável, e mesmo explorado – [...] é [...] [um] aspecto essencial da geografia da U.R.S.S.” (1970, p. 116) No mesmo sentido, John Cole (1970, p. 13) expressa: “L’aspect le plus marquant de la géographie humaine de l’U.R.S.S., [...] est sans doute le fait que les trois quarts environ de la population se trouvent encore dans la partie européenne, occupant approximativement un quart de la superficie du territoire, alors qu’une grande partie des richesses naturelles sont situées dans les régions orientales du pays.”

Diante do exposto, pode-se assinalar que imensidão espacial e concentração populacional são dimensões ontológicas do território russo que diversos geógrafos ao discorrer sobre Rússia perceberam, entretanto, sem mobilizar um dispositivo epistemológico conceitual específico para dar conta das referidas dimensões. Como tão bem faz Lênin com sua ideia de *fundos coloniais* e Rússia Europeia que posteriormente vai ser utilizado e aperfeiçoado por Moraes para analisar a realidade territorial brasileira.

territoriais; e a região ocupada economicamente, que no esquema original de Lenin equivalia genericamente à Rússia europeia, por *território usado*.⁸⁴ Na presente tese, por estudar a realidade russa a partir da América do Sul, somado ao fato de as adaptações de Moraes, pelos menos no referente à mudança dos nomes, darem uma aplicabilidade mais universal à esquemática de Lenin, mantendo a mesma pertinência de aplicação ao território de origem do esquema, faz aderir ao enquadramento da base conceitual de Lenin, no que diz respeito às denominações, pela proposta de Moraes. Em outros termos, no decorrer desse trabalho, denominar-se-á o *fundo colonial* de *fundo territorial* e a Rússia europeia de *território usado*.

Feito esse enquadramento, volta-se à Lenin no intuito conseguir de sua análise do território um melhor desenho daquelas regiões. Na já citada obra, *O Programa Agrário da Social*, o líder bolchevique faz uma exposição com dados alfanuméricos que evidencia contundentemente as feições do *território usado* e do *fundo territorial*. O cruzamento de dados, em forma de tabela, entre o conjunto da população do Império por regiões e a superfície agrária russa é muito revelador disso. Aqui aquela proposta de uso da cartografia como elemento de interpretação do pensamento leniniano ganha força substancial. Portanto, nessa parte da tese trataremos de construir uma cartografia a partir do discurso textual de Lenin. Isso implica, necessariamente, em dizer que se no momento anterior assim como no posterior mapeamos o território para compreender o discurso de Lenin, neste último mapeamos o discurso de Lenin para entender o território⁸⁵. Essa operação permitiu confeccionar três importantes representações cartográficas em anamorfose.⁸⁶ A primeira, Mapa 2- *Império Russo: quadro populacional por região*. A segunda, Mapa 3- *Império Russo: terras agricultáveis*. E uma terceira representação, Mapa 4 - *Império Russo: terras utilizadas na agropecuária*. Bem, mas o que essa tríade cartográfica diz? De imediato, várias coisas. O primeiro mapa demonstra a distribuição do contingente demográfico

⁸⁴ Para Moraes o *território usado* seria a porção territorial efetivamente ocupada e dominada política e economicamente pelo colonizador. O fundo territorial, por sua vez seriam “[...] constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador [...] Trata-se dos ‘sertões’ das ‘fronteiras’ dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão colônia” (2005b, p. 69)

⁸⁵ Anamorfose é um tipo de representação cartográfica que trabalha com outro tipo de métrica que não a territorial. Ela deforma o fundo territorial conforme a temática representada. No caso dessa tríade cartográfica, a temática populacional e agrária. Esse tipo de representação tem a grande vantagem de oferecer de forma mais imediata ao leitor do mapa a localização dos fenômenos que se quer representar.

⁸⁶ Conforme já assinalado, essa proposta de cartografia do discurso como elemento de entendimento do território foi aplicada em outro trabalho, onde cartografou-se alguns elementos da produção textual de Élisée Reclus referente ao Império Russo. A ideia foi elaborar uma cartografia não confeccionada pelo geógrafo francês, porém implícita em seu discurso. Sobre isso ver: Oliveira, Erivaldo Costa de. A Cartografia "Oculta" de Élisée Reclus em *La nouvelle géographie universelle*. In: <https://reclusmundusnovus.wordpress.com/posters/>

Mapa 2 -Império Russo: Quadro Populacional por Regiões

Legenda

Dados Censo 1897

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

Mapa 3-Império Russo: Terras Agricultáveis

Legenda

Dados Censo 1897
Deciatinas

0 500 1.000 2.000
km

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

Mapa 4 -Império Russo: Terras Utilizadas na Agropecuária

do Império no âmbito territorial e, simultaneamente a isso, as regiões tanto de forte concentração populacional quanto as de menores massas demográficas. Com isso, percebe-se que a porção do Império mais populosa é a europeia, com destaque secundário nesse quesito para o Cáucaso e a Polônia. Em contrapartida, vê-se a Ásia central e, principalmente, a Sibéria, extensíssimas em territórios, porém extremamente subpovoadas.

O segundo mapa, por sua vez, denota território agricultável da área de soberania czarista. De longe, a maior extensão disponível a uma incorporação de uso agrícola se encontra justamente na porção menos povoada: Sibéria. A partir dessas duas representações cartográficas, de imediato, constata-se que a região menos povoada coincidentemente é aquela onde se encontram as maiores superfícies de terras agricultáveis. O que, por sua vez, reforça – ainda que de forma genérica – o desenho das duas regiões delineadas linhas atrás: *território usado e fundo territorial*. A terceira representação, somente fortalece o desenho daqueles dois conjuntos regionais, já que as terras utilizadas agricolamente estão localizadas na porção europeia do Império, justamente a mais populosa.

Para além dessas primeiras informações, as três peças cartográficas permitem remontar algumas pressuposições da geopolítica leniniana. Primeiramente, a que assinala que não há revolução extraterritorial. E que possibilita dizer seguramente que Lenin ao pensar a revolução inescapavelmente passa pelo território. E em segundo, a manipulação dos dados populacionais do Império e sua espacialização em seus contornos liga diretamente àquele outro princípio que é diretamente corolário do primeiro: se não existe revolução extraterritorial, tampouco existe revolução sem quadro demográfico. Para forçar uma interpretação do líder bolchevique, pode-se assinalar, bem ao estilo de sua célebre frase “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (2006, p. 128) que sem território e contingente demográfico não há estratégia geopolítica para a revolução. Em certo sentido, Jean Gottmann, reforça essa interpretação sem, no entanto, se referir a Lenin e mesmo à revolução quando assinala: “Não há Política nem Geografia sem qualquer população.”⁸⁷

Nessa linha de interpretação da obra leniniana, localizar e analisar a repartição do quadro demográfico do Império é uma das primeiras vias pela qual a população – enquanto objeto de interesse geopolítico – aparece no discurso do autor de *Que fazer?* Uma segunda via é quando ele esboça ou investe no rumo de classificar em termos aproximativos a estrutura de classe do

⁸⁷ Original: “Il n’est pas de politique ni de géographie sans quelque population [...]”. (GOTTMANN, 1952, p. 146)

contingente demográfico imperial. Nesse último movimento, Lenin está seguindo diretamente os passos de Marx que em *O manifesto do partido comunista* assinalara: “A História de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. [...] [e] “A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classe. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas.” (2006, p. 23- 24) Para o pensador alemão qualquer análise da realidade social que ignorasse as classes estava condenada a não entender essa mesma realidade. É neste sentido que Marx pontua em *Contribuição a crítica da economia política* que: “A População é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõe.” (Marx, 2003, p. 247) E é com isso em mente que o futuro líder do Estado soviético, por sua vez, afirma que “Um marxista não deve abandonar o terreno sólido da análise das relações entre as classes.”⁸⁸ Portanto, ancorado nessas coordenadas marximianas e mobilizando os dados do censo geral de 1897, Lenin dividiu o referido contingente em três grupos: 1, população agrícola; 2, população industrial e comercial; 3, população improdutiva. No primeiro, colocou a totalidade do campesinato⁸⁹; no segundo, o proletariado juntamente com os industriais; no terceiro, a população improdutiva, que em seus termos era o contingente que não tomava parte na produção da economia⁹⁰. De acordo com seus cálculos, o representativo numérico de cada grupo eram 97 milhões de pessoas no primeiro, aos quais se destacavam; três subgrupos: camponeses pobres, 50%; camponeses médios, 30%; camponeses ricos, 20%. 21 milhões no segundo, aos quais é interessante mencionar 1,5 milhões de grandes burgueses e 13,2 milhões de proletários e semi-proletários. Por fim, 6,9 milhões no terceiro. A conclusão lógica dessa análise era que “O *grosso* da população está composto de proletários e camponeses.”⁹¹ Mas qual exatamente era o interesse de Lenin em fazer essa classificação do quadro demográfico assim como estimar o contingente

⁸⁸ Original: “Une marxiste ne doit pas abandonner le terrain solide de l’analyse des rapports entre les classes.” (OC24, 1958, p. 36)

⁸⁹ Lênin excluiu da população agrícola, os grandes proprietários. Para Vladimir Ilitch, já que “[...] o número de latifundiários é mínimo e ademais, grande parte deles [...]” são “[...] rentistas, funcionários e altos dignitários [...]” ele os incluiu no setor improdutivo da população. (LÊNIN, 1982, p. 319)

⁹⁰ Para ser mais preciso, Lênin concebe como população improdutiva, por um lado, os “[...] elementos da grande burguesia: todos os rentistas [...] uma parte dos intelectuais burgueses, os altos funcionários civis e militares etc, [...]” Por outro, “[...] os seguimentos inferiores do exército, da marinha, da polícia [...], os domésticos e servidores [...] mendigos e vagabundos.” (1982, p. 319-320) Com base nesse quadro de consideração leniniano, pode-se incluir o próprio Lênin nesse setor da população, já que ele, com exceção de um brevíssimo período de atuação profissional como advogado, jamais trabalhou em nenhum dos ramos da economia que ele considerava produtivo. Seu sustento no período de vida adulta advinha do partido, pois ele era um militante profissional. Após a Revolução de Outubro tais proventos passaram a vir do Estado Soviético, enquadrado como funcionário estatal.

⁹¹ Original: “El *grueso* de la población está compuesto de proletarios, [...] y campesinos [...].”(OE6, 1973, p. 146, grifo do autor)

numérico de cada grupo? Bem, para o líder bolchevique, é do contingente populacional da escala mínima necessariamente que sairiam os efetivos demográficos que realizariam a revolução, e por que não dizer também da contrarrevolução? Nesta perspectiva, para além daquele interesse marxista de “[...] determinar aproximativamente as categorias básicas em que se divide o conjunto da população russa do ponto de vista de sua posição de classe [...]” (LENIN, 1982, p. 319), pode-se acrescentar que o esforço leniniano era obter uma estimativa genérica dos contingentes demográficos com os quais contar para o empreendimento revolucionário. O que não deixa de incluir também uma estimativa dos contingentes contrários a tal empreendimento. Em outros termos, há subjacente a esta análise leniniana uma contabilidade dos recursos humanos da revolução e da contrarrevolução no âmbito da escala mínima. A revolução, nessa esquemática, seria uma luta dessa imensa maioria contra a minoria.

Neste sentido, analisar e classificar a população é produzir uma classificação das forças sociológica é buscar uma imagem ou confeccionar um inventariado ainda que genérico do trunfo ou recurso sem a qual não há revolução. Portanto, o operativo geopolítico leniniano, no âmbito da escala mínima, passa pela ubiquação do quadro demográfico e a identificação no interior deste, em termo de contingente populacional, do agente revolucionário e seus potenciais aliados no empreendimento revolucionário, assim como também distinguir os contingentes contrários a tal empreendimento. O capítulo subsequente buscará essas identificações e mapeamentos de Lenin.

É interessante dizer que há um elemento irônico no operativo leniniano de utilizar os dados do censo geral russo de 1897, assim como outras estatísticas do governo czarista para produzir novas informações sobre o território que fossem funcionais ao empreendimento revolucionário bolchevique. Segundo Claval, “Para administrar eficientemente, um governo deve dispor de dados precisos sobre o território sobre o qual exerce sua soberania e sobre as populações que ali vivem.” (2010, p. 103) O recenseamento nesse contexto é um elemento central desse dispositivo de conhecimento, assim como a produção de outras estatísticas. Claude Raffestin também atesta que o recenseamento forma uma imagem ou representação do quadro demográfico, a partir do qual o Estado, seu realizador, “[...] procura aumentar sua informação sobre um grupo [populacional] e, por consequência, seu domínio sobre ele.” (1993, p. 67)

O primeiro censo geral russo foi realizado em 1897. Com ele o governo czarista buscava obter um conhecimento ou imagem mais segura de seus súditos por meio de questões tais como língua materna, grau de instrução, sexo, lugar de nascimento, lugar de residência, religião, idade

etc. Este censo geral foi o primeiro e único do Império, um segundo estava agendado para ocorrer em 1915. No entanto, com o advento da I Guerra, o envolvimento do Império no conflito e consequentemente a eclosão da revolução em 1917 anularam todas as possibilidades de realização. Um novo censo geral somente foi realizado em 1924 com o território do outrora Império czarista sobre controle bolchevique e agora com o *status* de URSS. (CADIOT, 2007)

O irônico disso tudo é que enquanto o governo czarista produzia conhecimento sobre o quadro populacional que estava sob seu domínio no intuito de auxiliar a sua política imperial, Vladimir Ilitch mobilizava essa massa de dados do governo para conhecer as problemáticas que tocavam o grosso da massa demográfica e elaborar uma política que ajudasse esse grosso da massa a se erguer revolucionariamente contra a autoridade imperial. Um produzindo dados para consolidar sua autoridade e o outro utilizando os dados produzidos para corroer a mesma autoridade. É nesse espírito que Lenin, apesar de frequentemente reclamar do estado de precariedade das estatísticas do governo czarista,⁹² continuamente as utilizava em suas análises da realidade russa. Basicamente toda a discussão que o líder bolchevique faz sobre questões importantes para a política revolucionária no âmbito da escala mínima estão assentadas em uma base de dados estatístico.⁹³ Isso, por exemplo, é o que se passa com a problemática das nacionalidades, a questão agrária, a questão dos operários etc. Como bem assevera mais uma vez Raffestin: os dados de censo e demais estatísticas fornecem uma “[...] representação abstrata e resumida, mas já satisfatória para permitir uma intervenção que busca a eficácia.” (1993, p. 67)

Com base no demonstrado, pode-se mais uma vez criticar veementemente Yves Lacoste em seu clássico, *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* no relativo a uma assertiva que diz que “[...] a análise dos marxistas, que é fundamentalmente do tipo histórico, negligencia quase totalmente a repartição no espaço dos fenômenos que ela apreende teoricamente.” (1997, p. 39) Na realidade, Lacoste faz uma crítica ao conjunto dos marxistas, incluindo Lenin nesse bojo sem tê-lo lido ou, caso tenha lido, não o fez com a devida atenção. Chega a ser curioso como o geógrafo francês vê geografia em autores que foram basilares para o líder bolchevique, imputando pertinentemente uma visão espacial a tais influências de Lenin, no

⁹² No referente a isso Lênin dizia: “Na Rússia, as estatísticas governamentais [...] comportam notoriamente exagerações e falsificações conforme os objetivos do governo [...]” (OC20, 1959, p. 227)

⁹³ A título de ilustração a ligação da classe operária e dos dados estatísticos ver: LÉNINE (OC16, p. 419-444). No que diz respeito à questão das nacionalidades averiguar: LENIN, OS5, 1973, p. 46-71. Nesta Linha conferir também: LÉNINE (OC23, 1959, p. 298-305) e (OC16, 1968, p. 419-444).

entanto, sem perceber a arguta dimensão espacial do pensamento leniniano. Quanto a isso, muito sintomático é quando ele confere grande importância geográfica à obra *Da guerra* do general prussiano Carl Von Clausewitz (1790-1831), e afirma que deveria “[...] ser lido como um verdadeiro livro de ‘geografia ativa’.” (1997, p. 29) O fato se torna mais sintomático quando se percebe que Lacoste sabia perfeitamente da importância de Clausewitz para Lenin, posto que chega a reproduzir de forma literal a apreciação positiva do líder bolchevique sobre *Da guerra*.⁹⁴

Aproveitando o ensejo, pode-se dizer, em certo sentido, que no âmbito da geografia brasileira Vesentini em seu *Imperialismo e geopolítica global* procede de forma similar, entretanto com alguns equívocos a mais ao realizar toda uma apreciação do pensamento leniniano sem contudo ter lido atentamente as obras de Vladimir Ilitch ou, o que não é menos pior, leu apenas fragmentos delas e construiu a partir daí uma visão de aspectos do pensamento leniniano em tom definitivo e em chave negativa, utilizando para tanto o filtro de comentadores que ainda que possam ser importantes e rigorosos, não deixam de ser uma leitura a partir de olhos de terceiros. Defende-se aqui que em uma análise de determinado autor, comentadores podem ser suporte da própria análise, mas jamais um substituto à leitura do próprio autor em exame.

Vesentini dedica parte de um dos quatro capítulos do livro para discutir a teoria do imperialismo em Lenin. E assinala nessa abordagem que a inserção dessa problemática por Lenin no corpo teórico do marxismo faz este oscilar entre duas premissas antitéticas: uma abordagem de classe e uma abordagem nacional. O sujeito revolucionário é ora a classe, ora a nação. Na ótica do argumento de Vesentini, o fato de Lenin defender a autodeterminação das nações é necessariamente preterir o sujeito revolucionário classe. Neste sentido ele marca que *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, de 1916, constitui o exemplo mais representativo (e de maior vigor político-ideológico) dessa aporia (1990, p. 28) A contribuição dessa tese discorda de Vesentini. Não há para uma oscilação leniniana do sujeito revolucionário entre a classe e a nação. O sujeito revolucionário central para Lenin é sempre a classe.

⁹⁴ O trecho que Lacoste reproduz é o que Lênin afirma que o autor de *Da Guerra* é “[...] um dos escritores militares mais profundos [...] um escritor cujas ideias fundamentais se tornaram hoje o bem de todo pensador.” Esse excerto reproduzido por Lacoste está contido em um artigo de 1917, *A Guerra e a Revolução*, onde Lênin faz toda uma apreciação positiva do pensamento do general prussiano. Para, além disso, é interessante comentar nesse espaço que no referido artigo Lênin discute várias questões sobre a guerra e a revolução que passam por temáticas de cunho eminentemente geográfica como a afirmação do princípio da territorialidade estatal no mundo, a questão da autodeterminação dos povos que é uma estratégia revolucionária leniniana de forte feição territorial, conforme será exposto nos capítulos subsequentes. Sobre isso ver: LENINE, (OC24, 1958, p. 407-432).

O geógrafo brasileiro não entendeu que a geopolítica leniniana comportava uma tentativa de coordenação a partir da classe operária, de todo movimento contrário ao poder estabelecido tanto no plano “nacional” quanto internacional. Daí a política de autodeterminação das nacionalidades. Em realidade, Vesentini nem entendeu que a obra de Lenin é Geopolítica. Sintomático disso é que ele discute passagens leninianas de alto valor geopolítico, mas não assume isso enquanto tal. De certa maneira é fácil detectar as raízes dessa análise tão problemática. Primeiro, os únicos textos leninianos consultados por Vesentini para a confecção de seu livro foi *Imperialismo: fase superior do capitalismo* e um prefácio escrito por Lenin para o livro *A economia mundial e o imperialismo*, de Bukharin. Ora, a confecção de *Imperialismo* [...] levou quatro anos para ser publicado. No decorrer do qual Lenin consultou uma série de livros e artigos antes de sintetizar sua famosa brochura de 1917. Isso implica dizer que a temática do imperialismo aparece tanto em trabalhos anteriores a 1917 quanto posteriores a essa data. Neste sentido, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* apesar de concentrar uma forte reflexão sobre o imperialismo não significa que a reflexão leniniana sobre o referido fenômeno esteja restrita apenas a essa brochura. Portanto, limitar a análise da problemática imperialista em Vladimir Ilitch a apenas uma de suas obras, ainda que seja a principal, é uma operação intelectual totalmente equivocada. Segundo, Vesentini não separa de forma contundente o que é leniniano (da lavra de Lenin) do que é leninismo (da lavra dos seguidores). Então ele toma muitas distorções dos leninistas como se fossem próprias de Lenin.⁹⁵

Mas a negligência maior de Vesentini é quando ele acompanha determinada linha de interpretação do pensamento de Marx e Engels que prognostica a negligência da dimensão espacial da sociedade. E em seguida confere grande valor espacial à discussão do imperialismo no líder bolchevique, advogando que tal temática, juntamente com a questão espacial, entrou na pauta leniniana via liberais, especificamente John Hobson e seu livro *Imperialismo: um estudo*. Que Marx e Engels tenham negligenciado a espacialidade da vida social, ou não, de forma alguma, neste trabalho confere discórdia. Que Hobson tenha sido referência substancial para Lenin na discussão do imperialismo, ponto pacífico, pois o próprio Vladimir Ilitch deixa isso

⁹⁵É até desnecessário registrar que essas críticas a Vesentini de *Imperialismo e geopolítica global*, que também são extensivas a Lacoste, de forma nenhuma implica em dizer ou defender que os equívocos no livro em questão comprometem seu todo. O âmbito da crítica explanada se restringe ao fato de ele não ter uma leitura substancial da obra leniniana, mas apresentar toda uma visão negativa e definitiva sobre a teoria do imperialismo, incorrendo em equívocos gigantescos. *Imperialismo e geopolítica global* é um livro de leitura necessária. Além disso, algumas críticas de Vesentini a Lenin são bastante pertinentes.

muito claro. Porém, sugestionar que a dimensão espacial tenha entrado em Ilitch via o liberal inglês é totalmente despropositado. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, conforme exposto, é de 1916, *Imperialismo: um estudo* é de 1904. Se Vesentini tivesse lido algumas obras de Lenin, tais como: *Que fazer?* (1902), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1889), *O programa agrário da social democracia russa na primeira revolução de 1905-1907* (1907) teria, sem muitas dificuldades, constatado a dimensão espacial em obras de Vladimir Lenin anteriores a leitura leniniana (1912) de *Imperialismo: um estudo*.⁹⁶ E mais, teria se certificado de forma taxativa que a temática espacial em Ilitch é anterior à publicação do próprio livro de John Hobson.

Nesse contexto é bom frisar veementemente que a dimensão espacial de Lenin não advém necessariamente de autor x ou y, mas necessariamente da problemática da revolução que é, por excelência, uma problemática espacial⁹⁷.

⁹⁶ Aqui tem-se como ano de referência de leitura de *Imperialismo: um estudo* por parte de Lênin o período entre 1912 e 1916. Essa pressuposição está assentada em *Cadernos sobre o Imperialismo* um livro póstumo de Lênin que consiste em cadernos de anotações, fichamentos resenhas, bibliografia consultada para a confecção de *Imperialismo: fase superior do capitalismo* ao qual consta o livro de Hobson. Para conferir melhor o trabalho de Lênin na preparação de sua famosa brochura ver: LENINE (OC39, 1970)

⁹⁷ Aqui caberia esboçar uma proposta de um futuro artigo sobre a receptividade da obra leniniana no movimento de renovação crítica da Geografia Brasileira. O que leram e como foi lida a extensa obra de Vladimir Ilitch? O que incorporaram e o que rejeitaram? Aqui especula-se que há muita apreciação negativa e mesmo positiva sem leitura fundamentada, todavia, isso é apenas uma hipótese. De forma assertiva, cita-se o caso de Antônio Carlos Robert de Moraes, que leu algumas obras basilares de Lênin. Para ter-se uma ideia, na dissertação de mestrado *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*, (1983) constam na bibliografia consultada 4 livros de Lênin. São eles: *Materialismo e empiriocriticismo*; *A revolução proletária e o renegado Kautsky*; *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; *Contra el revisionismo, em defesa del marxismo*. Na tese de livre docência, *Geografia capitalismo e meio ambiente* (2000b); constam *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e o *Programa agrário da socialdemocracia na Revolução de 1905-1907*. No livro *A gênese da geografia moderna* (1989) aparece *O programa agrário da social-democracia na Revolução de 1905-1907*. Em *Valorização do espaço* (1999), constam *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907* e *Imperialismo fase superior do capitalismo*. em *Ideologias geográficas* (2005) aparecem *A revolução socialista e o renegado Kausty* e *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Por fim, em *O território na geografia de Milton Santos* (2013) é citado: *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Ao todo são seis obras leninianas que têm presença constante nos trabalhos de Moraes. Dessas seis, o livro que marca presença maior número de vezes é de longe *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Dos seis trabalhos de Moraes analisados, aquele livro de Lênin aparece em cinco. *O programa Agrário da Social-democracia* marca presença em segundo lugar, com três aparições.

Em praticamente todas as menções que Moraes faz a Lênin, o líder bolchevique aparece em chave positiva. No parecer do geógrafo em questão, o revolucionário russo pertence a um rol de autores que conseguiram manejar muito bem o método marximiano e por conta disso "sem abdicar de uma visão universalizadora, também se preocupam em compreender a particularidade." (1983, p. 475). Pode-se dizer, portanto que o autor de *Que Fazer?* tem certa influência sobre autor de *Geografia Pequena História Crítica*. Sintomático disso é que o conceito de *fundo territorial* amplamente utilizado por Moraes para analisar a realidade territorial brasileira é de matriz leniniana. Entretanto é interessante dizer que nos livros em que o geógrafo em questão mobiliza o conceito leniniano de *fundo territorial*, não há nenhuma referência à Lênin. Nem no corpo do texto nem na bibliografia. Exceção feita a seu último livro (2013), *O Território na Geografia de Milton Santos*, quando ele então admite textualmente o débito para

Contudo, deixando essas insuficiências metodológicas na abordagem da obra leniniana e voltando especificamente à assertiva de Lacoste, manifesta linhas atrás, de que os marxistas

com Lênin no referente a tal conceito. Até a essa data somente havia uma admissão oral por parte de Moraes dessa relação Lênin e *fundo territorial*. Testemunhei tal reconhecimento oral em 2010 durante o mestrado, quando acompanhei a disciplina *Formação territorial e teoria geográfica* ministrada por ele na pós-graduação do Departamento de Geografia. No decorrer da pesquisa de mestrado essa questão passou despercebida. Somente agora no doutorado, tendo a obra de Lênin como objeto de estudo, foi possível detectar essa problemática.

Mas o que levou a Moraes mobilizar um conceito leniniano por tanto tempo em sua produção textual sem no entanto admitir textualmente a origem do mesmo? Tal questão é mais intrigante ainda quando sabe-se que o referido conceito leniniano estava contido justamente nas duas obras de Lênin mais utilizadas por Moraes. Além de tudo, o que levou ou motivou esse reconhecimento textual em seu último livro? No referente especificamente a última questão, pode-se com certeza sinalizar que foram várias razões. E dentre várias, pode-se mencionar, com certa cautela, o trabalho de mestrado, *As Territorialidades Soviéticas da Revolução Russa 1905-1921*, ao qual ele foi um dos participantes da banca tanto de qualificação quanto de defesa. Nessa dissertação, mobilizou-se o conceito de *fundo territorial* e *território usado* para analisar os domínios do Império Russo. Pensava-se que a origem dos conceitos aplicados a realidade russa era brasileira. Essa linha de interpretação do reconhecimento textual de Moraes para com Lênin pode ser reforçada pela cronologia dos trabalhos: a dissertação em questão foi defendida em 2012 e o livro *O território na geografia de Milton Santos* foi publicado em 2013.

Contudo, o exposto aqui precisa ser melhor aprofundado. Isso é somente uma pequena amostra do artigo que se propõe escrever futuramente sobre a recepção da obra leniniana no movimento de renovação crítica da Geografia Brasileira. No âmbito dessa proposta um autor que não poderia deixar de faltar no quadro de análise seria Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Registrada tais pretensões, resta, ainda no âmbito dessa nota, fazer algumas últimas apreciações da leitura de Moraes sobre a obra leniniana. Defende-se que Antônio Carlos não leu com a devida atenção os livros de Lênin consultados. Para ser mais justo e específico, refere-se aqui exclusivamente ao *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e *O programa agrário da social-democracia*.

O que se quer explicar fica melhor delineado, quando se lembra que a proposta de análise de Moraes da formação do território brasileiro compreende três conceitos, o de território, *território usado* e de *fundo territorial*. O primeiro é o território no sentido político que comporta em seu interior os dois outros. Como diz o próprio autor em questão “os espaços coloniais eram constituídos de *territórios usados*[...] *Je fundos territoriais*”(2005, p. 70b) Este último vem de Vladimir Ilitch. O primeiro termo, *território usado*, é uma derivação a partir de Milton Santos, e significa “as áreas efetivamente ocupadas pela colonização (os encaves e as regiões).” (2009, p.65) Este trabalho advoga que este conceito está em Lênin, ainda que operacionalizado com outro nome, similarmente ao que ocorre com o fundo territorial – que no líder bolchevique aparece como fundo colonial. Para forçar as coisas, pode-se dizer que Moraes (2009, 2005b) ressignificou o conceito miltoniano de território usado, o utilizando a partir daí para designar os espaços de ocupação efetiva da colonização portuguesa em seus domínios na América, entretanto a lógica desse conceito já estava no autor de *Que Fazer?*. Na verdade muito mais em Lênin do que no próprio Milton Santos. Observa-se que em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Vladimir Ilitch centra a análise do livro naquela porção do território mais habitada e com um espaço econômico mais conformado, o qual ele denominou de Rússia europeia. A análise dos *fundos coloniais* não entrou no quadro de análise do livro em questão, já que próprio Lênin diz que isso “demandaria uma obra específica.” (1982, p. 372). Ilitch, jamais confeccionou essa obra específica, mas em *O programa agrário da social-democracia russa*, no qual discute a questão dos camponeses, ele tematiza longamente a problemática dos *fundos coloniais*.

O exposto até aqui necessariamente força a assinalar que de forma implícita está inscrito na análise de Lênin que a Rússia europeia e os *fundos coloniais* estão inseridos dentro da mesma realidade geopolítica, o território do Império Russo. O que logo leva a concluir que Lênin estava trabalhando tanto com território, enquanto realidade geopolítica maior, quanto com *território usado* e *fundo territorial*. Tal interpretação é reforçada quando Lênin (1982, p.372) em *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* em uma nota de rodapé (91) utiliza a expressão “território habitado” em distinção as periferia subpovoadas, ou seja, o *fundo colonial*, advogando que o capitalismo se desenvolve em profundidade no primeiro e extensão no segundo. Esse entendimento e regionalização leniniano do território russo passou despercebido a Moraes. Em conclusão: se Lênin trabalha com a ideia do território do império e dentro deste há uma porção ao qual denomina fundo colonial, necessariamente há um outro que não é fundo colonial: o território habitado.

negligenciaram a dimensão espacial, pode-se atestar de forma segura que tal asserção não cabe de forma nenhuma em Lenin. Tanto pela análise dos mapas quanto por toda a discussão feita até aqui, é possível dizer que um dos centros do pensamento leniniano era justamente a preocupação de saber onde estão as coisas, as pessoas no âmbito espacial. Neste sentido, conhecer o espaço para melhor nele saber atuar era um dos elementos centrais da geopolítica leniniana.

A discussão leniniana entre geopolítica leniniana e território, leva a uma indagação posta na introdução e no capítulo precedente: qual território o projeto revolucionário de Lenin tinha como pretensão? O exposto permite delinear de modo ainda primário, que os contornos do império czarista, ou melhor, a herança territorial dos czares era algo a ser preservado. Obviamente que Lenin, realista como era, não tinha essa preservação territorial como um princípio irrecusável. São inúmeras as ocasiões, tanto no processo revolucionário quanto anterior a tal processo em que o líder bolchevique viu na secção de território um elemento de salvaguarda da revolução. O Tratado de Brest⁹⁸ é um exemplo cabal disso. Entretanto, não se pode perder de vista que a manutenção daquela herança territorial era um norte estratégico da geopolítica de Lenin. Pode-se, de certa maneira, deduzir isso pela forma com a qual Vladmir Ilitch confere um valor altamente positivo dos *fundos territoriais*.⁹⁹ Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ele caminha justamente nessa direção ao enfatizar que "[...] em comparação com outros países capitalistas, a

⁹⁸ O Tratado de Brest, assinado em março de 1918, foi um acordo entre a jovem República Soviética e o Império Alemão e Austro-Húngaro. Ele marcou o encerramento da guerra entre a Rússia e os impérios centrais, por meio de severas condições ao governo bolchevique. Dentre outras coisas, os Hohenzollern e Habsburgos (respectivamente, casa dinásticas alemã e austríaca), impuseram a República Russa severas perdas territoriais no referente à parte ocidental do território do outrora Império Russo. Isso implicou, como relata Serge (1993, p. 213), em termos econômico, a perda de 90% da produção de combustíveis, 90% da indústrias açucareira, 70% da indústria metalúrgica e 55% da produção de trigo. Isso sem contar a população dos territórios cedidos. Quando das negociações desse tratado, se instalou no seio da alta cúpula do governo soviético e do partido bolchevique um acirrado debate sobre a assinatura desse acordo ou não. Lênin foi um ferrenho partidário da celebração do acordo. Sua linha após longos debates acabou prevalecendo. Todos os termos do tratado acabaram com a derrota dos impérios centrais em novembro de 1918. Para uma discussão detalhada sobre as negociações ver: FIGES, 1999.

⁹⁹ Neste ponto é interessante lembrar o ensaio, de 1924, *Agrarismo e industrialismo* de Octávio Brandão, militante do recém-fundado Partido Comunista brasileiro. Neste pequeno livro, a primeira tentativa de interpretação marxista da realidade brasileira, Brandão faz uma caracterização do território brasileiro que não deixa de recordar a caracterização leniniana do território russo de que este comporta a existência de gigantescos fundos coloniais. Porém diferentemente do tom positivo e otimista do líder bolchevique no relativo aos fundos coloniais, o militante comunista brasileiro se posiciona no referente à realidade brasileira de forma um tanto negativa, para não se usar outros termos. Isso é o que pode-se conferir nesse longo excerto: O Brasil é marcado pelo fato de que “cinquenta e oito por cento da [sua] superfície estão cobertos de matas, quando essa proporção é reduzida em países industriais como a Alemanha e os Estados Unidos, a 26% e a 25% respectivamente. Deduz-se daí que o homem ainda não conhece a terra, mal desbravada. Trata-se de um país ainda selvagem, onde a barbárie da mata é mais poderosa que o esforço civilizador do homem. A terra ainda está em formação. Largos territórios como as baixadas: fluminense e amazonense ainda estão em elaboração, sujeitos a retificações contínuas.” (2006, p. 32). Para uma averiguação mais integral do trabalho em questão ver: BRANDAO, (2006).

Rússia se encontra em condições particularmente vantajosa, graças à enorme superfície de terras livres e acessíveis à colonização na sua periferia.” (1982, p. 372). Em o *Programa agrário da social-democracia*, por sua vez, as cores dos elementos de valorização aparecem de maneira mais fortes:

A Rússia possui um *fundo gigantesco de colonização*, que irá tornando-se acessível à população [...] com o progresso sucessivo da técnica agrícola [...] [e que a revolução] permite fazer novos investimentos suplementares de trabalho e capital nas terras antigas, como também utilizar espaços ‘imensos’ de novas terras contíguas. (1980, p. 43, grifo nosso)

O *fundo territorial* coloca-se nessa ótica como um elemento altamente positivo que a revolução a partir da implementação de novas plataformas de uso do território incorporará ao seu domínio. É possível dizer que a geopolítica leniniana para os *fundos coloniais* é sua incorporação em sentido econômico paralelamente à manutenção de seu domínio político.

Nesta perspectiva, a conclusão lógica a se tirar é que a tarefa da revolução é tornar o *fundo territorial* em *território usado*. Faz-se necessário dizer que ainda que a revolução ao qual Vladimir Ilitch faz referência nesse trecho seja a revolução democrático-burguesa, logo a que desenvolveria o capitalismo em solo russo e não a socialista, isso não desautoriza a dizer que essa manutenção do domínio político dos *fundos territoriais* era algo a ser descartado em uma futura revolução socialista.¹⁰⁰ Pelo contrário, era algo a ser conservado principalmente depois da incorporação econômica de tais fundos pelo desenvolvimento do capitalismo ao âmbito do *território usado*.

Portanto, *fundo territorial* e *território usado*, logo a herança territorial czarista era algo a ser conservado em termos políticos. Dito o mesmo em outros termos: no projeto geopolítico leniniano, o território do império era um elemento de continuidade da revolução.

¹⁰⁰ Aqui é necessário marcar em termos simples e rápidos, posto que essa discussão será feita pormenorizadamente nos capítulos subseqüente, que Lênin e de um modo geral o movimento social democrata russo em sua ala bolchevique e menchevique antenados aos cânones da II Internacional, os quais defendiam para o Império Russo uma revolução democrático burguesa que teria por finalidade desenvolver sem os entraves no império dos czares o capitalismo. O abandono desse programa revolucionário por parte de Lênin somente ocorrerá em 1917, quando então o líder bolchevique passa a defender em suas famosas *Teses de Abril* uma revolução socialista para o seu país. Uma exceção nesse esquema teórico digna de comentário era Leon Trotsky que desde a experiência revolucionária de 1905, já vinha defendendo uma revolução socialista para a Rússia.

Todo o exposto abre uma oportunidade para sedimentar uma conclusão sobre a reflexão de Vladimir Ilitch acerca da relação revolução e território: há na geopolítica leniniana ao ver a escala mínima da revolução consubstanciada na escala do território imperial czarista, um programa mínimo e um programa máximo em termos de conservação territorial. O programa mínimo são as injunções da política que vão determinar o quanto a revolução pode salvaguardar do território da escala mínima. Aqui o exemplo, mais uma vez, do Tratado de Brest é muito sintomático disso. O programa máximo, em termos bem simples, é a pretensão leniniana de salvaguardar as fronteiras externas do Império Russo. Aqui também, em última instância são as injunções do mundo da política que vão determinar ou não a realização de tal programa. Nas linhas subsequentes esses dois programas serão reforçados com outras evidências leninianas mais contundentes.

Por ora cabe dizer que essa relação entre revolução e domínio territorial não passou despercebida até mesmo por pessoas insuspeitas ou muito distantes do campo revolucionário. Hobsbawm diz que "Se havia um Estado onde se acreditava que a revolução fosse não só desejável, mas inevitável era o império dos czares." (1988, p. 404). Sintomático disso é que o conservador geógrafo inglês Halford Mackinder (1861-1947), que fez do território russo objeto de uma teoria geopolítica, em seu famoso artigo de 1904, *O pivô geográfico da história* propugnou no referente à Rússia que "Nem é provável que alguma possível revolução social irá alterar suas relações essenciais com os grandes limites geográficos de sua existência." (2011, p. 97)

Uma das preocupações centrais de Mackinder ao elaborar sua teoria do poder terrestre ou teoria do *heartland*¹⁰¹ era a contenção do expansionismo russo e a salvaguarda do poderio britânico. Hoje é possível dizer, desde um panorama retrospectivo, que as inquietações do geógrafo inglês em relação ao expansionismo czarista possuía certa pertinência. A URSS, sucessora do império czarista, estendeu e consolidou todo um domínio para boa parte da Europa a partir do final da II Guerra Mundial. Para aqueles que advogam que esse movimento da União Soviética não tem um conteúdo revolucionário, dado a perda do *élan* revolucionário da própria

¹⁰¹ Mackinder foi autor de uma teoria do poder de terrestre de escopo mundial, onde o território russo tinha grande proeminência. Segundo este geógrafo britânico, a história da humanidade tinha sido uma luta entre o poder terrestre e o poder marítimo. Nos últimos séculos, o poder marítimo levava vantagem, dentre outras coisas devido sua mobilidade nos oceanos, porém o desenvolvimento das ferrovias e telegrafia passou a conferir grande mobilidade ao poderio terrestre. Neste sentido, quem dominasse o que ele chamava área coração ou *heartland*, (o centro das terras emersas, que correspondia aos domínios territoriais russos) teria grande chance de projetar seu poder internacionalmente e ameaçar as posições das potências marítimas como as do império britânico. Para uma consulta mais pormenorizada sobre essa elaboração de Mackinder, consultar: KAPLAN, (2013).

URSS com o advento do stalinismo por volta do final da década de 20, é interessante recordar o que diz Leon Trotsky, em 1939, já na condição de profeta banido,¹⁰² portanto exilado e destituído dos altos postos do Estado soviético que outrora ocupava e ferrenho opositor das políticas do Kremlin:

A revolução proletária que se produziu no território do império dos czares tentou, desde seu início conquistar – e durante muito tempo conquistou – os países bálticos; tentou penetrar na Romênia e na Pérsia em certo momento dirigiu seus exércitos para Varsóvia 1920. (TROTSKY, 2011, p. 50)

A assertiva de Trotsky quer dizer que mesmo se o Estado soviético não tivesse passado por um processo de degenerescência ou em seus termos se a revolução não tivesse sido traída, ela ainda assim manteria a expansão territorial do outrora Estado russo. Segue ele:[...] um Estado operário saudável tenderia à expansão, e as linhas gerais geográficas de expansão coincidiriam inevitavelmente com as linhas gerais de expansão do czarismo, porque a revolução não modifica as condições geográficas." (2011, p. 45)

Há nesse último delineamento algumas interessantes implicações a serem exploradas. Trotsky ao mobilizar o termo "condições geográficas" está identificando muito problematicamente o geográfico com o permanente e esse permanente com os limites fronteiriços imperiais. Nessa perspectiva, o geográfico é um elemento dotado de tanta força que nem a revolução consegue romper. Em outros termos, isso é uma naturalização das fronteiras do Império Russo. E mais, das próprias linhas de expansão czarista. É como se Trotsky recorresse à geografia – entendida aqui como o que é mais estável – para justificar no âmbito de seu projeto revolucionário a salvaguarda do território do Império assim como de suas linhas de expansão.

Esse movimento de justificar as fronteiras a partir de sua naturalização, no campo revolucionário não é privilégio de Trotsky. Jacques Ancel (1938) notou isso em outros revolucionários de outras coordenadas geográficas e de outro quadro temporal: Os revolucionários franceses de 1789, mas aqui é necessário ser justo. A justificação de Trotsky a partir da geografia no referente à questão revolução e expansionismo contrasta enormemente com

¹⁰² Aqui há a referência a um dos títulos da clássica trilogia biográfica de Trotsky escrita pelo polonês Isaac Deutscher (1907-1967) que consiste em: *Trotsky: O Profeta Armado 1871-1921*; *Trotsky: o profeta desarmado 1921-1929*; *Trotsky: o profeta banido 1919-1940*. O primeiro volume abrange o período da ascensão de Trotsky; o segundo, sua queda. O terceiro, o período que vai de seu exílio até sua morte.

sua biografia política e um rápido indício disso, em 1923, é o artigo¹⁰³ no qual defende que uma Europa balcanizada e destroçada pela guerra seja unificada por meio de uma federação socialista. Fato curioso é que no âmbito dessa proposta, a argumentação do revolucionário naquilo que se refere à justificativa da inclusão da Europa em uma mesma organização política, está assentada menos em argumentos geográficos do que econômicos. Neste sentido ele assinala: "Europa não é um termo geográfico; Europa é um termo político [...] [já que] O continente europeu no estado atual de desenvolvimento de suas forças produtivas é uma unidade econômica."¹⁰⁴ Algumas linhas à frente denotar-se-ão alguns elementos mais contundentes desse contraste no pensamento do criador do Exército Vermelho.

Enquanto isso, frisa-se que Trotsky dentro da tradição socialista não é o primeiro a defender no plano das ideias o expansionismo territorial de sociedades socialistas. Para avançar na análise é possível rastrear esse pensamento longinquamente em Thomas Morus (1478-1535), em seu famoso livro *Utopia*, ao refletir sobre a edificação de uma sociedade igualitária já havia colocado a questão da colonização de novas terras, portanto do expansionismo territorial de dita sociedade utópica. Somente para exemplificar, em determinado momento da narrativa, Morus, por intermédio do personagem Rafael assinala que para resolver o problema de superpopulação de Utopia os imigrantes fundam "[...] uma colônia no continente mais próximo, onde os indígenas dispõem de mais terreno do que cultivam." (MORUS, 2004, p. 99) Nesse empreendimento colonial, os utopianos transplantam as mesmas instituições de sua terra natal e tentam incorporar pacificamente os locais ao espaço colonial. Entretanto "[...] se os colonos encontram uma nação que repele as leis da Utopia, eles expulsam esta nação da região do país que querem colonizar, e, se preciso empregam para tal, a força das armas." (MORUS, 2004, p. 99) Pelas relações que Utopia trava com os povos vizinhos, permeada por dominação e expansionismo, João Almino no prefácio da obra de Morus apresenta essa sociedade idealizada pelo pensador inglês como um Império.¹⁰⁵

O exposto permite consolidar alguns elementos, a URSS em seus primórdios ensaiou uma política de expansão, Stalin em seu período de hegemonia consolidou tal política expansionista, Trotsky, por sua vez, justificou o dilatamento de fronteira soviética tanto da URSS nascente

¹⁰³ O artigo em questão é ¿Es Apropiado el momento para la Consigna: los Estados Unidos de Europa?.

¹⁰⁴ Original: "Europa no es un término geográfico; Europa es un término económico [...] [já que] El continente europeo en el estado actual de desarrollo de sus fuerzas productivas es una unidad económica [...]." (TROTSKY, 2005, p. 194)

¹⁰⁵ Sobre isso ver: ALMINO, (2004).

quanto com algumas reservas críticas, da URSS do período stalinista. Morus com base em *Utopia* não teria posicionamento tão distante do autor de *Literatura e Revolução*. As posturas apresentadas são de terceiros e não do líder bolchevique objeto de reflexão de dessa tese. Apesar de esses personagens históricos estarem inseridos dentro de uma mesma tradição de pensamento, não se pode cair no erro grosseiro de apresentar o pensamento de terceiros como se fosse idêntico ao pensamento de Lenin. Diante disso, uma questão se impõe: qual o posicionamento do líder bolchevique em questão no referente ao expansionismo e revolução? Bem, todas aquelas tentativas de expandir a revolução, descrita por Trotsky em seu primeiro excerto, foram conduzidas por Lenin a frente do Estado soviético. Isso aponta para determinadas pistas do posicionamento de Vladimir Ilitch referente questão. Para além disso, digno de menção é que ele encarava, em seu esquema geopolítico, a revolução na Rússia como o estopim da revolução no ocidente. Muito sintomático dessa concepção é o que ocorreu quando estourou a Guerra Polaco-Soviética (1919-1921). A Polônia restaurada como Estado independente depois de 123 anos de subjugação surge como um elemento de separação entre a Rússia soviética e a derrotada Alemanha. E nesse novo *status*, aguçada pelos países da Entente e também por um forte nacionalismo, busca "[...] estabelecer fronteiras mais justificadas pelas tradições históricas e sentimentais que por considerações etnográficas [...]"¹⁰⁶, invadindo para isso o território soviético. Tal invasão é repelida pelo Exército Vermelho, que imprime um vigoroso recuo às tropas polonesas até as proximidades de Varsóvia. Nesse movimento, quando o exército russo leva de volta os invasores até a fronteira polonesa, eclode no seio do partido bolchevique a discussão se seria acertado ou não atravessar a linha fronteira. Alguns setores do alto escalão do governo soviético e do partido bolchevique temiam que tal manobra da jovem República soviética fosse interpretada pelo conjunto dos poloneses como uma revivificação dos métodos expansionistas do czarismo.¹⁰⁷ (DEUTSCHER, 2005)

Lenin foi um dos fortes partidários do avanço do Exército Vermelho rumo a Varsóvia, pois viu no avanço militar dos vermelhos um elemento de expansão da revolução para a Polônia que

¹⁰⁶ Original: "[...] establecer fronteras más justificadas por las tradiciones históricas y sentimentales que por consideraciones sentimentales [...]." (CHAMBERLIN, 1967, p. 18)

¹⁰⁷ Para fazer uma melhor contextualização da delicadeza dessa discussão sobre Polônia seria interessante fazer um contraponto com a época contemporânea. No contexto internacional, salvo raras exceções, há um consenso da existência de uma questão palestina, que se consubstancia na defesa da criação de um Estado palestino soberano. Assim como existe uma questão Palestina na atualidade, houve por muito tempo uma questão polonesa. No âmbito dessa discussão a esquerda internacional, salvo raras exceções, se colocava do lado da resolução dessa questão, ou seja, defendia o soerguimento de uma Polônia independente e soberana. A título de ilustração a partir de algumas figuras clássicas, Marx e Engels eram adeptos dessa posição. Sobre isso ver: MARX; ENGELS, (2013).

em sua ótica seria saudada e fortemente apoiada pelos camponeses e operários poloneses. (VOLKOGONOV, 2008) É nesse espírito que ele discursa em cinco de maio de 1920 para os soldados soviéticos que partiam para frente de batalha: "Que vosso comportamento com os polacos demonstre que vós sois soldados da República Operária e Camponesa, que ides lá não como opressores, mas sim como libertadores."¹⁰⁸

A marcha para o ocidente via Polônia no cálculo geopolítico leniniano também era uma maneira de estender as fronteiras soviéticas para junto da agitada Alemanha do pós-guerra que desde 1918 vivia tensões revolucionárias e assim conferir uma base de apoio mais próxima aos comunistas alemães. (FIGES, 1999) Porém, os operários e camponeses poloneses não foram base de apoio do Exército Vermelho, pelo contrário, viram na marcha desse em solo pátrio um elemento de subjugação nacional, por conta disso o avanço russo às portas de Varsóvia sofreu um revés e foi empurrado de volta ao seu território. Um acordo de Paz entre ambos os países foi assinado em março de 1921 no Tratado de Riga. Nos termos um tanto ressentido de Volkogonov a Rússia sofrera uma humilhante derrota para uma “antiga província” e junto a isso em termos territoriais perdera "15 distritos inteiros e 11 em parte" cuja população chegava à cifra de 6,75 milhões de pessoas. (2008, p. 45)

Lenin perante o X congresso do partido fez um balanço um tanto tímido dessa campanha na Polônia. Diz ele nessa ocasião:

[...] não vou analisar agora se o erro foi estratégico ou político, porque isto me levaria demasiadamente longe; creio que isto deverá ser obra dos futuros historiadores, pois quem em luta difícil tem que seguir defendendo-se de todos os inimigos não está dedicado a investigações históricas.¹⁰⁹

Depois de se esquivar de um balanço mais aprofundado acrescenta que a campanha militar polonesa

[...] havia despertado os sentimentos patrióticos, inclusive entre os elementos pequenos burgueses, que não simpatizam com o comunismo em absoluto, que não são em absoluto proletários, que não apoiam incondicionalmente a ditadura

¹⁰⁸ Original: "Que vuestro comportamiento con los polacos demuestre que sois soldados de la República Obrera y Campesina, que vais allá no como opresores, sino como libertadores." (OE11, 1973, p. 46)

¹⁰⁹ Original: "No voy a analizar ahora si el error fue estratégico o político, porque esto me llevaría demasiado lejos; creo que esto deberá ser obra de los futuros historiadores, pues quienes en lucha difícil tienen que seguir defendiéndose de todos los enemigos no está dedicado a investigaciones históricas." (OE12, 1973, p. 5)

do proletariado."¹¹⁰ E após essas declarações admite: "[...] o fato é que na guerra da Polônia cometemos certo erro [...]."¹¹¹

É interessante contrastar rapidamente o otimismo inicial de Lenin diante da campanha polonesa com o realismo de Stalin, que, em maio de 1925, escrevera um artigo na qual denotara as dificuldades de uma campanha militar soviética sobre a Polônia, no qual afirmava que uma retaguarda consolidada é essencial para a vitória na frente. Segundo ele diferente dos exércitos brancos que atuavam em regiões não russas defendendo uma Ideia de Grande Rússia, portanto, operando em uma retaguarda hostil, os poloneses tinham a vantagem de operar a partir de um território etnicamente homogêneo; por conta disso a retaguarda polonesa era consolidada uma vez que "[...] 'o sentido de pátria' se transmite por numerosos condutos à frente polaca, dando as suas unidades coesão nacional e consistência."¹¹² A única coisa que poderia desbaratar essa homogeneidade ou coesão nacional seria a luta de classe, "[...] porém os conflitos de classe não alcançaram ainda forças para abrir uma brecha no sentimento de unidade nacional e contagiar de antagonismo a uma frente heterogênea desde o ponto de vista de classe."¹¹³ O futuro generalíssimo, tão resolutivo em 1920 em marchar para a Polônia, mas nada hesitante em partilhar o mesmo país vizinho com a Alemanha de Hitler no pacto germano-soviético de 1939.

Os contornos deste debate sobre a guerra russo-polonesa ganham matizes mais irônicas quando se sabe que Trotsky, na condição de profeta banido, afirmara conforme citado acima, que “a revolução não modifica as condições geográficas.” Entretanto, em 1920, quando da discussão do prosseguimento ou não do avanço do Exército Vermelho sobre o território polonês, ele foi um ferrenho opositor de tal marcha (DEUTSCHER, 2005) e, assim contrário aos posicionamentos de Lenin e muito mais próximo aos de Stalin.

Pode-se dizer que o posicionamento de Trotsky de condenação estava assentado, como bem expressou Deutscher, numa firme posição de “Um dos cânones da política marxista [...] de que a revolução não pode e não deve ser levada aos países estrangeiros à ponta de baionetas.” (2005, p.

¹¹⁰ Original: “[...] había despertado los sentimientos patrióticos incluso entre los elementos pequeño burgueses, que no son proletarios en absoluto, que no simpatizan con el comunismo en absoluto, que no apoyan incondicionalmente la dictadura del proletariado.” (OE12, 1973, p. 5)

¹¹¹ Original: “[...] el hecho es que en la guerra con Polonia cometimos cierto error.” (OE12, 1973, p. 5).

¹¹² Original: “[...] 'sentido de patria' se transmite por numerosos conductos al frente polaco, dando a sus unidades cohesión nacional y consistencia.” (STALIN, OC4 1953, p. 135)

¹¹³ Original: “[...] pero los conflictos de clase no han alcanzado aún fuerza para abrir brecha en el sentimiento de unidad nacional y contagiar de antagonismo a un frente heterogêneo desde el punto de vista de clase.” (STALIN, OC4, 1953, p. 135)

558) Para qualquer analista, é perceptível toda uma oscilação de Trótsky, enquanto profeta banido, acerca da problemática da expansão da revolução. Em 1939 ao mesmo tempo que assinala que a revolução não modifica a geografia, pontua baseado em Robespierre que "[...] o povo não gosta de missionários armados [...]", para logo em seguida relativizar esse juízo do revolucionário francês com a sentença: "Logicamente esta ideia correta, não significa que seja inadmissível a intervenção militar em outros países com o objetivo de cooperar com uma revolução"; entretanto ancorada no elemento condicionante de que "[...] tal intervenção – como parte de uma política internacional revolucionária – deve ser entendida pelo proletariado internacional, deve corresponder aos desejos das massas revolucionárias em cujo território as tropas revolucionária vão entrar."(TROTSKY, p. 2011, p. 52)

Esses posicionamentos de Trotsky em lidar com o expansionismo da revolução, condenando a princípio, em retrospectiva defendendo o expansionismo do jovem Estado soviético, ao mesmo tempo que fazendo meia condenação do expansionismo da URSS de Stalin, e simultaneamente advogando o expansionismo da revolução desde que atendida de uma série de condicionantes, para além de evidenciar suas ambiguidades revelam uma grande problemática da revolução realizada em uma escala mínima, mas que se pretende universal: relação entre revolução, território e expansionismo. Até que ponto o expansionismo de um jovem Estado criado pela revolução corresponderia realmente aos interesses da revolução e não do Estado recém edificado? ou em termo mais concreto, até que ponto o expansionismo da URSS corresponderia ao expansionismo da revolução ou apenas os interesses próprios da URSS?.

Neste ponto, acompanhando Deutscher (2005) e o próprio Trotsky, faz-se um paralelo entre essa oposição do velho Trotsky à expansão da revolução pela conquista e as críticas do jovem Trotsky à concepção de partido leniniano em *Que Fazer?* Quando Vladimir Ilitch lançou seu famoso opúsculo, em 1902, no qual defendia uma concepção de partido pequeno, altamente centralizado e hierarquizado, Leon Davidovitch, em 1904, respondeu com uma brochura *Nossas tarefas políticas*, na qual fazia severas críticas aos posicionamentos de Lenin¹¹⁴ e o acusava acusadamente de jacobinismo, blanquismo, portanto, de substituísmo. Nesse bojo, de forma profética assinala que os métodos leninianos de organização se aplicados acabariam por levar "[...] a

¹¹⁴ A concepção de partido defendida por Lênin em *Que Fazer?* gerou um grande debate no seio da social-democracia russa, ocasionando a intervenção de outras figuras de destaque desse movimento, além de Trotsky, como é o caso de Rosa Luxemburgo com seu opúsculo de 1904 *Questão de Organização da Social-Democracia Russa*. No capítulo específico sobre partido será desenvolvida uma discussão mais detalhada a respeito.

organização do partido ‘substituir’ o partido, o comitê central a substituir a organização do partido e finalmente, o ditador substituir o comitê central.”¹¹⁵ Isso para o autor de *Literatura e Revolução* comprometia o caro preceito de Marx de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, já que com substituísmo político, “[...] a enorme tarefa social e política, que é a preparação de uma classe para o poder do Estado, fica substituída por uma tarefa organizativa-tática: a fabricação de um aparato de poder.”¹¹⁶ Trotsky revê essas posições em 1917, posto que adentra aos quadros do partido bolchevique na conjuntura revolucionária daquele ano e permanece nele até 1927 quando então é expulso. Entretanto, é possível perceber na condenação da expansão da revolução pela conquista, na ponta das baionetas – e aqui Deutscher acompanha tal análise – elementos daquele substituísmo outrora identificado no referente à organização partidária leniniana agora “[...] projetado no cenário internacional, com a diferença de ser um exército, não um partido, que agia como substituto do proletariado estrangeiro.” (2005, p. 559)

Tão importante quanto registrar o percurso de Trotsky em relação à expansão da revolução é mencionar – ainda que rapidamente, posto que será objeto de atenção mais detida à frente – os meandros contraditórios do itinerário de Lenin a esse respeito, já que ele, tão defensor da autodeterminação das nações – outrora chegara mesmo a condenar severamente a posição da polonesa Rosa Luxemburgo para quem não havia sentido defender a Independência da Polônia¹¹⁷ – agora na condição de revolucionário empossado do poder estatal atentou contra a autodeterminação do país de Rosa. Mas, assim como foi feito o escrutínio com Trotsky far-se-á também com Vladimir Ilitch, para que esta tese não se filie a determinada linha de interpretação sobre o líder bolchevique que vê por trás de qualquer ação de Lenin intenções maquiavélicas, para não dizer cínicas.

Diante do exposto, defende-se que essas questões de ordem concreta de expansão da revolução estavam, por um lado e em grande parte, ligadas àquelas questões do norte estratégico do líder bolchevique: a emancipação do gênero humano que por sua vez, estava ancorado no

¹¹⁵ O original seria: “la organización del partido a “substituir al partido, al comité central a substituir a la organización del partido y, finalmente, al dictador a substituir al comité central.” (TROTSKY, [s.d.] p. 39)

¹¹⁶ Original: “[...] la enorme *tarea social y política*, que es la preparación de una clase para el poder del estado, queda reemplazada por una *tarea organizativa-táctica*: la fabricación de un aparato de poder.” (TROTSKY, [s.d.] p. 70)

¹¹⁷ Rosa Luxemburgo era contra o princípio de autodeterminação das nacionalidades defendidos por Lênin. Para conferir suas posições ver: LUXEMBURGO, (1988). , 1988. Para ver parte da Resposta de Lênin a Rosa conferir: LENIN, (OE5, 1973, p.46-71). Independentemente dessas indicações, é importante sinalizar que o debate será retomado em um capítulo específico dessa tese.

pensamento marximiano. Portanto, uma revolução de recorte nacional, mas que tem como meta a escala universal, dado o fato de que o grosso do gênero humano se encontra para além da escala nacional onde ocorre inicialmente a revolução, coloca no mínimo problemas de ordem geopolítica bastante espinhosa para os revolucionários que conquistaram o poder. Como escalonar, para além dos limites da escala mínima, a revolução? Como romper o isolamento em um mundo dotado de entidades estatais hostis ao empreendimento revolucionário? Como garantir ajuda aos revolucionários sem poder de outras escalas mínimas para que realizem sua própria revolução sem atrair contra si uma cruzada dos poderes estatais das outras escalas mínimas?

E mais, como garantir a sobrevivência da própria revolução no interior da escala mínima, enquanto não há uma extensão geográfica da revolução? Esses eram alguns dos dilemas do nascente Estado soviético. É diante desse conjunto de espinhosas questões que se pode compreender, mas não necessariamente apoiar, algumas ações de Lenin no poder e do próprio governo soviético. Muito sintomático disso é a atitude leniniana na guerra russo-polonesa, comentada acima, assim como a assinatura do tratado comercial anglo-russo, em 1921, na qual uma das cláusulas exigia "[...] que as autoridades soviéticas desistissem de atividades subversivas em território do império britânico" (SERVICE, 2006, p. 487), ou mesmo o acordo de amizade e fraternidade consubstanciado no Tratado de Moscou, em 1921, entre a Rússia soviética e a Turquia kermalista, no qual o governo de Lenin se comprometia a não dar apoio a qualquer grupo revolucionário postulante ao poder em território da Turquia ou mesmo abrigá-los em território soviético. Isso implicou na prática a perseguição dos comunistas turcos por Mustafa Kemal Atatürk com a chancela de Moscou. (ULAM, 1976)

Na perspectiva de se retomar este tópico à luz de outros elementos, será interessante agora retomar discussões passadas, a exemplo das preocupações do conservador Mackinder, pois é irônico constatar que se por um lado esse geógrafo inglês fez do território russo um objeto de problematização tendo por fim último conter o expansionismo russo, o revolucionário Lenin, por outro, colocou o mesmo território no centro de suas reflexões com o fito de fazer a revolução e estendê-la para além dos limites ou fronteiras da Rússia. Um conservador e um revolucionário se aproximando por seu objeto de análise: o território.

Nessa altura, é admissível fazer uma ligação entre o revolucionário russo e a geografia em termos mais amplos, assinalando que Lenin, a partir do uso daquela regionalização *fundo territorial* e *território usado*, está trabalhando sem se ater tanto a elementos de ordem natural,

com aquele princípio tão caro aos clássicos da Geografia: o princípio da diferenciação espacial. Tão presente, por exemplo, em Ratzel (1987), La Blache (1954), Vallaux (1914) e tantos outros geógrafos.¹¹⁸

Espera-se que a exposição textual e cartográfica tenha conseguido apontar alguns elementos de uma primeira aproximação do entendimento leniniano do território imperial russo como os contornos do *território usado* e do *fundo territorial*. Essa macrorregionalização de Lenin do espaço de soberania czarista será a base nas linhas subsequentes para se compreender tais espaços e, logo em seguida, elementos da geopolítica leniniana e da própria revolução.

2.3. Império Russo e territorialidade estatal

No decorrer dessa exposição a palavra império será utilizada indistintamente para diferentes períodos da história russa. Entretanto, à rigor, assinala-se que o termo é utilizado apenas para uma fase muito específica da existência do país dos czares. Mais precisamente do início do século XVIII ao início século XX, quando então a monarquia foi derrubada pelos acontecimentos revolucionários de 1917. (HOETZSCH, 1966)

Na representação *Mapa 5 - Império Russo: ordenamento territorial*, procura-se sintetizar, como deixa explícito o próprio título do mapa, alguns elementos da territorialidade czarista sobre seu espaço de soberania. Tal esforço cartográfico lembra a assertiva de Vallaux que diz que "Quanto mais rapidamente se constitui um império, maiores elementos heterogêneos compreende."¹¹⁹ De fato, como vem sendo delineada a análise, bem como seu prosseguimento, a expansão territorial russa englobou sobre seu domínio político uma variedade de povos.

¹¹⁸ Ratzel, por exemplo, em sua *Geografia política* (1987), tem um capítulo (*A diferenciação e os valores políticos*) dedicado exclusivamente à diferenciação espacial. O mesmo faz Camille Vallaux (1914), em seu livro, *O solo e o Estado*, onde há dois capítulos dedicados ao tratamento da mesma temática: *A diferenciação e dilatação das bases de diferenciação*. Vidal de La Blache (1954), por sua vez, em sua obra póstuma *Princípios da geografia humana*, não tem nenhum capítulo dedicado a discutir exclusivamente a diferenciação, entretanto uma reflexão sobre a temática perpassa transversalmente toda a obra. Um autor temporalmente mais próximo, Jean Gottmann (1952), em sua obra seminal, *A política dos estados e sua geografia*, também não deixa de discutir a diferenciação, conforme bem denota um subtópico do primeiro capítulo da referido livro: *O espaço geográfico diferenciado e organizado*.

¹¹⁹ Original: "Cuanto más rápidamente se constituye un imperio, mayores elementos heterogeneos comprende [...]." (VALLAUX, 1914, p. 294)

Mapa 5 - Império Russo: Ordenamento Territorial no Início do Século XX

Legenda

■

Capital Imperial

●

Capital Provincial

▨

Província

▨

Território

Governo Geral

Amour

Estepes

Finlândia

Irkustsk

Kiev

Moscou

Protetorados

Turquestão

Varsóvia

Provincias não dependentes de um Governo Geral

0

500

1.000

2.000

km

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia

Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area

Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016

Organização: Blanco, Claudia, 2016

Diante desse quadro, sentido, a representação buscou dar conta da heterogeneidade do império via elementos da territorialidade do Estado expressa em seus limites internos, pois como bem diz Claval o Estado "[...] sabe que para ser obedecido é bom dividir o território que ele domina em circunscrições e instalar em cada uma delas agentes que o representem, que vigiem as ações de uns e outros, que zelem pela observância da vontade do poder." (2010, p. 29) Assim, no mapa para o ano de 1914, observam-se os níveis escalares mais altos da administração territorial do império: províncias, território e distritos. Para deter a análise apenas nos dois primeiros: a província era figura da administração dirigida por um governador civil designado pelo governo central. O território, por sua vez, possuía sua administração baseada no comando militar. Era, portanto, dirigido por um comandante e geralmente tal circunscrição territorial se encontrava nas fronteiras do império, daí sua militarização.

Alguns desses três recortes eram agrupados em uma mesma figura administrativa denominada governo geral, que no total somavam cinco e agrupavam ao todo 49 províncias, territórios e distritos. Os 54 outros recortes restantes, dentre aqueles três tipos, eram geridos independentemente da figura de um governo geral. Se avançar para um nível administrativo mais elementar, portanto, para além do denotado por essa cartografia, poderíamos acrescentar que as províncias, território estavam subdivididos em *uedz* (distritos) que por sua vez se subdividiam em um nível elementar mais básico denominado *volost*. (FIGES,1999)

Essa discussão sobre limites internos leva a outra dimensão da territorialidade estatal czarista, a respeito da qual Raffestin assevera que "O poder, antes de se difundir [...] se cristaliza num lugar", os lugares do poder. (1993, p.186) Vesentini por sua vez, pontua que "[...] não há sociedade sem um local – mesmo provisório – que sedie a cúpula do Estado onde se exerça o governo." (1986, p. 14) Baseados nessas assertivas, para além de denotar cartograficamente os limites administrativos internos do império, buscou-se dar conta de representar também os centros de gestão do território ou as nodosidades a partir de onde o poder imperial se capilarizava para o conjunto do espaço de soberania czarista. Essa grade de centros gestores do território se consubstanciava nas capitais das províncias, territórios e distritos, e, como não poderia deixar de ser, nas capitais imperiais. Neste sentido, os 103 pontos de nosso mapa correspondem aos centros das 103 circunscrições territoriais. Destaca-se em especial nesse conjunto de centros as duas capitais imperiais: São Petersburgo e Moscou.

A rápida análise dessa última representação sustenta a heterogeneidade do império em termos de circunscrição territorial, âmbito propício para se discutir de forma mais pormenorizada, justamente por ser bastante emblemático, o caso do Grão-ducado da Finlândia, o qual foi incorporado ao domínio russo às custas da Suécia. Em todo o período que esteve sob jurisdição dos czares, de 1809 a 1917, gozou de um *status* especial dentro do império. Um parlamento, uma constituição, uma ordenação jurídica, um sistema alfandegário e um sistema monetário próprio. Enfim, toda uma estrutura administrativa autônoma. (OLIVEIRA, 1955) Malgrado as ondas de russificação e centralização que o governo czarista aplicou sobre os povos que dominava, a Finlândia conseguiu conservar determinado grau de autonomia até sua independência. Sintomático desse *status* especial da Finlândia, é que quando o Governo Provisório no contexto das Jornadas de Julho de 1917 emitiu um mandado de prisão contra Lenin e a outros altos dirigentes do partido bolchevique, Vladimir Ilitch juntamente com Grigori Zinoviev fugiram para o território finlandês para escapar da execução daquele mandato. (SERVICE, 2006)

Outra excepcionalidade finlandesa é o que o diz respeito à questão de gênero: o Grão-ducado da Finlândia foi a primeira entidade política da Europa e uma das primeiras do mundo, onde as mulheres conquistaram o voto feminino em 1906. Em termos de escala internacional essa conquista somente foi antecedida pela Nova Zelândia em 1898 e Austrália em 1902 respectivamente, duas dependências do Império Britânico. Esse fato, por um lado, contrasta enormemente com uma imagem do senso comum que associa a primazia do voto feminino aos países da Europa Ocidental. Por outro lado, compromete sensivelmente a imagem do Império Russo – tão comum em determinadas linhas historiográficas – como o império do atraso. Não se quer denotar aqui que o voto feminino é decorrência do Império Russo, mas apenas ressaltar a sua heterogeneidade.

O mesmo destino finlandês não teve a Polônia russa. Incorporada ao Império após as guerras napoleônicas, inicialmente com ampla autonomia: constituição e parlamento; no decorrer dos anos subsequentes foi perdendo essas prerrogativas. As revoltas de 1831 e 1863 serviram de pretexto ao czarismo para atacar esses direitos dos poloneses e extingui-los. Aqui é interessante comentar um curioso elemento da territorialidade estatal czarista, a russificação pela topografia. Em 1872, no bojo do processo de russificação da Polônia russa, a administração czarista passa a denominá-la de Território do Vístula. (CADIOT, 2007) É a tentativa de atacar o sentimento nacional polonês pela troca do nome histórico do país subjugado pelo nome do principal rio que o

atravessa. Nessa prática, tira-se a referência da toponímia aquilo que faz referência aos homens e adota-se aquilo que faz referência à natureza.

Essa prática de mudança da toponímia, com as devidas diferenças, foi também utilizada pelos revolucionários que subiram ao poder em Outubro de 1917. Em 1924, a cidade de Petrogrado, outrora São Petersburgo, e Sirbinsk foram batizadas respectivamente de Leningrado (cidade de Lenin) e Ulianovsk em homenagem ao líder bolchevique morto em janeiro do mesmo ano. Durante o período de hegemonia de Stalin, já no contexto do culto à personalidade, a denominação de vários núcleos e povoados tiveram suas designações cambiadas pelo nome de Stalin. Caso digno de menção é a cidade de Tzaristin que a partir de 1925 passou a se chamar Stalingrado (Cidade de Stalin).

A prática era generalizada e a homenagens não ficaram restritas ao supremo líder da URSS, posto que outras figura de primeiro escalão do governo soviético ou do partido comunista, em vida ou após a morte, passaram a ter seus nomes como designativos de cidades. Dentre os vivos homenageados podemos citar os casos de Kliment Voroshilov (1881-1969), agraciado em 1935 com cidade de Stavropol; Sergo Ordzhonikidze (1886-1937) homenageado em 1931 com a cidade de Vladikavkaz; Viacheslav Molotov (1890-1986) galardoado em 1940 com a cidade de Perm e Mikhail Kalilin (1875-1946) homenageado em 1931 com a cidade de Tver. John Brian Harley diz que "Dar um novo nome a um lugar é um ato de posse política [...]. De igual maneira, tirar o nome de um lugar é um ato de despojo."¹²⁰ Muitas dessas homenagens foram revistas após algumas dessas figuras caírem em desgraça no âmbito da cúpula do regime soviético. (SHABAD, 1951) Isso se passou até com o próprio Stalin que após sua morte, em 1954, já no contexto da desestalinização, teve muito de suas homenagens em termos de toponímia anulada. As que sobreviveram ao degelo foram invalidadas em 1991 com a dissolução da URSS. É importante frisar que essa prática de homenagear líderes vivos com topônimos de núcleos urbanos ou centros populacionais não é restrita ao período de hegemonia de Stalin no Estado Soviético. Essa prática remonta a muito antes disso. Um dos primeiros líderes a ser homenageado foi Leon Trotsky, em 1923, em Ivashchenkovo, um núcleo urbano às margens do Volga e Gatchina, uma pequena cidade a 45 km de São Petersburgo. (VOLKOGONOV, 2004) O autor de *Literatura e Revolução* em outubro de 1919 fora uma importante figura na resistência à tentativa de tomada de

¹²⁰ Original: "Dar un nuevo nombre a un lugar es un acto de posesión política [...]. De igual manera, quitar el nombre a un lugar es un acto de despojo." (HARLEY, 2005, p. 219)

Petrogrado pelo General branco Mikhail Yudenich (1862-1933). (Deutscher, 2005) Aqui não é necessário nem comentar que essa homenagem não muito tempo depois foi tornada sem efeito, com a complicada situação política de Trotsky na cúpula do partido bolchevique e do governo soviético, a partir de 1925. Outra vertente de honrarias e culto à personalidade, a partir de topônimos, digna de menção é o batismo de alguns acidentes geográficos. Por exemplo, a montanha mais alta da União Soviética, Monte Ismail Samina, no Pamir com 7.495 metros de altura, em 1933 passou a se designar Pico Stalin. Nesse sistema de honrarias cabe destacar, em ordem altimétrica: Pico Lenin com 7.138 metros; Pico Revolução 6.945 metros; Pico Marx 6.726 metros; Pico Engels 6.510 metros e Pico Comuna de Paris 6.385 metros. (GEORGE, 1983; D'ALMEIDA, 1932; GREGORY, 1952) Observa-se que o Pico Stalin sobrepassa em altura as montanhas que levam os nomes de Lenin e outras figuras do movimento socialista internacional e até mesmo de eventos históricos transcendentais do país, para não dizer universais, e importantes para própria ascensão de Stalin.

Entretanto, no âmbito dessa crítica é necessário ser justo. Para além da relação de hierarquia, poder e prestígio e toponímia, o regime soviético permitiu e incentivou como consequência de uma política de reconhecimento das diversas etnias que marcavam presença nos quadros do outrora império czarista, a troca de designação de muitos locais de regiões da União habitados por povos não russos por uma toponímia baseada nas línguas locais.¹²¹(SHABAD,1951)

Após essa longa digressão sobre toponímia e poder no âmbito da URSS, apresentam-se outras dimensões de sua realidade territorial, e nesta direção, é interessante lembrar de uma assertiva de Claval que diz que um dos elementos que diferencia o Estado, e aqui o Império, de outras organizações políticas como a cidade-estado, é que aquele comporta inúmeras urbes sob seu domínio: "A geografia do Estado é a concentração de um poder que organiza intermediários. Ela implica [...] uma capital e uma rede urbana." (1979, p. 115) Essa assertiva permite discutir algo muito importante do território imperial russo e de grande relevância na geopolítica leniniana: o fenômeno urbano.

Em termos históricos, a Rússia ou aquilo que viria ser denominado Império Russo não teve um passado, em comparação com o ocidente europeu, de urbanização pujante. Voltaire, em seu já

¹²¹ Aqui sugestiona-se uma abordagem geográfica do fenômeno revolucionário em termos de linha de pesquisa não poderia deixar de conter em sua agenda de interesse a relação entre revolução e toponímia, pois no caso específico da revolução russa, pelo pouco que foi exposto acima, há uma gama interessante de fatos a serem objetos de pesquisa.

citado livro, *La Rusia Bajo Pedro el Grande* [A Rússia sob Pedro o Grande], observara isso, em 1763, ao assinalar que as cidades no território imperial era um fenômeno de "tão pouca antiguidade" que "Para conseguir que Rússia fosse tão populosa, tão abundante, tão cheia de cidades como nossos países meridionais, seriam ainda necessários séculos."¹²²

Leon Trotsky traça e aprofunda o quadro comparativo entre os núcleos urbanos russos e os do ocidente europeu. Neste sentido, ele aponta algumas interessantes distinções de caráter sociológico e econômico das cidades russas:

enquanto "[...] as cidades corporativas europeias, que haviam lutado energicamente e com êxito em numerosos casos para conseguir concentrar em seus muros toda a indústria de fabricação, as antigas cidades russas [...] não cumpriam quase nenhuma função de produção..¹²³

De acordo com Trotsky o que ocasiona esse quadro urbano tão distinto entre ocidente e a Rússia é o fato de que esta não herdou da antiguidade clássica praticamente nenhuma herança material e cultural. Em seus termos: "Enquanto os povos bárbaros do ocidente se instalavam sobre as ruínas da cultura romana, das quais puderam utilizar velhas pedras como material de construção, os eslavos do Oriente, se encontravam naquelas inóspitas latitudes das estepes, órfãos de qualquer herança: seus antecessores viviam em um nível ainda mais baixo que o seu." (2007a, p. 19)

Neste contexto, se por um lado "[...] os povos da Europa Ocidental [...]" partindo de uma robusta herança Greco-romana e "[...] presos dentro de suas fronteiras naturais criaram os núcleos econômicos e culturais da sociedade industrial. A população da planície oriental, [por outro lado], tão logo via assomar o primeiro sinal de penúria penetrava nos bosques ou emigrava para a periferia das estepes." (2007, p. 19)

A argumentação de Perry Anderson (2004) para explicar o diferenciado desenvolvimento entre Rússia e o Ocidente Europeu se coaduna com as linhas de interpretação de Trotsky: presença da antiguidade clássica no ocidente e sua ausência no oriente. Para, além disso, o marxista britânico acrescenta outro não menos importante elemento de forte impacto no

¹²² Original: "Para conseguir que Rusia fuese tan populosa, tan abundante, tan llena de ciudades como nuestros países meridionales, serían todavía necesarios siglos." (VOLTARE, 2004, p. 10)

¹²³ Original: Las ciudades corporativas europeas que habían luchado enérgicamente y con éxito, en numerosos casos para lograr a concentrar en sus muros toda la industria de fabricación, las antiguas ciudades russas [...] no cumplían quase ninguna de las funciones de la producción. Eran centros militares administrativos, fortalezas de campaña y, en algunos casos, centros comerciales que vivían de lo que se les proveía." (TROTSKY, 2006a, p. 47)

desenvolvimento da vida urbana e para o conjunto da vida social e política russa: as invasões externas. Neste ponto também não deixa de ser próxima a de Trotsky, pois para ambos o Estado russo teve que se erguer, por conta de sua situação geográfica, defendendo-se de inimigos tanto a leste quando oeste.

Mas o interessante mesmo da análise de Trotsky para o âmbito dessa exposição, é quando ele liga o processo de nucleamento urbano com o processo de expansão territorial. O que, por sua vez, não deixa de denotar um forte elemento da territorialidade estatal czarista. Neste sentido, mais uma vez marcando a diferença entre oriente e ocidente pontua: "[...] os elementos mais empreendedores e de maior iniciativa da população camponesa [no ocidente] foram para a cidade, converteram-se em artesãos, comerciantes." em contrapartida, "Alguns dos elementos ativos e audazes do Oriente se dedicaram ao comércio, mas a maioria se converteu em cossacos, em colonizadores." (TROTSKY, 2007a, p. 19) Por conta disso, complementa Trotsky:

A maioria de nossas velhas cidades mal desempenhavam um destacado papel econômico; eram pontos administrativo-militares ou fortalezas, sua população estava obrigada ao serviço militar e desta forma, era mantida pelo fisco. A Cidade era um centro administrativo, militar e arrecadador de impostos."¹²⁴

Isso quer dizer, em outros termos, que dentro da lógica de expansão territorial, o fato urbano no país dos czares, antes de qualquer outra coisa, obedecia à lógica de controle territorial. As cidades eram, antes de tudo para o Estado, importantes pontos do ordenamento territorial. A capilaridade do poderio czarista no território passava necessariamente pelos centros urbanos.

De forma similar, Daniel Brower não deixa passar despercebido essa estratégia urbana czarista, ao dizer que a maioria dos núcleos urbanos do império russo "[...] eram cidades provinciais e centros distritais da administração czarista, porque o bem ordenado Estado que [...]" os czares queriam criar "[...] pressupunha a colaboração de pessoas da cidade em matéria de interesses imperiais."¹²⁵ O exposto faz lembrar de Figes: "O poder do Estado imperial nunca conseguiu penetrar com vigor na aldeia e este continuou sendo seu principal ponto fraco até 1917, quando o

¹²⁴ Original: "La mayoría de nuestras viejas ciudades apenas desempeñaba un destacado papel económico; eran puntos administrativos-militares o fortalezas, su población estaba obligada al servicio militar y asimismo, era mantenida por el fisco. La ciudad era generalmente un centro administrativo, militar y recaudador de impuestos." (TROTSKY, 2006a, p. 47)

¹²⁵ Original: "[...] were provincial and district centers of tsarist administration because the well-ordered state that [...]" os czares queriam criar "[...] presupposed the collaboration of townspeople in matters of imperial interests." (BROWER, 1990, p. 8)

regime foi derrubado por completo." (1999, p. 147) Nessa altura, uma nova consulta a última representação cartográfica não deixa de evidenciar isso já que para além dos limites administrativos internos, ela também traz os centros urbanos de relevância administrativa para o poder czarista: as capitais provinciais e as duas capitais imperiais.

É necessário dizer que apesar de o fato urbano, para usar uma terminologia da geografia tradicional, não ter sido um fenômeno forte no quadro do território russo, isso não necessariamente significa que ele não tenha tido relevância. Sintomático disso é que algumas cidades tiveram sua origem em um período anterior a própria edificação do império. E mais, dentro dessas poucas, algumas cidades, antes mesmo da centralização política da Moscóvia, tiveram uma participação ativa no comércio de longa distância da liga hanseática.¹²⁶ Este é o caso, por exemplo, de Pskov, Novgorod etc. (BRAUDEL, 2004) Importância similar se pode atribuir a Kiev, um dos maiores núcleos urbanos da Europa oriental durante o período medieval. (ANDERSON, 2007) Braudel (1998), apesar ressaltar a diferença entre a urbanização russa e a da Europa Ocidental mostra um dado importante: em 1792, o Império Russo contava com 273 cidades. Em meados do século XIX, esse número atingira a cifra de 600 (BROWER, 1990).

Neste contexto ainda, James Billington em seu clássico *The Icon and the Axe* [O Ícone e o Machado] apesar de focar na dimensão cultural, não deixa de assinalar algo que transparece a importância da cidade para a história russa. Diz ele: "Reduzida em termos simples, a cultura russa é uma narrativa de três cidades; Kiev, Moscou e São Petersburgo. Nenhuma delas é realmente velha para os padrões da história do mundo."¹²⁷ e prossegue: a relevância dessas três cidades para a cultura russa é bem sintetizada em um provérbio popular que diz: "Kiev é a cidade mãe da Rússia, Moscou o coração e São Petersburgo a cabeça."¹²⁸ Kiev remonta ao século VIII e foi o centro daquilo que ficou conhecido como Rússia Kievana.¹²⁹ Aqui não se pode deixar de

¹²⁶ Em termos sintéticos, a liga hanseática foi uma associação mercantil de cidades que manteve o monopólio do comércio entre o século XIII e XVII na região do norte da Europa e região do Mar Báltico.

¹²⁷ O original seria: [Reduced to its simplest outline, Russian culture is a tale of three cities; Kiev, Moscow, and St. Petersburg. None of them is really old by the standards of world history]. (BILLINGTON 1970, p. 3)

¹²⁸ O historiador alemão Otto Hoetzsch, por levar em consideração a importância de Kiev, Moscou e São Petersburgo divide os capítulos de seu livro sobre Rússia, tendo como base os períodos de hegemonia de cada uma das três respectivas cidades na história russa. Para conferir tal trabalho ver: HOETZSCH, (1966). , 1966.

¹²⁹ Rússia Kievana, a origem embrionária da Rússia, foi uma formação social que surgiu no século X d.C. nas terras da atual Ucrânia, que incorporou o cristianismo via Bizâncio e que tinha como matiz étnico os eslavos orientais. A Rus enquanto entidade política não durará muito tempo, posto que no século XIII ela se desagregará sob o acicate de perturbações externas: invasões estrangeiras de povos vindos do leste. Entretanto, o breve período de existência forçou uma identidade das populações eslavas orientais baseadas no cristianismo ortodoxo e num sentimento de

comentar algo que denota interessantemente a dinâmica do fluxo e refluxo do expansionismo russo, a cidade mãe da Rússia atualmente é a capital de outro país, a Ucrânia. E quando esta na condição de pequena Rússia fazia parte do império czarista, Kiev – apesar de toda sua importância histórica – era apenas um centro provincial daquela região do império. Isso se deve ao fato de que Moscou, que tem sua origem no século XII, após a *débâcle* da Rus se consolidou como centro político da Moscóvia, uma entidade política, que colocado em termos bem simples se configurou como a ressurreição da Rus kievana em outras coordenadas geográficas e em outras bases qualitativas, porém, comungando várias heranças da Rússia embrionária como, por exemplo, o cristianismo ortodoxo. (ANDERSON, 2007)

Desta forma, Moscou tornou-se a cidade a partir de onde os czares comandaram o expansionismo territorial russo até a edificação da nova capital São Petersburgo, fundada por Pedro, o Grande, no início do século XVIII no quadro de sua expansão para o oeste. Dentro da história russa ela é um dos grandes símbolos das reformas modernizantes petrinas e de sua política de aproximação com o ocidente. Sintomático disso é que tanto o local de edificação da cidade, às margens do rio Neva, então recentemente conquistado pelo expansionismo petrino às expensas da Suécia quanto a denominação do novo sítio urbano, São Petersburgo, remetem diretamente a aproximação com a Europa. (VOLKOV, 1997) O nome da nova capital remete a língua holandesa, pois Pedro, o Grande, em seu afã de combater o atraso russo em relação à Europa empreendera uma viagem de 18 meses em busca de técnicas e conhecimento a serem aplicados em seu país. A Holanda fora o local de mais larga temporada do imperador nesse périplo europeu, e isso se refletiu no topônimo da nova capital.

De novo a toponímia. É por demais tentador não comentar como no decorrer da história russa, a nova capital variou de nome diversas vezes, e como esse jogo significava simbolicamente o quanto a Rússia se voltava para si ou se dirigia mais ao ocidente. Elemento denotador disso é que em 1914, no contexto de eclosão da Primeira Guerra Mundial, o governo czarista, seguindo a maré montante de nacionalismo, russificou o nome da cidade da nova capital. São Petersburgo passou então a se chamar Petrogrado. Em 1924, após a morte de Lenin, o governo soviético a batizou, em homenagem ao líder bolchevique morto, de Leningrado (cidade de Lenin). Por fim, em 1991 com a queda da URSS, novamente a cidade voltou a se chamar, como nos tempos de

pertencimento a uma terra, a Rus. Para entender melhor esse período da história russa consultar: ANDERSON, (2004) e HOETZSCH, (1966).

Pedro, São Petersburgo. Nesta altura, pela proximidade temática, é interessante não deixar de comentar que para além da mudança de toponímia, a própria mudança da capital mostra determinações tanto de ordens geopolíticas quanto de aproximação e distanciamento com o ocidente. Se Pedro, o Grande, no século XVIII, transferiu a capital de Moscou para São Petersburgo, portanto do interior para a borda europeia do território, no intuito de aproximar a Rússia do ocidente. Lenin em março de 1918, em sua geopolítica de salvaguardamento da revolução contra a reação do ocidente, apesar de creditar a sobrevivência da revolução ao processo revolucionário no ocidente, transferiu a capital de Petrogrado novamente a Moscou, em outras palavras: um czar ocidentalista por métodos despóticos, transferindo a sede do governo das entranhas da Rússia para as bordas do país; um revolucionário com recursos de poder estatal, também ocidentalista, em um movimento inverso, transplantando a capital da orla fronteiriça ocidental para o interior do território.¹³⁰ Posteriormente historiadores e estudiosos do processo revolucionário russo viram nesse movimento do líder bolchevique uma das chaves de interpretação do recrudescimento autoritário da revolução e da própria URSS, já que Moscou, no interior do território, representava nessa linha de interpretação, as tradições mais bárbaras e autoritárias do passado russo. (ULAM, 1976; BILLINGTON, 1970)

Discorda-se dessas interpretações, é como se a mudança de uma capital fosse um fator extremamente importante na linha de evolução, no caso russo de involução, de determinada sociedade. Pertinente ou não essa linha de interpretação, o certo é que Lenin nessa manobra estava fortemente preocupado, com questões de ordem muito mais práticas, para não dizer geopolítica: a possibilidade de ocupação de Petrogrado pelas tropas alemãs. O medo não era infundado. Em março de 1918, a aviação alemã bombardeou a cidade. (FIGES, 1999). É justamente essa situação de acosso militar externo constante nos primeiros meses do governo soviético por parte dos alemães que leva Vladimir Ilitch a cogitar, caso necessário, um recuo mais profundo no território: "Talvez não seja [...] a Moscou, mas sim a Vladivostok ou ainda mais longe que tenhamos que nos transladar."¹³¹

¹³⁰ Sem tentar fazer um reducionismo e, portanto, levando em consideração todas as devidas diferenças, a interiorização da capital implementada pelos bolcheviques em 1918, lembra a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. O caso brasileiro foi excelentemente tratado na Geografia por Vesentini. Para conferir o primoroso estudo sobre essa questão ver: VESENTINI, (1986).

¹³¹ Original: "Quizá no sea [...] a Moscú, sino a Vladivostok o aun a lugares más lejanos, a los que tengamos que trasladarnos." (OE7, 1973, p. 7)

Talvez mais interessante que mostrar a disposição leniniana de salvaguardar a revolução com recuo territorial, seja denotar nesse contexto a importância de Petrogrado no âmbito da escala mínima para a sua estratégia de poder. Neste sentido, nos meses que se aproximavam a outubro de 1917, Vladimir Ilitch repetidamente defendeu no âmbito do partido um apressamento da tomada do poder na capital. O líder bolchevique receava que Kerensky e o Governo Provisório entregassem Petrogrado aos alemães como forma de esmagar a revolução.¹³²

A título de ilustração, em setembro de 1917 em uma carta ao comitê central do partido¹³³, Lenin pontua: "Por que devem os bolcheviques tomar o poder precisamente *agora*? Porque a iminente entrega de Petrogrado fará cem vezes mais difícil nossas possibilidades."¹³⁴ Diante disso pode-se dizer que Petrogrado – para recuperar em outra chave o título de um importante livro da Geografia brasileira – é a capital da geopolítica leniniana para a revolução. Por imposição do rigor, pode-se afirmar que para Lenin no âmbito da escala mínima russa não há a capital da geopolítica, mas as capitais da geopolítica, pois em sua estratégia de tomada do poder ele coloca o centro moscovita no mesmo grau de importância que o centro petrogradense, conforme essa passagem: "Tomando o poder *simultaneamente* em Moscou ou Petrogrado (não importa quem começa; talvez possa começar inclusive Moscou) triunfaremos *de maneira indefectível e segura*."¹³⁵ Baseado nisso, se interpreta-se a geopolítica leniniana para o poder em termos de capitais, levando em consideração aquele provérbio russo, pode-se dizer que ela passava pela cabeça (Petrogrado) e o coração (Moscou). Quanto a mãe, Kiev Lenin após a tomada do poder, quando da assinatura do Tratado de Brest, cedeu aos Impérios Centrais¹³⁶. Nas linhas subsequentes a geopolítica das capitais será reforçada com provas mais contundentes.

Independente das determinações geopolíticas por trás da transferência das capitais efetuadas tanto por Pedro, o Grande quanto pelos bolcheviques, tais mudanças, em si não deixam de denotar a importância dessas duas cidades no âmbito do espaço de soberania czarista. Como diz, mais uma vez, James Billington "A emergência de Moscou e depois de São Petersburgo são

¹³² São vários os documentos que provam a preocupação crescente de Lênin no referente a entrega da capital aos alemães por parte do Governo Provisório. Dentre esses, ver: LENIN, (OE7, 1973, p. 139-141; OS7, 1973, p. 142-150; OS7, 1973, p. 151-152).

¹³³ A missiva em questão foi enviada tanto ao comitê central do partido quanto aos comitês partidários de Petrogrado e Moscou.

Original: "¿Por qué deben los bolcheviques tomar el poder precisamente *ahora*? Porque la inminente entrega de Petrogrado hará cien veces más difícil *nuestras* posibilidades." (OE7, 1973, p. 106, *italico do autor*)

¹³⁵ Original: "Tomando el poder *simultaneamente* en Moscú o Petrogrado (no importa quien empiece; quizás pueda empezar incluso Moscú) triunfaremos *de manera indefectible y segura*." (OE7, 1973, p. 107)

¹³⁶ Sobre o Tratado de Brest ver nota de rodapé 98.

eventos decisivos da moderna história da Rússia, e a profunda, mesmo que sutil rivalidade entre as duas cidades é um dos recorrentes temas do maduro desenvolvimento cultural."¹³⁷ De fato, a história cultural russa é perpassada pela rivalidade entre essas duas importantes cidades. Para o pensamento eslavófilo, por exemplo, Moscou é a representação do que é genuinamente russo. São Petersburgo com suas fachadas neoclássicas e ordem espacial geométrica é a encarnação do decadente ocidente.

Salomon Volkov (1997), ao traçar um perfil da cidade construída por Pedro, no início do século XX, assinala que ela está inserida nos circuitos das grandes cidades do mundo. E é marcada por uma complexa dinâmica urbana que em termos de cena cultural não devia nada para nenhum dos grandes centros do ocidente: Viena, Paris, Londres, Berlin. Pelo contrário, em alguns pontos era arte produzida na capital imperial dava a tônica nos demais centros ocidentais. Isso serve para refutar o questionável imaginário do império russo como suprassumo do atraso.

Essa discussão sobre o urbano em território russo está focada em demasia nas duas capitais imperiais, pois como já foi exposto um Estado, um império é composto por uma rede de cidades, portanto, é preciso deslocar a discussão para um caminho que suplante tal centralização. Neste sentido, aquele quadro raquítico de cidades no Império, começa a se complexar com o desenvolvimento do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX.

No intuito de sedimentar uma vaga noção do vínculo entre capitalismo russo e urbanização observam-se algumas cifras como, por exemplo, Brower (1990) afirmando que dos 600 centros urbanos existentes no império russo em meados do século XIX, apenas três deles possuíam uma população superior a 100 mil habitantes (Odessa, Moscou e São Petersburgo, respectivamente, um importante porto do Mar Negro, e as duas capitais imperiais). Dos demais núcleos somente 50 contavam com uma população superior a 20 mil habitantes. Isso é mais um elemento revelador daquele vínculo entre cidade e territorialidade estatal, já que esse seletivo grupo de cidades era composto por importantes nodosidades do poderio czarista no território: capitais provinciais e distritais.

Contudo, talvez a forma mais interessante de denotar o vertiginoso crescimento urbano seja, não somente revelar o número de habitantes de algumas cidade, como também complementar estas informações com as quantidades totais da população urbana total do país.

¹³⁷ Original: "The emergence of Moscow and then that of St. Petersburg are decisive events of the modern Russian history and profound if subtle rivalry between the two cities is one recurring themes of its mature cultural development." (BILLINGTON, 1970, p. 3)

Neste âmbito, por um lado, o censo geral russo de 1897, nos revela que a população urbana imperial era de 16.885.000. Por outro, em 1915 esse número tinha evoluído para 27. 405. 000 (ANNALES, 1917). Em um espaço temporal de apenas 18 anos, o contingente demográfico praticamente dobrou. Se as cifras totais em certa medida impressionam, não é muito diferente o que ocorre com o aumento do número de grandes cidades. Em 1897 havia somente 20 núcleos urbanos com mais de 100.000 habitantes, sendo que o conjunto destes concentravam 6.000.000, ou seja, 35,59% da população urbana do império. Em 1915, esse número já era de 45 cidades, sendo que estas agora abrigavam uma população de 13.384.000 de pessoas ou 46,83% da população urbana total. (ANNALES, 1917)

Tudo isso implica em dizer que o contingente demográfico das cidades era fortemente concentrado em poucos núcleos. E dentro desses poucos, há o destaque especial para as duas capitais imperiais. Em 1870, por exemplo, Moscou possuía 611.000, São Petersburgo por sua vez, 668.000. (RECLUS, 1885) Em 1897, os mesmos centros contavam respectivamente com as seguintes cifras: 1.035.664 e 1.367.023 (No referente ao ano de 1915, os números eram o seguinte: 1.949,600 para o núcleo moscovita e 2.318.645 para a cidade de Pedro. Em um espaço de tempo de dezoito anos, as duas capitais imperiais praticamente dobraram de tamanho. Uma comparação em termos mundiais nos denota melhor a pujança desse movimento, pelo menos no referente às capitais. No início do século XX o império russo era "[...] o único país, com exceção dos Estados Unidos, a possuir duas cidades entre as dez maiores do mundo."¹³⁸

A essa altura, pode-se recorrer ao discurso cartográfico no intuito de demonstrar de forma mais concreta o fato urbano no país dos czares. Neste contexto, a representação, *Mapa 6 - Império Russo: quadro urbano no Início século XX*¹³⁹ permite tirar importantes inferências para o quadro geral de uma caracterização do território. O antes exposto está baseado no entendimento de que o fato urbano é um elemento de diferenciação territorial. Portanto, antes de tudo, a representação em questão propicia avançar na consolidação cartográfica daquela macrorregionalização leniniana apresentada linhas atrás, já que a distribuição espacial das cidades além de subsidiar as coordenadas de localização do contingente populacional urbano do Império, desenha genericamente no quadro do território russo o *território usado* e, por exclusão,

¹³⁸ Original: "[...] the only country except united states to have two cities among the world's ten largest." (BRADLEY, 1985, p. 9)

¹³⁹ Nessa representação não se utiliza o conjunto das 600 cidades russas, mas somente um grupo de 100 núcleos urbanos, sobretudo o grupo das mais representativas em termos de contingente populacional.

Mapa 6 -Império Russo: Quadro Urbano do início do século XX

Legenda

- Capital Imperial
- Capitais Provinciais
- Demais Centro Urbanos

0 500 1.000 2.000 km
Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

o *fundo territorial*. O raciocínio é muito simples, o grosso dos núcleos urbanos russos está localizado na parte europeia do Império. A porção territorial menos significativa, para não dizer insignificante, em termos urbanos é justamente a região siberiana (exceção feita aqui ao "corredor urbano" que parte do oeste e cortando o espaço siberiano avança até Vladivostock, no Pacífico), juntamente com o norte da Rússia europeia. O que não é muito estranho, essa grande região conforma justamente aquelas partes do império que Vladimir Ilitch tinha na conta de *fundos territoriais*.

Com base no argumentado é possível realizar um balanço ancorado sobre o conjunto das representações cartográficas até aqui apresentadas. Elas informam tanto uma dimensão dos contornos do império russo quanto o entendimento de alguns elementos da territorialidade estatal czarista no referente as suas divisões internas. No que tange ao quadro demográfico, os mapas corroboram suas coordenadas de localização no espaço imperial e em um nível de detalhes maior, possibilitando localizar rapidamente parte significativa do efetivo populacional das cidades, assim como a indicação dos principais centros urbanos. Não é preciso comentar que esse conjunto de informações desenha genericamente, e qualifica internamente, os contornos daquelas duas regiões que Lenin identificou no território russo, principalmente ao que se refere a antípoda dos *fundos coloniais*, o *território usado*.

Todo o exposto permitiu enquadrar ainda que de forma genérica o fenômeno urbano no território russo. Isso é uma excelente oportunidade para colocar uma questão que liga Lenin e território: se a escala mínima da revolução, na geopolítica leniniana, tem como corolário uma escala de análise correspondente que se concretiza no território imperial czarista, há nessa mesma escala de análise uma preocupação que contemple o fenômeno urbano no território russo? Sem meio termos, a resposta é positiva. Sobre isso vide as inquietações de Lenin para com as capitais na conjuntura revolucionária de 1917, já exposta linhas atrás.

Entretanto, para além desse momento conjuntural, existe todo um acompanhamento de ordem mais sistemática de Vladimir Ilitch para com o fato urbano no território. Portanto, há na escala de análise leniniana uma preocupação com as cidades da escala mínima. Não será esgotada a discussão sobre essa preocupação leniniana neste capítulo, dado o fato da temática urbana está intrinsecamente imbricada com outras questões a serem debatidas. Contudo, nesse momento alguns elementos que evidenciam o referido interesse leniniano serão utilizados e, nesta perspectiva, sem recorrer a outras obras, somente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*,

constata-se a particular atenção de Ilitch em apreender os rebatimentos do modo burguês de produção no processo de urbanização russa. Sintomático disso é que no capítulo VIII¹⁴⁰ da obra referida, ele faz toda uma apreciação do desenvolvimento do mercado interno russo, colocando toda uma atenção especial no papel das cidades na formação do dito mercado. Neste sentido, afirma que "[...] o crescimento da população industrial, as expensas da população agrícola, é um fenômeno necessário em toda sociedade capitalista."(LENIN, 1982, p. 350) Em seguida a essa colocação de ordem bastante abstrata, expressa, em termos mais concretos, que o aumento do contingente demográfico fabril acarreta no quadro da formação social russa "[...] o gigantesco crescimento dos grandes centros industriais e a formação de uma série de novos."(LENIN, 1982, p.352)

Além disso, o interesse de Lenin pelo fenômeno das cidades se denota no seu acompanhamento minucioso da evolução do contingente populacional urbano em relação à população total do Império, de maneira que estabelece a comparação da população urbana em três distintos momentos, 1863, 1885 e 1897. E constata que "[...] a percentagem da população urbana cresce constantemente [...]" e que esse aumento "[...] é duas vezes mais rápido que o do resto da população: entre 1863 e 1897, o crescimento da população total foi de ordem de 53,3%, mas enquanto a população rural aumentou em 48,5%, a urbana acresceu-se em 97%."(LENIN, 1982, p. 352)

Porém, mais interessante do que demonstrar a harmonização da exposição dessa tese com a de Vladimir Ilitch, seja explorar de forma mais minuciosa, seu meticoloso exame de outras dimensões do fenômeno urbano. Para caminhar nessa direção Ilitch denota uma preocupação em sondar o movimento de distribuição do contingente populacional urbano no quadro de cidades do Império Russo. Sintomático disso é que o líder bolchevique, em sua análise, constata que o efetivo demográfico dos grandes centros urbanos de cunho industrial e comercial aumentou muito mais depressa que o das cidades em geral: "[...] enquanto em 1863 apenas 27% dos citatinos (1,7 milhão entre 6,1 milhões) vivia em grandes centros, em 1885 esse percentual era de quase 41% (4,1 milhões entre 9,9 milhões) e em 1897, cerca de 53% (ou seja, mais da metade da população)." (LENIN, 1982, p. 352) Desta forma, conclui ele, "[...] se nos anos 60 a população urbana se localizava em cidades não muito grandes, nos anos 90, as grandes cidades preponderavam."(LENIN, 1982, p. 352) Isso implica em dizer que Lenin além de observar o

¹⁴⁰ O capítulo em questão é *A formação do mercado interno*.

fenômeno da urbanização de conjunto no território, dedica uma particular atenção à dinâmica daquilo que ele chama de grandes centros urbanos: as cidade com mais de 50 mil habitantes.

Contudo essa discussão ganha um grau de concreticidade maior à realidade territorial russa, quando o líder bolchevique trabalha a análise de 106 centros urbanos, e nesse quadro de análise dá suas coordenadas de localização precisa no âmbito do *território usado* assim como o contingente populacional de cada um dos centros. Em realidade, conclui-se sem problema algum que isso se trata de um mecanismo de mapeamento preciso da questão urbana no território. Diante disso, retomando o último mapa *Império Russo: quadro urbano* é possível assinalar que esta representação estava em grande parte confeccionada no discurso textual de Lenin.¹⁴¹ O que logo implica admitir e adiantar que para além de um mapa da urbanização ou fato urbano no território do império, mais especificamente no *território usado*, há um mapeamento também da questão operária. Vladimir Ilitch ao tratar detalhadamente da localização das 106 cidades, assim como de seus contingentes populacionais, simultaneamente fornece o número de operários dentro do quadro demográfico de cada uma daquelas cidades¹⁴². Mas deixa-se a exploração desse mapa da questão operária para momento oportuno. Ainda sobre a questão urbana em Lenin, não se pode olvidar uma dimensão fundamental, trata-se da particularidade do processo de urbanização do Império que fica fortemente denotada quando o líder bolchevique assinala: "Na Rússia, o abandono da agricultura pela população se manifesta no crescimento das cidades (*em parte obnubilado pela colonização interna*), dos subúrbios e vilas industriais e comerciais." (LENIN, 1982, p. 364, grifo nosso) No entender de Lenin, essa realidade russa é muito distante daqueles espaços restritos do ocidente dos quais falava Trotsky (2007a) linhas atrás.

Muito sintomático disso é assinalação leniniana nesse trecho: "[...] o fenômeno do crescimento da população industrial só pode ser observado sob uma forma pura num território já povoado, com todas as terras já ocupadas. A população desse território, expulsa da agricultura pelo capitalismo, não tem outra alternativa senão migrar para os centros industriais ou para outros países." (LENIN, 1982, p. 352) A existência de gigantescos fundos coloniais afastava o território russo daquele paradigma de território povoado. Como consequência, as migrações que o

¹⁴¹ Todo esse movimento de análise de Lênin do fenômeno urbano, pelos dados que mobiliza, pode perfeitamente se encaixar dentro da proposta de cartografiação do discurso. Entretanto, como essa tese já está tão densa em termos de mapas, a exploração cartográfica dessa dimensão do discurso leniniano aguardará um futuro artigo. Por ora, no quadro dessa análise, contenta-se em explorar textualmente os principais elementos dessa temática do autor de *Que Fazer?*

¹⁴² Esse mapa da questão operária será exposto no capítulo à frente quando serão debatidos especificamente o operariado no quadro Império Russo.

desenvolvimento do capitalismo desencadeou, a partir da segunda metade do século XIX, tiveram seus fluxos dirigidos não somente para os centros urbanos, situado no *território usado*, mas também para a colonização da periferia do território: o *fundo territorial*. Nessa linha argumentativa leniniana, os *fundos territoriais* do Império Russo eram um elemento de obnubilamento do crescimento urbano, uma vez que, se o capitalismo fazia a população urbana aumentar substancialmente no âmbito do *território usado*, esse mesmo crescimento era embotado por conta da colonização dos *fundos territoriais*. Tal análise de Lenin merece alguns rápidos comentários. Ele se encaixa dentro daquela operação intelectual marximiana de ver como o universal se plasma no particular. Dito o mesmo em outros termos: como as particularidades do território particularizam o processo de urbanização.

Após toda essa exposição algumas questões se impõem: qual o motivo para Lenin acompanhar com tanta meticulosidade o processo de urbanização em território russo? Qual a razão para Lenin radiografar o crescimento demográfico das grandes cidades russas assim como identificar em termos quantitativos o contingente operário de cada uma delas? Bem, são vários os motivos, e em primeiro lugar, na geopolítica leniniana, conforme explanado linhas atrás, não existe revolução extraterritorial, logo o controle estratégico ou hegemonia nas cidades faz parte do controle estratégico do território. Se até para o czarismo as cidades eram um importante elemento de controle territorial, por que não o seriam para Lenin e seu desígnio geopolítico de controle revolucionário do território russo? Segundo, e não menos importante, as cidades são o *locus* do operariado, que para Lenin é o agente principal da revolução, conforme ficou fortemente insinuado linhas atrás e detidamente analisado nas linhas subsequentes. Aqui é impossível não deixar de sinalizar alguns elementos de discussões futuras, especialmente a alta valorização política dos núcleos urbanos no âmbito da geopolítica leniniana, que se liga intrinsecamente com um elemento extremamente importante da estratégia leninista para o poder: o partido. Esse será debatido nas próximas páginas, sendo necessário explanar, agora, algumas implicações subjacentes à valorização política da cidade no esquema geopolítico leniniano.

Brower (1990) diz algo sobre os elementos dessa discussão que é preciso matizar em Lênin. Para aquele autor, os russos educados da metade do século XIX possuíam um mapa cultural do país centrado no mundo urbano. Na perspectiva desse setor da sociedade russa, as cidades eram o centro de civilização e "[...] o território para além da cidade representava o que invariavelmente foi descrito como atraso ou barbárie." Consequentemente, conclui Brower: "Essa maneira de

construir o mapa cultural do país criou odiosas comparações entre a capital e as províncias e a cidade e o campo, bem como entre os grupos cultos e incultos."¹⁴³ Toda aquela valorização positiva da cidade em Lenin, não deixa de ser um mapa cultural do território russo. Em realidade, isso está muito atinente com o pensamento marximiano, assim como o de toda a geração marxista da II Internacional. Sobre isso, Louis Fischer (1967, p. 35) diz que "O Marxismo sempre foi uma filosofia de raízes urbanas." Nessa linha, Marx no *Manifesto do Partido Comunista* em tom altamente positivo assinala:

a burguesia submeteu o campo a dominação da cidade. Criou cidades tentaculares, aumentou maciçamente a população das cidades em relação a do campo e, portanto arrancou uma parte expressiva da população do embrutecimento da vida rural." (2006, p. 31)

Na mesma tônica altamente positiva, ele, em a *Ideologia Alemã*, afirma : "A cidade é, de pronto, o fator da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão." (2007, p. 52)

Nas pegadas de Marx, Lenin, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, tem passagens que tanto denotam essa valorização positiva da cidade quanto indicam a existência, no âmbito de seu pensamento, de um mapa cultural do Império Russo situado basicamente nos centros urbanos. O trecho seguinte que reflete sobre o fenômeno da migração é muito sintomático disso:

[...] os deslocamentos das populações do campo para a cidade, o êxodo dos operários que passam a exercer uma ocupação não-agrícola é um fenômeno progressista, que permite às massas abandonar os rincões perdidos e esquecidos pela história onde estavam confinadas e mergulhar no turbilhão da vida social moderna." (LENIN, 1982, p. 361)

Isso lembra Orlando Figes (1999) ao narrar um episódio da vida de Lenin que se coaduna com o excerto acima: em 1891, durante uma crise de fome que assolou a Rússia, mais especificamente a região do Volga, Vladimir Ilitch se posicionou contrário a ajuda humanitária

¹⁴³ Original: "[...] they believed that the territory beyond the city represented what was variously described as backwardness or barbarism." E "This manner of constructing a cultural map of the country created invidious comparisons between the capitals and the provinces and the city and the countryside as well as between cultured and uneducated groups." (BROWER, 1990, p. 222)

aos camponeses famintos, pois essa crise de alimentação tinha um caráter progressista, porque desagregaria o campesinato e o faria migrar para as cidades.

Mas aqui é interessante fazer uma ressalva, para não desandar a interpretação de Lenin em um simplismo, que tanto foi criticado anteriormente nos outros. O quadro de barbárie no relativo ao que está para além da cidade, e o quadro de civilização que se encontra alocado no interior da urbe deve ser problematizado. Lenin não é tão mecânico assim na interpretação da cidade e muito menos na interpretação do campo. Apesar de existir no âmbito de sua geopolítica um mapa cultural da escala mínima russa centrado nas cidades, ele possui uma visão dessas muito mais ricas e cheias de tensões do que pode sugerir essa citação sua, um tanto desgarrada no corpo dessa exposição. Há uma contradição, para não dizer dialeticidade, inerente à reflexão leniniana sobre essa temática. Se é certo que ele via a cidade como um importante elemento de civilização, similarmente é correto também dizer que ele via na urbe o local onde o trabalhador era explorado e desumanizado em sua “natureza” humana. Como contrapartida a isso, o mundo rural, para além do obscurantismo e decadência existentes ali, guarda em Lenin um alto valor político. No quadro da geopolítica leniniana, os camponeses representam um enorme potencial de força mobilizável contra a autoridade estabelecida no território da escala mínima.

Diante do exposto, arremata-se em uma primeira síntese os meandros contraditórios dos desígnios geopolíticos leninianos referentes à discussão da cidade – e por que não dizer também do campo? É cabível dizer que há no quadro de sua geopolítica um mapa cultural da escala mínima russa centrada nas cidades, sobreposto a um mapa político-estratégico do território de alta valorização política das cidades combinada com uma não menos importante valorização política do campo. Para detalhar melhor tal confluência, destacam-se dois mapas. O primeiro comporta uma superestimação cultural da cidade e uma subestimação do campo. O segundo perpassa uma valorização política substancial da cidade conjugado a uma valorização política do campo. Nesta perspectiva as tarefas da revolução no relativo a construção do socialismo, em longo prazo, eram equalizar as benesses da civilização urbana para o conjunto do território, mobilizando para tanto não somente os habitantes das cidades, mas também do campo.

Para encerrar a discussão, frisa-se que Lenin não analisou em suas obras posteriores com tanta sistematicidade como em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, a dinâmica das cidades. Entretanto sempre manteve uma preocupação analítica com tal dinamismo.

2.4. Autoridade e meios de comunicação e circulação.

Outras dimensões do território russo serão exploradas agora e, para tanto, é interessante relembrar a assertiva de Franco Moretti mencionada linhas atrás: “a geografia não é um recipiente inerte, uma caixa onde a história cultural ‘ocorre’, mas uma força ativa que impregna o campo literário e o conforma em profundidade.” (2003, p. 13) Em outros termos, o crítico literário italiano está dizendo que as transformações do espaço geográfico concreto impregnam a narrativa e peripécia dos personagens no espaço ficcional literário. Sintomático disso é que no espaço ficcional literário de Júlio Verne (1828-1905), a viagem de Philleas Fogg¹⁴⁴ ao redor do globo em 80 dias tinha como base material a unificação do mundo pelos meios de comunicação e transporte.

O elemento fundamental dessa unificação mundial pelos meios de transporte, foram as ferrovias. No referente à implantação destas nos distintos quadros nacionais, La Blache diz que "Cada Estado abordou a construção dos caminhos de ferro segundo suas necessidades e seus meios." (1946, p. 312) O Império Russo teve o seu particular. A primeira linha férrea que singrou o país dos czares ligava as duas capitais imperiais, São Petersburgo e Moscou foi construída entre o período de 1843 e 1851 por Nicolau II, com uma extensão de 644 km. A derrota russa na Guerra da Crimeia demonstrou cabalmente aos governantes a necessidade premente da Rússia de construir "[...] um sistema ferroviário estratégico capaz de mover tropas e equipamento militar para zonas de guerra em potencial."¹⁴⁵ A partir dessa demanda, o Estado então passou a adotar uma política acelerada de construção de uma sólida malha ferroviária no território. Para se ter uma ideia da rapidez e envergadura do empreendimento, cita-se alguns números e datas: 32.000 quilômetros de extensão em 1890, 63.000 quilômetros em 1906 e 78.000 quilômetros em 1913. (LENIN, 2011) Em um período de 16 anos (1890-1906) a malha imperial praticamente dobrou de extensão. Nesse mesmo período somente a rede ferroviária dos Estados Unidos cresceu em um ritmo mais forte.

¹⁴⁴Philleas Fogg é o personagem principal de *A Volta ao mundo em 80 dias* (2011). Este é um romance de 1873 do escritor francês Júlio Verne, cujo enredo se passa no ano de 1872 e gira em torno do cumprimento da aposta entre o Sr. Fogg e seus amigos sobre a possibilidade de se dar a volta ao mundo em 80 dias.

¹⁴⁵ Original: "[...] a strategic railroad system capable of moving troops and military equipment to potencial war zones." (REICHMAN, 1987, p. 19)

Nesse contexto, apesar de São Petersburgo configurar-se como uma centralidade por conta do fato de ser a capital imperial, Moscou, por razões de ordem geográfica, era o centro do sistema ferroviário do país, para aonde convergiam, a maioria dos grandes eixos ferroviários que singravam em várias direções e consequentemente ligavam o interior do espaço metropolitano entre si, como também a metrópole com a colônia, ou o centro com a periferia. Para Petrogrado, confluíam, sobretudo, as ferrovias da porção finlandesa, báltica e polonesa do Império.

Muito sintomático disso é a linha transiberiana com 9.000 quilômetros de extensão, construída entre 1881-1904 e que ligava o centro ao extremo oriente russo. Não menos sintomático também dessa conexão dos espaços imperiais foi a construção do transcaspiano, uma estratégica rede ferroviária iniciada a partir de 1888 para consolidar o domínio czarista na Ásia Central, que partia do porto de Krasnoiask, no Mar Cáspio, e passava por cidades como Bukhara, Askhanbad, Tachkent e Andgan, as quais faziam parte da antiga rota da seda. Em 1906 essa estratégica linha da Ásia Central russa foi conectada ao transiberiano e, portanto, à malha ferroviária do Império através da linha Tobolsk-Tachkent, também conhecida como trans-aral. (VALLAUX, 1914)

Para o interesse desse trabalho importa dizer que o poder central operou com seu esforço estratégico toda uma revolução nos transportes do império a partir da edificação da rede ferroviária. Por conta disso, na segunda década do século XX, o país tinha conectado importantes pontos extremos de seu território: de Arkhangelsk e Murmarsk (no Mar Branco) a Tashkent (Ásia Central) e Baku (Cáucaso); da Polônia (extremo oeste do império) a Vladivostok (no pacífico) (HOOSON, 1968).

Todo esse operativo de conexão territorial via trem foi pujante, porém não suficiente. Estamos falando de Rússia. A extensão territorial aqui tem um grande peso. Inúmeras áreas do país ficaram desprovidas de conexão férrea. Entretanto, o que foi realizado em termos ferroviários deu um enorme recurso de mobilidade ao poder czarista no território. Com esse trunfo em mãos, o governo poderia transferir tropas, conforme as necessidades, para combater possíveis ameaças de seus vizinhos nas fronteiras. Isso foi justamente o que ocorreu na Guerra Russo-Japonesa de 1904, quando o transiberiano foi enormemente utilizado para transportar tropas e suprimentos. (FIGES, 1999)

Para além de mobilização rápida de militares nas fronteiras, a rede ferroviária era estratégica para o governo do ponto de vista interno. Tanto no referente ao esmagamento de

qualquer movimento contrário ao poder estabelecido quanto do ponto de vista da administração civil. Não há e nem poder haver a afirmação da autoridade estatal sem a circulação de pessoas, agentes estatais, ordens etc; logo, a conexão dos centros de poder do Estado ao território, especialmente em espaços extensos como o russo. Neste sentido, o empreendimento czarista de conectar as capitais provinciais – ou aquilo que Raffestin (1993) chama de as nodosidades do poder – implicou uma enorme capilaridade do governo no território.

Para melhor exemplificar o impacto das ferrovias nos diversos ramos da administração, observa-se a dinâmica dos correios. Vidal de La Blache afirma que: "Tudo o que exige rapidez – viajantes, correspondências – encontra nessas vias uma superioridade que [...] outras vias naquele presente histórico não podiam oferecer." (1946, p. 330) Paralelamente a edificação das ferrovias, o governo criou um serviço de vagões postais para a distribuição de correspondências e encomendas. É possível entender a extensão desse projeto ao se analisar o crescente número de trabalhadores empregados na instituição postal.

No período do reinado de Nicolau I (1825-1955), o correio empregava 5.947 pessoas. Em 1867 esse número subira para 9.059; em 1884, para 16.303; em 1900, para 37.525. Por fim em 1906, a cifra atingira a faixa de 51.744. (PRIGARA, 1981) Em um intervalo de tempo de 81 anos, a instituição postal cresceu aproximadamente 900% em termos de pessoal empregado, levando-se em consideração que a primeira ferrovia russa foi construída em 1837, não muito dificilmente se pode inferir que o crescimento do correio, em certo sentido, acompanhou o crescimento das linhas férreas.

Outra dimensão de dominação territorial que as ferrovias permitiram e que não se deve negligenciar nessa exposição é aquela estreita ligação que Vidal de La Blache (1954) tanto dava importância: a vinculação entre ferrovia e colonização. Afinal como bem sinalizou Moraes (2005b) a ocupação é um elemento de domínio, como por exemplo, no traçado ferroviário transiberiano que ajudou enormemente a colonização daquela região, a qual até 1906 se configurava como um espaço de baixíssimo povoamento:

Fora os Iakoutes, Samoiedas e Toungouses, elementos étnicos tão escassos [...] e dos Kara-Kirghiz nômades do Sul, ela era povoada apenas por funcionários,

deportados políticos, caçadores, pescadores e alguns raros colonos. Ela vivia sob uma administração vaga, que podia ser discricionária.¹⁴⁶

Essa dinâmica migratória não passou despercebida a Vladimir Ilitch. Em um pequeno artigo de 1913, ele demonstra o quanto a colonização aumentou na Sibéria com a construção do transiberiano: "[...] de 1861 a 1865, cerca de 300.000 ou 12.000 por ano; de 1886 a 1905, cerca de 1.520.000, ou cerca 76.000 por ano; de 1906 a 1910, cerca de 2.516.075, ou cerca de 500.000."¹⁴⁷ Uma região a qual Lenin não analisou, mas nem por isso a onda colonizadora foi menos significativa, apesar de os números serem menores, é a Ásia Central. Entre 1886 e 1909, essa importante porção do domínio imperial russo recebeu cerca 9.242.764 colonos provenientes da região central da Rússia Europeia. (BLANC, 1916 a)

Nesse momento, enfatiza-se o papel econômico do sistema de ferrovias, notadamente a partir da assertiva de Camille Vallaux: "[...] o caminho é uma obra militar [...]", entretanto "[...] as vias, ao se multiplicarem, tornam-se como consequência tanto artérias econômicas quanto artérias do Estado" além disso, "[...] à sombra da proteção do Estado é como a circulação econômica prospera e se desenvolve."¹⁴⁸ As ferrovias servem tanto como um mecanismo de afirmação da autoridade no território como um elemento para ativar a economia.

A assertiva de Vallaux tem uma ampla validade geral e é demasiadamente feliz em relação ao império czarista, dado que aqui a malha ferroviária cumpriu, tanto uma função político-estratégica quanto uma função econômica. A revolução operada nos transportes a partir das ferrovias significou não somente um aumento na circulação dos homens, sejam civis sejam militares, mas também na circulação de coisas entendidas como produtos, mercadorias etc.

Muito paradigmático disso é que no século XIX, o Sul do Império tinha se tornado uma pujante região produtora de trigo, dado "[...] a construção de vias férreas [...]" que tiveram "[...] por efeito desbloquear os centros de produção de cereais, até então mal conectados as regiões

¹⁴⁶ Original: "En dehors des Iakoutes des Samoêdes et des Toungouzes, éléments ethniques tellement clairsemés [...] et des Kara-Kirghiz nomades du Sud, elle n'était peuplée que de fonctionnaires, de déportés, politiques, de chasseurs, et de pêcheurs, et de quelques rares colons. Elle vivait sous une administration vague, qui pouvait être discrétionnaire." (BLANC, 1916a, p. 160)

¹⁴⁷ Original: "[...] de 1861 a 1885, environ 300000, soit 12000 par an; de 1886 a 1905, environ 1520000, soit environ 76000 par an; de 1906 a 1910, environ 2516075, soit environ 500000 par an." (OC19, 1967, p. 58).

¹⁴⁸ Original: "[...] el camino es una obra política y militar [...]" no entanto, "[...] es cierto que las vías, al multiplicarse, llegan a ser por consecuencia, arterias económicas a la vez que arterias del Estado [...]" já que é [a la sombra de la protección del Estado es como la circulación económica prospera y se desenvuelve [...]]." (VALLAUX, 1914, p. 290-291)

deficitárias e aos portos de exportação."¹⁴⁹ Foi justamente essa dinamização da vida econômica que garantiu, a partir da segunda metade do século XIX ao Império Russo a posição de um dos maiores produtores e exportadores de trigo do mundo. Se as exportações foram dinamizadas, o impacto da malha ferroviária no mercado interno também não fora menor.

Parte da Sibéria foi incorporada economicamente à região central do império pela "[...] abertura da via férrea do transiberiano [...]" que "[...] transformou completamente as condições do comércio siberiano."¹⁵⁰ (1963, p. 16) Por este importante eixo se escoava boa parte dos produtos que a “América Russa” produzia: ovos, leite etc; e recebia os produtos importados de outras partes do território ou de outros países (LESGAFF, 1930). É possível complementar o exemplo de integração siberiana, com o de outra região, a linha Oremburgo-Tachkent, construída em 1906 para consolidar o domínio russo sobre a Ásia central, especialmente cumpriu um excelente papel de escoamento da produção do algodão para indústria têxtil russa, localizada, sobretudo na região central do império, mais exatamente na província de Moscou e outras vizinhas a esta. (BLANC, 1916 b)

É plausível recorrer a inúmeros casos de integração econômica regional a partir das ferrovias, mas nesse momento isso não se faz necessário. Basta enfatizar mais explicitamente que o jogo de importação e exportação no quadro inter-regional do Império foi completamente dinamizado com a implantação dessa nova tecnologia de circulação, já que os produtos de alto valor agregado das regiões industriais podiam ser exportados para as regiões agrícolas e os produtos excedentes destas eram vendidos para as regiões industriais.

Entretanto, mais importante do que falar da integração regional é discorrer, ainda que sucintamente, de outros impactos da ferrovia na vida econômica. Como, por exemplo, o importante papel da edificação da malha ferroviária no processo de industrialização da Rússia czarista, a esse respeito Reichman assinala que:

A expansão das vias férreas deu um impulso fantástico para o comércio, abrindo novos mercados para a indústria russa. Ela lançou a base para o crescimento de

¹⁴⁹ Original: "[...] la construction des voies ferrées [...] que tiveram [...] pour effet de débloquent les centres de production de céréales jusque-là mal reliés aux régions déficitaires et aux ports d'exportation." (PORTAL, 1963, p. 6 -7)

¹⁵⁰ Original: "[...] l'ouverture de la voie ferrée, du Transsibérien [...]" que "[...] a complètement, transformé les conditions du commerce sibérien." (PORTAL, 1963, p. 16)

novas linhas e a fabricação de equipamentos ferroviários promoveu, sobretudo a jovem indústria siderúrgica."¹⁵¹

Lenin, como observador da cena econômica de seu país, em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, percebeu o papel das ferrovias na edificação de um mercado interno, fazendo lembrar de Pierre Mombeig (1984) em seu clássico estudo, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, sobre a marcha do café para o oeste paulista a respeito do vínculo entre cultura de café e ferrovia e, subjacente a isso, o papel dos trilhos como um elemento indutor de povoamento e de urbanização.

Esse binômio ferrovia e urbanização possuía vários precedentes no mundo, dentre os quais o caso russo. Para além dos efeitos da ferrovia apresentados acima, ela causou forte impacto no quadro urbano do território imperial, tanto em termos de crescimento dos centros existentes quanto no referente a criação de novos (HOOSON, 1968). Sintomático disso é que a cidade de Ekaterinoslav, na nova Rússia, até sua conexão com a rede ferroviária na década de 1880, era apenas uma capital administrativa sem grande importância econômica; no entanto, com a ligação ferroviária, rapidamente cresceu em número de população e "[...] se tornou um importante centro industrial, com grandes fábricas metalúrgicas e uma nova comunidade de comerciantes [...]"¹⁵² Similar acontecimento, em termo de inchaço urbano e diversificação das atividades, se passou com inúmeros outros centros administrativos que tiveram seu espaço cortado pelo traçado ferroviário. Este é o caso de Yekaterinodar, Oremburgo, Irkutsk etc, na linha transsiberiana. Aqui não é necessário nem discorrer longamente sobre o impacto dos trilhos nas duas capitais Imperiais. São Petersburgo e Moscou eram, como analisado linhas atrás, os nós principais das linhas de trens do Império. O impacto do sistema ferroviário no quadro urbano é melhor denotado por David Brower ao assinalar: "A revolução nos transportes diminuiu o isolamento cultural das cidades do interior. Ela trouxe as capitais e suas longínquias zonas comerciais interiores para um contato mais próximo e ofereceu oportunidade para a cidade e o campo colaborarem."¹⁵³

¹⁵¹ Original: "The expanding railroad network gave a terrific boost to trade, opening new markets to Russian industry. It laid the basis for growth of new lines and manufacture of railroad equipment provided the chief domestic market for the young iron and steel industry." (REICHMAN, 1987, p. 15)

¹⁵² Original: "[...] became a major industrial center with large metallurgical plants and a new community of traders [...]" (BROWER, 1990, p. 50)

¹⁵³ Original: "The transportation revolution diminished the cultural isolation of provincial towns. It brought the capitals and their far-flung commercial hinterlands into close contact and offered more opportunities than ever before for city and countryside to collaborate." (BROWER, 1990, p. 47)

Apenas nos quatros primeiros anos da década de 1870, as ferrovias transportaram 24 milhões de passageiros, em 1897 essa cifra já atingia o número de 75 milhões. (BROWER, 1990) Nos anos subsequentes esse número não parou de crescer e Lenin, acompanhando esse movimento de migrações no território russo, pensou a organização do partido no âmbito da escala mínima ao considerar as migrações internas como um elemento de capilaridade territorial da organização partidária.

O objetivo dessa exposição sobre malha ferroviária é possibilitar aos leitores um entendimento mínimo do papel do trem no âmbito do território russo. Mas todo esse esforço não terá sido completo sem uma representação cartográfica: *Mapa 7 - Império Russo: rede ferroviária*. De cara ele permite visualizar a distribuição da malha ferroviária, no início século XX, assim como sua estratégica conjugação com o sistema fluvial. Constatamos facilmente uma convergência das vias férreas para as duas capitais, principalmente em direção a Moscou. Assim como a conexão entre o centro e alguns pontos extremos do domínio territorial czarista. O que facilita sobremaneira a mobilidade do poderio militar imperial no combate a qualquer ameaça externa, conforme relatado acima.

Se com isso é fácil se defender dos constrangimentos militares de fora, não é também de pequena monta o suporte dessa conexão ao movimento expansionista do império. Nesse mesmo contexto, não é preciso discorrer novamente sobre as vantagens do quadro ferroviário no combate a qualquer movimento que desafie a ordem estabelecida no plano interno.

Mais interessante do que explorar isoladamente o que essa peça cartográfica diz, seja colocar a cartografia em diálogo. Neste sentido, se os mapas anteriores desenharam genericamente o *território usado* e o *fundo territorial* nos domínios territoriais do Czar, a presente representação sedimenta ainda mais aquela macrorregionalização leniniana. O raciocínio é muito simples, o *território usado* fica genericamente demarcado, ou melhor, sua existência e contorno ficam reforçados pelo traçado ferroviário. Por exclusão, o que está muito além dessa malha ferroviária é genericamente o *fundo territorial*.

Todo esse debate sobre ferrovias, território e mapas faz lembrar uma reflexão de La Blache (1954) que assinala que com a construção de uma rede ferroviária pelo governo czarista, a Rússia vence a distância que era um de seus principais inimigos. Isso de certa forma é pertinente, entretanto faz-se necessário ressaltar alguns exemplos históricos, nos quais percebe-se que a Rússia se beneficiou ou utilizou estrategicamente seus imensos espaços como um recurso ou

Mapa 7 - Império Russo: Rede Ferroviária do início do século XX

Legenda

- Capital Imperial
- Capitais Provinciais
- Rede Ferroviária
- Rios

0 500 1.000 2.000 km

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

aliado de defesa. Muito emblemático disso, foi a poderosa e famosa invasão do território russo pelo exército de Napoleão, no início do século XIX. Nessa mesma linha, outro exemplo, temporalmente mais próximos: a invasão da União Soviética pelo *Wehrmacht* alemão, durante a Segunda Guerra Mundial. Nas duas ocasiões históricas mencionadas, a grande extensão territorial russa foi utilizada como um dos recursos estratégicos para a derrota do inimigo invasor. Como a tese é sobre Vladimir Ilitch, verifica-se que sua posição a respeito da extensão espacial como recurso de defesa. Em *La Revolution et La Guerre Civil* [A Revolução e a Guerra Civil] isso fica explícito. Nesse artigo de 1917, escrito no meio da conjuntura revolucionária, Ilitch rebate as acusações por parte de seus opositores de que uma tomada do poder desencadearia um banho de sangue em decorrência da guerra civil, pois para ele a revolução russa tinha uma grande chance de ter um desenvolvimento pacífico caso se soldasse uma aliança entre operariado e campesinato juntamente com uma aliança partidária entre bolcheviques e mencheviques para a tomada do poder. No entender de Lenin, a concretização de tal política tiraria toda a base de apoio popular a uma possível contrarrevolução burguesa, que caso persistisse no horizonte, a tomada do poder ainda estaria na ordem do dia, posto que mesmo com a eclosão de uma guerra civil, as chances de a revolução sufocá-la seriam demasiadamente grandes, dado o imenso apoio proletário e camponês (maioria da população da Rússia) ao empreendimento revolucionário. No relativo a uma possível reação internacional de uma coalizão de países imperialistas contra a tomada do poder, Lenin pondera:

Na verdade, a união dos imperialismos rivais anglo-francês e alemão *contra* a república proletária socialista da Rússia é praticamente impossível; quanto à união dos imperialismos inglês, japonês e americano contra nós, ela é extremamente difícil de se realizar. [...] e não é terrível para nós, em razão da situação geográfica da Rússia. Ademais, a existência de massas proletárias revolucionárias e socialistas no seio de todos os Estados europeus é um fato, a revolução socialista universal amadurece inelutavelmente. "¹⁵⁴

¹⁵⁴ Original: "En effet, l'union des empérialismes rivaux anglo-francês et allemand *contre* la république prolétarienne socialiste de Russie est pratiquement impossible; quant à l'union des impérialisme anglais, japonais et américain contre nous, elle est extrêmement difficile à realizer. [...] et nullement redoutable pour nous, en raison de la situation géographique de Russie. Par ailleurs, l'existence de masses prolétariennes révolutionnaires et socialistes au sein de tous les Etats européens est un fait, la révolution socialiste universelle mûrit inéluctablement." (OC26, 1958, p. 33, *itálico do autor*)

Uma leitura atenta do excerto nos permite inferir que no cálculo político de Lenin a respeito da grande extensão territorial do império, assim como a posição do território, entrava como um recurso estratégico de defesa. Um grande território com uma grande costa ao Norte, porém banhada por mares gelados; a Oeste o poderio alemão que dificilmente entraria em acordo com o poderio anglo-francês para uma invasão; ao Sul, com exceção do Mar Negro, uma imensa massa continental por onde seria muito difícil perpetrar um ataque com o intuito de estrangular o poder soviético; por fim, a Leste uma fronteira banhada por mar gelado.

Todavia, mesmo um ataque por aqui não colocaria os invasores no coração do território da "república proletária", o imenso *fundo colonial* se interpunha entre aquela *area core* e o ponto de invasão. Em realidade, o que Lenin está mobilizando em seu cálculo político é aquela sua marcorregionalização do território russo entre *território usado* e *fundo territorial*. O *território usado*, espaço por excelência de ocorrência da revolução, era praticamente inexpugnável, porque ele estava rodeado de *fundos territoriais*. Em outros termos Lenin está considerando a extensão e a posição do território russo como uma oportunidade para tomar o poder.

Graças ao privilégio do distanciamento temporal, é possível explorar alguns erros do cálculo político de Lenin. Não no que se refere a sua consideração das características geográficas do território russo como elemento de defesa. Nisso ele acertou completamente. Aquilo que genericamente se chama núcleo central do *território usado* jamais saiu do domínio soviético depois da tomada do poder, o que a cartografia confirmará mais a frente. O que será explorado nesse momento são os equívocos – e que equívocos! – do líder bolchevique quanto às possibilidades de um entendimento entre os países imperialistas para sufocar a revolução socialista. Ele escreve o artigo *A Revolução e a Guerra Civil* em setembro de 1917 e em 1918, menos de um ano depois, ingleses e americanos desembarcam em Mumansk e Arkengelsk, no Norte; franceses em Odessa, (Mar Negro), no sul; e a partir do Leste, extremo Oriente, americanos, ingleses e japoneses. O cenário político que o cálculo leniniano menos considerava foi justamente o que acabou se concretizando. E a intervenção estrangeira acabou por ser um forte elemento catalizador da guerra civil. (Figes, 1999)

Entretanto, mais interessante do que denotar tais cálculos equivocados, seja continuar a explorar suas ponderações acerca da extensão do território para a política da Revolução. Neste sentido, observa-se o que diz o Lenin no poder, em 1921, em *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*, comparando a viabilidade da revolução na Europa e na Rússia, ele pontua que era

mais fácil esta última iniciar a revolução, porém mais difícil terminá-la e mais fácil os demais países do continente europeu terminar a revolução, entretanto mais difícil iniciá-la. As razões dessa diferença passam dentre outras coisas¹⁵⁵, pela vastidão do território russo e a pequenez do território europeu. Este último, comprimido em sua extensão e substancialmente mais interligado em termos de comunicação e transporte¹⁵⁶ era um dos elementos de obstáculo ao início de uma revolução em qualquer um dos países que o recortava, dado a uma maior capacidade de mobilização de uma reação a partir exterior.

O território russo, muito mais vasto e menos integrado tinha vantagens à resistência contra uma reação externa. O que é vantagem em um primeiro momento, é desvantagem em outro. Na Rússia foi possível tomar o poder, consolidar o domínio territorial definitivamente a partir da derrota da intervenção estrangeira e seus colaboradores internos. Porém, a escassez de

¹⁵⁵ O trecho completo é: "[...] foi fácil a Rússia começar a revolução socialista; todavia, ser-lhe-á mais difícil que aos países europeus *continuar*-la e *concluir*-la. Já no começo de 1918 tive de assinalar essa circunstância, e a experiência dos dois anos decorridos desde então veio confirmar inteiramente a justeza dessa consideração. Condições específicas como: 1) a possibilidade de conjugar a revolução soviética com a cessação, graças a ela, da guerra imperialista, que havia esgotado indescritivelmente os operários e camponeses; 2) a possibilidade de tirar proveito, durante certo tempo, da luta mortal em que estavam empenhados dos dois grupos mais poderosos de tubarões imperialistas do mundo, grupos que não podiam unir-se contra o inimigo soviético; 3) a possibilidade de suportar uma guerra civil relativamente longa, em parte pela gigantesca extensão do país e pela deficiência de suas comunicações; 4) a existência entre os camponeses de um movimento revolucionário democrático-burguês tão profundo que o partido do proletariado pôde tornar suas as reivindicações do partido dos camponeses (do partido social-revolucionário, profundamente hostil, em sua maioria, ao bolchevismo) e realizá-las imediatamente graças à conquista do Poder político pelo proletariado não existem hoje na Europa Ocidental. E a repetição dessas condições ou outras semelhantes não é nada fácil. Por isso, entre outras razões, é mais difícil para a Europa Ocidental que para nós *começar* a Revolução Socialista." (1978,p.69, grifo do autor) Observa-se que, no longo excerto, Lênin inclui a extensão espacial e deficiência nas comunicações como um dos elementos do conjunto de condições facilitadores da tomada do poder na Rússia. Entretanto, quando argumenta que na Europa Ocidental faltam o mesmo conjunto de condições para a ocorrência da revolução, estão aí incluídas as características do território russo imensidão espacial e baixa integração. Em outras palavras, o território europeu era muito menor e infinitamente mais integrado, em termos de comunicação, que o russo. O que, portanto, facilitava a contrarrevolução.

¹⁵⁶ Lênin passou parte de sua vida política exilado em inúmeros países da Europa. E como exilado dotado de substancial mobilidade viajou muito de trem pelo continente, tendo, portanto, a oportunidade de constatar empiricamente a integração europeia em termos de transporte e comunicação. Afinal, ele retornou em 1917 à Rússia de trem via território alemão. Mas, para além da experiência de vida na Europa, a percepção dessa integração do continente europeu advém de seus estudos. Este trabalho defende que a consulta por parte de Lênin de algumas obras de cunho geográfico foi fundamental para o líder bolchevique ter uma noção do nível de integração do continente europeu. A constatação disso advém de nossas leituras de *Notebook on Imperialismo* [Cadernos sobre o Imperialismo], um conjunto de cadernos que contem os fichamentos, livros e artigos consultados, assim como esboços para a confecção de *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Dentre o conjunto de obras consultadas, exorta-se aquelas que foram fundamentais, na linha de defesa da tese, para Lênin perceber o nível de integração europeia: Bartholomew, J. G, *Atlas of the World's Commerce* [Atlas do Comércio Mundial]; Chisholm, George, *Handbook of Commercial Geography* [Manual de Geografia do Comércio Mundial]; Eckert, Max. *Outline of Commercial Geography* [Perfil da Geografia Comercial]; Ernst Friedrich, *Geography of World Trade and World Intercourse* [Geografia do Comércio Mundial e das Comunicações].

desenvolvimento no território e sua menor integração foram um empecilho para a construção do Socialismo.

Essas condições elencadas por Ilitch para a construção do socialismo na Rússia faz lembrar de Lincoln Secco e seu interessante livro *A Revolução dos Cravos*, onde o autor conta os dilemas de alguns socialistas de países africanos durante o período pós-independência para implantar uma sociedade de tipo socialista em territórios completamente desprovidos de infraestruturas materiais básicas para tal, o que pode ser estendido ao enfrentado por Lenin, muito anteriormente aos revolucionários africanos. As dimensões dessa problemática ficam melhores reforçadas em *Sobre el Impuesto en Especie* [Sobre o Imposto em Espécie], um artigo de 1921, na qual o líder bolchevique denota:

Olhemos o mapa da RSFS da Rússia. No norte de Vologda, ao sudeste de Rostvov do Don e de Saratov, ao sul de Oremburgo e de Omsk e ao Norte de Tomsk *se estendem territórios imensos*, nos quais caberiam dezenas de grandes Estados cultos. E em *todas estas extensões* reina o regime patriarcal, a semibarbárie e a verdadeira barbárie. E nos apartados lugares do campo no resto da Rússia? Em todas as partes, onde dezenas de verstas de caminhos vicinais – melhor dizendo, dezenas de verstas sem caminho algum –separam as aldeias das *linhas férreas*, ou seja, *dos meios materiais de comunicação* com a cultura, com o capitalismo, com a grande indústria, com as grandes cidades. Acaso não predominam também em todos estes lugares o regime patriarcal, o oblomovismo, a semibarbárie¹⁵⁷

Em outro artigo novamente, comparando as condições da Rússia com o Ocidente, ele não deixar de enfatizar o peso do território russo e sua baixa integração como um elemento de negatividade, malgrado ele nem citar a rede ferroviária:

¹⁵⁷ Original: "Fijaos en el mapa de la RSFS de Rusia. Al norte de Vólogda, al sureste de Rostov del Don y Sarátov, al sur de Oremburgo y Omsk y al norte de Tomsk *se extienden territorio inmensos*, en los que cabrían decenas de grandes Estados culto. Y en *todas estas extensiones* reina el régimen patriarcal, la semibarbarie y la verdadera barbarie. Y en los apartados lugares del campo en el resto de Rusia? En todas las partes, donde decenas de verstas de caminos vecinales - mejor dicho, decenas de verstas sin camino alguno - separan a las aldeas de *las líneas férreas*, es decir, *de los medio, materiales de comunicación* con la cultura, con el capitalismo, con la gran industria, con las grades ciudades. Acaso no predominan también en todos estos lugares el régimen patriarcal, el 'oblomovismo', la semibarbárie." (OE11, 1973, p.37, grifo nosso)

[...] há que se aprender a ter em conta que a revolução socialista mundial nos países avançados não pode começar de maneira tão fácil como na Rússia, país de Nicolau e de Rasputin, e onde, para grande parte da população, era indiferente por completo saber que classe de povo vivem na periferia e que é o que ali ocorre."¹⁵⁸

Em suma, se para Lenin em um primeiro momento, o imenso espaço russo é uma enorme vantagem; em outro, quando da construção do socialismo, ele se torna um peso, por conta da escassez de infraestruturas materiais básicas.

É interessante notar que há outras importantes questões do domínio territorial czarista relacionadas à infraestrutura de comunicação. Eric Hobsbawn (1996, p. 94) coloca algo interessante: “Quanto maior o território, tanto mais útil era para as autoridades poder dispor de meios rápidos de comunicação com seus remotos postos avançados.” (1996, p. 94) Imagina-se então a utilidade do telégrafo na imensidão do território russo. Camille Vallaux (1914), diz que a revolução produzida nas comunicações durante o século XIX teve por efeito eliminar ou suprimir as distâncias no referente às comunicações interestrituais, já que a telegrafia permitia uma comunicação instantânea.

A respeito das telecomunicações no território do império czarista, o telégrafo, em sua versão óptica, chega ao Império Russo ainda na primeira metade do século XIX, mais exatamente em 1833 quando é inaugurado pelo Czar Nicolau I (1796-1855) uma linha estratégica de 1.200 km de extensão entre Moscou e a cidade polonesa de Varsóvia. Mas a história desse tipo de tecnologia óptica em território russo não seria longa, pois na segunda metade do século, seguindo a tendência internacional, a Rússia adere à telegrafia elétrica.¹⁵⁹ A maior eficácia desse tipo de telegrafia pesou nessa decisão, posto que este é menos dependente das condições meteorológicas. Assim, entre 1853 e 1955 o Estado cria uma rede de aproximadamente 10.000 km de extensão que ligava pontos estratégicos da parte europeia do Império.

¹⁵⁸ Original: “[...] hay que aprender a tener en cuenta que la revolución socialista mundial en los países avanzados no puede comenzar de manera tan fácil como en Rusia, país de Nicolás y de Rasputin, y donde, para gran parte de la población, era indiferente por completo saber qué clase de pueblos viven en la periferia y qué clase allí ocurre.” (OE8, 1973, p. 7)

¹⁵⁹ O domínio da eletricidade iria possibilitar uma nova técnica de comunicação à distância, o telégrafo elétrico. Este, em termos sintéticos, consistia na transmissão por impulsos elétricos de mensagens codificadas via cabos. A maior eficiência desse novo dispositivo tanto no referente ao volume de informações enviadas ou recebidas, como ao que diz respeito à possibilidade de uso independente das condições meteorológicas, rapidamente aposentou o telégrafo óptico.

Neste contexto, na ocasião da Guerra da Crimeia¹⁶⁰ (1853-1856), a Rússia contava com uma não desprezível rede telegráfica, conectando alguns pontos estratégicos do território. (HUUDERMAN, 2003) Por exemplo, em Sebastopol, na Crimeia, então um dos principais teatros do confronto bélico estava ligado telegraficamente a Moscou e São Petersburgo. As ordens militares poderiam ser passadas de forma instantânea do centro do poder imperial para o teatro de guerra e as informações sobre o desenrolar dos eventos da guerra poderiam ser transmitidas ao centro.

As ambições russas na Guerra da Crimeia não foram concretizadas, o país saiu do conflito derrotado e com seu prestígio internacional – adquirido na guerra patriótica contra Napoleão I – extremamente abalado. É então que os governantes se dão conta que “[...] a posição russa de grande nação de primeira linha não podia mais se basear, com segurança, apenas no tamanho do país, em sua população [...]” (HOBBSBAWM, 1988, p. 404) Um conjunto de reformas modernizantes é formulado e implementado, tais como a construção das ferrovias – e a expansão da rede telegráfica existente. O czarismo dolorosamente aprendeu que se quisesse consolidar seus domínios territoriais, assim como sustentar seu processo de expansão, teria que investir pesado em tecnologia de informação e transporte.

É extremamente difícil controlar e proteger grandes espaços sem comunicação veloz. Qualquer autoridade precisa se capilarizar no território se quer manter esse território. Ordens têm que ser passadas, ordens têm que ser recebidas e quanto mais rapidamente melhor. Assim, seguindo os eixos ferroviários ou mais comumente adiantando-se a eles, o telégrafo chega rapidamente a pontos extremos do Império. A conexão Vladivostok, no extremo oriente, à Rússia europeia é anterior a construção do transiberiano. Esta estratégica linha férrea somente entrou em funcionamento em 1904, após 13 longos anos de construção. Na década de 60, o Cáucaso, através da linha Moscou-Tbilisi, estava conectado. Na década de 70 é a vez da Ásia Central. Se as extremidades estavam sendo ligadas telegraficamente, imagine-se então as partes mais centrais do domínio territorial czarista. Diante de todo esse esforço não é nada surpreendente que no “[...]”

¹⁶⁰ A guerra da Crimeia (1853-1856) foi uma conflagração bélica do Império russo contra o império Otomano e seus aliados, França, Inglaterra, etc. Dentre os motivos que levaram a esse conflito, há de se contar às tentativas de expansão do império russo às expensas dos domínios territoriais turcos. França e Inglaterra eram partidárias da manutenção do Império Otomano. Na Geopolítica de Paris e de Londres, a defesa do sultão e suas possessões contra os russos era a melhor maneira de se proteger do expansionismo czarista, pois caso Moscou detivesse o controle dos Estreitos de Bósforos e Dardanelos poderia ter acesso ao mar e a partir daí ameaçar as posições imperiais de Inglaterra e França.

fim do século XIX, todas as maiores cidades do império estavam conectadas por telégrafo.”¹⁶¹ Por questões de espaço não se vai acompanhar pormenorizadamente a instalação linha telegráfica em todo o território, mais pertinente assinalar que a linha telegráfica óptica de Varsóvia a São Petersburgo contribuiu enormemente para consolidar a anexação da Polônia Flechy (1993), o que leva ao entendimento que o mesmo raciocínio é válido sobre o efeito do telégrafo elétrico na consolidação do domínio de outras porções do Império.

Contudo, a importância da rede telegráfica para o conjunto do domínio territorial é melhor denotada pelo que diz Lovell que quando compara o impacto da telegrafia russa em relação a outras realidades:

[...] o telégrafo acelerou radicalmente as comunicações ao longo do curso do século dezenove. Para um grande império territorial como este, as telecomunicações tiveram uma importância ainda maior que nos pequenos estados nações da Europa, que já eram mais densamente conectados [...].¹⁶²

Por questões tanto de ordem militar quanto de administração – assim como no caso das ferrovias – o czarismo tinha necessidade de se capilarizar via telegráfica no território. A posse dessa rede telegráfica pelo governo czarista e suas potencialidades de uso não passaria despercebida por seus opositores internos. Aleksandr Herzen (1812-1870), o pai do socialismo russo, se referiria ao governo de seu país como o “Gengis Khan de telégrafo”. Leon Tolstói (1928-1910) foi outro que não deixou de perceber a utilidade do telégrafo como arma de governo. Em um artigo¹⁶³ de 1909, no contexto da reação governamental aos acontecimentos revolucionários de 1905, ele assinala que, malgrado a população do império tenha percebido a ilegitimidade e desportismo do czarismo, “[...] o povo não está ainda na possibilidade de se liberar mediante a força: uma série de invenções técnicas, como a ferrovia, o telégrafo [...] dão ao governo a possibilidade de esmagar infalivelmente o menor esforço do povo para se libertar,”¹⁶⁴ retomando aquela ideia, de Aleksandr Herzen, da figura do imperador mongol como metáfora

¹⁶¹ Original: “By the end of the nineteenth century, all major cities in the empire were connected by telegraph.” (LOVELL, 2015, p. 16)

¹⁶² Original: “[...] the telegraph radically accelerated communications over the course of the nineteenth century. For a large territorial empire such as this, telecommunications had even greater significance than in the smaller nations states of nineteenth-century Europe, which were already more densely networked: In Russian, contrary to central European pattern, telegraph route often preceded the railway.” (LOVELL, 2015, p. 15)

¹⁶³ O artigo em questão é *O Gengis Khan e o Telégrafo: sobre o governo russo*.

¹⁶⁴ Original: “[...] el pueblo no está todavía en posibilidades de liberarse mediante la fuerza: una serie de invenciones técnicas, como el ferrocarril, el telégrafo, los cañones de tiro rápido, etcétera, dan al gobierno la posibilidad de aplastar infaliblemente el menor esfuerzo del pueblo por liberarse.” (TOLSTOI, S.D., p. 121)

para designar o governo autocrata czarista. E prossegue que por conta dessas novas técnicas: “não existe mais que uma diferença entre nosso Gengis Khan com telégrafo e seu predecessor: o novo Gengis Khan, nosso governo, dispõe de uma maior força e de um poder maior que o outro.”¹⁶⁵ Nessa linha de entendimento, o Czar russo era mais temível que o Khan mongol pela tecnologia de controle que possuía. Não se pode olvidar que esta caracterização contém elementos daquilo que Léon Trotsky iria chamar futuramente de desenvolvimento desigual e combinado: o amálgama do atraso com o avanço. No caso em questão, a mescla do mais atrasado politicamente, o despotismo, com o mais adiantado em termos de tecnologia de comunicação, o telégrafo.

Depois de toda essa exposição, uma nova representação cartográfica será mobilizada, *Mapa 8 - Império Russo: rede telegráfica* permite localizar a distribuição da rede telegráfica no âmbito da área de soberania czarista. Constata-se sem dificuldades que a densidade maior dessa malha telegráfica se assenta na chamada Rússia europeia, – com seus pontos nodais centralizados em Moscou e em menor medida em São Petersburgo – acrescidas de importantes ramificações para alguns pontos extremos do território. Fato digno de destaque ainda em nessa análise é a ligação telegráfica dos principais centros provinciais entre si e com as duas capitais. Tal conjunto de fatos, só vem a confirmar aquilo assinalado linhas atrás: o caráter estratégico da telegrafia no plano de poder czarista.

Depois da visualização e análise da presente representação, assim como aquela referente às ferrovias, fica até mais fácil compreender os posicionamentos e temores de Leon Tolstoi acerca do poderio do czarismo sobre o quadro populacional. Fácil de compreender, porém difícil, ou melhor, impossível de concordar. As razões disso serão explicitadas, logo a seguir.

Por ora, mais interessante é registrar que para além de estratégia de poder, a peça cartográfica analisada faz lembrar de Camille Vallaux (1914) e seu predecessor Vidal de La Bache (1946). Os dois autores viram no elemento circulação um fator de regionalização. Se as coisas são assim, e este trabalho defende que são, então a telegrafia, assim como o mapa de ferrovias, reforçam sobremaneira aquela regionalização leniniana do *território usado* no âmbito da área de soberania czarista, e por exclusão o *fundo territorial*.

¹⁶⁵ Original: “No hay más que una diferencia entre nuestro moderno Gengis Khan con telégrafo y su predecesor: el nuevo Gengis Khan, nuestro gobierno, dispone de una mayor fuerza y de un poder mayor que el otro.” (TOLSTOI, S.D. , p. 125)

Mapa 8 - Império Russo: Rede de Telegráfica

Legenda

- Capital Imperial
- Capital Provincial
- RedeTelegráfica

0 500 1.000 2.000 km

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

A essa altura é pertinente retomar a assertiva de que o território é imprescindível para a revolução, o que fica explícito pela importância dos meios de comunicação e de transporte. Leon Trotsky) percebeu muito bem isso quando analisando a convulsão revolucionária que sacudiu o Império Russo em 1905 assinala: “As ferrovias e os telégrafos descentralizam a revolução apesar do caráter centralizado do Estado, e, no entanto, os mesmo meios de comunicação davam uma unidade a todas as manifestações locais de forças revolucionárias.”¹⁶⁶ De outro ponto do espectro político, Alexander Kerensky (1881-1970) de forma similar ressalta a importância dos meios de comunicação e transporte. Em suas memórias, narrando os acontecimentos revolucionários de fevereiro de 1917 que derrubaram o czarismo na capital imperial, ele diz que o Governo Provisório estrategicamente se encarregou “[...] de ocupar com um destacamento de soldados, a central telegráfica das ferrovias” e que garantido o domínio da capital pelo movimento insurreto a nova instituição governamental anunciou “[...] por telegrama a Revolução para o resto do país.”¹⁶⁷

De certa maneira, o que ensina esses dois importantes partícipes do processo revolucionário russo também é confirmado por um estudo recente de Lovell¹⁶⁸, o qual credita a expansão rápida e longa da revolução no âmbito do território ao fato de a Rússia possuir comunicação de alta velocidade. Exemplo cabal disso é que Irkutsk, um importante centro urbano da longínqua Sibéria:

[...] chegou a ter notícia da queda do regime imperial por radiotelegrama em 27 de fevereiro, enquanto o novo governo em Petrogrado foi logo capaz de aferir a resposta da Rússia quando as autoridades locais enviaram telegramas de volta em respostas as notícias da revolução.¹⁶⁹

Porém, o mais emblemático, para não dizer também irônico, na ligação entre processo revolucionário, transporte e comunicação, é o que se passou com o último Czar da Rússia no episódio de sua abdicação no contexto da Revolução de Fevereiro. Quando estourou as jornadas

¹⁶⁶Original: “El ferrocarril y el telégrafo descentralizaban la revolución, a pesar del carácter centralizado del Estado, sin embargo, los mismo medios de comunicación daban unidad a todas las manifestaciones locales de las fuerzas revolucionarias [...]” (TROTSKY, 2006a, p. 98)

¹⁶⁷Original: “[...] d'occuper avec une détachement de soldats, la centrale télégraphique des chemins de fer [...] par telegramme la Révolution au reste du pays.” (KERENSKY, 1967, p. 273)

¹⁶⁸Sobre isso ver: LOVELL (2015)

¹⁶⁹Original: “The revolution of 1917 spread so fast at least in part because Russia had since 1914 entered a new era of high speed communication. Irkutsk, for example, got to hear of the fall of the imperial regime by radiotelegraph on 27 February, while the new government in Petrograd was soon able to gauge the reponse from around Russia when local authorities sent back telegrams in reponse to the news of revolution.” (LOVELL, 2015, p. 19)

revolucionárias em Petrogrado, Nicolau II (1868-1918) encontrava-se em Moguilev, então quartel general do exército czarista. Em seu trem imperial, o soberano tentou marchar para o centro dos acontecimentos, mas teve seu retorno frustrado pela ação dos ferroviários que aderindo aos acontecimentos da capital impediram que o vagão que transportava o czar chegasse ao seu destino¹⁷⁰. O imperador e autocrata de toda a Rússia vagou alguns dias por troncos ferroviários alternativos no intuito de furar esse bloqueio, mas sem chance, abdicou sem chegar a Petrogrado. Leon Trotsky, retrospectivamente analisando esses acontecimentos em sua excelente *História da Revolução Russa* brilhantemente arremata: “O tzar longe do quartel general, não podia seguir para a sua capital. Com simples ‘peões’ ferroviários a Revolução dava um 'xeque' no Rei.” (2007, p. 96)

É pertinente a essa altura retomar a metáfora de Leon Tolstoi relativo ao governo czarista como o Gengis Khan de telégrafo. Aquele conjunto de recursos de poder que tornava impossível uma vitória do povo sobre o czarismo era uma via de mão dupla ao qual a análise tolstoiana não percebeu, pois as tecnologias que garantiam a força do governo czarista eram as mesmas que poderiam significar sua fraqueza. Por trás das tecnologias de comunicação e transporte há pessoas que as manejam. Foi justamente isso que permitiu – conforme a belíssima sentença de Trotsky – a revolução através dos ferroviários aplicar aquele xeque-mate no autocrata russo. Aqui estão as razões pelas quais linhas atrás surgem tais discordâncias com relação às posições de Tolstoi. Tecnologias de transporte e comunicação são recursos de poder, mas por trás desses recursos existem seres humanos que os manipulam. Por trás das ferrovias haviam trabalhadores ferroviários.

Na literatura de Julio Verne as ferrovias permitiram a Philleas Fogg ganhar sua aposta de volta ao mundo em 80 dias e a volta de Lenin¹⁷¹ em 1917 de seu exílio na Suíça à estação Finlândia em Petrogrado, um dos principais, senão o principal centro da revolução no outrora império czarista.

¹⁷⁰Para um detalhamento maior dessa tentativa de Nicolau II retomar de seu quartel general, em Moguilev a Petrogrado ver: FIGES (1999)

¹⁷¹Lênin ao longo de sua vida política passou boa parte dela em exílio na Europa. Em 1917, quando estourou a revolução na Rússia ele se encontrava em Zurique na Suíça. Seu retorno a Rússia somente foi possível depois de complicadas negociações com o governo alemão, dada a situação da guerra. Este permitiu a volta do líder bolchevique por território germânico via linha ferroviária em um vagão protegido pelo princípio da extraterritorialidade. Para uma consulta sobre esse retorno do líder russo ver: SERVICE, (2006) e FIGES, (1999). Especificamente sobre a viagem de retorno de Lênin a Rússia, há uma minissérie italiana. Sobre isso ver: DAMIANI, *El Tren de Lênin*, 1988, Taurus Film GMBH & CO, 200 min.

Até agora o que se destacou foi a importância dos meios de transporte e comunicação na dinâmica revolucionária. Impõe-se a abordagem de outras dimensões, mais exatamente entender qual é o discurso de Lenin sobre esses meios? Existe uma percepção estratégica da circulação e comunicação na Geopolítica leniniana? Prontamente, pode-se dizer que não lhe passou despercebido o papel da circulação e da comunicação. Sintomático disso é que em janeiro de 1917, pouco antes da revolução de fevereiro, em uma palestra na Suíça, passando em exame a revolução de 1905, Ilitch sinaliza que a greves gerais que sacudiram a Rússia em outubro e dezembro por ocasião da Revolução, contavam, para além dos trabalhadores fabris (a maioria de mulheres tecelãs) com um contingente expressivo de operários que trabalhavam em ferrovias, correios e telégrafos.

Na análise leniniana, a capacidade revolucionária de pressão sobre a máquina estatal foi garantida basicamente por aquele último contingente de trabalhadores, pois “A greve geral de ferroviários de toda Rússia interrompeu o tráfico e paralisou de modo mais contundente a força do Governo.”¹⁷² De fato em 1905 “[...] as linhas férreas serviram como uma importante via de comunicação para todos os grevistas.”¹⁷³ Foi basicamente a partir delas que o movimento se articulou e ganhou uma escala nacional, desencadeando o efeito descrito por Lenin.

Mas o discurso de Lenin não se detém apenas nesse âmbito superficial de constatação dos fatos, e avança muito além disso no sentido de ver a circulação e comunicação como elemento de suma importância para o projeto revolucionário. Obviamente que ele não elaborou uma teoria sobre a circulação e a comunicação, mas isso não significa que não possua uma visão desses meios como recursos estratégicos de poder. Falta de teoria não é necessariamente falta de percepção estratégica. Todavia, antes de tais dimensões do pensamento leniniano serem analisadas, é interessante averiguar a posição de alguns autores que partem do princípio de que Marx e os teóricos posteriores do marxismo não deram a devida importância à circulação e transporte tanto no seu aspecto econômico quanto no político. Muller, por exemplo, de forma enfática assinala que a despeito de Lenin ter uma atenção maior com a imprensa seria um equívoco “[...] concluir disso que os bolcheviques tivessem uma percepção apurada do papel

¹⁷² Original: “Le grève des cheminots arrête dans toute la Russie le trafic ferroviaire et paralyse sérieusement les forces du gouvernement.” (OC23, 1959, p.271)

¹⁷³ Original: “The railroad lines served as important avenues of communication for all strikers (...) In both the October and December general strikers railroad labor proved pivota.” (REICHMAN, 1987, p. 6)

econômico e político das telecomunicações.”¹⁷⁴ E afirma que os revolucionários que encabeçaram a tomada do poder no outrora império czarista “[...] tinham uma percepção mais vaga do papel estratégico das telecomunicações de que qualquer milícia golpista do Terceiro Mundo no final do século XX.” (MULLER, 2007, p. 170)

Entretanto, isso não está de acordo com o que assinala outros autores e pesquisas mais recentes. Lovell, por exemplo, denota que em 1917 “[...] nenhum grupo político foi mais consciente da importância das comunicações do que o partido revolucionário que viria a tomar o poder no final do ano. Entre Fevereiro e Outubro, eles fizeram o que puderam para se infiltrar nos correios e telégrafos.”¹⁷⁵ Talvez, a melhor maneira de demonstrar a fraqueza do diagnóstico de Muller não é se apoiar em pesquisas recentes, mas trazer para este campo de exposição o diagnóstico de um importante participante do processo revolucionário posicionado no lado oposto do espectro político aos dos bolcheviques: o primeiro ministro do governo provisório, Alexandre Kerensky (1881-1970), que em suas memórias, *La Russie au tournant de l'Histoire* [A Rússia na virada da História], atribuiu em parte a vitória dos seguidores de Lenin a sua empreitada de tomar o poder em Petrogrado ao controle que aqueles exerceram sobre as centrais de telégrafo e de radiotelegrafia. (1967)

Contudo, o que mais compromete as posições de Muller são os assinalamentos do próprio Lenin. Nesse sentido, em setembro de 1917, um pouco antes da tomada do poder, na missiva *Marxismo e insurreição* dirigida ao comitê central bolchevique, cujo objetivo era a orientação da política prática do partido, o líder bolchevique demonstra ter uma noção nítida dos meios de comunicação como elemento estratégico da política revolucionária. Neste documento, concebendo a insurreição como uma arte, Ilitch desenha toda uma estratégia de tomada do poder na capital que passava pela criação de um Estado maior que edificasse um controle por parte dos insurgentes dos pontos-chaves da capital, tais como o domínio do centro da cidade, a ocupação

¹⁷⁴O trabalho em questão é uma excelente tese de doutorado sobre as telecomunicações no Brasil e Argentina, e busca compreender o desenvolvimento, consolidação, assim como as diferentes fases pelas quais passaram as telecomunicações nos dois países latino-americanos e sua estreita conexão com o quadro internacional. O que cabe destacar do trabalho de Muller é a discussão das principais correntes do pensamento econômico naquilo que se refere às telecomunicações. E o que é mais interessante para o âmbito dessa tese, o subtópico do 2º capítulo, *As Telecomunicações, o Marxismo e a Revolução Russa*. Algumas conclusões de Muller são extremamente equivocadas principalmente a respeito de Lênin e tal debate será exposto no corpo do texto. Desde já salienta-se que tais equívocos não invalidam o conjunto da tese e essas críticas se dirigem unicamente ao subtópico citado.

¹⁷⁵ Original: “[...] no political group was more aware of the importance the communications than the revolutionary party would come to power later in the year. Between February and October did what they could to infiltrate in post and telegraph [...]”. (LOVELL, 2015, p. 19)

das centrais de telégrafo e telefone, assim como a prisão do governo provisório e de seu estado maior. Porém, o caráter estratégico da comunicação fica mais bem delineado quando Lenin afirma categoricamente que se deve “[...] instalar nosso Estado Maior da insurreição junto à central de telefone e por em contato telefônico com ele todas as fábricas, todos os regimentos, todos os pontos em que se desenvolve a luta armada.”¹⁷⁶

Em *Conselhos de um ausente*, um artigo do início de outubro, Lenin novamente insiste na centralidade das telecomunicações, assim como do transporte ferroviário para o sucesso da tomada do poder na capital. Para ele a insurreição teria necessariamente que empreender uma “[...] ofensiva simultânea, o mais súbita e rápida possível, sobre Petrogrado [...]”, visando o controle territorial da cidade e que para seu pleno êxito deveria incluir “[...] acima de tudo [a tarefa de] [...] ocupar e manter, qualquer que seja o número de baixas que [...] custe [...] o domínio revolucionário da central de telefones, da central de telégrafos e das estações ferroviárias [...]”.¹⁷⁷

Vladimir Ilitch está tão focado em seu projeto insurrecional com as telecomunicações que no mesmo artigo ele chega a repetir que a tomada do poder na capital imperial necessariamente passava pela tarefa de os revolucionários “Formar com os melhores operários destacamentos armados de fuzis e bombas de mão para atacar e cercar os ‘centros’ do inimigo (escolas militares, centrais de Telégrafo e Telefones etc.”¹⁷⁸ Parece que as veementes insistências de Vladimir Ilitch para com seu partido tiveram efeito. Kerensky narra que os esforços do Governo Provisório para trazer tropas do front no dia 24-25 de outubro para a capital com o objetivo de frustrar a tentativa de tomada do poder pelos bolcheviques redundaram em fracasso. Em vez de receber os reforços pedidos “[...] nós recebemos unicamente mensagens telegráficas e telefônicas, anunciando que tinham sabotado as ferrovias.”¹⁷⁹ Consequentemente na manhã seguinte além de as tropas não se encontrarem na capital, “O correio e o telefone centrais, assim como escritórios governamentais, estavam ocupados por destacamentos de Guardas Vermelhos.”¹⁸⁰

¹⁷⁶Original: “[...] installer notre état-major de l'insurrection au Central téléphonique, le relier par téléphone à toutes les usines, à toutes les régiments, à tous les centres de la lutte armée, etc.” (OC26, 1958, p.19)

¹⁷⁷Original: “[...] ofensiva simultanea, lo más súbita y rápida posible, sobre Petrogrado; ofensiva que deberá [...] por encima de todo, [...] ocupar y mantener, cualquiera que sea el número de bajas que nos cueste: a) la central de teléfonos; b) la central de telégrafos; c) las estaciones ferroviarias [...]” (OE7, 1973, p. 137)

¹⁷⁸Original: “Formar con los mejores obreros destacamentos armados de fusiles y bombas de mano para atacar y cercar los ‘centros’ del enemigo (escuelas militares, centrales de Telégrafos y Teléfono, etc.).” (OE7, 1973, p. 137-138)

¹⁷⁹Original: “[...] nous reçûmes uniquement des messages télégraphiques et téléphoniques, annonçant qu'on sabotait les voies ferrées.” (KERENSKY, 1967, p. 575)

¹⁸⁰Original: “La poste et le téléphone centraux, ainsi que la plupart bureaux gouvernementaux, étaient occupés par des détachement de Gardes-rouges.” (KERENSKY, 1967, p. 575)

De acordo com Flichy, em 1832 Abraham Chappe, irmão do inventor do telégrafo óptico, assinalou o caráter estratégico da comunicação telegráfica para o poder estatal em uma lapidar frase: “A telegrafia é então um elemento de poder e de ordem.” (1993, p. 33) Não é possível verificar se Vladimir Lenin tinha conhecimento dessa frase, mas isso pouco importa, pois o revolucionário russo captou perfeitamente a importância da telecomunicação, assim como de outras redes de comunicação e transporte, tanto para o poder estabelecido quanto para poder. Muito sintomático disso é que menos dois meses depois de *Marxismo e insurreição* e já na condição de presidente do Conselho de Comissariado do Povo¹⁸¹, o governo da revolução de Outubro, em outro documento, *Apelo a População*, como o próprio título denota, Lênin se dirige a população do país explicando que uma revolução dos trabalhadores havia triunfado em Petrogrado e Moscou, que o governo provisório fora derrubado e em seu lugar fora erigido o governo dos soviets. A tarefa agora era instaurar “[...] a ordem mais rigorosa, esmagar sem piedade as tentativas de anarquia [...]” E combater dentre outras coisas a “[...] desorganização das ferrovias, dos correios, do telégrafo, do telefone, ou de toda resistência, qualquer que ela seja.”¹⁸² Ou seja, Lenin dono do poder na capital, tinha em conta o controle das redes correio, telégrafos e telefones do conjunto do país como um elemento afirmação da nova ordem no território.

Diante de todo o exposto, aquele assinalamento de Muller de que os bolcheviques, e particularmente Lenin, tinham uma visão. “[...] mais vaga do papel estratégico das telecomunicações do que qualquer milícia golpista do Terceiro Mundo no final do século XX” (2007, p. 170) definitivamente não se sustenta. Talvez no que se refere a Marx e Engels e os demais marxistas, a assertiva do autor em questão faça sentido. O que, no entanto, não é objeto dessa problemática.

Aqui uma indagação se impõe: o que leva Muller a cometer tais equívocos em sua análise? Essa questão não é difícil de responder. O diagnóstico equivocado de Muller se assenta em um parco conhecimento da obra leniniana. Para termos uma ideia das coisas, o referido autor para confecção de sua tese consultou apenas duas obras do líder bolchevique: *O Desenvolvimento do*

¹⁸¹Quando os bolcheviques tomaram o poder em Petrogrado, em outubro de 1917, eles deram o nome à nova autoridade governamental que substituiu o governo provisório de Conselho de Comissariado do Povo (SOVNARKOM). Lênin foi escolhido como presidente do Conselho, equivalente ao cargo de chefe do governo.

¹⁸² Original: “[...] l’ordre revolutionnaire le plus rigoureux, écrase[r] sans pitié les tentatives d’anarchie [...]” e combater dentre outras coisas todas as tentativas de “[...] désorganisation des chemins de fer, des poste, du télégraph, du téléphone, ou de toute résistance, quelle qu’elle soit [...]” (OC26, 1958, p. 311)

capitalismo na Rússia e Imperialismo: fase superior do capitalismo. Livros, muito importantes porém, bastante limitados como elementos de base para conclusões tão amplas. Os julgamentos leninianos acerca da telecomunicação estão, não nas obras de maior fôlego, mas sim nos trabalhos e artigos que analisam a conjuntura. Como expediente de mensuração disso, as obras escolhidas do líder bolchevique contemplam um quarto das obras completas (48 tomos¹⁸³), que por sua vez, não são realmente completas, dado que muitos documentos de Lenin ainda não foram publicados.

É justamente por conta desse procedimento que Muller usa o debate leniniano de imprensa como elemento revelador da falta de visão estratégica das telecomunicações. Como bem atesta suas palavras ao assinalar que são inúmeros os [...] escritos [leninianos] sobre a imprensa revolucionária. Concluir disso que [Vladimir Ilitch possuísse] [...] uma percepção apurada do papel [político] [...] das telecomunicações, entretanto, é um equívoco.” (2007, p. 170) Mas os equívocos são de Muller

O partido, um elemento central da estratégia leniniana, tinha como um de seus objetivos, a propaganda e agitação¹⁸⁴ pela palavra escrita e falada. Ambas as coisas pressupõem necessariamente tanto circulação de ideias quanto comunicação. Não é à toa que em 1902, em seu polêmico e famoso *Que Fazer?*, Lenin defende que a tarefa do movimento social-democrata era a criação de um jornal ou periódico único para toda Rússia. A imprensa, então único meio de comunicação de massa existente, entra no rol de interesse de Ilitch.

Neste contexto, o equívoco de Muller, dentre outras coisas, é não fazer caso, com toda contundência, que a época na qual viveu e atuou o líder revolucionário russo, o uso da rede telegráfica, assim como a telefônica, estava ligada mais ao uso estratégico-militar do Estado do que ao uso civil. As telecomunicações não tinham um uso social tão difundido quanto têm hoje. O rádio, como demonstra Lovell (2015), como instrumento de comunicação de massa somente viria a ser usado a partir de meados da década 20 do século XX. Há, portanto questões de ordem material que limitam o debate leniniano acerca da imprensa partidária e seu vínculo à telecomunicação. Além disso, o debate referente àquela tecnologia, como ficou denotado acima,

¹⁸³ Aqui tem-se como referência a 4ª edição das obras completas de Lênin em língua francesa.

¹⁸⁴ Em termos bem sintéticos, pode-se dizer que propaganda é a difusão de muitas ideias para pouco. E agitação é a difusão de poucas ideias para muitos. Segundo Samuel Baron (1976) essa conceituação entre propaganda e agitação foi realizada por Georgui Plekhanov (1856-1918) no âmbito do movimento social democrata russo, entretanto acabou sendo utilizado no movimento social democrata internacional. Sobre isso ver: BARON, (1976). Lênin tem em conta essa diferenciação, presente tanto em *Que Fazer?* quanto em outros de seus escritos sobre o partido.

não está nos trabalhos de maior fôlego de Lenin, nem nos referentes à imprensa, mas sim nos textos a respeito das conjunturas da tomada do poder e sua afirmação no território. E isso é eminentemente político. Portanto, há em Lenin uma visão eminentemente estratégica das telecomunicações. E num sentido mais amplo, das comunicações e transportes.

CAPÍTULO 3 – Os referentes geopolíticos da escala mínima

3.1. O partido: a concepção leniniana de organização partidária

O capítulo anterior apresentou uma aproximação mínima do território imperial russo, o intuito agora será aprofundar a discussão a respeito dos referentes geopolíticos leninianos da escala mínima. Dito de outro modo, se trata de conhecer, regionalizar e compreender o território a partir da organização política, das classes, forças sociais e centrais – no entendimento de Lenin – para o empreendimento revolucionário. Neste contexto, se o território russo, ou para dizer em termos mais abstratos, a escala mínima era a escala mínima de ação revolucionária, por que então não começar este empreendimento analítico, por um importante elemento da geopolítica leniniana: o partido?

Daniel Bensaid (2000, p. 80) aponta que a instituição partidária é “[...] uma peça central do dispositivo estratégico” do líder bolchevique. Porém, antes de se adentrar nos aspectos geopolíticos de tal instituição, traçar-se-á um panorama histórico do Partido Social-Democrata Russo.

Em termos históricos, a origem da social-democracia no Império Russo se encontra no ano 1898, quando um conjunto de nove delegados representando diferentes agrupamentos revolucionários de corte marxista de distintas partes do território imperial, se encontrou na cidade de Minsk para uma reunião de fundação, que não teve efetividade em termos organizativos, apesar do lançamento de um manifesto, porque a polícia secreta czarista prendeu parte dos participantes e todo o comitê central recém eleito. (CARR, 1973, p 17) Lenin informa algo a respeito desse acontecimento: “[...] os organismos centrais do partido foram destruídos pela polícia e não puderam ser postos de pé. De fato, não se podia falar de uma unidade do partido; este aqui existia somente como *status* de ideia, de diretiva.”¹⁸⁵

As bases mais sólidas de uma organização partidária somente foram assentadas no segundo congresso do partido, ocorrido cinco anos depois daquela reunião, mais especificamente em

¹⁸⁵ Original: “les organismes centraux du parti furent détruit par la Police et ne purent être remis sur pied. En fait, on ne pouvait parler d’une unité du parti; celle-ci n’existait qu’ à l’état d’idée, de directive.” (OC13, 1967, p.100)

1903, realizado em território mais seguro, Bruxelas, no qual se aprovou um programa partidário, redigido por Lenin e Plekhanov, defendendo, dentre outras coisas, a revolução social no Império Russo para a derrubada do czarismo e a edificação de uma república. Tal revolução, em decorrência do não completo desenvolvimento do capitalismo russo, seria realizada em duas etapas: a primeira, uma revolução burguesa; a segunda uma revolução socialista. Apesar da aprovação desse importante documento para o conjunto do partido, o congresso também foi marcado por uma cisão que daria origem as duas históricas frações da social-democracia russa: a menchevique encabeçada, dentre outros, por Julius Martov (1873-1924); e a bolchevique encabeçada por Lenin.

Nesse ponto é necessário assinalar que segundo Pierre Broué qualquer menção ao partido bolchevique anterior a 1917 gera

[...] uma confusão entre três organizações que não têm a mesma história, mas possuem uma forte ligação: o Partido Operário Social-democrata Russo, cuja direção é disputada por várias frações entre 1903 e 1911; a fração bolchevique deste partido, e o Partido Operário Social-democrata Russo (bolchevique) que foi fundado em 1912. (BROUÉ, 2014, p. 31)

No âmbito desse capítulo, a atenção se voltará para a fração bolchevique da social-democracia russa, que em 1912 se tornará um partido político independente a atuar no quadro político russo. Mas, voltando a divisão bolchevique/ menchevique, o mote da cisão foi a discussão entorno do item do estatuto do partido que definia quem era membro da organização partidária. Para Vladimir Ilitch e seus apoiadores, somente poderia ser considerado membro do partido aquele que participava pessoalmente de uma de suas organizações. Para Martov, membro era todo aquele que colaborava de forma regular e pessoal sob a direção de alguma organização do partido. As duas proposições à primeira vista parecem não guardar tantas diferenças entre si, entretanto elas denotam maneiras distintas de conceber a organização partidária (ULAM, 1976), e cujo início Pierre Broué menciona que houve:

[...] uma profunda divergência entre os defensores de um partido muito amplo e vinculado à intelectualidade, que apoia Martov, e os partidários de Lenin, defensores de uma concepção estreita de partido como uma vanguarda disciplinada de revolucionários profissionais.” (BROUÉ, 2014, p. 34)

Lenin e seus seguidores, por serem maioria, venceram a discussão e entraram para a história como os bolcheviques (maioria em russo). Os derrotados ficaram conhecidos como mencheviques (minoria em russo). Entretanto, a divergência entre bolcheviques e mencheviques não ficou restrita à discussão sobre os estatutos do partido. No decorrer da história da social-democracia russa essas divergências se avolumaram ou evoluíram para outras questões. Para citar somente um exemplo, dentre vários¹⁸⁶, há o caso da forte oposição menchevique quando da Revolução de Outubro de 1917 realizada pelos bolcheviques. A razão dessa oposição era que, para Lenin e seus seguidores, a Rússia não necessitava mais se ater àquele programa de revolução em duas etapas: uma burguesa e outra socialista. Diferentemente dos mencheviques que se mantiveram ortodoxos. (FIGES, 1999, p. 277) É justamente esse crescente quadro de divergências que fará com que essas duas frações partidárias se dividam, em 1912, em duas agremiações políticas distintas.

Não é o objetivo aqui traçar um quadro pormenorizado da social-democracia russa, da fração menchevique e nem mesmo da fração bolchevique. Apesar de esta última ser objeto maior de atenção. Para isso existem excelentes estudos a respeito¹⁸⁷ e o mais importante será a atenção à concepção leniniana de partido.

Para tanto, em termos bem diretos, a obra *Que Fazer?*¹⁸⁸ de Vladimir Ilitch é um dos trabalhos que mais sintetiza sua concepção de partido. Há toda uma bibliografia leniniana, tanto anterior a obra supracitada quanto posterior, que discute também a questão do partido. Alguns de nome bem sugestivo como *Por Onde Começar?*, um pequeno artigo escrito pelo líder bolchevique um ano antes da publicação de *Que Fazer?*, e que, obviamente por questão de espaço e até pelos objetivos da presente tese, não serão exaustivamente explorados.¹⁸⁹

¹⁸⁶ Outras diferenciações serão feitas mais à frente.

¹⁸⁷ Ver: BROUÉ (2014), historiador trotskista, logo bastante crítico ao período de hegemonia de Stálin. Para uma visão crítica, não somente ao partido comunista mas a toda história da própria U.R.S.S. consultar: SHAPIRO, (1970). Para uma história da social democracia russa ver: LANE, (1977). Finalmente, para aqueles que querem ter uma visão oficial da história do partido ver: COMISSÃO COMITÊ CENTRAL (1945).

¹⁸⁸ O nome desse famoso livro de Lênin é inspirado no romance *Que Fazer?* do escritor e revolucionário russo Nikolai Chenichevsky (1828-1889). Sobre tal obra literária o crítico literário americano Joseph Frank diz: “[...] nenhum livro da literatura moderna (com exceção talvez de *A Cabana do Pai Tomás*) pode competir com *O Que Fazer?* em termos de efeitos sobre vidas humanas e poder de fazer histórias. O Romance de Chenyshevsky, mais que *O Capital* de Marx, forneceu a dinâmica emocional que eventualmente desembocou na Revolução Russa”. (2015, *apud*, SEGRILLO, p. 07)

¹⁸⁹ Ver: Les Tâches de la Socialdémocratie Russes (OC2, 1958, p. 333-358); El Partido Obrero y el Campesinato (OE1, 1973, p. 191-195); Un Paso Adelante, dos paso atrás (OE2, 1973, p. 121-160).

Posto isso, afirma-se que há em Lenin uma estreita conexão entre organização partidária e luta de classe, já que tal luta é o elemento que embasa substancialmente o dispositivo estratégico ‘partido’. Muito sintomático disso é a sua distinção: “A organização rigorosa em partidos é [...] o sinal e resultado de uma luta de classe que chegou a um alto grau de desenvolvimento. Inversamente, o interesse da luta de classe aberta e larga exige uma organização rigorosa em partidos¹⁹⁰.” Tal assertiva leniniana não deixa de ser, de certa maneira, um desdobramento daquela proposição do pensamento marximiano presente na abertura do *Manifesto do Partido Comunista*: que diz que “[...] a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes.” (MARX, 2006, p. 23) Mas, se existe esse vínculo estreito entre a proposição leniniana e marximiana, impõe esclarecer ao leitor o que seria necessariamente a luta de classe. No entendimento leniniano, luta de classe não é outra coisa que:

[...] quando todos os representantes da vanguarda do conjunto da classe operária de todo o país têm consciência de formar uma só classe operária e começam a agir não contra tal ou tal patrão, mas contra a classe capitalista inteira e contra o governo que o sustenta.¹⁹¹

Nessa chave de entendimento, luta de classe no sentido mais pleno do termo, não é ter uma visão localista do conflito entre proletariado e burgueses, não é uma luta contra um capitalista em particular, ou determinado grupo de capitalistas, mas sim um embate ferrenho contra toda a classe detentora dos meios de produção, assim como contra a instituição política que garante a manutenção do *status quo*: o Estado. Mais uma vez aqui se apresenta uma proximidade entre o autor de *Que Fazer?* e o autor de *O Capital*. Só que agora relativo ao embate capital *versus* trabalho. Karl Marx, em *Manifesto do Partido Comunista*, antecipa elementos do que viria a ser luta classe em Lenin, e a bem da verdade para o conjunto do movimento social-democrata, quando assinala que a luta operária para ganhar foro de luta de classe tem de fugir do âmbito

¹⁹⁰ Original: “L’organisation rigoureuse en partis est [...] le signe et le résultat d’une lutte de classe parvenue a une haut degré de développement. Et, inversement, l’intérêt de la lutte de classe ouverte et large exige une organisation rigoureuse en partis.” (OC10, 1967, p. 71)

¹⁹¹ Original: “La lutte des ouvriers ne devient lutte de classe que lorsque tous les représentants d’avant-garde de l’ensemble de la classe ouvrière de tout le pays ont conscience de former une seule classe ouvrière e commencent a agir non pas contre tel ou tel patron, mais contre la *classe* des capitalistes *tout entiere* et contre le gouvernement qui la soutient.” (OC2, 1958, p. 221-222)

local e ir contra o conjunto dos capitalistas - que se poderia chamar, da escala mínima, assim como também contra a instituição estatal dessa mesma escala. (MARX, 2006)

A essa altura é importante atentar para outras questões, como por exemplo, onde fica a questão do partido no esquema geopolítico leniniano em meio a toda essa luta de classe? Não é difícil responder quando se lembra que um dos papéis do partido é elevar por meio de sua atuação o nível da luta de classe. Isso, por sua vez, já conduz a um dos pontos centrais e extremamente polêmico da teoria de Vladimir Ilitch de organização partidária. Mais exatamente a ideia de que a consciência socialista vem de fora da classe operária: “[...] os operários não podem ter consciência social-democrata. Esta só pode ser introduzida de fora”, já que se deixada a sua própria sorte “[...] a classe operária só está em condições de atingir uma consciência trade-unionista, isto é, a convicção de que é preciso agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reivindicar ao governo a promulgação desta ou daquela lei necessária aos operários.” (LENIN, 2006, p. 135)

A constatação leniniana da incapacidade operária de ascender por si só à consciência social-democrata implica em dizer que o conjunto do operariado – ou no mínimo parte substancial dele – era algo a ser ganho para o ideário socialista, senão toda essa estratégia de coletividade necessariamente cairia sob a influência ideológica da burguesia, que contava com algumas vantagens, das quais os socialistas teriam que necessariamente sobrepassar, tais como ser “[...] muito mais antiga que a ideologia socialista [...]”, somada ao fato de que ela “[...] está completamente elaborada” e, acima de tudo: “[...] conta[r] com meios de difusão incomparavelmente mais poderosos.” (LENIN, 2006, p. 148)

Neste ponto, uma primeira formulação que podemos fazer do partido em Vladimir Ilitch é que a organização partidária é o encontro daquela consciência socialista proveniente de fora com o movimento operário. (LENIN, 2006) Entretanto, a construção de um partido nestes termos encerra algumas dificuldades de ordem eminentemente prática. Mais exatamente a de como edificar um partido que vá ao encontro do movimento operário em um ambiente onde a existência de organizações partidárias era proibida? Como driblar a ampla rede repressiva czarista especializada em trabalho de infiltração no âmbito de qualquer grupo oposicionista

revolucionário atuante no interior do império e até mesmo no exterior?¹⁹² A resposta a essas questões levam diretamente a outro elemento fundamental da concepção leniniana de partido.

Neste sentido, o líder bolchevique propugna que para fazer frente a tal contexto de dificuldades, a organização partidária a ser edificada nos quadros do Império teria que ser uma organização pequena em termos de efetivos militante e “[...] formada principalmente por homens dedicados profissionalmente à revolução.” (LENIN, 2006, p. 245) No seu entender, construir na Rússia uma organização partidária ampla, ou um partido de massa, era mais facilitar o trabalho da repressão czarista do que o trabalho dos revolucionários profissionais. Daí a forte polêmica com os mencheviques relatada linhas atrás. Portanto, a “[...] organização [a ser edificada] de modo algum pode ser muito extensa e [ao mesmo tempo] deve ser o mais clandestina possível.” (LENIN, 2006, p. 231) Há na compreensão de Vladimir Lenin uma relação intrínseca, em chave negativa, entre a extensão da organização partidária e vulnerabilidade ao braço policial do czarismo. Como ele bem destaca em outra passagem de seu famoso *Que Fazer?*: “Nunca poderemos dar a uma organização ampla o caráter clandestino indispensável para uma luta firme e sustentada contra o governo.” (LENIN, 2006, p. 246) Ele era perfeitamente cômico que a luta contra o czarismo no território russo, mais exatamente no *território usado* do império, era um jogo de perseguição entre o gato e o rato. O partido, os revolucionários, no papel de rato e o czarismo, o poder, no papel de gato. Porém, com organização, advogava Ilitch, os ratos poderiam abater o gato.

Metáforas à parte, na esquemática delineada, a organização de revolucionários profissionais deve ter suas fronteiras bem delimitadas. Ela necessariamente atuará nos meios de outras organizações do movimento operário tais como os sindicatos, círculos de operários, e até mesmo em movimentos democráticos de outras classes, mas “[...] é absurdo e contraproducente

¹⁹² O regime czarista desde a década de 80 do século XIX, contava com a Okhrana, a polícia secreta do czarismo, que possuía uma rede de agentes infiltrados tanto nos movimentos revolucionários atuantes no interior da Rússia quanto no exterior, mais precisamente onde as colônias de exilados russos marcavam presença. Dentre os tantos exitosos casos de infiltração policial no movimento revolucionário, talvez o mais importante e famoso seja o de Roman Malinovsky (1876-1918), um agente policial que conseguiu fazer parte dos quadros do partido bolchevique e ascender à posição de participante do comitê central do partido. Tal agente também foi eleito deputado bolchevique para a IV Duma do Império. E durante todo seu tempo de militância gozou da ampla confiança de Lênin. Nessa condição de infiltrado delatou vários militantes bolcheviques à polícia. Malinovsky somente foi definitivamente desmascarado após a revolução de 1917, quando então os arquivos da Okhrana foram acessados pelos revolucionários. Para acompanhar mais detidamente o caso de Roman Malinovsky, ver: SERVICE (2006). Para conferir de forma mais detalhada os métodos da Okhrana, consultar: SERGE, ([S.D]).

confundir essas organizações com a dos revolucionários profissionais, apagar as fronteiras entre elas [...].” (LENIN, 2006, p. 247)

Para além dessas características expostas acima, o partido leniniano por sua atuação clandestina no âmbito do Império necessariamente opera com um alto grau de centralização da organização, hierarquias de comando rigidamente demarcadas entre a direção e a base militante do partido, somada ainda a uma disciplina férrea de seus membros. A forte centralização era uma tentativa de combater a outrora dispersão dos círculos sociais-democratas atuantes no Império, além de ser uma estratégia de dar continuidade e coordenação do trabalho partidário, pois sem ela “[...] é impossível um movimento revolucionário sólido [...]” dotado de “[...] uma organização de dirigentes estável, capaz de garantir sua continuidade [...]”. (LENIN, 2006, p. 234)

O exposto leva diretamente a uma indagação: como fica a questão da democracia no âmbito interno da organização preconizada por Lenin? A resposta é enfática: “Aqueles que – sob o absolutismo – querem uma ampla organização de operários, com eleições, atas, relatórios, sufrágio universal etc., não passam de utopistas incuráveis” já que “[...] o único princípio sério em matéria de organização deve ser: o mais severo sigilo conspirativo, a mais rigorosa seleção dos filiados e o preparo de revolucionários profissionais.” (LENIN, 2006, p. 239-265) Na argumentação leniniana tais mecanismos, são capazes de assegurar no plano interno do partido algo muito mais importante que a própria democracia como elemento de combate ao autoritarismo e abusos internos: a confiança entre os membros da organização de revolucionários profissionais. A defesa para tal proceder partidário é o contexto político onde opera o partido, conforme o trecho: a “[...] confiança é algo imprescindível para nós, pois na Rússia não haveria possibilidade de substituí-la por um controle democrático amplo e público”. (LENIN, 2006, p. 265)

No entender do líder bolchevique, a falta de um controle democrático da base da organização não significa que a direção se torne incontrolável em relação ao conjunto do partido. O próprio conceito de confiança entre camaradas revolucionários já comporta a ideia de controle e democracia como bem se denota da assertiva leniniana “[...] ‘o democratismo’, o verdadeiro, não fictício, fica incluído como parte no todo nesse conceito de camaradagem [...]” originário da confiança. (2006, p. 265) Aqui não é necessário comentar que tal esquema da confiança entre camaradas como substituto da democracia é algo demasiadamente frágil. Os defensores de Lenin poderiam até mobilizar o contexto russo, mas o que dizer então na atualidade de várias

organizações de extrema-esquerda ditas leninistas que atuam em um contexto completamente distinto daquele no qual operava a social-democracia do país dos czares e que recorrem ao argumento da confiança entre camaradas como substituto da democracia interna? Contudo, o mais importante no âmbito dessa exposição é debater outras questões que tanto consolidam elementos já exposto quanto denotam novas nuances da concepção de partido em Lenin.

Nesta perspectiva, uma primeira questão a se sobressair é de onde e como se alimenta a organização de revolucionários profissionais em termos de militância? Antes de responder, é importante marcar que a questão posta é pertinente, porque se o partido é pequeno, restrito e de fronteira rigidamente marcada, conforme exposto acima, coloca-se necessariamente a problemática de se saber o mecanismo de incremento de militância ao interior da organização de revolucionários profissionais. Assim, já se pode dizer que o partido é alimentado em termos de quadros pelo recrutamento de operários e intelectuais mais destacados participantes no movimento de massas. Há um nítido assinalamento leniniano neste sentido que diz: “[...] nós não devemos nos preocupar apenas com que a massa operária ‘formule’ reivindicações concretas, mas também com que a massa de operários ‘destaque’ um número cada vez maior desses revolucionários profissionais.” (LENIN, 2006, p. 228) Em outro ponto: “Há uma infinidade de homens [...]” provenientes de “[...] setores cada vez mais variados da sociedade [que] têm fornecido a cada ano um número maior de descontentes, desejosos de protestar, disposto a cooperar naquilo que puderem na luta contra o absolutismo.” (LENIN, 2006, p. 249) Muito além do mecanismo de atuação e captação de membros, o expressado também permite inferir que o partido jamais pode se isolar da classe operária e do movimento de massa. O partido é pequeno, ágil, clandestino, porém jamais isolado das massas.

Em termos bem resumidos, o partido não é outra coisa que um agrupamento de pessoas completamente dedicadas à causa da revolução, atuando de forma hierárquica, disciplinada e extremamente centralizada mediante um programa ou uma consciência do que realizar no âmbito da escala mínima.

Tal forma de conceber a organização partidária enfrentou inúmeras críticas e resistências no seio do movimento revolucionário contemporâneo a Vladimir Ilitch, que ao centrar sua estratégia de construção partidária na rígida centralização, acabou abrindo flanco para ser duramente criticado por proeminentes figuras da social-democracia internacional. É o caso de Rosa Luxemburgo, que o acusa de ser ultracentralista e blanquista. Em um artigo de 1903, *Problemas*

organizativos da social-democracia, ela traça duras críticas a tal concepção de partido, afirmando que o centralismo leniniano se ancorava em dois princípios extremamente negativos: “[...] 1) subordinação cega, até o último detalhe, de todas as organizações ao centro, que é o único que decide, pensa e guia. 2) rigorosa separação do núcleo de revolucionários organizados de seu entorno social revolucionário.”¹⁹³ O primeiro princípio enrijece burocraticamente a estrutura do partido; o segundo o isola do meio no qual ele atua. Por conta disso, assevera a revolucionária polonesa no prosseguimento de sua rígida crítica ao líder bolchevique: “A Lenin lhe preocupa mais controlar o partido que fazer mais frutífera a atividade do mesmo; estreitar o movimento antes que desenvolvê-lo, atá-lo antes que unificá-lo.”¹⁹⁴

Em outra passagem do mesmo documento em análise e em tom mais denotativo de sua própria compreensão de partido, porém não menos crítico às posições leninianas, Rosa pontua que em decorrência de sua “[...] concepção geral da natureza da organização social-democrata [...] [necessariamente se justifica que o espírito da organização,] [...] requer – sobretudo no começo da formação do partido de massas – a coordenação e unificação do movimento e não sua subordinação rígida [...]”.¹⁹⁵ Assim, expõe-se as duas concepções de partido: uma de massa, defendida por Rosa; e uma de vanguarda, por Ilitch.

Apesar dessas distinções é forçoso dizer que Rosa Luxemburgo não era contra a centralização no interior da social-democracia. Como ela afirma: “O que estamos considerando é o grau de centralização dentro do partido russo unificado para fazer frente à situação peculiar sob a qual deve funcionar.”¹⁹⁶ Em outros termos, o que estava em contestação era o tipo de centralismo propugnado por Lenin, o qual Rosa denominava de conspirativo e que exigia “[...] a subordinação mecânica e a obediência cega dos militantes a direção.”¹⁹⁷ Outra dura crítica tecida por ela e que não deixa de se alinhar às outras já expostas, é a que diz respeito à disciplina. Lenin em *Un Paso Adelante Dos Pasos atrás* [Um Passo à Frente Dois Passos Atrás], apesar de

¹⁹³ Original: “[...] 1) Subordinación ciega hasta el último detalle, de todas las organizaciones al centro, que é el único que decide, piensa y guía. 2) Rigurosa separación del núcleo de revolucionarios organizados de su entorno social revolucionario.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 186)

¹⁹⁴ Original: “A Lenin le preocupa más controlar el partido que hacer más fructíferas la actividad del mismo; estrechar el movimiento antes que desarrollarlo, atarlo antes que unificarlo.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 191)

¹⁹⁵ Original: “[...] concepción general de la naturaleza de la organización socialdemócrata [...] [necessariamente se justifica que o espírito da organização,] [...] requiere – sobre todo al comienzo de la formación del partido de masas – la coordinación y unificación del movimiento y no su subordinación rígida [...]”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 192)

¹⁹⁶ Original: “Lo que estamos considerando es el grado de centralización necesario dentro del partido ruso unificado para hacer frente a la situación peculiar bajo la cual debe funcionar.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 184)

¹⁹⁷ Original: “[...] subordinación mecánica y la obediencia ciega de los militantes a la dirección.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 186)

reconhecer o espaço fabril como perpassado de exploração e opressão – não deixa de urdir comentários altamente elogiosos a respeito das relações disciplinares pelas quais os operários eram submetidos. É bem nesse sentido que ele aponta: “[...] o marxismo [ensina] a diferença que existe entre o aspecto explorador da fábrica (disciplina fundamentada no medo a morte por fome) e seu aspecto organizador (disciplina fundada no trabalho em comum, unificada pelas condições da produção, muito desenvolvida desde o ponto de vista técnico).”¹⁹⁸ Para o líder bolchevique, a vivência operária nesse ambiente fabril, nessa “escola” faria com que “A disciplina e organização [...] [fossem] assimiladas com singular facilidade pelo proletariado [...]”¹⁹⁹ Algo muito diferente do que se passaria com outras categorias da população, como os intelectuais pequenos burgueses que teriam dificuldade de aceitar a disciplina por não terem passado por tal escola. O mesmo ele diz dos camponeses, porém com o agravante da dispersão espacial mais acentuada. As ponderações de Rosa vão assinalar que:

A disciplina que visualiza Lenin já está sendo aplicada não somente na fábrica, mas também pelo militarismo e pela burocracia estatal existente por todo o mecanismo do Estado centralizado.²⁰⁰

Nessa visão, o servilismo e a obediência, impostos tanto pela fábrica quanto pela instituição estatal ao proletariado, não podem ser a base para sua emancipação, mas somente a autodisciplina pautada pela consciência. É por conta disso que provocativamente questiona Rosa: “Que tem em comum a regulada docilidade de uma classe oprimida e a autodisciplina e organização de uma classe que luta pela sua emancipação?”²⁰¹ A autodisciplina dos membros do partido, nessa perspectiva, não é a permuta da autoridade da classe dominante pela autoridade do todo poderoso comitê central, já que “A classe operária será consciente da nova disciplina, a autodisciplina livre

¹⁹⁸ Original “[...] el marxismo la diferencia que existe entre el aspecto explotador de la fábrica (disciplina fundamentada en el miedo a la muerte por hambre) y su aspecto organizador (disciplina fundada en el trabajo en común unificada por las condiciones de la producción muy desarrollada desde el punto de vista técnico).” (OE3, 1973, p.150)

¹⁹⁹ Original: “La disciplina y organización [...] asimilada con singular facilidad por el proletariado. [...]” (OE3, 1973, p.150)

²⁰⁰ Original: “La disciplina que visualiza Lenin ya está siendo aplicada, no solo en la fábrica, sino también por el militarismo y por la burocracia estatal existente: por todo el mecanismo del Estado burgués centralizado.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 188)

²⁰¹ Original: “¿Qué tienen en común la regulada docilidad de una clase oprimida y la autodisciplina y organización de una clase que lucha por su emancipación?” (LUXEMBURGO, 1979, p. 188)

da social-democracia, não como resultado da disciplina que impõe o Estado capitalista, mas sim extirpando até a raiz os velhos hábitos de obediência e servilismo.”²⁰²

O que pode ser dito em relação à Lenin nesse debate é que ele nunca conheceu a fábrica na condição de um trabalhador, nunca esteve submetido à disciplina da fábrica, tampouco Rosa, entretanto, ela teve muito mais sensibilidade para compreender o potencial altamente castrador de liberdade no ambiente fabril, como bem atesta sua veemente resposta a Lenin.

No rol de críticos ao autor de *Estado e a Revolução*, cabe destacar a importante figura de Leon Trotsky, em um trabalho de 1904, *Nossas tarefas políticas*, ele, em polêmica direta com Lenin, acusa-o de ter uma concepção de partido demasiadamente burocrática, ou como um aparato técnico mero executor de funções com as ordens sempre de cima para baixo: “A organização de revolucionários ‘profissionais’, mais exatamente sua cúpula, aparece assim como o centro da consciência social-democrata e, por debaixo, não fica outra coisa mais que executantes disciplinados das funções técnicas.”²⁰³ No cerne dessa crítica também se encontra a acusação de que a concepção de partido leniniana propugna uma espécie de substituísmo político, ou seja, a atividade da organização partidária substituiria a atividade da classe operária, sujeitando-a. Isso logo entraria em contradição – no entender de Trotsky e também de Rosa – com aquela argumentação de Marx que diz que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra *da* própria classe trabalhadora. Para ambos o partido se constrói umbilicalmente unificado à classe operária e jamais a atividade do partido pode substituir a atividade da classe. É nesta direção que vão as palavras de Rosa: “A classe operária exige o direito de cometer seus erros e aprender na dialética da história”, posto que “[...] historicamente, os erros cometidos por um movimento verdadeiramente revolucionário são infinitamente mais frutíferos que a infalibilidade do Comitê Central mais astuto.”²⁰⁴ Para Trotsky (1970), o substituísmo político leniniano não é algo que se daria apenas na relação entre o partido e a classe, mas também se assentaria negativamente no interior das fronteiras internas da agremiação partidária, pois “Na política interna do partido,

²⁰² Original: “La clase obrera será consciente de la nueva disciplina, la autodisciplina libre de la socialdemocracia, no como resultado de la disciplina que le impone el Estado capitalista sino extirpando d raíz los viejos hábitos de obediencia y servilismo.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 188)

²⁰³ Original: “La “organización de revolucionarios profesionales”, más exactamente su cúpula, aparece así como el centro de la consciencia socialdemócrata y, por debajo, no queda otra cosa más que ejecutantes disciplinados de las funciones técnicas.” (TROTSKY, 1970, p. 44)

²⁰⁴ O original serial: La clase obrera exige el derecho de cometer sus errores y aprender en la dialéctica de la historia” posto que “[...] históricamente, los errores cometidos por un movimiento verdaderamente revolucionario son infinitamente más fructíferos que la infalibilidad del Comité Central más astuto.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 203)

estes métodos levam [...] a organização do partido a ‘substituir’ o partido, o comitê central, a organização do partido e, finalmente, o ditador a substitui no comitê central [...].”²⁰⁵

É interessante marcar que essas duras críticas que o jovem Trotsky fez em 1904 foram revistas em 1917, quando então o revolucionário ucraniano adere aos quadros do partido liderado por Lenin. Porém, de certa maneira, a dinâmica do substituísmo identificado pelo jovem Trotsky tornou-se real. Em termos simplificados: o partido substituiu a classe e Stalin substituiu o partido. Apesar dessa dinâmica, é forçoso registrar com Moshe Lewin (2007) e o próprio Trotsky (2005), que a burocratização da URSS não estava inscrita no *Que Fazer?* Outros fatores para além da organização partidária, que não convém discutir aqui, pesaram no processo de burocratização da experiência soviética.

Não é necessário acompanhar todas as críticas tecidas à concepção de partido de Lenin por distintas figuras do movimento social-democrata tanto internacional quanto russo. As posições denotadas de Trotsky e Rosa Luxemburgo a respeito do tema dão determinada noção das resistências a Vladimir Ilitch. Talvez o mais interessante, nesse momento, seja trazer para nosso quadro expositivo de forma rápida alguns rebatimentos de Lenin às críticas sofridas. Nesta perspectiva, em 1914, em um novo prefácio a sua famosa brochura de 1902, ele assinala que: "O principal erro dos que hoje polemizam com o *Que Fazer?* reside em dissociá-lo por completo de determinadas condições históricas, de determinada fase do desenvolvimento do nosso partido que já foi superada há muito tempo." (2006, p. 82) Em outros termos, o que Lenin afirma é que sua concepção de partido defendida em *Que Fazer?* não tem validade universal, posto que está ancorada em determinado contexto histórico. Aqui é interessante situar o contexto político de escrita desse prefácio, trata-se de um momento em que imperava na Rússia um quadro – ainda que precário – de legalidade. A Revolução de 1905 conseguira com que o Czar implantasse um organismo de representação nacional, a Duma, e legalizasse os diversos partidos então existentes na clandestinidade.

Diante dessa mudança de contexto histórico, Lenin aponta os que o acusam de autoritário, centralista e elitista no referente à organização do partido, de não terem compreendido direito *Que Fazer?* posto que, “[...] apesar da cisão, o Partido Social-democrata foi o primeiro a aproveitar a brisa de liberdade para implantar o regime democrático ideal de uma organização

²⁰⁵ Original: “En la política interna del partido, estos métodos llevan, como lo veremos más adelante, a la organización del partido a “substituir” al partido, al comité central a substituir a la organización del partido y, finalmente, al dictador a substituir al comité central [...]”(TROTSKY, 1970, p. 46)

aberta, com um sistema eletivo de representação nos congressos proporcional ao número de membros organizados.” (LENIN, 2006, p. 84) E dentre todas as agremiações políticas do quadro russo, acrescenta o líder bolchevique, sua organização de revolucionários profissionais foi a que melhor soube aproveitar “[...] a ampliação do partido baseada em elementos *proletários* pela atividade legal junto às massas [...]”. (LENIN, 2006 p. 86)

O que foi exposto até aqui é suficiente para a compreensão da concepção de partido em Lenin. Resta explorar os aspectos geopolíticos da questão.

3.1.1. Partido e território

Feita essa apresentação, tanto de alguns aspectos históricos quanto das principais características do partido em Lenin, faz-se necessária a análise de outras dimensões da temática em questão, assim como também dimensionar as implicações geopolíticas dos elementos já expostos e daqueles que serão apresentados. Neste sentido, uma das primeiras coisas a explorar é que a concepção de partido leniniana guarda substancialmente um forte conteúdo geopolítico.

Disso, o que primordialmente cabe destacar é que se a revolução enquanto obra geopolítica tem uma escala mínima de ocorrência, o partido possui necessariamente um âmbito espacial de atuação que não é outra coisa que a escala mínima da revolução. No caso em questão, o território do império russo. Claro que se pode alegar contra essa inferência que, se as coisas são assim, por que então o partido bolchevique em boa parte de seu período de existência anterior à tomada do poder concentrou a cúpula do partido ou mesmo efetivos militantes no exterior? Tal objeção de nada invalida a dedução feita até aqui. De fato, a cúpula dirigente do partido bolchevique esteve alocada, para não dizer exilada, para além das fronteiras da escala mínima russa. Lenin durante boa parte de sua vida política esteve longe de seu país, isso para não mencionar outras figuras de outras agremiações partidárias.²⁰⁶ As razões disso eram que as condições políticas imperantes no

²⁰⁶ Dos seus 31 anos de atividades política, Vladimir Ilitch passou 15 em alguns países da Europa. Em outros termos, praticamente metade da vida política do líder bolchevique em questão foi exercida a partir do exílio exterior. Essa proporção fica bem maior se somar a essa conta os três anos (1897-1900) de exílio interno cumpridos na Sibéria. Para conferir a vida do líder bolchevique no exílio consultar: SERVICE, (2006) e FISCHER, (1967).

país dos czares eram de total ausência de liberdade política. Mesmo após a Revolução de 1905, quando então se introduziu na Rússia uma constituição com o direito de organização partidária e sindical, a existência dos partidos era muito precária por conta da repressão do governo.

Leon Trotsky (2007) narra, em sua *História da Revolução Russa*, que a Revolução de Fevereiro, ao abater o czarismo, encontra todas as principais figuras dos Estados Maiores dos partidos de esquerda do Império desterradas na Sibéria, presos ou atuando mais seguramente a partir de fora das fronteiras imperiais. Nesta perspectiva, concentrar parte da cúpula do partido no exterior era uma estratégia de sobrevivência da direção e de salvaguardar a operação, ou atuação, do partido no seio da escala mínima.²⁰⁷ (BOUÉ, 2014)

Robert Service, de forma mais ampla, segue a mesma linha: "era uma medida típica das organizações [revolucionárias russas] criar uma base no exterior para que seus jornais, sistemas de sistemas de correios e reuniões para debates pudessem funcionar. Genebra, Londres, e depois Paris eram seus locais favoritos." (2015, p. 65) Mas o braço de repressão czarista não estava confinado às fronteiras do Império, e "Embora não pudesse destruir essas organizações, conseguia conturbá-las, desmoralizá-las e restringir suas atividades revolucionárias." (SERVICE, 2015, p. 65).

A respeito da relação entre a concepção de partido e a escala mínima, é necessário ser justo: ela não é de todo leniniana. Para não ir muito longe, encontra-se essa relação em Karl Marx e Friedrich Engels. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, ambos apontaram que "[...] os comunistas são a fração mais decidida, mais mobilizadora dos partidos operários de todos os países" e complementarmente a isso pontuaram que é "Pela forma e não pelo conteúdo, [que] a luta do proletariado é, em primeiro lugar, nacional", em seguida a esse raciocínio complementaram com a contundente assertiva: "[...] o proletário de cada país deve acertar as contas com sua própria burguesia" (MARX e ENGELS, 2006, p.46-43). O que permite concluir, sem margens às dúvidas, a existência de fortes elementos daquela relação partido e escala mínima no pensamento revolucionário anterior ao escritos de Lenin.

²⁰⁷ Muito sintomático disso é que dos seis primeiros congressos do partido social-democrata russo, e depois dos bolcheviques, apenas dois foram realizados em território da Rússia. Como se sabe, o primeiro ocorreu em Minsk, em 1898, ocasião em que a polícia prendeu praticamente todos os integrantes. O sexto foi realizado em Petrogrado, entre julho e agosto de 1917, já na conjuntura da Revolução de Fevereiro, portanto depois da queda do czarismo. O segundo, terceiro e quarto e quinto, foram realizados na Europa, respectivamente em Bruxelas, Londres, Londres, Estocolmo, Londres (BROUÉ, 2014)

Rosa Luxemburgo aponta na mesma direção quando diz em *Problemas organizativos da social-democracia*, que a missão do movimento social-democrata “[...] consiste em representar dentro das fronteiras do Estado nacional os interesses da classe proletária e opô-los a todos os interesses locais ou setoriais.”²⁰⁸ Na argumentação da revolucionária polonesa, que não está de todo distante de Marx e de Lenin, o partido se centraliza nacionalmente devido a própria estrutura do capitalismo ser um fator centralizador tanto economicamente como politicamente. Em outros termos, a existência de inúmeros Estados no cenário internacional dá o norte da criação de distintos partidos. O próprio princípio organizativo da II Internacional, ao pressupor um partido social-democrata nacional filiado ao organismo internacional, corrobora também o argumento.²⁰⁹ O mesmo pode-se detectar no quadro organizativo da III Internacional Comunista, na qual os partidos comunistas de cada país eram seções nacionais da I.C. (BROUÉ, 2007)

Independente da origem, pelo exposto, na geopolítica de Lenin a base de atuação do partido está alocada no âmbito da escala mínima, não obstante que por questões de sobrevivência a atuação da organização partidária esteja para além de tal escala. Essa consolidação leva diretamente a uma interessante questão, parcialmente respondida, a ser explorada por outro viés: *o que é o partido a partir do âmbito geopolítico leniniano?* Ao considerar os elementos antes expostos sobre o tema, é possível responder de forma assertiva que a instituição partidária geopoliticamente falando não é outra coisa que um coletivo de homens e mulheres devotado à causa da revolução no âmbito do território. Para dizer o mesmo, porém em termos mais precisos, o partido é uma rede de pessoas “cuja profissão é a ação revolucionária” empreendida principalmente no território da escala mínima. (LENIN, 2006, p. 231)

Essa explanação geopolítica do partido faz lembrar do que diz de forma extremamente pertinente Raffestin: “Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação: controle dos eixos [...] ferroviários [...] das centrais telefônicas, das estações de rádio e de televisão.” (1993, p. 213) Na geopolítica leniniana, o controle de tais redes no momento da revolução é algo imprescindível, porém muito anteriormente a isso, indispensável é a edificação de uma rede de revolucionários profissionais no âmbito da escala mínima.²¹⁰ Logo,

²⁰⁸ Original: “[...] consiste en representar, dentro de las fronteras del Estado nacional, los intereses de la clase del proletariado y oponerlos a todos intereses locales o sectoriales.” (LUXEMBURGO, 1979, p. 182)

²⁰⁹ Sobre a II Internacional consultar Edgar Carone (1993).

²¹⁰ Sobre o controle das redes por parte do partido no momento da revolução rever a secção 2.4. *Autoridade e meios de comunicação e circulação*.

quando o mesmo Rafesttin (1993, p. 204) assinala que a rede é um “[...] ‘instrumento’ por excelência do poder”, conclui-se que do ponto de vista leniniano a rede partidária é um instrumento sem a qual não se dá a assunção do poder. E enquanto rede partidária que atua na clandestinidade, a organização de revolucionários profissionais, necessita criar suas próprias redes de apoio material aos revolucionários.

Faz-se necessário matizar algumas implicações geopolíticas. O partido não é toda a população da escala mínima, muito menos a totalidade das classes exploradas e oprimidas daquela população, e tampouco a totalidade da classe operária do território russo.²¹¹ O partido é simplesmente um delgado contingente demográfico – proveniente da classe operária e de intelectuais, além de adeptos de diversas outras classes dedicados a causa da revolução operária – que atua no âmbito da escala mínima russa como "um verdadeiro destacamento de vanguarda da classe mais revolucionária." (LENIN, 2006, p. 316)

Essas primeiras marcações de ordem espacial da organização partidária leniniana, apontam outras, porém de ordem temporal, e tão importantes quanto no esquema da geopolítica partidária do líder bolchevique. Para tanto, antes, faz-se uma indagação, a partir dos elementos expostos, como pretexto de explanação: se a revolução é uma ação coletiva e revolucionária no âmbito da escala mínima contra a ordem estabelecida na mesma, e o partido é uma instituição sem a qual não se pode tomar o poder, então logo a organização de revolucionários profissionais proposta por Lenin não é uma instituição a surgir no seio do processo revolucionário? Não. Na geopolítica leniniana, a organização partidária é necessariamente uma instituição pré-revolucionária a ser edificada na escala mínima. O partido enquanto coletivo (de homens e mulheres) dedicado exclusivamente à causa revolucionária surge necessariamente antes da revolução. Durante o processo revolucionário ele pode incrementar sua militância em termos de efetivos, se qualificar politicamente a partir das experiências vividas e, claro, empreender a tomada do poder, porém de forma nenhuma ter aí seu marco fundacional. Quando a revolução eclode no território da escala mínima, há que se ter, na pior das hipóteses, minimamente instalados nos mesmos elementos da rede partidária. É justamente neste sentido que se pode interpretar todo o esforço de Lenin para criar e consolidar um partido social-democrata no âmbito do Império Russo nos anos anteriores a revolução de 1905 e 1917. Os inúmeros escritos do líder bolchevique anteriores à Revolução de

²¹¹ Ilustrativo disso é o que diz Lênin: "No se puede confundir al partido como destacamento de vanguardia de la clase obrera con toda la clase." (OE2, 1973, p.133)

Outubro, dentre os quais alguns são objeto desse trabalho, é uma prova do esforço de discussão e construção partidária.²¹²

O partido atua no âmbito da escala mínima, porém pelo que a organização de revolucionários profissionais é, entende-se que ele age no âmbito do território, mas não pode estar em todos os locais do território. O efetivo diminuto dos revolucionários profissionais, mas não somente por isso, é um elemento limitador de sua presença no conjunto do território. E mais, se o partido é, conforme disse Ilitch, um destacamento da classe revolucionária e não o conjunto da classe e a classe não está no conjunto do território, tampouco o partido pode ser ubíquo no mesmo território. Tais inferências ganham foro de maior substancialidade quando se destaca de algo que, independente da vontade de Lenin: o âmbito espacial de atuação do coletivo partidário de revolucionários profissionais leniniano é justamente o território do Império czarista. Um dos países mais extensos do mundo com seus aproximadamente 22 milhões de km².

Diante do exposto, não se conclui diferente: o partido é obrigatoriamente um coletivo de organização restringida no território. Para mobilizar um conceito da geografia miltoniana (SANTOS, 2002): uma verticalidade na escala mínima. Sendo assim, então se sobressai necessariamente outra importante questão da geopolítica de Vladimir Ilitch para os revolucionários profissionais: *onde situar o partido no âmbito da escala mínima?* Antes de responder à instigante indagação é indispensável declarar que, componentes dessa resposta, em certo sentido, estão implícitos nas entrelinhas desse quadro expositivo com alguns dos elementos do pensamento leniniano já apresentados. Neste sentido, aquela macrorregionalização do território imperial czarista realizada por Lenin entre *território usado* e *fundo territorial*, não deixa de sinalizar ou sugerir, ainda que, genericamente uma primeira coordenada de localização da organização partidária no âmbito espacial russo. Como exposto, no entender de Vladimir Ilitch, a revolução enquanto fenômeno político e social ocorre substancialmente no *território usado*, por ser justamente a porção da área de soberania russa onde está situado o quadro demográfico imperial, que não é outra coisa, em última instância, que o elemento dinamizador do processo revolucionário. Diante disso, se pode dizer, sem meios termos, que a primeira coordenada de localização geográfica do partido na escala mínima é o *território usado* do império russo.

²¹² Dentre os vários textos de Lênin, anterior a qualquer experiência revolucionária, que tematizam a questão do partido, o pequeno artigo, de 1902, *Por Onde Começar?* é muito indicativo do que exposto acima e o próprio título do texto em questão é um elemento denotador da necessidade de criação do partido revolucionário na Rússia. Neste contexto *Que Fazer?* tem o sentido bastante semelhante. A resposta a pergunta-título dessa famosa brochura de Ilitch é criar uma organização de revolucionários profissionais no império russo.

Apesar de o *território usado* ser uma importante coordenada de localização, ela é ainda demasiadamente genérica. Essa porção do território russo é extremamente grande e ao mesmo tempo muito diferenciada. E o partido muito pequeno. Portanto, essa primeira sugestão de locação não responde a contento à questão posta linhas atrás. Pode-se avançar perfeitamente no sentido de uma precisão maior e o próprio Vladimir Ilitch dá elementos de explicitação mais exatos à resposta da referida indagação em um artigo de 1903, *Les tâches de la social-démocratie russe* [As tarefas da social-democracia russa], ao pontuar que:

Nosso trabalho é, antes de tudo, principalmente, orientado para os operários de usinas, os operários das cidades. A social-democracia russa não deve dispersar suas forças; ela deve concentrar seus esforços no seio do proletariado industrial, o mais suscetível de assimilar as ideias sociais democratas, o mais desenvolvido intelectualmente e politicamente, o mais importante pelo número e em razão de sua concentração nos grandes centros do país.²¹³

Dessa forma, as coordenadas de localização dos operários produzem diretamente as coordenadas de localização do partido, daí que “[...] a criação de uma sólida organização revolucionária entre os operários das usinas, os operários das cidades, é a primeira e a mais urgente das tarefas da social-democracia.”²¹⁴ Ora não poderia ser diferente, pois se a base do partido é operária e a teoria propugnada pelo partido tem a classe proletária como dirigente da revolução, o partido de tal classe necessariamente tem que se assentar onde estão os operários. O raciocínio é muito simples, a divisão territorial do trabalho dá a coordenada de localização da classe no território e a classe, por sua vez, dá a coordenada de localização do partido.

Entretanto, uma coisa são as intenções leninianas e outras são suas efetivações. Para colocar o exposto em termos de indagação: o partido defendido por Lenin era de corte predominantemente urbano, mas historicamente a organização partidária bolchevique se constituiu com tal configuração? Sim, resposta sustentada também por Oskar Anweiler (1972) e Jean-Jacques Marie (2009).

²¹³ Original: “Notre travail est, avant tout et par dessus, tout, orienté vers les ouvriers d’usine, les ouvriers des villes. La socialdémocratie russe ne doit pas éparpiller ses forces; elle doit concentrer ses efforts sur la activité au sein du proletariat industriel, le plus important par le nombre et en raison de sa concentration dans le grand centre politique du pays. C’est pourquoi la création d’une solide organisation révolutionnaire parmi les ouvriers d’usine, les ouvriers des villes, est la première et la plus urgente des tâches de la socialdémocratie.” (OC2, 1958, p. 336)

²¹⁴ Original: “[...] la création d’une solide organisation révolutionnaire parmi les ouvriers d’usine, les ouvriers des villes, est la première et la plus urgente des tâches de la socialdémocratie [...]” (OC2, 1958, p. 336)

Consolidado isso, os elementos da estratégia política leniniana referente aos revolucionários profissionais em uma tônica mais fortemente geopolítica, serão agora analisados a partir do argumento de que, para Vladimir Ilitch, os centros urbanos são o *heartland* de atuação do partido e da própria revolução no âmbito da escala mínima, ou mais exatamente no *território usado* da escala mínima. Neste ponto, ganha todo sentido aquele acompanhamento minucioso referente às cidades – mostrado em forma de mapa²¹⁵ – contido em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, no qual Lenin traça uma "cartografia"²¹⁶ da questão operária no âmbito do *território usado*. Tal acompanhamento além de ser um mapeamento da questão proletária no âmbito do império russo não deixa de ser também um forte indício do que se defendeu acima: um indicativo da posição geográfica do partido no território, ou para expressar nos termos desta análise aqui: no *heartland* do território.²¹⁷

Seria inoportuno registrar, nesse momento, que subjacentemente a toda essa discussão, há necessariamente um debate sobre a valorização política dos lugares. Tal debate se apresenta nos seguintes termos: se, por uma via, o partido não pode estar em todos os lugares, devido ao seu diminuto efetivo de militantes; por outra, a organização de revolucionários profissionais, não pode estar em qualquer lugar do território. Portanto, em Lenin, não se distribui aleatoriamente a rede partidária no território. Há todo um desígnio geopolítico relativo ao valor altamente estratégico de onde se colocar os revolucionários profissionais na escala mínima. A geopolítica leniniana do partido na escala mínima é concentrar efetivos militantes em determinados pontos do território para não dispersar forças.

Em outros momentos dessa tese esse tema da valorização política dos lugares em Lenin será aprofundado. Por ora, é mais interessante comentar que tal tema da geopolítica leniniana está

²¹⁵ Mapa 10 - Império Russo: questão operária no quadro urbano. Ver página 189.

²¹⁶ O acompanhamento é análise que Lênin faz de 106 centros urbanos do Império que precisa não somente a localização desse conjunto de cidades na Rússia como igualmente o efetivo populacional de cada uma delas, assim como também seus respectivos contingentes operários.

²¹⁷ Do exposto sobressai-se uma interessante chave de problematização da Revolução: a localização geográfica dos agentes revolucionários no território durante a Revolução. Aqui fica fortemente sugestionado que a confecção de uma futura leitura geográfica da revolução russa necessariamente terá como um de seus objetos de interesse a localização da grade partidária bolchevique ou até mesmo de outras agremiações políticas no âmbito da escala mínima russa. Para ser mais explícito: quando se fala em localizar a grade partidária no território onde ela está? Quantos e qual o período? E, se possível, quem são? No momento não se pode chegar a tal nível de detalhamento, pois em pesquisa, só se pode ir até aonde as fontes permitem e elas não levam ao conjunto de informações ambicionadas, mesmo que, a rigor, esse tipo de pormenor nem seja central para o presente trabalho. Mas de qualquer forma fica registrada a proposta. Por ora, o que é mais interessante – e isso sim será trabalhado no decorrer da tese: por um lado, a suposição bem genérica da localização do efetivo partidário no âmbito do território a partir de alguns elementos; por outro lado, de maneira mais precisa, dar as coordenadas de localização de algumas figuras individuais do partido.

fortemente presente na tradição da Geografia Política, a exemplo das discussões da valorização política dos lugares existentes, pensando apenas nos clássicos Ratzel, Vallaux e Gottmann²¹⁸. O primeiro, em *Geografia Política*, além de pontuar que “[...] todo espaço tem seu valor político²¹⁹”, faz uma diferenciação entre os lugares que guardam préstimos mais permanentes e aqueles que mudam seu valor conforme as contingências históricas. Para ele um homem político que possui tal perspectiva sobre os lugares “[...] chega a visão de um verdadeiro homem de Estado.”²²⁰

Ancorado no raciocínio ratzeliano, pode-se dizer que Vladimir Ilitch com sua estratégica visão do valor distintos dos lugares e sua não menos estratégica distribuição do partido no território, mesmo sem ser uma figura de Estado, mas querendo sê-lo, atende perfeitamente àquele arquétipo de homem tão positivamente defendido por Ratzel. Nessa mesma linha, assinala-se, sem sobra de dúvida, que parte do fato de Lenin, a partir de 1917 ter se tornado um homem de Estado, passa necessariamente pela visão leniniana estratégica dos lugares. O que seria sua geopolítica das capitais denotada linhas atrás? A revolução é uma obra eminentemente geopolítica que para se realizar passa pela valorização distintas dos lugares.

Vale destacar a ironia de ver como distintas figuras históricas localizadas em diferentes pontos do espectro político se aproximam pela valorização similar de alguns pontos do território, ainda que com finalidades opostas. No caso em questão, o revolucionário Lenin e o conservador nacionalista alemão Ratzel se acercam pela valorização política dos lugares centrada nas cidades e capitais. Da mesma forma é muito irônico também constatar como diferentes figuras do campo revolucionário divergem acerca de questões geopolíticas que revolucionários e conservadores têm acordo. Tais inusitadas aproximações e distanciamentos são uma prova cabal do quanto a revolução é uma problemática perpassada de algumas tantas intrincadas questões geopolíticas, que nem os revolucionários possuem acordo a respeito.

Para dar um indicativo – ainda que de maneira simplificada, porém não menos pertinente – disto, é interessante mencionar que a estratégia leniniana de locação do partido nos centros urbanos da escala mínima é completamente distinta da diretiva de Mao Tsé-Tung na Revolução Chinesa transferir o centro de gravidade da atividade partidária e do próprio exército

²¹⁸ Ver: RATZEL, (1987), VALLAUX (1914) e GOTTMANN, (1952).

²¹⁹ Original: “[...] tout espace a sa valeur politique.” (RATZEL, 1987, p. 100)

²²⁰ Original: “Um homme politique qui y parvient a la vision d’un véritable homme d’Etat.” (RATZEL, 1987, p. 101)

revolucionário para as zonas rurais do território. Mao defendia a estratégia geopolítica de cercar a cidade a partir do campo. É possível depreender tal diretriz da assertiva do revolucionário chinês que diz que em seu país a fundação e desenvolvimento de força militar regular (o Exército Vermelho) conjugados com a criação de

[...] destacamentos de guerrilheiros e zonas vermelhas, é a mais alta forma da luta camponesa dirigida pelo proletariado, é o resultado inevitável do desenvolvimento de uma luta camponesa em uma semicolônia e, sem dúvida, o fato mais importante para promover o auge revolucionário em todo o país.²²¹

Obviamente que no enunciado reproduzido não está explícita a questão do partido porém, esta se faz presente nas entrelinhas. Contudo, independente disso, em outras passagens de sua vasta obra, Mao não deixa de sublinhar claramente a importância da organização partidária e ao mesmo tempo sugerir a coordenada geográfica de localização rural de tal organização. Indicativo disso é a enumeração das cinco condições necessárias para o desenvolvimento de uma estratégia revolucionária em território chinês:

[...] 1) uma boa base de massas; 2) uma sólida organização do Partido; 3) um Exército Vermelho bastante forte; 4) um terreno favorável para as operações militares; e 5) recursos econômicos suficientes para o estabelecimento.²²²

Fora as assertivas de Mao²²³, historicamente o próprio crescimento do partido comunista chinês é um indicativo da estratégia rural maoista. Segundo Bernal (1987, p. 389) as adesões ao Partido Comunista Chinês entre 1927 e 1930 passam de 10.000 a 120.000, em sua grande maioria de camponeses.

²²¹ Original: “[...] destacamento de guerrilleros y las zonas rojas, es la forma más alta de la lucha campesina dirigida por el proletariado, el resultado inevitable del desarrollo de la lucha campesina en una semicolonía y, sin duda alguna, el factor más importante para promover el auge revolucionario en todo el país.” (MAO, 1974, p. 126)

²²² Original: “[...]1) una buena base de masas, 2) una sólida organización del Partido, 3) un Ejército Rojo bastante fuerte, 4) un terreno favorable para las operaciones militares, y 5) recursos económicos suficientes para el abastecimiento.” (MAO, 1974, p.75)

²²³ Para uma compreensão mais geral da estratégia revolucionária de Mao Tsé-Tung ver algumas de suas obras no volume 1 das Obras Escogidas. Caracas: Editorial Fundamentos, 1974: *¿Por que Puede Existir el Poder Rojo en China?*; *Lucha en las Montañas Ching Kang*; *Una Sola Chispa Puede Incendiar la Pradera*; *Problemas Estratégicos de la Guerra Revolucionaria de China*.

Todo processo revolucionário é pleno de singularidades, porém com bastante ressalvas, é preciso também assinalar que a estratégia geopolítica da Revolução Cubana aproxima-se mais da via maoísta²²⁴ do que da leniniana. Um pequeno grupo de revolucionários armados assentados primeiramente em um ponto recôndito do território (*Sierra Maestra*) que a partir daí por intermédio de ações escalonadas – que não deixa de comportar refluxos – vai ganhando o apoio da população e nesse movimento crescente impõe uma derrota política e militar a autoridade central da escala mínima.²²⁵ (AYERBE, 2004)

Ernesto Che Guevara (1928-1967), uma proeminente figura do processo revolucionário cubano, buscou sistematizar a experiência de tomada do poder em Cuba na teoria do foco, defendendo que, para os países em subdesenvolvimento, a tomada do poder passava pela criação de uma guerrilha camponesa com base em pequenos focos de guerrilheiros armados localizados inicialmente em pontos distantes do país, que com o passar do tempo iam adquirindo o apoio da população e se engajando na luta guerrilheira contra o poder estabelecido até alcançar a derrota final do mesmo.²²⁶ (GUEVARA, 1961 p. 23, 24) A proposta do revolucionário argentino, por conta do fascínio exercido pela Revolução Cubana no continente, teve inúmeras tentativas de aplicações prática na realidade da América Latina, incluindo no Brasil com a Guerrilha do Araguaia: uma guerrilha rural com base na região amazônica, impulsionada pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) entre o final dos anos 60 e metade dos 70, cujo objetivo era derrotar a ditadura militar vigente nos país e implantar o socialismo²²⁷.

Mais interessante que adentrar as aplicações do foquismo na América Latina é marcar de forma contundente as diferenças entre a estratégia geopolítica leniniana de disposição do partido revolucionário na escala mínima ou a distribuição daquilo que poderíamos chamar vanguarda revolucionária no âmbito do território tanto pela estratégia maoísta quanto foquista. Neste sentido, aproveitando aquele esquema de regionalização de Lenin do território russo entre *território usado* e *fundo territorial* e estendendo-o para outras realidades, constata-se que se para Vladimir Ilitch a coordenada de localização geográfica do partido é o *território usado*, mais

²²⁴ Para uma aproximação do pensamento de Mao e da própria dinâmica do processo revolucionário chinês consultar: POMAR, (2003).

²²⁵ Para uma aproximação do processo revolucionário cubano indicamos: AYERBE (2004), FERNANDES (2007), MAO, (2007).

²²⁶ Para conferir a respeito da teoria revolucionária, conferir: GUEVARA, (1961). A proposta de Guevara foi retomada em 1967 por um francês, companheiro de Che na guerrilha, em um livro que influenciou enormemente a juventude latino americana em sua luta contra a ditadura militar então vigente em diversos países da região. ver: DEBRAY (1967).

²²⁷ Para acompanhar o desdobramento da aplicação da teoria do foco em terra brasileira ver: PESSOA (1997).

precisamente o *heartland* urbano de tal porção territorial, para Mao e Guevara a locação de revolucionários profissionais é direcionada para as zonas rurais, ou melhor, para o *fundo territorial* da escala mínima.

Regys Debray sintetiza essa ideia muito bem quando diz que “os focos guerrilheiros, ao começo de sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas e dispersas.” (1968, p. 30) E assinala ainda mais a frente: “Na na montanha, encontram-se pela primeira vez, camponeses, operários e intelectuais.” (DEBRAY, 1967 p. 80) para formar a vanguarda combatente da revolução. Em verdade o próprio Che Guevara (1961, p. 21) não deixou de se pronunciar literalmente em termos análogos: “Tudo isto indica que [primeiramente] o guerrilheiro exercerá sua ação em lugares agreste e poucos povoados.”

Enfim, a estratégia leniniana privilegia o *território usado* as outras, o *fundo territorial*. Essas duas distintas estratégias, arriscamos assinalar, está na raiz de diferenciação daquelas duas dinâmicas revolucionárias que Samuel Huntington tão bem identificou: a revolução ocidental, com seu início na capital e término na periferia do território; e a revolução oriental, com seu início na periferia do território e término na capital. Há ainda interessantes implicações geopolíticas a partir dessas distintas concepções a serem explanadas em um momento mais adequado.

3.1.2. Partido e Circulação

Como exposto nos tópicos anteriores, o partido é uma rede de pessoas organizadas em uma rede de lugares no âmbito da escala mínima, cuja localização prioritária se dá mais precisamente nos centros urbanos, mas que tem de se presentificar necessariamente para além desses centros. Isso faz lembrar Diana Crane que, em seu estudo sobre vestimentas, pontua: “não existe moda sem circulação.” (2006, p. 200) Essa assertiva cria uma excelente oportunidade para inferir, sem medo de conclusões insustentáveis, que se a circulação é um elemento central para a moda, ela é igualmente, ou melhor, de forma mais significativa, para o partido nos termos pensados por Lenin. Ou seja, se a circulação é essencial para o exercício do poder do Estado, como muito bem

denotou Vallaux (1914), e também foi demonstrado acima, ela é também para o sujeito político que quer tomar o poder do Estado. Logo, não pode haver partido no estratagema da geopolítica de Lenin desgarrado de uma estratégia de circulação. O objetivo dessa seção é justamente demonstrar com evidências contundentes esse ponto.

Karl Marx (2005, p. 151), em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, diz que “[...] a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”, o que corrobora o argumento leniniano expresso em *Que Fazer?*, “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.” (LENIN, 2006, p. 128) Essas duas colocações permitem de imediato apontar que a tarefa do partido é, dentre outras coisas, inculcar a teoria, as ideias socialistas, à classe operária, e logo também ao conjunto das classes exploradas da escala mínima onde atua a organização partidária. Aqui se desenham fortes elementos do vínculo entre partido e circulação na geopolítica leniniana. Não poderia ser muito diferente, pois se a organização partidária é um sujeito político coletivo de localização restringida na escala mínima, logo não podendo estar em todos os lugares do território; se o partido se assenta em alguns lugares estratégicos do mesmo, tendo, porém seu trabalho, sua influência que atingir o maior contingente populacional da escala mínima que está além desse ponto de assentamento dos revolucionários profissionais, então coloca-se imperiosamente necessidade de se criar um mecanismo de circulação das ideias do partido para além daquelas localizações da escala mínima onde o sujeito partidário está assentado.

O dispositivo para resolver tal problema passa pela mobilidade do trabalho. Uma resposta mais pormenorizada leva a uma obra do líder bolchevique demasiadamente mobilizada na presente tese, porém completamente pertinente para o escopo da argumentação, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Nesse livro de 1897, portanto muito anteriormente às reflexões mais acuradas sobre o problema da organização, Vladimir Ilitch toma em consideração a problemática da mobilidade do trabalho no processo de formação do mercado interno. Ali há toda uma preocupação minuciosa do líder bolchevique para com a movimentação dos trabalhadores “[...] que partem para exercer uma ocupação não agrícola fora de sua comunidade [...]” (LENIN, 1982, p. 358), e cujo número de operários nessas condições referente ao ano de 1884, ele estimativa em torno de 6 milhões no *território usado* (Rússia europeia) do

Império Russo.²²⁸ Faz-se mister notar a minúcia da análise leniniana em identificar no âmbito do *território usado* o conjunto de províncias onde predominava aquele tipo de mobilidade do trabalho.

É importante marcar que essa movimentação espacial da força de trabalho não é nada além de um tipo de migração, que foi fortemente influenciada pelas infraestruturas materiais de circulação no território, mais especificamente com a construção da malha ferroviária russa. Sintomaticamente Brower assinala que “A ferrovia trouxe uma forma de modernidade na experiência ordinária das massas de trabalhadores urbanos provenientes do campo”²²⁹, que acabou por criar uma experiência transitória única na vida dos trabalhadores migrantes, e conclui que “A intensificação do contato entre o campo e a cidade foi talvez a consequência humana mais profunda das viagens de trens sobre [...]”²³⁰ o processo de urbanização russa. O próprio Lenin não deixou passar despercebido as ferrovias como elemento de deslocamento dos trabalhadores e mecanismo de aproximação do mundo rural com o mundo urbano. Isso fica fortemente evidenciado, quando ele, no já citado *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, denota o aumento progressivo dos passageiros ferroviários no espaço temporal de 36 anos ao marcar que estes eram “[...] 10,4 milhões em 1868; 22,7 milhões em 1873, 34,4 milhões em 1881, 49,4 milhões em 1893; 65,5 milhões em 1896, e 123,6 milhões em 1904.” (LENIN, 1982, p. 348).

A preocupação de Vladimir Ilitch com esses números lembra diretamente Camile Vallaux que, a partir de uma perspectiva do Estado, diz algo extremamente interessante: “[...] a circulação tem caráter político até quando se propõe a fins puramente econômicos.”²³¹ A assertiva desse autor faz concluir que Lenin mesmo quando discute economia não perde de vista a política, ainda que esta não seja mobilizada de forma substancialmente visível no bojo de algumas discussões. Muito indicativo disso é que quando ele analisa a formação do mercado interno em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, não deixa de ter em perspectiva a dimensão política das coisas, pois os deslocamentos da força de trabalho ali analisados, são retomados posteriormente em outras obras no âmbito de uma estratégia de circulação das ideias do partido.

²²⁸ Para conferir essa discussão da mobilidade do trabalho, ver o capítulo “A Formação do Mercado Interno” in: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Lênin (1982).

²²⁹ Original: “The railroad brought a form of modernity into the ordinary experience of the masses of urban laborers from the countryside [...]” (BROWER 1990, p. 52)

²³⁰ Original: “The intensification of contact between the village and the city was perhaps the most profound human consequence of railroad journeys on [...]” (BROWER, 1990, p. 52)

²³¹ Original: “[...] la circulación tiene un carácter político hasta cuando se propone fines puramente económicos.” (VALLAUX, 1914, p. 272)

Contudo, tal estratégia de circulação leniniana ficou até o momento muito mais fortemente sugestionada do que substancialmente demonstrada. Nesta perspectiva, em *Les Tâches des Social-démocrates Russes* [As Tarefas dos Social-democratas Russos], Lenin pontua que concentrar o trabalho social-democrata nas cidades não significa necessariamente negligenciar a atividade partidária para com outras camadas da população e extratos do próprio operariado que estão para além daqueles centros. Na caracterização leniniana, o proletariado urbano russo, pelas próprias condições materiais de vida, obrigatoriamente travariam relações que extrapolariam o mundo do urbano na medida em que grande parte deste contingente de trabalhadores por ser oriundo do campo manteria umbilicalmente “[...] contato direto com a população rural [...] e por consequência não poderia não deixar de se aproximar do proletariado rural, de milhões de operários agrícolas e de jornaleiros profissionais, assim como daquele campesinato arruinado [...]”.²³²

A estratégia leniniana, se colocava no sentido de aproveitar esse elo, concentrando a atividade partidária no proletariado urbano com o objetivo de “[...] explicar a estes operários de vanguarda sobre as questões relativas à vida dos artesãos e dos salarizados agrícolas [...]” e quando “[...] estes operários, entrem em contato com as camadas mais atrasadas do proletariado deem a conhecer, aqui igualmente, as ideias de luta de classe e do socialismo, as tarefas políticas da democracia russa em geral e do proletariado em particular.”²³³

Em suma, esta é a perspicácia operativa da geopolítica de Lenin: concentrar ou sobrepor a rede partidária à rede urbana do império; convencer parte do contingente de operários de tal rede urbana à aderir às ideias do partido e aproveitar a mobilidade dos trabalhadores adeptos a causa socialista como elemento de influência da organização partidária para os demais trabalhadores e classes exploradas da escala mínima russa que estão assentados onde o partido não chega. Neste esquema, ganhar e formar um operário urbano para a causa da revolução é com certeza colocar em potencial circulação um agente revolucionário que se desloca para além da localização restringida do partido. Como bem diz o líder bolchevique: “A difusão do socialismo e a ideia de luta de classe entre os operários das cidades seguramente acabará por levar também essas ideias

²³² Original: “L’ouvrier d’usine est également en contact direct avec la population rurale (Il a souvent de la famille a la campagne) et, par conséquent, ne peut pas ne pas se rapprocher aussi du prolétariat rural, des millions d’ouvrier agricole et de journaliers professionnel, ainsi que de cette paysannerie ruinée [...]” (OC2, 1958, p. 336-337)

²³³ Original: “[...] a éclairer les ouvriers d’avant- garde sur les questions relatives a la vie des artisans et des salariés agricoles [...] entrant en contact avec les couches plus arriérées du prolétariat, fassent connaître, ici également, les idées de la lutte de classe et du socialisme, les tâches politiques de la démocratie russe en général, et du prolétariat russe en particulier.” (OC2, 1958, p. 336, 337)

por canais mais estreitos e mais ramificados [...]”²³⁴ portanto, a outros lugares. Para traduzir os termos de Lenin para esta análise: trata-se de um mecanismo de capilarizar a influência do partido no território.

Mas a ideia de circulação e partido na geopolítica leniniana não fica restrita a circulação do ideário socialista através da mobilidade do trabalho. Essa relação tem outros meandros tão emblemáticos e interessantes quanto o que foi exposto e para avançar nessa exploração, é bom lembrar que uma das tarefas do partido na ótica de Lenin é difundir a consciência socialista no seio do movimento operário da escala mínima russa. Porém, antes, é necessário definir o que Lenin entende por tal consciência socialista.

A consciência de classe operária é concebida como a compreensão por parte do proletariado “[...] do fato de que para melhorar sua sorte e realizar sua emancipação, não há outro meio que a luta [do operariado] contra a classe dos capitalistas e dos fabricantes que apareceram com os grandes fabricantes e usinas.”²³⁵ Assim como também “A compreensão do fato de que os interesses de todos os operários de um país são idênticos, solidários, que todos esses operários constituem uma mesma classe, distinta da sociedade.”²³⁶ Somado a essas duas linhas de entendimento, consciência de classe abarca igualmente, como não poderia deixar de ser, a compreensão pelo proletariado “[...] de que para conseguir seus fins, os operários devem necessariamente procurar influenciar os negócios do Estado como o fazem e continuam a fazer os grandes proprietários de terras e os capitalistas.”²³⁷

Em outros termos, consciência de classe operária é o reconhecimento da não reconciliação de interesses entre operários e capitalistas, o reconhecimento da unicidade da classe operária no âmbito da escala mínima juntamente com a defesa de que a luta contra os capitalistas necessariamente tem desembocar em luta contra o Estado e a ordem mantida por ele no plano daquela mesma escala mínima. Nos termos de tal equacionamento leniniano, o partido tem um

²³⁴ Original: “La diffusion du socialisme et de l’idée de la lutte de classe parmi les ouvriers des villes ne manquera pas d’acheminer aussi ces idées par des canaux plus étroits, plus ramifiés.” (OC2, 1958 p. 337)

²³⁵ Original: “[...] Du fait que pour améliorer leur sort et réaliser leur émancipation, Il n’est d’autre moyen que lutter contre le classe des capitalistes et des fabricants qui sont apparus avec les grandes fabricants et usines.” (OC2 1958, p. 109)

²³⁶ Original: “[...] a compréhension du fait que les intérêts de tous les ouvriers d’un pays sont identiques, solidaires, que tous ces ouvriers constituent une même classe, distincte de toutes les autres classe de la société.” (OC2, 1958, p.109)

²³⁷ Original: “[...] que, pour parvenir a leurs fins, leurs ouvriers doivent nécessairement chercher a influer sur les affaires de l’Etat, comme l’ont fait et continuent de le faire les grandes propriétaires fanceiros et les capitalistes.” (OC2, 1958, p. 109)

papel fundamental no processo de formação dessa consciência. Aqui é bom frisar o processo, porque para Lenin a aquisição da consciência de classe não é um ato, mas sim todo um processo de formação que se dá no decurso da participação operária na luta tanto contra os capitalistas, assim como contra o Estado mantenedor das relações capitalistas. O partido entra neste esquema justamente com a tarefa de se fundir ao movimento operário, entretanto “[...] seu papel não é de servir passivamente ao movimento operário a cada um de seus estágios, mas de representar os interesses de conjunto do movimento, de lhe indicar seu objetivo final e seus objetivos políticos, de salvaguardar sua independência política e ideológica.”²³⁸ Logo difundir a consciência de classe e socialista.

No âmbito dessa propagação, um dos mecanismos centrais é o uso da agitação e propaganda. Pela primeira, Lenin entendia a atividade partidária no sentido de disseminar entre o proletariado os fundamentos do socialismo, irradiar a explicação do funcionamento do capitalismo, assim como o papel “[...] das diferentes classes da sociedade russa, de suas relações, da luta dessas classes entre elas, do papel da classe operária nessa luta, de sua atitude para com as classes que estão em declínio e aquelas que se desenvolvem com o passado e o futuro do capitalismo[...].”²³⁹ Enfim, explicar as tarefas históricas tanto do operariado quanto do partido no âmbito da escala mínima, assim como os vínculos de tais tarefas com o proletariado internacional. A agitação, por sua vez, está estreitamente vinculada à propaganda, porém tem um caráter mais restritivo em relação ao que se discute, ou o que se difunde. Neste sentido, nos termos preciso de Lenin, ela “[...] consiste no fato que os sociais democratas participam em todas as manifestações espontâneas da luta da classe operária, de todos os conflitos entre os operários e os capitalistas no relativo à jornada de trabalho, dos salários, das condições de trabalho, etc.”²⁴⁰ Em outras palavras, a agitação é uma intervenção do partido mais diretamente vinculada à vida cotidiana dos operários no sentido de orientar estes “[...] a formular de uma maneira mais precisa

²³⁸ Original: “[...] son rôle n’est pas de servir passivement le mouvement ouvrier a chaque de ses stades, mais de représenter les intérêt de l’ensemble du mouvement, de lui indiquer son but final et sés objectives politiques, de sauvegarder son indépendance politique et ideologique.” (OC4, 1959, p. 383)

²³⁹ Original: “[...] des différents classes de la société russe, des leurs rapports, de la lutte de ces classes entre elles, du rôle de la classe ouvriere dans cette lutte, de son attitude envers les classes qui sont em déclin et celles qui se développent, envers le passé et l’avenir du capitalisme [...].” (OC2, 1958, p. 335)

²⁴⁰ Original: “[...] consiste en ceci que les social-démocrate participent a toutes les manifestation spontanées de la lutte de la clase ouvriere, a toutes les conflits entre les ouvriers et les capitalistes au sujet de la journée de travail, des salaires, des conditions de travail, etc [...].” (OC2, 1958, p. 335)

e mais prática as reivindicações que eles apresentam a seus patrões, de desenvolver nos operários a consciência de sua solidariedade, a consciência do interesse comum [...].”²⁴¹

Deste modo, é necessário acrescentar que agitação e propaganda se realizam grandemente, mas não só, conforme teremos oportunidade de conferir mais a frente, pelo uso da palavra escrita. Em outros termos, Ilitch concebia a imprensa como um veículo privilegiado de comunicação, logo um dos eixos pelo qual passaria o trabalho do partido no âmbito da escala mínima.

Aqui é interessante retomar uma diferenciação, já devidamente marcada nas linhas precedentes, porém de retorno completamente pertinente nesse momento: a distinção entre circulação e comunicação. Raffestin (1993), muito oportunamente distingue de maneira simples, porém extremamente funcional que circulação é a mobilidade de pessoas e bens; e comunicação é a transmissão de mensagens ou informação que não necessariamente implica a movimentação de indivíduos, como é o caso das telecomunicações. Obviamente que o primeiro termo é muito mais abrangente que o segundo, posto que os homens ao circularem podem também transmitir informações. Não foi nessa perspectiva que Lenin pensou a mobilidade do trabalho como elemento de comunicação das ideias do partido? Tal esclarecimento faz lembrar de Albert e Terrou: “[...] a necessidade de informações é um dos dados fundamentais de toda vida social [...]”.(1990, p. 3)

Se as coisas são assim como dizem os autores em questão, e este trabalho segue tal diretiva, imagine então a importância e necessidade da comunicação para a formação da consciência socialista do proletariado no âmbito da geopolítica de Lenin para o partido, logo também para a revolução! Não é por menos e sem sentido, que Vladimir Ilitch (2006) insiste em seu *Que Fazer?* na necessidade premente de fundação de um jornal para toda Rússia que funcionasse como um elemento de unificação do partido e até muito mais do que isso: como organizador coletivo da organização partidária.

Mas por que Lenin tinha uma preferência tão grande pelo jornal como um elemento de comunicação das ideias partidárias? Se como diz Flichy “A distância, ou mais exatamente, a dificuldade de comunicar constitui uma das razões principais de utilização do telégrafo”²⁴², por que Lenin não defendia o uso dessa e de outras tecnologias de telecomunicações como elemento

²⁴¹ Original: “[...] a formuler d’une facon plus precise et plus pratique les revendications qu’ils présentent a leurs patrons, de développer chez les ouvriers la conscience de leur solidarité, la conscience de les intérêts communs [...]”.(OC2, 1958, p. 335-336)

²⁴² Original: “La lejanía, o más exactamente, la dificultad de comunicar constituye una de las razones principales de utilización del telégrafo.” (FLECHY, 1993, p. 68)

de construção do partido? Para responder é necessário situar historicamente que algumas tecnologias de comunicação de massa como rádio e televisão ainda eram inexistentes na época em questão e as que tecnologias então existentes como telefone e telégrafo não se configuravam de uso massivo pela sociedade civil.

Para, além disso, o controle estatal russo sobre essas redes de comunicação era grande. Conforme vimos no capítulo anterior, elas foram construídas pelo governo czarista, dentre outras coisas, justamente para exercer o controle do Estado sobre a população. O que implica dizer que a telefonia e a telegrafia tinham seu uso para fim de propagação de ideias contra o czarismo vedado, salvo em situações revolucionárias quando os grupos radicais se apropriavam das redes e as utilizavam para operacionalizar sua comunicação.²⁴³ A veemente preocupação de Lenin para com o controle das centrais de telefone e telégrafo quando da tomada do poder em Petrogrado era justamente isso.

É dentro desse contexto que o jornal ganha importância na estratégia de Lenin. Claude Raffestin (1993, p. 207) diz que “Um sistema de circulação [comunicação] é um instrumento criado, produzido por atores, e é reproduzido de uma forma variável, em função dos projetos políticos [...]”. Como o partido não podia usar as redes de telecomunicações existentes tanto pelo uso restrito de tais tecnologias no âmbito da sociedade civil quanto pelo quadro político imperante no Império Russo, cabia criar um instrumento de comunicação, uma imprensa operária própria e clandestina que atendesse ao projeto político revolucionário. Se os canais de

²⁴³ Como afirmado acima, à época da Revolução Russa, as telecomunicações não eram ainda de uso massivo pela sociedade civil. Somente a partir da década de 20 do século passado, logo depois de instalado o governo soviético, se iniciou o uso do rádio de forma massiva. Mas ali então os revolucionários já eram figuras no controle do Estado. Para acompanhar a história da rádio na URSS. ver: LOVELL (2015). Diferentemente do caso russo, há o caso cubano, quando então os revolucionários antes de tomarem o poder fazem uso maciço das telecomunicações para fins de propaganda e agitação. O extenso excerto de Régis Debray a seguir dá uma excelente noção do uso da rádio pela guerrilha de Cuba: “O rádio permite ao Comando estabelecer um contato diário com a população residente fora das zonas de operação. Essa população recebe as instruções e as orientações de ordem política, que a medida que se estenderem os triunfos militares terão maior repercussão. Em Cuba a instalação da Rádio Rebelde, em março de 58 e seu frequente uso por Fidel consagrou o Comando do Exército Rebelde como força diretora do movimento revolucionário. Cada vez mais em Cuba, católicos, comunistas, ortodoxos, todos se voltavam para a serra, sintonizavam a Rádio Rebelde para 'saber o que era preciso fazer', 'onde se estava', para também saberem as notícias exatas. A clandestinidade se faz pública. Os métodos e os fins revolucionários penetram no povo à medida que se radicalizam. Depois da fuga de Batista, Fidel denunciava pela Rádio a manobra do golpe de estado na capital, priva a classe dominante, em poucos minutos, de sua última carta, e cristaliza sua vitória final. Antes disso, a Rádio rompe a censura instaurada pelo governo sobre as operações militares – hoje regra em todos os países onde há luta armada. Pela Rádio a guerrilha força as portas da verdade e as abre de par em par, a todo o povo, sobretudo se respeita a regra moral seguida em Cuba pela Rádio Rebelde, de lançar mão ao ar a menor notícia inverídica, não silenciar jamais a derrota nem exagerar as vitórias. Em outras palavras, a emissora de rádio dá uma nova qualidade ao movimento guerrilheiro.” (1967, p. 78)

comunicação estão vedados, cabe ao partido criar outros para atingir seu público, mesmo que para tanto ele tenha que operar até a margem da lei.

A dimensão clandestina dessa imprensa faz pensar em algumas instigantes questões tais como, imaginar as dificuldades enfrentadas pelo partido no sentido de produzir e pôr em circulação um periódico em um ambiente onde reinava a censura e clandestinidade como o Império Russo. Imagine-se as redes clandestinas de confecção e distribuição do jornal. Imagine-se as gráficas clandestinas e o efetivo humano empregado ou mobilizado tanto para confeccionar o jornal quanto para fazê-lo chegar ao seu destino final.

Aqui é importante dizer que Lenin era um ferrenho defensor do jornal, entretanto ele era muito consciente das limitações da palavra escrita como elemento de agitação e propaganda, como a que o jornal somente acessava os operários letrados no âmbito da escala mínima russa. Entretanto, aqui também ele tem raciocínio similar ao da mobilidade do trabalho: a difusão de parte das ideias contidas no periódico para o contingente operário não letrado se daria via público operário alfabetizado que acessavam o jornal. Além disso, há de se ressaltar que tanto as ideias que o jornal contém quanto o próprio jornal podem ir muito mais longe do que as pessoas que o colocaram em circulação. Interessante dessa discussão do jornal em Lenin é o fato do líder bolchevique ao pensar o periódico, simultaneamente pensa sua distribuição estratégica no âmbito da escala mínima.

Vladimir Ilitch é muito consciente do valor estratégico dos lugares, conforme ficou fortemente evidenciado também em outras ocasiões. Ele sabe muito bem que uma boa escolha dos locais de destinação da imprensa operária pode facilitar sobremaneira a sua difusão. É por conta disso que sua preocupação chega ao pormenor de dizer que “Os principais lugares onde o jornal deve chegar regularmente em um grande número de exemplares são os centros industriais, as cidades e as fortalezas onde há fábricas, os bairros industriais das grandes cidades, etc.”²⁴⁴ Assim, as coordenadas de localização dos operários fornecem tanto a lógica de distribuição do partido quanto da imprensa operária. O que implica dizer que para Lenin um trabalho de difusão da consciência socialista por parte do partido implica necessariamente uma consciência do espaço.

²⁴⁴ Original: “ Les principaux endroit où le journal doit parvenir régulièrement et a un grand nombre d'exemplaires sont les centres industriels, les villes et les burs où il y a des fabriques, les quartiers industriels des grandes villes, etc.” (OC4, 1959, p. 229)

A discussão sobre jornais faz lembrar Ratzel: “A força política básica consiste na mobilidade. Quanto mais um povo é móvel, mais ele ocupa espaço.”²⁴⁵ De certa maneira, o raciocínio ratzeliano é válido para o partido na geopolítica leniniana. Se Lenin defendia, como demonstrado, o posicionamento da organização partidária nos principais centros urbanos da escala mínima russa, por incapacidade daquela organização estar em todos os recantos do território, vinculando a isso uma estratégia de propagação das ideias socialistas via mobilidade do trabalho e circulação do jornal, ele também defendia a mobilidade dos quadros revolucionários como elemento de ocupação do espaço e construção da organização partidária no mesmo.

Em outros termos, o partido na geopolítica leniniana tinha uma grade, mais ou menos, precisa de localização no território, porém os revolucionários profissionais eram flexíveis no âmbito dessa base. Logo, os efetivos partidários se deslocavam no território, conforme as necessidades das lutas exigiam. (LENIN, 2006)

3.1.3. Partido e Fronteiras.

Nas linhas precedentes ficou bastante sugestionado que o partido na concepção geopolítica leniniana atuava no âmbito dos contornos fronteiriços da escala mínima. Ainda que por expediente de sobrevivência política alguns nós da rede partidária estivessem para além de tais fronteiras. Entretanto, mesmo quando atuava no exterior o objetivo era voltado para a ação no interior do território imperial russo. Este, por exemplo, é o caso de Lenin e outros revolucionários que viveram grande parte de sua vida política (atuação partidária) no exílio, mas com seu trabalho dirigido para a Rússia. O mesmo pode ser dito da realização dos congressos e conferências do partido que em grande parte se realizaram fora do país, porém com os debates voltados, sobretudo, para a escala mínima onde atuava grande parte da rede bolchevique. E aqui nem é preciso mencionar os diversos jornais operários editados desde o exterior e daí enviados a partir de uma rede clandestina para circularem no movimento operário russo.

²⁴⁵ Original: “La force politique élémentaire consite dans la mobilité. Plus um peuple est mobile, plus Il occupe du espace.” (RATZEL, 1987, p. 90)

Porém, o objetivo na presente seção não é discutir a atuação do partido para além das fronteiras imperiais russas, mas no âmbito das fronteiras internas, ou seja, no âmbito da escala mínima, pois como bem salienta Martin: "todos os Estados [...] apresentam fronteiras internas [...] e externas." (1992, p. 54) Obviamente que nessa discussão não se esgotarão todos os seus pormenores, por conta de limitações de recortes nesse trabalho bem como de fontes, assim o mais pertinente e exequível é levantar algumas questões e deixar sugestionado os futuros elementos de pesquisas.

Assim, cabe dizer que essa discussão de fronteiras ganha enorme relevância e pertinência, principalmente por se tratar de Rússia, um país cuja dimensão espacial tem enorme peso na vida social, conforme denotado. E cujo expansionismo territorial incorporou inúmeros povos com religião, costumes e línguas distintas. Segundo Vallaux (1914) afirmou, linhas atrás, que quanto mais um império cresce mais heterogêneo ele se torna. Visto assim, a heterogeneidade de povos existente no Império Russo não deixam de se configurar como suas fronteiras internas.

O líder Vladimir Ilitch Lenin não deixou passar despercebida essa questão das fronteiras internas, das fronteiras nacionais no interior da escala mínima. São inúmeros seus textos dedicados a tal temática. No âmbito da presente tese haverá um subtópico para discutir especificamente isso. Entretanto, por ora, o que interessa trazer à tona nessa discussão são algumas interessantes questões que se vinculam àquela da organização partidária. Sendo uma delas, por exemplo, qual o equacionamento geopolítico leniniano da relação entre o partido e as fronteiras internas? Antes de responder, vale a pena discorrer sobre um fato: Consta-se que Grigory Zinoviev (1883-1936) em 1920, na condição de alto funcionário do governo soviético e presidente da Terceira Internacional, quando de sua visita a Baku, no Cáucaso russo, na ocasião da realização do 1º Congresso dos Povos do Oriente em uma de suas intervenções fez um inflamado discurso no qual instava os delegados presentes a insuflar seus povos a se sublevarem contra o domínio colonial britânico e francês. Em determinado momento de sua fala, o presidente da I.C. brada para seus ouvintes a palavra de ordem "luta de classe" ao qual estes – composto em sua maioria por muçumanos – respondem vivamente gritando "jihad."²⁴⁶ (FERRO, 1996)

²⁴⁶ Esse episódio ou fato é belamente mostrado no longa metragem que conta a trajetória política de John Reed. Para conferir isso ver: Reds. Direção: Warren Beatly.

Apesar de boa parte desse congresso²⁴⁷ ser composto de delegados estrangeiros, o episódio narrado acima não deixa de ser sintomático para a realidade do outrora Império Russo, posto que o czarismo como se denotou acima, em decorrência de seu expansionismo territorial incorporou inúmeras etnias ditas do oriente, com língua e religiosidades distintas. Logo, a revolução que Lenin queria dirigir e em certo sentido dirigiu no âmbito da escala mínima russa, teria necessariamente que mediar com populações de línguas e religiosidades diversas. Tais mediações referenciadas na realidade da escala mínima se consubstanciavam em fronteiras internas. A seção do presente capítulo sobre nacionalidades tratará de mostrar mais contundentemente esses elementos de mediação leniniano.

Independentemente disso, o episódio narrado acima leva em direção à resposta da questão posta, o que implica dizer que são inúmeras as possibilidades para tal, as quais não serão exploradas em seus pormenores, entretanto, alguns elementos surgem nesse sentido quando Vladimir Ilitch assinala, em *Aux Ouvriers Juifs* [Aos Operários Judeus], que “O partido se designou pelo nome de partido de Rússia e não partido russo, afim de que ninguém possa lhe atribuir um caráter nacional.”²⁴⁸ Isso não é outra coisa que forte indicativo daquelas mediações entre organização partidária e fronteiras internas.

Aqui a questão central para Lenin, era que o partido operário revolucionário ao atuar no âmbito da escala mínima como a russa, tão prenhe de distintas nacionalidades, teria que ser necessariamente uma instituição política partidária transfronteiriça. Em outros termos, os diversos grupos nacionais existentes no seio do Império Russo não poderiam servir como pretexto para a criação de distintos partidos revolucionários representativos de cada contingente operário das diferentes nações do império. O esquema geopolítico leniniano era criar um único partido para o conjunto do operariado do país dos czares. Muito sintomático disso é que o Bund (União Geral dos Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia²⁴⁹), em 1903, no 2º

²⁴⁷ O Congresso de Povos do Oriente foi realizado em julho de 1920 em Baku e contou com a presença de 1900 delegados provenientes de diferentes pontos do oriente. Ele fazia parte da política do Estado Soviético que visava fomentar o comunismo na Ásia, a partir da agitação revolucionária e o apoio aos movimentos de libertação nacionais contra os domínios dos impérios europeus naquele continente. Para conferir esse tema ver Figes, Orlando. (1999).

²⁴⁸ Original: “Le parti, afin qui personne ne lui puisse attribuer un caractère national, s’est donné le nom de parti de Russie et non de parti russe.”(OC8, 1964, p. 502)

²⁴⁹ O Bund foi a primeira organização partidária a se consolidar no império russo. Quando da fundação do partido operário social democrata da Rússia em 1898, no congresso de Minsk, essa organização judia entrou para os quadros do partido recém-fundado com um estatuto de autonomia especial: ser o único representante do proletariado judeu do império. Era justamente a manutenção tal *status* que o Bund reivindicava em 1903, no segundo Congresso dos sociais democratas da Rússia.

congresso do partido operário social-democrata da Rússia, rompeu com tal organização partidária por ver rejeitada sua reivindicação de ser único representante dos operários judeus do império. (CARR, 1973, p. 45)

Esse posicionamento organizativo leniniano no plano do partido é completamente oposto ao da social-democracia do Império Austro-Húngaro, um país vizinho à Rússia e de realidade similar no respeitante a existência de grupos étnicos distintos em sua área de soberania. Em 1897 a organização social-democrata do Império Austro-Húngaro passou a estruturar-se na forma de uma federação de partidos operários representativos dos diversos contingentes de operários dos distintos grupos nacionais que estavam subordinados ao domínio dos Habsburgos (alemães, tchecos, poloneses, italianos, eslovenos, etc). Um partido com um comitê central executivo comum, porém com várias secções nacionais que gozavam de ampla autonomia. (RESCALDE, 1982) Não foi à toa que o princípio organizativo da social-democracia austríaca foi objeto frequente das críticas leninianas. E o mesmo pode se dizer do BUND que reivindicava um modelo de organização similar a dos austríacos e com quem Lenin manteve constantes polêmicas.

São dois modelos de organização partidária: um centralista (a qual advogava veementemente Lenin) e outro federativo ao qual Ilitch condenava ferrenhamente. No modelo centralista, um único partido representava o conjunto dos operários subordinados a soberania de determinado Estado independentemente dos cortes nacionais distintos. No modelo federalista, os operários de cada nação formavam secções partidárias distintas com prerrogativas de ampla autonomia que, por sua vez, se federavam em uma organização partidária maior. (TROTSKY, 2007)

O modelo federativo, na concepção do líder bolchevique, era algo extremamente danoso ao movimento operário, porque ao invés de juntar criava separações entre o proletariado. Advoga ele contra a federação partidária: "A federação supõe um pacto entre conjuntos distintos, inteiramente independentes que determinam suas relações apenas por acordos recíprocos livremente consentidos."²⁵⁰ Consequentemente adotá-la no âmbito da organização partidária é trabalhar para consolidar na consciência operária uma divisão entre os trabalhadores a partir de grupos nacionais. Nessa perspectiva, argumenta ainda que, para além da questão do partido, a

²⁵⁰ Original: "La fédération, cela suppose un pacte entre des ensembles distincts, entièrement indépendants, qui ne déterminent leurs relations que par accord réciproque librement consenti." (OC6, 1966, p. 542)

federação era danosa também à outras organizações proletárias, porque comprometia o que é imprescindível: "[...] a *unidade completa* dos operários de todas as nações no seio de todas as organizações operárias seja educativas, sindicais e políticas, etc."²⁵¹

Na linha de defesa leniniana, a união operária tem que se dar independente da pertença nacional. Não há porque erguer barreiras no plano organizativo entre o proletariado de distintas nações, posto que o inimigo do conjunto do proletariado é comum: a burguesia e o Estado. É por essa e por outras que Vladimir Ilitch é muito categórico na escolha do modelo partidário, conforme ficou bem evidente em toda argumentação tecida acima e como mais fortemente fica denotado nesse outro excerto seu: "Pelo que concerne a estrutura de nosso Partido, nós somos [...] *contra* a federação e pela *unidade* das organizações locais (e não somente centrais) dos sociais democratas de todas as nações."²⁵² Dá para entender melhor a lógica do seu pensamento quando se imagina uma situação, não destituída de lastro na realidade empírica da escala mínima russa, em que operários de nações diferentes que trabalhavam na mesma fábrica, ou que habitavam a mesma região, militarem ou se organizarem em partidos distintos ou mesmo organizações sindicais distintas. Os padrões são os mesmos e no plano estatal também o inimigo é comum a todos: o czarismo.

Cabe dizer ainda, que subjaz nesse esquema de Lenin, a ideia de que a lealdade primária dos trabalhadores é para com a classe e não para com a nação, logo, as fronteiras a serem delimitadas no plano organizativo e de atuação do partido na escala mínima era de classe e não nacional. Isso implicar em admitir que na geopolítica leniniana o partido revolucionário em Estados etnicamente heterogêneos era uma organização transfronteiriça no referente aos recorte nacionais. Um partido único para o conjunto do império. Trotsky bem resumiu essa estratégia de Lenin, e de quebra toca em outra dimensão da estratégia leniniana que não está diretamente relacionada ao partido, porém que em seu todo não está distante, quando assinala em sua *História da Revolução Russa*: o bolchevismo:

[...] rejeitava categoricamente o princípio da federação nacional na construção do partido. Uma organização revolucionária não é o protótipo do Estado futuro,

²⁵¹ Original: "Les ouvriers conscients sont pour l'*unité complète* des ouvriers de toutes les nations au sein de toutes les organisations ouvrières, qu'elles soient éducatives, syndicales politiques, etc." (OC19, 1967, p. 86)

²⁵² Original: "Pour ce qui concerne la structure de notre Parti, nous sommes [...] contre la fédération et pour l'unité (et pas seulement centrales) des social-démocrates de toutes les nations." (OC19, 1967, p. 116)

mas apenas o instrumento de sua criação. Um instrumento deve ser adaptado à fabricação do produto; não deve incluir o produto." (TROTSKY, 2007, p. 817)

O que seria o instrumento? O que seria o produto? O que seria outra dimensão da estratégia leniniana? o instrumento seria o partido; o produto, o Estado que o partido pretendia criar a partir da derrubada do czarismo; a outra dimensão da estratégia leniniana, o desígnio geopolítico de que apesar de o partido revolucionário ser único no plano da escala mínima, a entidade estatal a ser criada pelos revolucionários teria que mediar as diferenças de corte nacional no plano do Estado. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas criada em 1922 foi justamente isso.

Por ora, mais pertinente, é destacar que no mais, a relação partido fronteiras internas em Lenin, nos faz pensar em algumas dificuldades da atuação partidária em uma escala mínima etnicamente diversificada. Por exemplo, como fazer as ideias do partido chegarem a um proletariado etnicamente distinto, logo falante de diferentes línguas? Qual a língua a ser adotada pelo partido para fazer suas ideias circularem? Haveria uma língua obrigatória ou oficial do partido? Esse conjunto de questões ganham maior pertinência, quando se consulta a peça cartográfica *Mapa 13- Império Russo: Quadro de Nacionalidades* localizado na página 147.

As questões levantadas não passaram despercebidas a atenção de Vladimir Ilitch. Para ilustrar, na geopolítica leniniana da organização partidária não há uma língua obrigatória ou oficial, pois a “[...] propaganda e agitação [devem ser feitas] em todas as línguas do proletariado do lugar [...]”²⁵³ onde atua a social-democracia. Sobressai-se aqui nitidamente uma estratégia de comunicação e circulação de ideias: se o partido minimamente quisesse atingir o coletivo de trabalhadores obrigatoriamente teria que veicular sua propaganda e agitação escrita em diferentes, ou nas principais, idiomas que o proletariado do Império Russo falava. Porém, há outros motivos, para além da estratégia de circulação, para ele não defender a existência de um idioma oficial no trabalho partidário: a convicção de que a imposição da língua de uma nação sobre outra ou do idioma proletariado de uma nação dominante sobre o proletariado das nações dominadas acabaria por criar fissuras no seio do conjunto do operariado. Em realidade Lenin pensa essa questão da Língua a partir de uma perspectiva mais ampla. No artigo *Faut-il une Langue Officielle Obligatoire?* [É necessário uma língua oficial obrigatória?], ele diz que o Estado como o russo não deve impor ao conjunto da população um idioma oficial obrigatório,

²⁵³ Original: “[...] propagande et agitation dans toutes les langues du prolétaire du lieu [...].”(OC19, 1967, p. 261)

posto que isso fere os direitos democráticos das minorias nacionais. A luta dos revolucionários, portanto iria no sentido da abolição de todos os privilégios nacionais no campo linguístico.²⁵⁴

A exposição sobre a geopolítica leniniana do partido se encerra aqui, porém não se esgota. Há um rol de pontos importantes e somente poucos foram abordados e daqueles não explorados, alguns ficam para uma futura pesquisa, outros serão tratados nas linhas subsequentes.

3.2. O Heartland da Escala Mínima.

3.2.1. A Classe Operária na Teoria Leniniana.

Na seção passada do capítulo discutiu-se o partido, cabe agora abordar outras questões que não deixam de estar vinculadas a organização partidária e de forma mais geral a geopolítica leniniana para a revolução. Isso se remete diretamente àquela assertiva de que não existe revolução sem quadro demográfico. Ou seja, a revolução enquanto fenômeno de massa implica necessariamente a mobilização do contingente populacional contra a ordem estabelecida e contra aqueles que apoiam tal ordem de coisas. Entretanto, como muito bem frisou Marx (2003, p. 247), "A população é uma abstração se deixarmos de considerar as classes que a compõem." Halph Miliband, bem referendou tal proposição ao assinalar que no universo político do marxismo "[...] os protagonistas não são os indivíduos como tais, mas indivíduos como membros de agregados sociais: as classes." (1979, p. 22) Mas atenção a um paradoxo: o marxismo "[...] que sempre procura afirmar o caráter coletivo da história", viu surgir "no século XX, as grandes personalidades carismáticas, verdadeiros super-atores do processo revolucionário, Lenin, Trotsky, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, Ho-Chi-Minh" (LEMINSKY, 2013, p. 324)

Paradoxos à parte, as proposições marxistas têm sua razão existir. E suas implicações. Qualquer estratégia política e geopolítica – ao menos as de cunho marxista – que vise a revolução

²⁵⁴ Sobre isso ver: LENINE (OC20, 1959, p. 67-69)

tem que necessariamente identificar o agente de classe (contingente demográfico) principal da revolução no âmbito do quadro populacional de determinada escala mínima. Assim como explorar os conflitos de classe inerentes a esse mesmo quadro populacional. Ilitch bem sinaliza isso: "O marxismo nos exige a análise, mais exata, mais objetivamente comprovável da correlação das classes e das peculiaridades de cada momento histórico."²⁵⁵ Não há escala mínima homogeneamente pura em termos de classe. E nem todas as classes de determinada escala mínima estão interessadas no empreendimento revolucionário. Daí a fundamentação científica da política no marxismo exigir a análise das correlações.

Isso posto, o esforço interpretativo, necessariamente, se enveredará por descer do todo populacional aos agregados sociais das classes, entretanto sem perder de vista a dimensão demográfica das mesmas. Trata-se, portanto de analisarmos nesta secção a força social básica que impulsiona a revolução no esquema leniniano. Dito o mesmo em outras palavras, analisar-se-á, no âmbito da geopolítica de Vladimir Ilitch, o contingente populacional revolucionário do quadro demográfico do Império Russo capaz de levar a revolução a bom termo. Está bastante explícito que se trata do contingente populacional proletário do país dos czares. Mas antes de se iniciar tal análise, a bem da verdade, é forçoso dizer que a ideia do operariado como força social ou classe básica impulsionadora da revolução não vem de Lenin, mas sim do pensamento marximiano. O autor de *O Capital* via no proletariado, a única classe capaz de realizar o programa de emancipação humana e logo por fim tanto a exploração quanto a opressão do homem sobre o homem. Isso implica dizer que os problemas da humanidade identificado por Marx a partir da filosofia, necessitavam de um agente material para solucioná-lo. Sendo as coisas assim, a nona tese de Marx sobre Feuerbach assinala "filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (2007, p. 535), não deixa de ser uma identificação do proletariado como o agente dessa transformação. Nesse plano, a condição proletária de despossessão completa dos meios de produção era um dos elementos que tornava o operariado o agente da emancipação não somente da própria classe trabalhadora, mas do conjunto da humanidade²⁵⁶. Tão sintomático disso é que Karl Marx e Engels no seu famoso panfleto de 1948,

²⁵⁵ Original: "Le marxisme nous oblige à tenir un compte des plus exacts, objectivement vérifiable, du rapport des classes et des particularités concrètes de chaque moment de l'histoire." (OC24, 1958, p. 33)

²⁵⁶ Efetuou-se a exposição de maneira muito simplificada, mas para aqueles que querem acompanhar de forma mais detida a descoberta do proletariado por Marx, assim como o tratamento que ele dá ao proletariado enquanto sujeito da revolução, indica-se algumas obras do autor em questão. A saber: Sobre a Questão Judaica. (2010b); Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (2005); Manuscritos Econômicos Filosóficos (2010a); O 18 de Brumário de Luís

Manifesto do Partido Comunista, deixam fortemente presente a ideia de revolução proletária. Daí o famoso lema do panfleto em questão: "Proletários de todos os países, uni-vos!" (MARX&ENGELS, 2006, p. 84)

Após essas demarcações, no âmbito de nossa exposição, do proletariado como o referente político marximiano da revolução fica mais fácil entender, porque a social-democracia russa (agremiação política de inspiração marxista), fundada em 1898, carregava em um dos componentes de sua denominação oficial, Partido Operário Social-Democrata da Rússia, o nome da classe social ao qual pretendia representar. Para além do designativo, a própria tarefa do partido é outro elemento denotativo da centralidade operária. Na seguinte assertiva, Lenin como legatário de Marx fica mais visível: a ação política dos sociais-democratas visava tanto "[...] contribuir para o desenvolvimento e organização do movimento operário [...]", quanto "[...] fazê-lo sair do estado [...] de conatos de protestos, motins e greves dispersas e sem uma diretriz [...]", portanto "[...] convertendo-o em uma luta organizada de TODA A CLASSE operária"²⁵⁷ direcionada contra o domínio do capital sobre o trabalho, afim de destruir o regime social que se funda na opressão e exploração do trabalhador. Em um trecho do artigo cujo título é *Friedrich Engels*, Vladimir Ilitch denota mais expressamente tanto a filiação às ideias marximianas – por retomar literalmente alguns elementos do *Manifesto do Partido Comunista* – quanto por explicar, de certa maneira, o programa da revolução proletária, logo a importância do operariado, ao marcar:

Toda a história escrita foi até agora a história da luta de classe, a sucessão do domínio e as vitórias de umas classes sobre as outras. Isto continuará até que desapareçam as bases da luta de classe e da dominação de classe: a propriedade privada e a produção social caótica [...]²⁵⁸

Bonaparte (2012); O Capital: crítica da economia política (2008). V.1. Para os que não querem adentrar diretamente a obra de Marx, indica-se alguns comentadores que dão conta de explicar tanto o percurso intelectual de Marx quanto a incorporação do proletariado às proposições políticas marximiana. LÖWI (2002); KONDER (1983); NAVES (2000). Nesta lista, pode-se ainda acrescentar o antimarxista e antimarximiano ARON (2005).

²⁵⁷ Original: "[...] contribuir al desarrollo y organización del movimiento obrero [...]", quanto "[... hacerlo salir del estado [...] de conatos de protestas, motines y huelgas dispersos y sin una idea directriz [...]" portanto, "[...] convirtiéndolo en una lucha organizada DE TODA LA CLASE obrera." (OE1, 1973, p. 80)

²⁵⁸ Original: "Toda la historia escrita ha sido hasta ahora la historia de la lucha de clases, la sucesión del dominio y las victoria de unas clases sociales sobre otras. Y esto continuará hasta que desaparezcan las bases de la lucha de clase y de la dominación de clase: la propiedad privada y la producción social caótica [...]" (OE1, 1973, p. 94)

E conclui o bolchevique russo: "Os interesses do proletariado [e o da humanidade] exigem que estas bases sejam destruídas, por isso que a luta de classe consciente dos operários organizados deve ser dirigida contra elas"²⁵⁹ Porém, de forma mais concreta, portanto mais empírica, a centralidade operária aparece quando o líder bolchevique discorre sobre as condições da revolução no âmbito espacial russo. Neste sentido, assinala: "[...] a classe operária deve se destacar a si mesma na luta contra o absolutismo, pois só ela é um inimigo incondicional, e conseqüente até o fim, do absolutismo [...]" já que entre o proletariado e o czarismo "[...] são impossíveis os compromissos; somente na classe operária a democracia pode encontrar um adepto sem reservas, sem vacilações, que não olha pra trás."²⁶⁰ E completa "[...] em todas as demais classes, grupos e setores da população, o ódio ao absolutismo *não é incondicional*, e sua democracia olha sempre para trás."²⁶¹

Nessa linha de interpretação leniniana, a burguesia, por exemplo, apesar de detectar no czarismo um empecilho ao desenvolvimento capitalista, não é conseqüente em sua luta contra o regime, pois teme a ação do proletariado. A pequena burguesia, maioria da população do império, tem um caráter inconstante. Sua posição na estrutura social de detentora da posse de pequenas propriedades oscila entre a aliança com o proletariado e um acordo com o absolutismo e demais classes reacionárias. O que ocorre com a intelectualidade – setor instruído da população – não é muito diferente. Apesar das perseguições do czarismo ao livre pensamento e ao conhecimento, a *intelligentsia* também não é conseqüente em sua luta contra o regime. Interesses de ordem material à ligam tanto a burguesia quanto ao absolutismo, obrigando a entrar em compromissos, "a vender seu ardor revolucionário e oposicionista por um soldo do Estado ou pela participação em lucros e dividendos."²⁶² Por fim, no que se refere aos setores progressista das nações subjugadas pelo czarismo e mesmo seitas religiosas perseguidas, Lenin é categórico: as "[...] contradições de classe no seio destas categorias da população são muito mais profundas e fortes que a solidariedade de todas as classes de semelhante categoria na luta contra o absolutismo por

²⁵⁹ Original: " Los intereses del proletariado [e o da humanidade] exigen que estas bases sean destruidas, por lo cual la lucha de clase consciente de los obreros organizados debe ser dirigidas contra ellas." (OE1, 1973, p. 94)

²⁶⁰ Original: "[...] la clase obrera debe destacarse a sí misma en la lucha contra el absolutismo, pues *sólo* ella es un enemigo incondicional, y consecuente hasta el fin, del absolutismo [...]" já que entre o proletariado e o czarismo "[...] son imposibles los compromisos; *sólo* en la clase obrera puede encontrar la democracia un adicto sin reservas, sin vacilaciones, que no mira hacia atrás." (OE1, 1973, p. 158)

²⁶¹ Original: "En todas las demás clases, grupos y sectores de la población, el odio al absolutismo no es incondicional, y su democracia mira siempre hacia atrás." (OE1, 1973, p. 158)

²⁶² Original: "[...] a vender su ardor revolucionario y oposicionista por un sueldo del Estado o por la participación en ganancias o dividendos." (OE1, 1973, p. 159)

instituições democráticas.”²⁶³ O proletariado é de longe, em Lenin, o sujeito da revolução. Dito a partir dos termos dessa análise: o contingente populacional do quadro demográfico do Império Russo a realizar a revolução.

Tal centro de gravidade leniniano locado no operariado contrasta fortemente com as proposições de uma importante corrente do espectro político russo: o populismo. É do seio desse movimento que em 1905 sairá o Partido Socialista Revolucionário, o qual desempenhará papel não pequeno na conjuntura revolucionária de 1917. Para o movimento populista e posteriormente para os SRs (OE adeptos dessa organização partidária), o sujeito principal da revolução eram os camponeses e não o proletariado. A eleição de uma ou de outra dessas classes como sujeito principal do processo revolucionário desembocam em estratégias distintas para a revolução. Essa discussão ocorrerá nas linhas subsequentes. Talvez mais pertinente nesse contexto de contraste é mencionar que o marxismo russo, logo o movimento social-democrata russo, se formou em constante debate e confronto com os populistas e posteriormente SRs. Sintomático de tal confrontação é que aquele que viria a ser conhecido como o pai do marxismo russo, Georgui Plekhanov, iniciou suas atividades políticas via movimento populista.²⁶⁴ Leon Trotsky é outra figura de proa do movimento social-democrata que inicia sua militância no populismo.²⁶⁵ O próprio Lenin tem alguns de seus artigos do início de sua vida política dedicada a polêmica com os narodniques. Este é o caso, só para ilustrar, de *A Que Herança Renunciamos?, Quem são os "amigos do povo" e como lutam contra os Sociais-democratas, Contribuição a Caracterização do Romantismo Econômico*.

Por ora o mais importante é frisar que o exposto no referente ao lugar privilegiado do proletariado no esquema teórico marximiano e leniniano obriga a ir mais diretamente à empiria. Em outros termos, trata-se de analisar – ainda que de forma muito sucinta – as condições da força social principal do processo revolucionário no âmbito espacial de ocorrência da revolução.

²⁶³ Original: "[...] contradicciones de clase en el seno de estas categorías de la población son mucho más profunda y fuertes que la solidaridad de todas las clases de semejante categoría en la lucha contra el absolutismo, por instituciones democráticas." (OE1, 1973, p. 159)

²⁶⁴ Para acompanhar indica-se consultar: BORON (1976).

²⁶⁵ A passagem de Trotsky pelas fileiras do populismo podem ser conferidas em sua autobiografia, *Minha Vida* (2017). Para quem quer ver o mesmo relato, porém a partir de plumas de biógrafos indica-se consultar: DEUTSCHER (2005) e MARIE (2009).

3.2.2. O Império Russo e a Classe Operária

Antes de avançarmos nos objetivos propostos para a presente seção, faz necessário discorrer rapidamente sobre o desenvolvimento do capitalismo no Império Russo, já que capitalismo e operariado são duas coisas intimamente ligadas como tão bem identificara Karl Marx, para se ficar apenas em duas de suas obras, em o *Manifesto do Partido Comunista* e *O Capital*.

O modo burguês de produção somente começa a se desenvolver de forma substancial em solo russo a partir da segunda metade do século XIX. No contexto das reformas modernizantes de Alexandre II que visavam colocar a Rússia em pé de igualdade com os países da Europa Ocidental, França e Inglaterra, etc. Como visto no capítulo passado, a fragorosa derrota na Guerra da Crimeia (1853-1856) conscientizara o czarismo que havia um atraso do Império em relação aos países ocidentais. Sem um programa de desenvolvimento, o peso internacional da Rússia estava fortemente comprometido. (HOBBSAWM, 1988, p. 404) E desenvolvimento, no contexto do século XIX, significava capitalismo.

A respeito do descompasso da Rússia em relação à Europa ocidental, Marshall Berman pertinentemente assinala que por boa parte do século XIX os russos "[...] experimentaram a modernização principalmente como algo que não estava ocorrendo, ou como algo que estava ocorrendo à distância, em regiões remotas." (1986, p. 169) De fato, até meados do século XIX, para se analisar apenas um aspecto da questão, o país era permeado pelas relações de trabalho servis. Não existia trabalho assalariado no sentido moderno. A abolição da servidão em 1864 veio justamente por termo a essa situação. O fim da servidão e outras demais medidas, tal como a industrialização, fazia parte de um vigoroso programa de modernização econômica²⁶⁶ do país. O esforço do absolutismo russo surtiu efeito. O império era "[...] a economia que mais rapidamente se desenvolvia no fim do século XIX." (HOBBSAWM, 1988, p. 404) Tal pujança de crescimento não parou naquele século, posto que "Na véspera da Primeira Guerra Mundial, a Rússia era o quarto maior produtor de aço do globo (acima da França). [E] o volume absoluto do [seu] setor

²⁶⁶ O programa de modernização czarista não se restringia ao mundo da economia. Outras dimensões da vida do império foram alvo do referido programa. Neste sentido foram implementadas, dentre outras medidas, a introdução de um sistema de governo local chamado *zemstvo*, a revisão do código de justiça, o menor rigor na censura à imprensa e à comercialização de livros, maior incentivo à educação e liberdade nas universidades. (SLONIM, 1961)

industrial era o quinto maior do mundo." (ANDERSON, 2004, p. 404) Leon Trotsky, analisando alguns números da economia do império nos pinta um quadro mais detalhado da galopante industrialização russa: "Até 1861, não existia mais que 15% do número total de empresas industriais russas; de 1861 a 1880, esta proporção é de 23,5%, e de 1881 a 1900 ascende para cima de 61%; nos dez últimos anos do século precedente, surgiam 40% de todas as empresas existentes."²⁶⁷ Levando em conta o curto período de tempo do processo de industrialização, realmente os números apresentados pelo criador do Exército Vermelho são impressionantes, além da ressalva de ele não analisar os dados econômicos dos últimos 17 anos de sobrevivência do czarismo.

Há de se mencionar que parte substancial dessa industrialização estava vinculada à criação da rede ferroviária do império comentada e visualizada cartograficamente no capítulo passado. A edificação de uma malha viária desse tipo imperiosamente criava a necessidade de fabricação de trilhos, locomotivas e peças de reposição do sistema. Friedrich Engels bem reforça isso quando diz: a Rússia precisava de uma "rede estratégica de ferrovias. Ferrovias, entretanto, significam indústria capitalista" já que "[...] um sistema ferroviário expandido não se constrói sem uma indústria autóctone que forneça, trilhos, locomotivas, vagões, etc." (2013, p. 138-139)

Mas para além de trens, no início do século XX, o capitalismo russo contava com um não desprezível parque industrial com ramos significativos no setor petrolífero, têxtil, carbonífero e férreo. É como novamente sinaliza Engels (2013, p. 139): "[...] não é possível introduzir um ramo da grande indústria sem arcar com todo o sistema". Perry Anderson qualitativamente dá uma dimensão de um setor do diversificado parque industrial do império: "Muitos de seus complexos metalúrgicos estavam entre os de maior avanço tecnológico do mundo." (2004, p. 353)

O transporte sobre trilhos conectou as distintas partes do país e dinamizou enormemente a economia. Regiões outrora desconectadas puderam intercambiar produtos. Isso teve um forte impacto não somente no setor industrial mas também na agricultura, já que agora a produção do campo poderia ser escoada tanto internamente quanto externamente. Entretanto, aqui é preciso observar que o impacto do capitalismo no setor agrícola foi vistosamente menos substancial que no setor industrial. Neste contexto: "[...] embora, fosse inegável a rápida expansão das relações capitalistas de produção no campo, [...] elas nunca chegaram a adquirir a força de um grande

²⁶⁷ Original: "Hasta 1861, no existía aún más que el 15% del número total de empresas industriales rusas; de 1861 a 1880, esta proporción es del 23,5%, y de 1881 a 1900 asciende por encima del 61%; en los diez últimos años del siglo precedente, hacían su aparición el 40% de todas la empresas existentes." (TROTSKY, 2006a, p. 32-33)

êxito econômico, e sempre continuaram enredadas na vegetação rasteira das relações pré-capitalistas." (ANDERSON, 2004, p. 352) As velhas instituições de cunho feudal retardaram enormemente a penetração do capitalismo no meio rural. Lenin, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* resumiu bem essas contradições ao assinalar:

Quanto ao problema da lentidão ou rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende daquilo que se compare esse desenvolvimento. Se se compara à época pré-capitalista da Rússia com o seu período capitalista [...], é forçoso reconhecer que, sob o capitalismo, a nossa economia nacional se desenvolve muito rapidamente. Mas se a comparação é feita entre nosso ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento. E não poderia ser diferente: nenhum outro país capitalista conserva tantas instituições antigas, incompatíveis com o capitalismo, retendo o seu desenvolvimento e agravando infinitamente a situação dos produtores, que sofrem 'tanto pelo capitalismo como pelo seu insuficiente desenvolvimento (LENIN, 1982, p. 375)

Perry Anderson, baseado sobremaneira nas posições de Vladimir Ilitch, marca que "[...] em 1914, a formação social russa era uma estrutura compósita, com um setor agrário predominantemente feudal, mas com um setor capitalista agroindustrial combinado, que era então, no geral, preponderante." (2004, p. 353)

A essa altura é interessante recorrer a uma representação cartográfica, no intuito de situar geograficamente alguns dos elementos colocados, assim como estabelecer algumas relações. É sabido, mas nunca é demais lembrar que o desenvolvimento do capitalismo no país dos czares, e em qualquer outra localidade, se desenvolve no espaço e com o espaço. Neste sentido, a cartografia concretiza melhor em termos espaciais, tal desenvolvimento conforme exposto no *Mapa 9 - Império Russo: quadro econômico*. A primeira coisa que se pode notar é o reforço do *território usado* e *fundo territorial* na área de soberania czarista. Começa-se a análise por este último. As atividades econômicas que requerem poucos recursos humanos para sua realização, ou demandam pouquíssima concentração humana para sua efetivação, tal como a caça, estão localizadas justamente no *fundo territorial*. Na contrapartida disso, as atividades que fazem uso intensivo de mão de obra e exigem uma maior concentração humana se alocam no *território usado*. Reforçadas genericamente, e de forma rápida, as fronteiras entre essas duas macrorregiões

Mapa 9 - Império Russo: Quadro Econômico

Legenda

	Capital Imperial		Região Deprimida		Ferro		Ouro		Beterraba
	Região Importadora de Grãos		Região Industrial		Linho		Petróleo		Carvão Mineral
	Região Produtora de Grãos		Região de Caça Comercial		Maganês		Algodão		Cobre
	Região de Grande Exportação de Grãos		Região de Criação Extensiva de Gado						

0 500 1.000 2.000
km

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

do território imperial, cabe destacar, agora, a localização das atividades fabris no território. Neste âmbito sobressaem-se algumas regiões industriais como a de Moscou, na parte central. Mais ao norte, a que tem como epicentro São Petersburgo. Ao sul, cabe destaque especial para a região de Donetsk. Não desprezível de menção ainda é a atividade petrolífera no Cáucaso; a oeste a industrialização da Polônia. Por fim, a leste, a antiga região industrial dos Urais. Antiga, porque a industrialização dessa região remonta ao período de Pedro, o Grande, no século XVIII, que, em seu afã de dar suporte ao processo de expansão russa, criou toda uma indústria ferrífera nos Urais para fabricação de armas. (PORTAL, 1968, LENIN, 1982) No referente às atividades ligadas ao campo, sobressaem-se as regiões produtoras de cereais. Aqui há um pormenor relevante na denominada Grande Região Exportadora de Grãos, que Lenin (1981), em sua análise do capitalismo russo, classificou como a que onde se expressava mais fortemente as relações capitalistas na agricultura: "[...] nas províncias periféricas da Rússia, naquelas onde a servidão ou era inteiramente desconhecida ou mais fraca, onde os camponeses sofrem menos pela escassez de terras, pelo pagamento em trabalho e pelo peso dos impostos, justamente nessas províncias, o capitalismo se desenvolveu mais na agricultura." (LENIN, 1982, p. 394). Segundo o raciocínio leniniano, se há regiões mais desenvolvidas, há automaticamente também regiões menos desenvolvidas. Neste sentido, necessariamente a contrapartida do que diz Ilitch é que no âmbito *do território usado* existem áreas onde a consolidação do modo burguês de produção foi muito incipiente. Tal zona abarca, na caracterização leniniana, justamente "[...] as províncias agrícolas centrais, onde o capitalismo é menos desenvolvido na agricultura e na indústria" (LENIN, 1982, p. 369). Em linhas gerais, essa é a região deprimida sinalizada no mapa. Cabe adiantar que ela terá um importante papel na revolução de 1917. E na própria geopolítica de Lenin, o que será analisado no capítulo referente ao campesinato.

Por ora, o mais pertinente é denotar que esse mapa, de certa forma, é corroborado por Leon Trotsky (2006a) em seu livro de 1906, *Balanços e Perspectivas*, "Ao [buscar] caracterizar a economia [...]" observou "[...] as diferenças regionais que existem, e que de fato têm uma importância considerável."²⁶⁸ Baseado nesse princípio, propôs uma regionalização do território usado do Império ancorada em três regiões: um norte industrial, um sul igualmente industrial, porém conectado com uma zona de agricultura altamente desenvolvida no sentido capitalista.

²⁶⁸ Original: "Al [buscar] caracterizar la economía [...]" observou "[...] as diferencias regionales que existen, y que de facto tiene una importancia considerable." (2006a, p. 41)

Entre norte e o sul, uma imensa região onde os traços do feudalismo eram muito fortes²⁶⁹. Era a mesma região central identificada por Lenin e aqui chamada de deprimida.

Neste ponto é interessante voltar ao livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, para recolocar alguns elementos e situar outros inéditos aqui, pois no capítulo passado ficou consolidado que Lenin – ao analisar a implantação do modo burguês de produção na Rússia, mobilizou a ideia de desenvolvimento do capitalismo em extensão e desenvolvimento do capitalismo em profundidade. A supracitada obra é uma análise pormenorizada do desenvolvimento do capitalismo em profundidade no *território usado* do Império Russo. E para além disso, era o novo que se acrescenta, ou seja, uma análise de como o capitalismo se articula no território, por meio de substituição, mesclas e mesmo permanência dos elementos de outros

²⁶⁹ Essa regionalização de Trotsky está posta na linguagem verbal escrita. Caberia inteiramente aqui a aplicação dessa proposta de cartografia dos discursos. Por questões de tempo não houve condições de confeccionar um mapa da regionalização do criador do Exército Vermelho. Fica para o futuro, tanto a realização de tal tarefa quanto a redação de um artigo que explore mais pormenorizadamente os meandros da compartimentação do *território usado* do império por Trotsky. Para o presente, nos apresenta-se textualmente e nos termos *ipsi litteris* do autor a referida regionalização:

"Si nos limitamos a considerar los cincuenta gobiernos de la Rusia europea, y si se deja aparte la zona septentrional de bosques, el resto del país puede dividirse desde el punto de vista de la economía rural y del desarrollo económico en general, tres grandes cuencas:

I. La zona industrial en que están comprendidos el gobierno de Petersburgo en el norte y el de Moscú en el sur. Las fábricas, sobre todo textiles, los pequeños oficios rurales, el cultivo del lino, la agricultura comercial, los cultivos de huerta en particular, caracterizan a esta cuenca capitalista septentrional, que dominan Petersburgo y Moscú. Como cualquier otro país industrial, esta región no tiene suficiente trigo con el que produce y recurre a la importación de granos del sur.

II. La región del sudeste que confina con el Mar Negro y el Bajo Volga, 'la América Rusa'. Esta zona, que apenas conoció la servidumbre, ha desempeñado un papel colonial en relación con la Rusia central. En las libres estepas que atraían a masas de emigrantes, se instalaron rápidamente fábricas de trigo, que empleaban maquinaria agrícola perfectamente, expedían el grano hacia el norte, a la región industrial, y hacia el oeste, al extranjero. Al mismo tiempo, la mano de obra era atraída hacia la industria de fabricación, la industria pesada florecía y las ciudades crecían con actividad febril. Las diferencias de aplicación de la mano de obra en el núcleo rural se acusan aquí con gran fuerza. Frente al granjero se alza el proletario de la agricultura que, con mucha frecuencia, procede de los gobiernos de 'la tierra negra'.

III. Entre el norte de la vieja industria y el mediodía de la nueva se extiende la amplia zona de 'la tierra negra', 'india rusa'. Su población, relativamente densa ya en la época de la servidumbre y enteramente vinculada a la agricultura, ha perdido, con la reforma de 1861, el 24% de las tierras de que disponía; fueron los mejores lotes, los más indispensables, los que fueron arrebatados a los campesinos para satisfacer a los propietarios. El valor de la tierra aumentó rápidamente, los propietarios adoptaron un sistema de economía puramente parasitario, haciendo trabajar sus tierras con los instrumentos y las bestias de cargas comunales, o arrendándolas a campesinos incapaces de salir de las condiciones de un penosa aparcería. La mano de obra abandona esta región por millares y millares de hombre, emigra hacia el norte, a la zona industrial, hacia las estepas del mediodía, en que necesariamente se deprecia el valor de su trabajo. En la zona de la 'tierra negra', no hay ni gran industria, ni agricultura capitalista. El agricultor-capitalista es incapaz de competir aquí con el agricultor-indigente, y la maquinaria agrícola a vapor es vencida en su lucha contra la agilidad psicológica del mujik que, después de haber pagado como arrendamiento no sólo toda la renta de su 'capital', sino también la mayor parte de salario, se alimenta con un pan hecho de harina mezclada con raspaduras de madera o con corteza molida. En algunos lugares, la miseria de los campesinos toma tales proporciones que la presencia de cucarachas y chinches en la isba está considerada como elocuente síntoma de bienestar." (TROTSKY, 2006a, p. 41-42)

modos de produção, engendrando com isso uma vigorosa diferenciação calcada em um processo de desenvolvimento desigual de forte conotação espacial. O exposto ganha maior substância numa assertiva que, de certa maneira, retoma a cartografia do presente trabalho: "São duas as regiões de relações capitalistas mais desenvolvidas – a região do capitalismo agrário (as periferias do sul e do leste) e a de capitalismo industrial (as províncias das capitais e as industriais)", articulada a região das "[...] províncias agrícolas centrais, onde o capitalismo é menos desenvolvido." (LENIN, 1982, p. 369) Obviamente que o quadro de regiões de Ilitch nesta obra é mais complexo. Há toda uma minuciosa regionalização inerente à análise leniniana que, por motivos de recorte da pesquisa, ficou ausente no mapa apresentado.²⁷⁰ Porém, do exposto até este ponto infere-se tanto o caráter desigual e articulado do processo de desenvolvimento capitalista quanto assinala-se que, em certa medida, a regionalização de Trotsky é uma corroboração da regionalização de Lenin.

Independentemente das limitações da presente exposição e das corroborações de Trotsky, o que faz Lenin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* leva a recordar de Alain Lipietz e seu livro *O Capital e seu Espaço*, no qual há uma análise referenciada no território francês, de como o capitalismo estrutura o espaço e como tal estruturação desemboca na criação de regiões desigualmente desenvolvidas. Tudo isso num processo que articula o capitalismo com outros demais modos de produção.

Diz Lipietz (1987, p. 61) que sua pretensão não era de maneira alguma "ter lançado as bases de uma 'geografia marxista da França'. Quis simplesmente mostrar como a teoria marxista da articulação dos modos de produção permitia, por pouco que se queira considerar sua dimensão espacial, lançar as bases de tal geografia". Na presente tese, defende-se que *O Capital e seu Espaço* seguramente é o esforço de denotar "as bases de tal geografia", entretanto a insinuação do autor do referido livro, de o marxismo ter marginalizado a dimensão espacial das relações sociais, pelo menos em relação à Lenin, não tem muito sentido. Para não dizer sentido algum. De certa forma, o empreendimento de Lipietz de analisar a geografia marxista da França tem um precedente na análise leniniana da realidade russa. O que é o minucioso esforço de Ilitch de regionalizar o *território usado* do ponto de vista do desenvolvimento do modo burguês de

²⁷⁰ Caberia em relação a Lênin, como igualmente sugerido em relação a Trotsky, a cartografiação minuciosa de sua regionalização do *território usado* presente em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Por questões de tempo, fica para futuro a redação de um artigo que analise e cartografe pormenorizadamente tal regionalização leniniana de tal porção do império.

produção? o que é a identificação das regiões industriais capitalistas e as regiões agrícolas de cunho fortemente pré-capitalistas e suas formas de articulações? Isso não é outra coisa que analisar como o capitalismo se estrutura no espaço, produzindo diferenciações regionais. Por essas e por outras, não se pode deixar de registrar que Lipietz evidencia uma leitura extremamente desatenta de Lenin. E ainda mais quando afirma de maneira categórica que cabe a Escola Nova Francesa, nas figuras de Althusser, Balibar, Bettelheim, Poulantzas, etc., o mérito de

ter assinalado nos anos 60 que as sociedades, empiricamente definidas no quadro dos Estados-nação existentes, jamais se apresentavam como redutíveis a um modo de produção puro, mas como uma 'formação social' de complexos de modos de produção sob a dominação de um deles. (LIEPIETZ, 1987, p. 37-38)

O autor francês não percebeu, apesar de mobilizar Lenin em sua discussão, toda a substancialidade da dimensão espacial da abordagem leniniana do capitalismo na Rússia e articulação dos distintos modos de produção no território do país dos czares.²⁷¹ Duas coisas há de se frisar: o Império Russo é uma sociedade empiricamente definida e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* é um livro de 1898, portanto, data muito anterior à produção dos demais autores citados por Lipietz.

Lenin não está perdido no espaço como pensa Lipietz. Mais perdido está Lipietz, pelo menos no que se refere a Lenin. A revolução, o motivo de toda ação de Ilitch, é uma problemática espacial por excelência. Nesta perspectiva, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* é, bem aquilo sinalizado linhas atrás, uma escala de análise aplicada à escala de ação. A escala de ação política da revolução centrada na escala mínima, requerendo necessariamente uma escala de análise correspondente. Para jogar a crítica em direção ao campo disciplinar desta análise e desfocar a atenção um pouco de Lipietz, pode-se ainda acrescentar: o eixo programático da geopolítica leniniana, a revolução, passa por cima do temário geográfico, sem contudo a Geografia ver na revolução um problemática de pesquisa. No livro supracitado, para não mencionar outros, Ilitch articulou conhecimento de geografia econômica, geografia da circulação,

²⁷¹ O irônico da questão é que Lipietz mobiliza *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* duas vezes em seu livro. Em uma delas ele recorre um trecho da página 372 na qual o líder bolchevique discute a formação do mercado interno vinculado à ideia de desenvolvimento do capitalismo em profundidade e extensão, sem contudo se dar conta que na nota de rodapé 91 da mesma página, (a mesma nota de rodapé que passou despercebida para Moraes no relativo ao território usado) Ilitch trabalha a ideia de articulação de modos de produção distintos no âmbito do território russo. Parte dessa nota de rodapé é reproduzida na próxima página.

geografia agrária, urbana, etc. O andar deste trabalho mostrará maiores elementos da contundência do debate.

Mais interessante, por agora, é, acompanhar Lenin nas análises da imensidão espacial russa, mais especificamente a existência do *fundo territorial* no processo de desenvolvimento do capitalismo no *território usado* do império:

[...] o desenvolvimento em profundidade do capitalismo, num território antigo, povoado há muito tempo, é retardado pela colonização das áreas periféricas. A solução das contradições inerentes ao capitalismo, e gerada por ele, é temporariamente adiada, porque o regime pode facilmente se desenvolver em extensão. Por exemplo: a existência simultânea de formas industriais avançadíssimas e formas agrícolas semimedievais é indiscutivelmente uma contradição. Se o capitalismo não pudesse estender-se para além do *território já ocupado* no período imediatamente posterior à reforma, essa contradição entre a grande indústria capitalista e as instituições arcaicas da vida rural (vinculação dos camponeses à terra etc.) deveria conduzir rapidamente à completa abolição dessas instituições, à completa abertura da via para o capitalismo agrário na Rússia. Mas a possibilidade (para o fabricante) de encontrar mercado nas províncias periféricas em processo de colonização e a possibilidade (para o camponês) de se estabelecer em novas terras debilitam o vigor daquela contradição e retardam a sua solução." (LENIN, 1982, p. 372, grifo nosso)

Para trocar em miúdos o que o líder bolchevique está dizendo: a existência do *fundo territorial* retarda sobremaneira o desenvolvimento pleno do modo burguês de produção no *território usado*. Em outros termos ainda, as grandes imensidões espaciais do *fundo territorial* dão sobrevida as relações feudais no *território usado*. Isso é a raiz daquele complicado processo de regionalização nesta porção do território russo que articula simultaneamente regiões altamente desenvolvida em termos industriais e agrícola com uma zona perpassada por fortes elementos de relações feudais. A região deprimida que sinalizada no mapa. É pertinente lembrar que, no capítulo anterior, observou-se como Lenin notara que a extensa periferia no território era um elemento de embotamento da urbanização do império. Os camponeses, no país dos czares, poderiam direcionar seus fluxos migratórios tanto para as cidades do *território usado* quanto para a colonização do *fundo territorial*.

Porém, tão pertinente quanto retomar ao tema da urbanização, nesse momento, é colocar uma indagação que reconduz diretamente à questão da regionalização em Lenin e Trotsky: por

que esses dois revolucionários se interessam tanto em produzir uma regionalização econômica do *território usado*? Haveria razões de ordem política ou melhor geopolítica para tanto? Para o marxismo de Lenin e Trotsky a política não se desconecta da economia. De certa maneira, o exposto no capítulo precedente contempla uma resposta das questões colocadas, mais precisamente quando se afirmou que o *território usado* é o espaço de ocorrência da revolução. Não tem sentido, os revolucionários confeccionarem uma regionalização do interior do *fundo territorial*, quando a população, base e fundamento da revolução, está concentrada no *território usado*, daí Lenin e Trotsky ao pensarem uma estratégia para o poder no espaço de soberania russo, se debruçarem na regionalização desta porção do território e não naquela.

Após a visualização e análise a respeito do *Mapa 9 - Império Russo: quadro econômico*, assim como respondidas as indagações postas, segue a exposição de outras características do capitalismo russo. Cabe destacar o caráter de partícipe principal do Estado em todo esse processo de industrialização. Perry Anderson dá alguns elementos sobre isso: [...] o Estado absolutista foi na Rússia, o principal motor da industrialização a partir de cima. Em 1900, na época capitalista do *laissez-faire*, o seu exacerbado papel não tinha equivalente no Ocidente desenvolvido." No país onde o Estado tradicionalmente já era dono das antigas minas e instalações siderúrgicas (na região dos Urais), a ação estatal passou a financiar e construir parte substancial do novo sistema de ferrovias "que representava a segunda despesa orçamentária mais elevada depois das forças armadas. Os contratos públicos eram de modo geral predominantes na indústria russa – dois terços da produção em equipamento eram destinados ao Estado." (ANDERSON, 2004, p. 356) Anteriormente a Anderson (2004), Trotsky (2007a) observara o papel do gigantismo e protagonismo estatal russo, pois afirma que o aparelho de Estado czarista se formou e se desenvolveu sobre pressões exteriores, tanto à oriente quanto à ocidente, sendo que a adoção do modo burguês de produção se deu baseada substancialmente nessas sistema de pressões.

Esse gigantismo estatal terá importantes consequências de ordem sociológicas nas classes sociais do Império. O peso será maior no referente a burguesia. Como o Estado era o agente indutor do desenvolvimento capitalista, a burguesia manifestará invariavelmente uma debilidade política. De fato, as caracterizações de Trotsky, Lenin e dos populista conferem. A análise do quadro partidário do império, em certa medida indicam a fraqueza da classe capitalista. Na Rússia, como bem denota Segrillo as primeiras organizações políticas do quadro partidário a se formarem foram justamente as organizações de esquerda. O Partido Social-democrata em 1898, o

Partido Socialista Revolucionário, em 1902. As agremiações políticas do empresariado, o Partido Constitucional Democrático (Kadete) e o Partido União 17 de Outubro (Outubrista). "[...] somente [se] constituíram [...] partidos a partir de 1905." (SEGRILLO, 2003, p. 13). Isso já no contexto da revolução de 1905.²⁷²

Há ainda outro elemento denotador da debilidade burguesia do Império que cabe destacar. Trata-se da subserviência do capitalismo russo ao capital internacional. Como destaca Trotsky a respeito da política aduaneira do czarismo, ela era perpassada por fortes doses de protecionismo e que mantinha distante do território russo um fluxo substancial de mercadorias europeias, entretanto "A animação do mercado financeiro russo [e da própria industrialização] dependia sempre de empréstimos suscetíveis de se acomodar com o estrangeiro. Paralelamente, os empresários europeus se apoderavam diretamente dos ramos industriais mais importantes da indústria russa."²⁷³

Para dar uma dimensão do exposto, basta lembrar que na véspera da Primeira Guerra Mundial, "[...] as fábricas metalúrgicas mais importantes eram do capital francês. 72% da indústria metalúrgica era dominada por capitais estrangeiros. Metade dos poços de petróleo era de capital anglo-francês." (FERNANDES, 1992, p. 65) Aquilo que poderia retrospectivamente chamar de países centrais, eram os maiores patrocinadores do capitalismo russo e logo, donos de importantes setores da indústria. Diante desse quadro, uma das primeiras coisas que os bolcheviques fizeram quando subiram ao poder foi não reconhecer a dívida externa do antigo regime. (FERRO, 1996)

Mas a debilidade da burguesia russa, ou melhor, do Império Russo tinha uma contrapartida: a pujança do proletariado. Aqui novamente Leon Trotsky aponta esse elemento de contraposição operária quando analisa a indústria do império czarista: "As condições históricas do desenvolvimento da indústria russa explicam suficientemente, porque apesar de sua relativa juventude, nem a produção pequena, nem a média desempenharam [...] um papel considerável." Em outros termos, na escala mínima russa, a grande indústria não surgiu "[...] naturalmente, organicamente [...]" pela passagem progressiva do pequeno ofício à manufatura "[...] pois, os mesmos ofícios não tiveram tempo de se separar do trabalho dos campos e se viram condenados

²⁷² Uma análise leniniana do quadro partidário russo durante a primeira revolução de 1905 pode ser encontrada em LÊNINE, (OC11, 1966, p. 228-234).

²⁷³ Original: "La animación del mercado financiero ruso [e da própria industrialização] dependía siempre de nuevos préstamos susceptibles de acordarse con el extranjero. Paralelamente, los empresarios europeos se apoderaban directamente de las ramas más importantes de la industria rusa." (TROTSKY, 2006a, p. 31)

pelo capital e pela técnica estrangeiros, a perecer economicamente antes de que pudessem nascer.”²⁷⁴ Como consequência direta desse crescimento não natural da grande indústria, um imenso número de operários se concentra em um pequeno número de empresas, conforme evidencia a tabela abaixo confeccionada pelo próprio revolucionário ucraniano.

Relação entre a Pequena e a Grande Produção Industrial

Grupos de empresas Mineiras, Fábricas e Manufaturas	Número de Empresas	Número de Operários	
		Milhões	%
Menos de 10 Operários	17.436	65,0	2,5
De 10 a 49	10.586	236,5	9,2
De 50 a 99	2551	175,2	6,8
De 100 a 499	2779	608,0	23,8
De 500 a 999	556	381,1	14,9
Acima de 1000	453	1.097,0	42,8
Total	34.361	2.562,8	100

Fonte: Trotsky, 2006

Uma interpretação dos dados acima aponta a necessidade de dizer que a mão de obra proletária se concentra substancialmente nas empresas acima de 1.000 operários, mais especificamente 42,8% do total. Somado a esse contingente os operários alocados nas plantas industriais entre 500 a 999, o valor percentual da concentração operária é de 57,7%. Em outros termos, aproximadamente 60% dos operários do Império trabalham em empresas acima de 500 trabalhadores. É um nível de concentração bastante robusto. Tal índice não se repete na realidade

²⁷⁴ Original: Original: "Las condiciones históricas del desarrollo de la industria rusa explican suficientemente por qué, a pesar de su relativa juventud, ni la producción pequeña ni la media desempeñan aquí un papel considerable." E: "[...] naturalmente, orgánicamente [...]" pela passagem progressiva do pequeno ofício à manufatura, "[...] pois os mesmos ofícios não tiveram tempo de se separar do trabalho dos campos e se viram condenado, pelo capital e pela técnica estrangeiras, a perecer economicamente antes de que pudessem nascer." (TROTSKY, 2006a, p. 33)

industrial belga e tampouco na alemã. De certa maneira, a análise de Trotsky corrobora a de Lenin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.²⁷⁵

Tão pertinente quanto mostrar a concentração, é denotar o valor quantitativo do contingente de operários industriais na escala mínima russa. Até, porque essa quantificação era um dos interesses do desígnio da geopolítica de Lenin: saber a quantidade dos agentes principais da revolução no âmbito demográfico do Império. Isso é bem aquilo que foi sinalizado no início da seção: descer da população à classe sem perder a perspectiva demográfica da classe. Nesta direção, Ilitch (1982) aponta para o ano de 1897, o contingente proletário e semiproletário de 13,2 milhões de pessoas (incluindo aqui seus dependentes). Isso num universo populacional de 128 milhões de habitantes. O núcleo duro daquele contingente proletário eram os operários fabris, que ele estipulou para o ano de 1903 a cifra 1.397.538.

Neste ponto não é necessário discorrer longamente sobre as condições laborais, logo as de exploração de todo esse setor da população. Basta lembrar que os sindicatos, somente foram legalizados no Império Russo em 1905, no contexto da Revolução. A Jornada de trabalho de 8 horas era ainda uma demanda da classe operária na Revolução de 1917. (FIGES, 1999) Portanto, havia todo um quadro de exploração laboral, sem praticamente a existência de uma legislação básica que protegesse os trabalhadores. Jean Jacques-Marie cria um quadro detalhado da questão social operária:

O ritmo de trabalho nas oficinas e uma jornada de trabalho de 14 a 16 horas em instalações habitualmente insalubres brutalizam o proletariado [...]. Lotado em favelas ou em imensas barracas que franqueiam as empresas, os operários constatarem o declínio de seu magro salário, parcialmente pagos em espécie, por causa de numerosas multas.”²⁷⁶

Mais interessante que discutir longamente a questão social operária na escala mínima russa, é indicar sua coordenada de localização geográfica. Uma primeira aproximação nesse sentido é apontar o *território usado* e neste aquelas regiões industriais mostradas na última representação cartográfica. Para precisar ainda mais a localização, é mister ir ao quadro urbano do Império. De

²⁷⁵ Sobre isso ver especificamente o capítulo *O Desenvolvimento da Grande Indústria Mecanizada* do livro em questão.

²⁷⁶ Original: "El ritmo del trabajo en los talleres y una jornada laboral de 14 a 16 horas en instalaciones insalubres embrutecen a ese proletariado [...] . Hacinado en tugurios o inmensas barracas que flanquean las empresas, los obreros constatan la mengua de su salario, parcialmente pagado en especie a causa de numerosas multas." (JACQUE-MARIE, 2009, p. 24)

forma geral, indústria, cidades e operariado se coadunam substancialmente no país dos czares.²⁷⁷ Neste ponto vale lembrar que os apontamentos gerais referentes às cidades no Império Russo se encontram no capítulo precedente.²⁷⁸ Isso posto, pode-se assinalar que as coordenadas geográficas de localização operária permitem entender definitivamente que aquele esforço de Ilitch em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* – no sentido de acompanhar os rebatimentos do modo burguês de produção no quadro urbano do império, não é desfocado de uma problemática eminentemente política. Aliás, como todas as temáticas abordadas no mencionado livro. Nesta perspectiva, o assentamento da questão operária, sobretudo no mundo urbano tem consequência direta em vários aspectos da geopolítica de Lenin para a revolução. Um deles é o fato do local privilegiado do proletariado como agente principal da revolução no plano teórico, tem como correspondente espacial concreto, o local privilegiado das cidades na geopolítica leniniana para o poder no âmbito da escala mínima.²⁷⁹

²⁷⁷ Aqui se faz necessário denotar alguns apontamentos. No geral no Império Russo as indústrias se localizavam nas cidades, porém havia muitos casos, e não eram poucos, em que as fábricas não necessariamente se assentavam no mundo urbano. Lênin notou esse importante fenômeno: "Além das cidades, equivalem a centros industriais, em primeiro lugar, os subúrbios, que nem sempre são classificados juntamente com as cidades e abrangem uma região cada vez mais extensa das periferias da grande cidade; em segundo, as aldeias e vilas industriais. Os centros desse gênero são particularmente numerosos nas províncias industriais, em que o percentual da população urbana é extremamente baixo." (1982, p. 355). Destaca ainda mais Ilitch: "[...] além das aldeias fabris, equivalem ainda a centros industriais as aldeias industriais-comerciais, que encabeçam as grandes regiões artesanais ou se desenvolveram rapidamente após a reforma, em função da posição geográfica que ocupam (junto de rios, estações ferroviárias etc.)." (1982, p. 335) Para trocar em miúdos, o que diz o líder bolchevique: o contingente demográfico operário nem sempre fazia parte do contingente demográfico urbano. Em outros termos ainda: na escala mínima russa o operariado estava para além do mundo urbano. Trotsky foi outra figura que fez observações similares: "El carácter de las clases capitalistas se halla estrechamente unido a la historia del desarrollo de la industria y de la ciudad. Es cierto que el mundo industrial está menos ligado en Rusia que fuera de ella a la población de las ciudades. Al margen de los suburbios poblados de fábricas, que no están excluidos de la ciudad más que desde el punto de vista administrativo, existen varias decenas de centros industriales considerables en los pueblos grandes: fuera de las ciudades se localiza el 57% de las empresas, con un 58% del número total de obreros. Y, a pesar de ello, la ciudad capitalista sigue siendo la expresión más acabada de la nueva sociedad." (TROTSKY, 2006a, p. 47)

²⁷⁸ Para uma melhor compreensão da discussão, indica-se uma rápida e nova visualização do *Mapa 6 - Império Russo: quadro urbano* no intuito de consolidar cartograficamente melhor tanto a localização quanto alguns teores qualitativos do fato urbano no interior da escala mínima russa. No presente capítulo somente retomaremos alguns elementos daquela discussão para utilizar como base ou pretexto para exposição de novas dimensões da temática urbana, logo também da geopolítica leniniana.

²⁷⁹ Para além do denotado no decorrer de toda nossa exposição, o seguinte excerto leniniano corrobora o raciocínio da centralidade da cidade para a geopolítica de Ilitch: "La ciudad no puede ser igual al campo. El campo no puede ser igual a la ciudad en las condiciones históricas de esta época. La ciudad lleva tras sí, inevitablemente, al campo. El campo sigue inevitablemente, a la ciudad. Únicamente se trata de saber cuál de las clases 'urbanas' será capaz de llevar atrás sí al campo, cuál de ellas podrá resolver este problema, y qué formas adoptará esta *dirección ejercida por la ciudad*." (OE10, 1973, p. 142) Não é preciso denotar qual das classes urbanas, no entender de Lênin, dirigiria o campo. Conforme afirmado, nas linhas subseqüentes serão oferecidos mais indícios da tal centralidade operária na geopolítica leniniana.

Não poderia ser diferente, se a classe operária é a classe de vanguarda da revolução, as cidades, centros de concentração do proletariado, logo necessariamente são locais estratégicos por excelência da revolução. Desse modo, ganha toda substancialidade aquele empreendimento de Ilitch (1982) ao fazer a discussão de cidades no âmbito do território russo, ou mais especificamente no *território usado* do Império, confeccionar através da linguagem alfanumérica a cartografia da questão operária. O esforço do líder bolchevique – conforme registrado no capítulo precedente – de listar 108 centros urbanos com suas respectivas localizações no âmbito do *território usado*, assim como a população total e o contingente operário de cada respectiva localidade não é nada mais nada menos que a confecção dessa cartografia da questão operária. A essa altura é interessante lembrar que o mapa mostra muito melhor determinadas informações que as palavras, com base nessa assertiva se apresenta no quadro expositivo o *Mapa 10 - Império Russo: questão operária no quadro urbano*, confeccionado a partir dos dados leninianos.²⁸⁰ O que se depreende exatamente da análise dessa peça cartográfica? Primeiro, que tal peça é uma resposta à pergunta de Ilitch: onde estão os operários no universo urbano do império? Segundo, um diálogo do presente mapa com o anterior, *Mapa 6 - Império Russo: quadro urbano no início século XX*, permite inferir algo que de certa forma já está implícito na resposta cartográfica leniniana: o mapa da questão operária urbana é menor que o mapa do fenômeno urbano. O que daria no mesmo dizer: a questão operária não estava em todas as cidades do Império. Neste ponto faz-se necessário esmiuçar alguns elementos para evitar confusões e se explorar melhor os meandros dos desígnios geopolíticos leninianos: já se sabe que o *Mapa do quadro urbano do império* é extensivamente maior que o *Mapa da questão operária*, mas há um elemento intrigante, já referido, a cartografia da distribuição dos operários está para além da cartografia do mundo urbano. Em outros termos, a cartografia das cidades do Império Russo é maior e mais extensa que o *Mapa da Questão Operária*. O mapa das cidades não se sobrepõe completamente a cartografia da questão operária, pois há um número substancial de operários que se encontram no mundo rural. Sendo assim, surge então uma importante questão: por que Ilitch se debruça em fazer somente uma cartografia detalhada da questão operária que se sobrepõe ao mundo urbano e não também daquela que estava para além de tal mundo? Primeiramente, porque os 108 centros urbanos listados na cartografia leniniana são os que abrigam maiores contingentes de operários;

²⁸⁰ No presente mapa não constam todos os centros urbanos listado por Lênin, mas apenas alguns. Apesar disso o esboço da cartografia leniniana da questão operária no território não fica comprometida.

Mapa 10-Império Russo: questão operária no quadro urbano

segundo, as cidades para ele e para o marxismo que o inspirava era o principal tipo de concentração humana.

Neste contexto, as palavras de Trotsky, apesar de não serem as de Lenin, bem podem passar como se o fossem: O operariado "Constitui o núcleo da população urbana em toda cidade que goze importância econômica e política [...]"; além disso:

[...] todas as vantagens que possui a cidade de um país capitalista – concentração das forças e os meios de produção, união dos elementos mais ativos da população e agrupamentos dos bens materiais da civilização se convertem de forma natural em vantagens para o proletariado.”²⁸¹

Para Lenin assim como para Trotsky os contingentes de operários mais estratégicos estão alocados, sobretudo naquilo que ele chama de grandes centros urbanos: cidades acima de 50 mil habitantes.²⁸²

No âmbito desse esforço interpretativo a respeito dos desígnios geopolíticos de Ilitch – em um diálogo direto com Mackinder, os centros urbanos que concentravam o grosso dos operários denominam-se *heartland*.²⁸³ Isso permite dizer que a cartografia leniniana da questão operária é a identificação do *heartland* do *território usado* do império czarista. Um lugar geopolítico de mais alta relevância estratégica na geopolítica leniniana a partir de onde se poderia projetar mais facilmente o poder para o restante da escala mínima. Mas, atenção, o *heartland* não é homogêneo, há cidades e cidades. Existem expressivas diferenças em termos de população e logo de contingentes operários entre as distintas urbes do espaço geopolítica do *heartland*. As palavras de Lenin são emblemáticas sobre isso: "As cidades [...] ocupam o primeiro lugar, distinguindo-se por uma maior concentração de operários e estabelecimentos [fabris]. Neste sentido, destacam-se particularmente as grandes cidades." (1982, p. 328).

²⁸¹ Original: "Constituye el núcleo de la población urbana en toda ciudad que goce de importancia económica y política [...]"; além disso, "[...] todas las ventaja que posee la ciudad en un país capitalista - concentración de las fuerzas y los medios de producción, unión de los elementos más activos de la población y agrupamiento de los bienes de la civilización, se convierten de forma natural en ventajas de la clase para el proletariado." (TROTSKY, 2006a, p. 52)

²⁸² Essa classificação leniniana fica bem nítida na seguinte passagem: "A população dos grandes centros industriais e comerciais cresce num ritmo bem mais veloz que o das cidades em geral. Entre 1863 e 1897, o número de cidades com um mínimo de 50 mil habitantes aumentou em mais do triplo (passou de 13 para 44). E, enquanto em 1863 apenas cerca de 27% dos cidadãos (1,7 milhão entre 6,1 milhões) viviam em grandes centros, em 1885 esse percentual era quase 41 (4,1 milhões entre 9,9 milhões) e, em 1897, cerca de 53 (ou seja, mais da metade da população - 6,4 milhões entre 12 milhões). Assim, se nos anos 60 a população urbana se localizava essencialmente em cidades não muito grandes, nos anos 90, as grandes cidades preponderam." (LÊNIN, 1982, p. 352)

²⁸³ As razões desse diálogo ficarão melhores explicitadas logo à frente.

No universo do *heartland*, necessariamente ganham destaque especial, as duas capitais imperiais: São Petersburgo e Moscou. As duas cidades, as maiores do Império, comportavam em 1897 e 1917 respectivamente, 1.264.700 e 2.300.000; 1.0238.000, 1854.400 de habitantes (MCCAULEY, 1975, p. 19-20). Diante disso, fica fácil compreender o desespero de Vladimir Ilitch na conjuntura revolucionária de 1917 em tomar o poder nessas duas capitais. A entrega de Petrogrado ao poderio militar alemão – temor de Lenin – por parte do Governo Provisório significava uma enorme perda para o seu projeto de poder. Um local extremamente estratégico da escala mínima, juntamente com uma base social significativa da Revolução iria ser perdido se tal temor se concretizasse.

Portanto, o projeto de poder leniniano na escala mínima russa passava pelo *heartland* do Império (centros urbanos e, rigorosamente, aqueles de maior concentração operária). Dito o mesmo em outros termos, a geopolítica leniniana da revolução comporta um *heartland* da revolução, que por sua vez se desdobra – por conta do caráter diferenciado desse espaço – em uma geopolítica das capitais. Nesta perspectiva, para mobilizar elementos do provérbio popular russo²⁸⁴, a tomada do poder na cabeça do Império (Petrogrado), assim como no coração (Moscou) se justificava tanto pela enorme presença operária nas duas cidades, quanta pela simbologia de tomar o poder nos centros do poder. Assim como também, por algo de ordem mais material. O controle das capitais, ainda que não fosse o controle do conjunto do território, eram pontos importantes para o domínio do conjunto do território. Logo, para afirmação de uma ordem revolucionária no sentido que a entendia Lenin. Faz-se pertinente lembrar que o discurso cartográfico nessa análise denotou que parte das redes técnicas de comunicação e transporte - importante para a afirmação de qualquer ordem - convergiam de distintas direções do país para as duas capitais imperiais. É demasiadamente difícil seguir nessa análise sem colocar em tela uma assertiva de Friedrich Ratzel:

[...] em razão da diferenciação política e econômica, todas as partes de um território não têm o mesmo valor, a guerra não tem por objetivo a ocupação indiferenciada de um país, mas a tomada da capital, dos centros de comunicação, dos lugares que têm [...] valores proeminentes para o inimigo [...].²⁸⁵

²⁸⁴ Aqui a referência diz respeito ao provérbio russo: "Kiev é mãe da Rússia, Moscou o coração e São Petersburgo a cabeça." Sobre isso ver: BILLINGTON (1970).

²⁸⁵ Original: "[...] en raison de la différenciation politique et économique, toutes les parties de un territoire n'ont pas la même valeur, la guerre n'ont pas pour l'objectif l'occupation indifférenciée d'un pays, mais la prise de la capital, des centres de communication, des lieux qui ont une valeur (...) prééminente pour l'ennemi [...]." (RATZEL, 1987, p. 92)

E quem disse que revolução não tem nada a ver com guerra? Sobre isso Ilitch categoricamente pontua: "A revolução é uma guerra."²⁸⁶ Para além de Lenin, a assertiva ratzeliana concorda com Samuel P. Huntington, que foi muito feliz em sua análise dos processos revolucionários, ao dizer que nas Revoluções ocidentais (tipo a russa), "[...] os revolucionários chegam ao poder primeiro na capital e depois pouco a pouco, estendem o seu controle ao interior" ou então, o que dá no mesmo: "[...] os revolucionários saem lutando da capital para ganhar o domínio do interior." (1975, p. 281) As orientais (tipo a chinesa) o movimento é contrário, os revolucionários "[...] saem lutando das áreas mais remotas do interior e acabam ganhando o domínio da capital." (1975, p. 282-283) A conquista da capital é o movimento final do processo. A revolução, como dito poucas linhas atrás, é uma problemática eminentemente espacial. Samuel Huntington bem percebeu isso.

O mesmo não podemos dizer de Nahuel Moreno, já que em *As Revoluções do Século XX*, obra na qual são analisadas as dinâmicas dos processos revolucionários do século passado, ele deixou passar despercebida tal dimensão, apesar de frisar o caráter rural de praticamente todas as Revoluções que ocorreram após a Revolução Russa de 1917. Mas o curioso dessa comparação é denotar que Moreno estava engajado em fomentar revoluções, Huntington em evitá-las. No entanto, o politólogo americano compreendeu melhor do que o dirigente trotskysta argentino os importantes operativos geopolíticos das revoluções.

Aquilo que é chamado de geopolítica leniniana para as capitais confirma sobremaneira as argumentações de Huntington, como se vê a partir da carta de Ilitch *Marxismo e Insurreição*, escrita um pouco antes da Revolução de Outubro de 1917 e é uma diretiva de orientação do partido para a tomada do poder nas duas capitais. Ali ele defende veementemente que diferente das Jornadas de Julho, o partido tem condições de agora partir para um empreendimento insurrecional de tomada do poder. Condições de ordem objetivas, antes não existentes, tais como a conquista do apoio dos operários e das guarnições das capitais, mais os fortes indícios de apoio do interior ou província à insurreição em Petrogrado e Moscou tornam a tomada do poder algo extremamente factível.

²⁸⁶Original: "La révolution est une guerre." (OC8, 1964, p. 102) Sobre essa relação também consular também de Lênin: (OC24, 1958, p. 407-432), (OC26, 1958, p. 20-35). A primeira indicação versa mais sobre a relação revolução e guerra entre Estados; o segundo, a relação entre revolução e guerra civil.

Porém, tudo o que se apontou sobre a estratégia de Lenin quanto às capitais e ao conjunto do *heartland*, incluindo aí Moscou e Petrogrado ganham maior substancialidade quando colocadas no quadro expositivo da análise leniniana *pos festun* da tomada do poder. *Marxismo e Insurreição*, como evidenciado, é um artigo de véspera da Revolução de Outubro. Neste sentido, em *As Eleições à Assembleia Constituinte e a Ditadura do Proletariado*, um artigo de 1919, Ilitch em retrospectiva e de forma categórica diz que a:

[...] lei dos êxitos militares segundo a qual é preciso ter uma superioridade de forças destruidoras no momento decisivo e no lugar decisivo, é também uma lei do êxito político, sobretudo nessa encarnizada e turbulenta guerra de classe que se dá o nome de revolução.”²⁸⁷

Esse "lugar decisivo" não é outra coisa que "As capitais e, em geral, os centros comerciais e industriais mais importantes," posto que são eles que "[...] decidem em medida considerável os destinos políticos do povo [...]." Nessa perspectiva, na conjuntura revolucionária de 1917, quando então os bolcheviques "[...] nas duas capitais, nos dois centros comerciais e industriais mais importantes de Rússia [...] tiveram uma superioridade aniquiladora e decisiva"²⁸⁸ foi possível defender uma insurreição imediata em Petrogrado e Moscou. Por conta disso, assinala Lenin "Em outubro e novembro de 1917 nos lançamos a *ciência certa* à conquista das capitais, contando com uma superioridade de forças destroçantes e uma solidíssima experiência política no labor de reunir, concentrar, instruir, provar e forjar os 'exércitos' bolcheviques."²⁸⁹ Em outros termos, conformar "[...] uma potente 'força de choque' nas capitais [...]." ²⁹⁰ No entender do líder bolchevique, foi justamente esse empreendimento insurrecional "[...] de conquistar seguramente, com um golpe rápido e decisivo, as duas capitais, os dois centros de toda a máquina capitalista do

²⁸⁷ Original: "[...] 'ley de los éxitos militares según la cual es preciso tener una superioridad de fuerzas aplastantes en el momento decisivo y en el lugar decisivo, es también una ley del éxito político, sobre todo en esa encarnizada y turbulenta guerra de clases a las que da el nombre de revolución.'" (OE10, 1973, p. 142)

²⁸⁸ Original: "Las capitales y, en general, los centros comerciales e industriales más importantes [...] deciden en medida considerable los destinos políticos del pueblo [...]." E "[...] en las dos capitales, en los dos centros comerciales e industriales más importantes de Rusia [...] tuvieron una superioridad aplastante y decisiva." (OE10, 1973, p. 142)

²⁸⁹ Original: "En octubre y noviembre de 1917 nos lanzamos a ciencia cierta a la conquista de las capitales, contando con una superioridad de fuerza aplastantes y una solidísima experiencia política en la labor de reunir, concentrar, instruir, probar y forjar los 'ejércitos' bolchevique." (OE10, 1973, p. 143)

²⁹⁰ Original: "[...] una potente 'fuerza de choque' en las capitales." (OE10, 1973, p. 142)

Estado (tanto no aspecto econômico como político), [que] nos permitiu com a ajuda do aparelho central do Estado [...]”²⁹¹ afirmar e conquistar o apoio da população do restante do território.

A veemente pretensão leniniana de tomar o poder nas capitais faz lembrar novamente de Halford Mackinder, em sua teoria do poder terrestre, conforme visto, trabalhou com o conceito de centro e periferia. Na sua linha argumentativa, a área pivô ou *heartland* era o centro do poder mundial. Quem o dominasse tinha grande capacidade de projetar seu poder para o resto do mundo. Com as devidas diferenças, Vladimir Ilitch ao pensar a revolução na escala mínima russa, mobilizando também o conceito de centro-periferia, e centrar fogo para o partido tomar o poder na capital, ou capitais, se aproxima muito de Mackinder. O controle do território passa pelo controle dos pontos centrais desse mesmo território. Desta forma, Lenin, pode-se dizer, geopoliticamente é um mackindiano²⁹². Mesmo sem o saber. Será que não sabia²⁹³? Na geopolítica mackindiana de Ilitch, a revolução – entendida aqui como a tomada do poder – começa, ou melhor, só toma corpo realmente significativo quando se dá nos lugares centrais. Muito sintomático disso é que o líder bolchevique em questão era bastante consciente de que em muitos lugares da Rússia o poder do Governo Provisório não tinha efetividade nenhuma. Em outras palavras, já se havia efetuado uma tomada do poder mais ou menos nos termos que ele propunha para as duas capitais.

Observa-se mais detidamente a consciência leniniana disso na terceira das *Cartas de Longe*, Ilitch ao analisar a conjuntura revolucionária a qual a Rússia passava, tanto dá provas suficientes da dinâmica desigual da revolução no território quanto defende que seu país precisa realizar uma nova revolução que tirasse o poder das mãos do Governo Provisório e o entregasse ao proletariado. Nos termos literais: "Pouco importa que a 'segunda revolução' já tenha começado em Petrogrado (eu já disse que seria completamente absurdo pretender avaliar, do estrangeiro, o ritmo concreto de sua maturação) ou que ela seja adiada por um certo tempo [...]", agora surge o mais interessante, "[...] ou que ela já tenha começado em certas regiões da Rússia (é o que parece

²⁹¹ Original: "[...] de conquistar a ciencia cierta, con un golpe rápido y decisivo, las dos capitales, los dos centros de toda la máquina capitalista del Estado (tanto en el aspecto económico como político), nos permitió, con la ayuda del aparato central del poder del Estado." (OE10, 1973, p. 143)

²⁹² Com base no exposto, concebe-se Lênin como um mackindiano no estrito sentido de que para ele o poder se projeta melhor a partir do controle do *heartland*, ou de algumas áreas centrais dotadas de alto valor estratégico.

²⁹³ Até onde essa pesquisa conseguiu avançar, não se detecta se Lênin leu Mackinder. Mas, independentemente disso, constata-se que o líder bolchevique acompanhava a literatura geográfica, conforme ficou denotado nas linhas passadas.

indicar certos índices) [...].”²⁹⁴ Essa questão fica mais explícita em outro ponto de *Cartas de Longe*: "Em certas localidades da Rússia, a Revolução de fevereiro-março [...] colocou nas mãos [do proletariado] a quase totalidade do poder [...].”²⁹⁵ Ainda que do distante exílio suíço Lenin tenha acompanhado com certa exatidão o que se passava no outrora território czarista, sua chegada à Rússia, mais especificamente em Petrogrado, em abril de 1917, somente confirmou o quadro traçado na Suíça. Na conferência do partido em maio do mesmo ano, Ilitch declara: "Nós temos, em toda Rússia, uma rede de Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses" e são esses soviets "[...] que em muitas numerosas localidades da Rússia foram muito mais longe que em Petrogrado nas ações revolucionárias.”²⁹⁶

Mas o exposto até agora está demasiadamente abstrato, ou seja, expressando o território de maneira muito genérica, é necessário então concretizar o que diz Lenin apontando algum lugar específico, mais concreto do outrora país dos czares. Em maio de 1917, o soviete de Kronstadt, uma ilha nas proximidades de Petrogrado, no golfo da Finlândia, destituiu o comissariado nomeando pelo poder central e se declarou como a única autoridade local. Tal atitude de insubordinação dos ativos marinheiros dessa importante base naval – "orgulho e glória da revolução" nas palavras de Trotsky – provocou a ira do soviete de Petrogrado, assim como do Governo Provisório. (MARIE, 2009) Este reagiu prontamente ao ato da rebelde Kronstadt, ameaçando a insubordinada ilha de retaliações do poder central. De forma irônica Ilitch comenta o desfecho das negociações: "um 'acordo' foi assinado com a Kronstadt revolucionária, no sentido que o comissariado da cidade não era pura e simplesmente nomeado pelo governo, mas eleito por Kronstadt e aprovado pelo governo.”²⁹⁷ Nas observações irônicas leninianas transparecem a fraqueza do poder central. Isaac Deutscher (2005, p. 321) captou bem esse espírito de rebeldia da ilha, assinalando que "A base naval formava uma espécie de república vermelha que não se curvava a nenhuma autoridade. Os marinheiros resistiam violentamente a qualquer tentativa de

²⁹⁴ Original: " Peu importe que la 'deuxième révolution' ait déjà éclaté à Pétrograd (j'ai dit qu'il qu'il serait tout à fait absurde de prétendre évaluer, de l'étranger, le rythme concret de sa maturation) [...] " agora vem a parte mais interessante "[...] ou qu'elle soit différée pour un certain temps, ou qu'elle ait déjà commencé dans certaines régions de la Russie (ce que semblent indiquer certains indices) [...]." (OC23, 1959, p. 351)

²⁹⁵ Original: "Dans certaines localités de Russie, la révolution de février-mars [...] remet entre les mains la quasi-totalité du pouvoir [...]." (OC23, 1959, p. 360)

²⁹⁶ Original: "[...] nous avons, dans toute la Russie, un réseau de Soviets des députés ouvriers, soldats et paysans [...]" e são esses soviets "Ce sont les Soviets des députés ouvriers, soldats et paysan qui, dans très nombreuse localités de Russies, sont allés beacoup plus loin qu'à Pétrograd dans leurs action révolutionnaire [...]." (OC24, 1958, p. 423-424)

²⁹⁷ Original: "[...] un 'accord' fut passé avec Cronstadt révolutionnaire, en ce sens que le commissaire de la ville n'était pas purement et simplement nommé par le gouvernement, mais élu à Cronstadt et *agrée* par le gouvernement." (OC25, 1962, 257)

lhes impor disciplina". O que diz o biógrafo de Trotsky realmente confere, em 1921 os marinheiros dessa 'república vermelha', se rebelaram contra aquilo que eles denominaram ditadura sobre o proletariado do Governo Soviético. Petrogrado respondeu implacavelmente a insubordinação de Kronstadt. Porém, isso por mais interessante que seja não é assunto para a presente tese.

Nessa discussão é pertinente saltar das proximidades de Petrogrado a distante Sibéria para aprofundar esse movimento de concreção. Em abril de 1917, o Soviete de Ienisseisk recusou veementemente a nomeação e envio de um comissário do Governo Provisório desde a capital para essa província siberiana²⁹⁸. Ilitch ao comentar a atitude dos insurretos pontua²⁹⁹: "A conduta do Governo Provisório levou o distante distrito siberiano, personificado pela instituição dirigente que elegeu o povo, ao extremo de ameaçar diretamente o governo com a *resistência armada*."³⁰⁰ O posicionamento do líder bolchevique não poderia ser outro:

O Soviete de deputados operários e soldados de Enisseisk tem três mil vezes razão tanto do ponto de vista da tática como do de princípios [...] Há que reconhecer 'unicamente os organismos criado pelo próprio povo' em cada localidade.³⁰¹

O que se passava na distante Sibéria, em Kronstadt e em muitos outros lugares que não serão elencados por questão de recorte dessa pesquisa, não era nada mais nada menos que aquilo que Alexandre Kerensky (1967, p. 294) registrou genericamente em suas memórias para o conjunto do Império: o fato de que a queda da monarquia produzida "de forma tão inesperada

²⁹⁸ Quando o regime czarista caiu no contexto da Revolução de Fevereiro, o Governo Provisório, instituição que buscou ocupar o poder na queda do czarismo, destituiu todos os antigos vice-governadores e governadores das províncias e nomeou novos sob a denominação de comissários de províncias do Governo Provisório. Entretanto, muitos desses governadores eram destituídos "[...] de autoridades e de experiência de administração e em numerosos casos se revelaram tão impopulares quanto ineficazes." (SCHAPIRO, 1987, p. 107).

²⁹⁹ Ilitch faz essa colocação a partir do telegrama dos Soviete de Ienisseisk aqui reproduzido na íntegra: "Eniseisk. El Soviete de diputados obreros y soldados ha conocido un telegrama con instrucciones enviado a Eniseisk por el ministro Lvov a Krutovsky, que ha sido designado comisario de la provincia de Eniseisk. Protestamos contra el deseo de restablecer la burocracia y declaramos: primero, no permitiremos que nos dirijan funcionarios designados; segundo, no hay retorno para los jefes de los zemstvos destituídos: tercero, reconocemos únicamente los organismo creados en el distrito de Eniseisk por el propio pueblo; cuarto, los funcionarios designados, sólo podrán mandar pasando por encima de nuestros cadáveres.

El Soviet de diputados de Eniseisk." (OE6, 1973, p. 178)

³⁰⁰ Original: "La conducta del Gobiernos Provisional ha llevado al lejano distrito siberiano, personificado por la institución dirigente que ha elegido el pueblo, al extremo de amenazar directamente al gobierno con la *resistencia armada*." (OE6, 1973, p. 178)

³⁰¹ Original: "El Soviet de diputados obreros y soldados de Eniseisk tiene mil veces razón tanto desde el punto de vista de la táctica como del de los principios [...] Hay que reconocer 'únicamente los organismo creado por lo propio pueblo' en cada localidad." (OE6, 1973, p. 178)

pela população do país [...] foi acompanhada [também] de um afundamento tão inesperado do organismo administrativo. Seria preciso agora construir a partir da base toda a estrutura do novo Estado.”³⁰² Essa reconstrução, conforme visto, estava encontrando sérias dificuldades, e Lenin em seu desígnio geopolítico defendia que ela não se desse via Governo Provisório, mas sim vias soviéticas.

Mas independentemente das aspirações de Kerensky e Ilitch, o que ambos observaram muito bem é aquilo pontuado no primeiro capítulo: a colocação em xeque por parte da Revolução da territorialidade do Estado. No caso específico russo, a debilidade do Estado na antiga área de soberania czarista e suas dificuldades em se afirmar era o que levava Lenin a asseverar que em “[...] numerosas localidades da Rússia foram muito mais longe que em Petrogrado nas ações revolucionárias”³⁰³

Todo o exposto, e particularmente a última assertiva do líder bolchevique, sedimenta a ideia de que a revolução, enquanto ação revolucionária das massas, se desenvolve desigualmente no território. Sendo assim, se coloca uma intrincada questão: por que a revolução não é mais avançada em termos de ação revolucionária em Petrogrado ou mesmo Moscou? As duas capitais não eram então os maiores centros urbanos do império e concentravam simultaneamente os maiores contingentes de operários? As coisas parecem não fazer sentido. Entretanto fazem. Porém, antes de demonstrar isso, cabe retomar a um conceito, superficialmente enunciado nas partes precedentes da tese, que permitirá tanto consolidar os posicionamentos mackindianos de Lenin, como avançar para outras dimensões da geopolítica leniniana, como também responder de forma mais adequada à questão posta.

Trata-se de compreender a proposta conceitual de *formação territorial da revolução*. Por este conceito se entende, dentre outras coisas, tanto o epicentro a partir de onde a Revolução se inicia no âmbito da escala mínima, quanto a conformação do processo revolucionário na mesma escala. Posto isso, a análise leniniana da Revolução Russa será debatida pelo filtro da proposta conceitual da presente tese, o que levará a interessantes constatações:

³⁰² Original: “[...] d'une façon tout à fait inattendue pour la population du pays [...] s'était accompagnée d'un effondrement, tout aussi inattendu, de l'organisme administratif. Il nous fallait maintenant construire, à partir de la base, toute structure d'un nouvel État.” (KERENSKY, 1967, 294)

³⁰³ Original: “[...] les Soviets des députés ouvriers, soldats et paysan qui, dans très nombreuse localités de Russies, sont allés beacoup plus loin qu'à Pétrograd dans leurs action révolutionnaire [...].” (OC24, 1958, p. 424)

Os operários de Petersburgo derrotaram a monarquia czarista. No curso de uma luta heroica contra a polícia e as tropas do czar, onde começaram por se rebelar contra as metralhadoras desarmados, terminando por ligarem à sua causa a maioria dos soldados da guarnição de Petersburgo.³⁰⁴

O que ocorre nos outros centros urbanos, continua ele na mesma passagem, é uma repetição dos fatos da capital petrogradense: "[...] Os mesmos acontecimentos se produziram em Moscou e nas outras cidades."³⁰⁵ O diagnóstico de Ilitch é preciso: o epicentro da *formação territorial da Revolução* é São Petersburgo. Entretanto, a coordenada geográfica de localização de tal centro formativo assim como a dinâmica de territorialização da revolução, fica mais fortemente marcada quando o líder bolchevique assinala: "[...] os operários de Petersburgo, tendo vencido a monarquia czarista, formaram sobre o local sua própria organização, o Soviete de deputados operários [...]"³⁰⁶ E é justamente o Soviete de Petersburgo – complementa Lenin – "[...] que se esforça de instituir em toda a Rússia sovietes de deputados operários e Sovietes deputados camponeses."³⁰⁷

Para se expressar nos termos de conceito, a caracterização leniniana da dinâmica da *formação territorial da Revolução* no âmbito da escala mínima russa é compartilhada por outras figuras do espectro revolucionário. No relativo a isso, Trotsky analisando os mesmo acontecimentos, é taxativo: "A queda de Moscou foi apenas um eco da Insurreição em Petrogrado [...] Petrogrado garantiu Moscou." (2007, p. 144-145) No referente as "[...] cidades provinciais o movimento somente começou em 1º de março, após a revolução já ter triunfado [...]" no centro moscovita. Diante disso, conclui: "Não seria exagero dizer que Petrogrado realizou sozinha a Revolução de Fevereiro. O resto do país apenas aderiu." (TROTSKY, 2007a, p. 145)

Do outro lado do espectro político, mais especificamente, a partir do campo dos liberais, o barão Boris Nolde, em uma linguagem mais denotadora de nosso conceito, acompanha o criador do Exército Vermelho:

³⁰⁴ Original: "Les ouvriers de Pétersbourg ont vaincu la monarchie tsariste. Au cours d'une lutte héroïque contre le police et les troupes du tsar, où ils ont commencé par se révolter sans armes contre les mitrailleuses, ils ont rallié à leur cause la majorité des soldats de la garnison de Pétersbourg." (OC23, 1959, p. 378)

³⁰⁵ Original: "Les mêmes événements se sont produits à Moscou et dans d'autres villes." (OC23, 1959, p. 378)

³⁰⁶ Original: "[...] les ouvriers de Petersbourg, ayant vaincu la monarchie tsariste, ont-ils formé sur-le-champ leur propre organization, le Soviet des députés ouvriers [...]" (OC23, 1959, p. 380)

³⁰⁷ Original: "[...] le Soviet des députés ouvriers et soldat de Pétersbourg, qui s'enforce d'instituer dans toute la Russie des sovietes de députés ouvriers et des Sovietes des députés paysans." (OC23, 1959, p. 380)

A revolução russa tem sua origem geográfica em um movimento limitado à capital do império e cuja responsabilidade cabe inteiramente aos elementos múltiplos que constituem então sua população. O país fora de Petrogrado estava absolutamente calmo às vésperas da revolução [...].³⁰⁸

Por fim, a partir da academia, Oskar Anweiler, em seu estudo *Les Sovietes en Russie* [Os Sovietes na Rússia: 1905-1921], discorrendo especificamente sobre a dimensão soviética da revolução, corrobora tanto Nolde quanto Trotsky, logo Lenin. Após criação do Soviete de São Petersburgo, o movimento – de conselhos se expandiu em "[...] primeiro lugar as grandes cidades de províncias, os centros industriais de forte população operária e as cidades de guarnições numerosas. Aqui os conselhos se instituíram, em quase todos os lugares, durante o mês de março."³⁰⁹ Nas regiões e cidades menos importantes e mais afastadas o movimento foi mais retardado, já que "[...] apenas mais tarde [ele chegou] nas cidades de menor concentração operária ou militar, nos círculo e burgos rurais, nas regiões recuadas."³¹⁰

Em suma, os autores mobilizados referendam a proposta conceitual a conceituação desse trabalho e a própria caracterização de Ilitch. A dinâmica de *formação territorial da Revolução de Fevereiro* no âmbito da escala mínima russa eclode em Petrogrado e daí se espalha para o restante do país. Tal constatação permite, conforme analisado, destacar algumas inferências dos desígnios geopolíticos leninianos. Neste sentido, a diretriz mackindiana da geografia política de Ilitch para aquilo que ficou conhecido como Revolução de Outubro baseava-se, em certa medida, na lógica da *formação territorial da Revolução de Fevereiro*. Toma-se o poder nas capitais e projeta-o para o restante do país. Subtende-se aqui que a Revolução de Fevereiro é o arquétipo de formação territorial da revolução. Lenin quando pensava a realização da revolução socialista na Rússia, na conjuntura revolucionária de 1917, possuía outro referente empírico: a experiência da revolução de 1905, a qual ele denominava de o *ensaio geral*. Em janeiro de 1917, poucos dias antes da queda do czarismo pelas jornadas revolucionárias de fevereiro, Ilitch, em uma palestra para um setor da juventude suíça, faz uma exposição e análise da revolução de 1905 onde São Petersburgo é o epicentro da *formação territorial* do processo revolucionário e suas palavras

³⁰⁸ Original: "La révolution russe a son origine géographique dans un mouvement limité à la capital de l'Empire et dont la responsabilité incombe entièrement aux éléments multiples qui constituaient alors sa population. Le pays hors de Petrograd était absolument paisible à la veille de la révolution [...]." (NOLDE, 1935, p. 110)

³⁰⁹ Original: "[...] premier lieu les grandes villes de provinces, les centres industriels à forte population ouvrière et les villes à garnison nombreuse." (ANWEILER, 1972, p. 140)

³¹⁰ Original: "[...] il ne firent que plus tard dans les villes de moindre concentration ouvrière ou militaire, dans les cercles et bourgs ruraux, dans les régions reculées." (ANWEILER, 1972, p. 140)

iniciais são emblemáticas: "Nós comemoramos hoje o duodécimo aniversário do 'Domingo Sangrento' considerado corretamente como o início da revolução russa."³¹¹ De fato, aquilo que ficou conhecido como "Domingo Sangrento" foi o episódio detonante da revolução.

Em 8 de janeiro de 1905, um numeroso grupo de operários em procissão marcham pelas ruas de Petrogrado em direção ao Palácio de Inverno (residência oficial do autocrata russo), levando consigo uma petição para entregar ao Czar. Os operários são reprimidos a base de tiros, o que resulta em muitos mortos e feridos. A partir desse acontecimento, uma onda geral de indignação tomou conta do Império, traduzindo-se numa ação social coletiva e radicalizada contra a ordem estabelecida, envolvendo os operários (estes os mais proeminentes e demais setores urbanos; os camponeses, no meio rural e as nacionalidades da orla fronteiriça. Era a revolução que numa onda de territorialização ainda que desigual – o campo foi muito mais retardado em sua adesão ao movimento – se espalhava para o conjunto do domínio dos czares.³¹² O regime conseguiu contornar a situação e sobreviver, mas tendo que fazer antes concessões e enfrentar duas vigorosas insurreições em São Petersburgo e Moscou.

Depois de todo o exposto, esta análise discorrerá a respeito da questão colocada linhas atrás referente à *formação territorial da Revolução* e seu desigual desenvolvimento no território, a partir da afirmação leniniana: "Isso é muito natural, pois nós temos em Petrogrado o organismo central dos capitalistas."³¹³ Nessa argumentação, se São Petersburgo concentra o maior contingente de operários urbanos da Rússia, ela concentra também a maior força social, política e ideológica dos donos dos meios de produção, ou seja, da burguesia. A influência dos capitalistas sobre o operariado petrogradense é potencialmente maior que nos demais operários dos outros centros urbanos. Aqui é forçoso explorar os meandros contraditórios tanto do processo revolucionário russo quanto da própria geopolítica leniniana para a Revolução.

Desta forma, os pormenores das contradições do processo revolucionário no âmbito da escala mínima se apresentam no epicentro da *formação territorial da revolução*, entretanto as ações mais revolucionárias estão fora de capital. Aquilo que de início é a vanguarda do processo

³¹¹ Original: "Nous commémorons aujourd'hui le douzième anniversaire du 'Dimanche sanglant' considéré à bon droit comme le début de la révolution russe." (OC23, 1959, p. 259)

³¹² Para conferir esse episódio da revolução e a própria revolução de 1905 consultar: FIGES (1999). Uma visão dos revolucionários contemporâneo e em certa medida partícipes dos acontecimentos pode ser conferida em: TROTSKY (2006a). Uma versão anarquista dos acontecimentos pode ser encontrada em: VOLIN (1977). Como não poderia deixar de ser, a própria palestra de Ilitch aos jovens suíços pode ser consultada (OC23, 1959 p.259-277).

³¹³ Original: "Cela est tout naturel, car nous avons à Pétersbourg l'organisme central des capitalistes." (OC24, 1958, p. 424)

em determinado momento torna-se a retaguarda. Ilitch muito consciente desse deslocamento, porém como mackindiano não acompanha tal deslocamento, já que os centros continuam centros, a tomada do poder se efetiva no centro do poder e daí se expande e se consolida para o restante da escala mínima. A geopolítica leniniana para as capitais se insere dentro dessa lógica.

Pode-se aprofundar ainda mais as posições mackindianas de Lenin e da própria *formação territorial da revolução*, para tanto cabe explorar um pouco mais da dimensão soviética da revolução. Quando Ilitch chega a Rússia em abril de 1917 depara-se com um *fait accompli*: uma rede de sovietes espalhadas pelo outrora território do Império, cujos nós centrais eram Petrogrado e Moscou. Não havia, na caracterização de Lenin, como passar da primeira revolução (burguesa) à segunda (socialista) ignorando a rede de conselhos. Eram nessas instituições que o contingente demográfico operário e demais setores oprimidos e explorado da população se concentravam. (ANWEILER, 1972) Diante disso, nas *Teses de Abril (As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução)* reconhecem o caráter minoritário de seu partido na rede de conselhos³¹⁴ e exorta a organização partidária a adentrar as instituições soviéticas no intuito de ganhar os contingentes operários ali concentrados para o programa do partido e assim transpassar da revolução de burguesa à socialista.

É nesta perspectiva que Lenin assinala que a tarefa dos bolcheviques era explicar às massas proletárias dos sovietes que tais instituições "[...] são a única forma possível de governo revolucionário e que, por isso, enquanto este governo se submeta à influência da burguesia, nossa missão somente pode consistir em explicar os erros de sua tática de um modo paciente e sistemático [...]"³¹⁵ Enquanto a condição de minoria prevalecer o partido deve desenvolver "[...] um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, propugnando ao mesmo tempo a necessidade de que todo o poder do Estado passe aos Sovietes de deputados operários, afim de que sobre a base da experiência, as massas corrijam seus erros."³¹⁶ Aqui o Mackinder de Lenin fica fortemente visível: quando os bolcheviques adquiriram maioria nos Sovietes das capitais

³¹⁴ Tal reconhecimento fica patente quando ele assinala: "[...] na maior parte dos Sovietes de deputados operários, nosso partido está em minoria, pelo momento uma minoria reduzida frente ao bloco de todos os elementos pequenos burgueses e oportunistas - submetidos a influência da burguesia e que levam dita influência ao seio do proletariado [...]" (OE6, 1973, p. 107)

³¹⁵ Original: "[...] son la única forma posible de gobierno revolucionario y que, por ello, mientras este gobierno se someta a la influencia de la burguesía, nuestra misión sólo puede consistir en explicar los errores de su tática de un modo paciente, sistemático [...]" (OE6, 1973, p. 106)

³¹⁶ Original: "[...] una labor de crítica y esclarecimiento de los errores, propugnando al mismo tiempo la necesidad de que todo el poder del Estado pase a los Soviets de diputados obreros, a fin de que, sobre la base de la experiencia, las masas corrijan sus errores." (OE6, 1973 p. 106-107)

Petrogrado e Moscou, Ilitch começou veementemente defender a tomada do poder, alicerçado no diagnóstico feito nas *Cartas de Longe*, a partir do exílio suíço: "O Soviete de deputados operários de Petrogrado, ao que tudo leva a crer, goza da confiança da maioria dos Sovietes locais."³¹⁷ Na argumentação leniniana com a hegemonia bolchevique no nó ou nos nós centrais da rede de conselhos era fácil angariar apoio da rede de conselhos. As consequências já são conhecidas.

Nesta altura é preciso problematizar algo – ainda que rapidamente. A visão geopolítica mackindiana de Lenin para a revolução é demasiadamente forte, porém ele não vê os lugares centrais, ou seja, o *heartland* ao qual se inclui as capitais desconectados do conjunto do *território usado*, ou mais precisamente da população desse território. Muito sintomático disso, é que ele ao declarar que as capitais e centros comerciais e industriais é que decidem o destino dos povos, complementa: "[...] sempre e quando, está muito claro, que estes centros contem com o apoio, ainda que não seja imediato, de forças suficientes provinciais, rurais."³¹⁸ Em outros, termos à ação geopolítica de tomada no poder nas capitais, no *heartland*, necessariamente tem que estar ancorada em fortes indícios de que será referendada no interior, ou seja, a ação insurrecional em Petrogrado e Moscou não pode ser isolada do conjunto do *território usado*. Esse desígnio se coaduna com o princípio de que a revolução se faz com as massas³¹⁹, pois ele não é blanquista. No artigo de 1897, *Les Tache des Social Democrates Russe* [As tarefas dos Sociais-democratas Russos], polemizando com os adeptos da organização Liberdade do Povo, Lenin é categórico: os populistas identificam "[...] o conceito de luta política com o de *conspiração política* [...] As tradições do blanquismo, da conspiração, [nessa corrente] são terrivelmente fortes [...] tão fortes que somente podem imaginar a luta política como complô político."³²⁰

Os sociais democratas, em contrapartida:

³¹⁷ Original: "[...] le Soviet des députés soldats et ouvriers de Pétrógrad qui, tout port à la croire, jouit de la confiance de majorité des Soviets locaux [...]" (OC24, 1958, p. 52)

³¹⁸ Original: "[...] siempre y cuando, claro está, que estos centros cuenten con y apoyo, aunque no sea inmediato, de fuerzas suficientes provinciales, rurales." (OE10, 1973, p. 142)

³¹⁹ Essa concepção leniniana já foi explicitada no primeiro capítulo, porém independente disso, é necessário recorrer a mais uma assertiva do líder bolchevique para sedimentar tal linha de entendimento "Une des principaux caractères scientifiques, politiques et pratiques de toute révolution véritable, c'est l'augmentation extraordinairement rapide, brusque, du nombre des petits bourgeois qui commencent à participer activement. personnellement, pratiquement, à la vie politique, à la *organization del l'Etat*." (OC24, 1958, p. 53)

³²⁰ Original: "[...] la notion de lutte de politique à cele de *complot* [...]. Les traditions du blanquisme, de la conspiration, sont terriblement [...], si fortes qu'ils ne peuvent se représenter la lutte politique autrement que sous la forme d'un complot politique." (OC2, 1958, p. 347)

[...] não pecam de semelhante estreiteza de concepções; não creem nos complôs; opinam que a época das conjuras terminou, que reduzir a luta política a uma conspiração significa, por uma parte, estreitá-la incomensuravelmente e eleger método de luta mais desacertados.³²¹

Na concepção leniniana, a ação dos revolucionários na revolução, assenta-se em uma base de massa. É tal princípio que ancora a visão do líder bolchevique sobre a Comuna de Paris, pois, apesar de louvar enormemente o empreendimento dos revolucionários parisienses – a Comuna é tomada como modelo de Estado operário no famoso livro *O Estado e a Revolução* – os *comunards*, dentre outros motivos, falharam por não conseguirem espriar para outras partes do território da França a ação revolucionária. Neste sentido, a Comuna de Paris se configurava, para o líder bolchevique, o referente geopolítico negativo de revolução, posto que ficara confinada à capital Paris, ou ao ponto central da escala mínima francesa.

Outro elemento de destaque referente à geopolítica leniniana é que seu teor mackindiano tem limites. Em realidade, essa caracterização somente é funcional quando se reflete a respeito dos desígnios geopolíticos de Ilitch no âmbito da escala mínima russa. Quando são enquadrados na estratégia de Lenin a partir de um quadro maior, ou seja, de uma perspectiva global ou internacional, as peças não se encaixam.

Em outras palavras, a perspectiva revolucionária de Lenin – ancorada no pensamento marximiano – era internacionalista. Em 1917, em suas famosas *Teses de Abril*³²², ele descola o eixo geopolítico da revolução socialista do centro do sistema capitalista para sua periferia. Isso é uma grande reviravolta, porque até então a ortodoxia da II Internacional propugnava que o ataque proletário ao capital somente poderia ocorrer nos países mais desenvolvidos no sentido capitalista. Em termos concretos: Inglaterra, França, Alemanha, etc. As mudanças operadas por Lenin significavam que a revolução proletária – o ataque operário ao capital – poderia ser iniciado a partir da periférica Rússia. Neste esquema, a Revolução no Império czarista era o prelúdio da revolução mundial ou minimamente europeia. Conclusão lógica: Lenin no plano de sua geopolítica internacional poderia ser tudo, menos mackindiano. Aqui, forçando a interpretação, os mackindianos eram as figuras ortodoxas da II Internacional, na qual se incluía

³²¹ Original: "[...] ne prechent pas par cette étroitesse de vues: ils ne croient pas aux complots; ils pensent que la époque des complots est depuis long temps révolu, que réduire la lutte politique à un complot, c'est d'un part la rétrécit à l'extreme et, de l'autre choisir les procedés de lutte les moins heureux." (OC2, 1958, p. 347)

³²² Teses de Abril foi um documento escrito em abril de 1917, logo após Ilitch chegar à Rússia que dava toda uma caracterização da Revolução Russa e das tarefas do partido.

os mencheviques russos, que foram fortemente contrários à Revolução de Outubro, por acreditarem que a Rússia não estava madura para o socialismo, por conta de seu insuficiente desenvolvimento capitalista. Para esta ala da social-democracia russa, a revolução necessariamente teria que ocorrer primeiro no centro do sistema. Sendo assim, aquela política – vista no capítulo precedente, das revoluções orientais, para usar o termo de Huntington – de levarem o "partido", a guerrilha, o exército popular para o fundo territorial e daí marcharem à capital não era nada mais, nada menos que a aplicação da geopolítica leniniana internacional ao âmbito de determinada escala mínima. O assalto ao capital, aos centros nervosos do Estado, a partir da periferia.

Mais uma vez, na posição privilegiada do distanciamento temporal, pode-se afirmar com segurança que, no plano internacional, em termos de eficácia, o desígnio geopolítico leniniano de a revolução socialista se iniciar na Rússia e a partir daí chegar ao centro do sistema capitalista fracassou. Entretanto, essa mesma estratégia aplicada no âmbito ou no interior de outras escalas mínimas foram coroadas de êxitos. O caso chinês e o cubano são exemplos cabais disso. Na contrapartida desses êxitos temos o caso colombiano. Após 50 anos de guerrilha, as *FARC* (Forças Armadas Revolucionária da Colômbia) e o *ELN* (Exército de Libertação Nacional) não conseguiram adentrar Bogotá. Neste momento, as *FARC* acabaram de fechar um acordo de paz na capital de um país onde a marcha dos revolucionários da periferia ao centro deu certo: Havana. O *ELN*, ao que tudo indica, não se furtará também de sentar em uma mesa de negociações.

Todo o exposto leva a outro elemento central da geopolítica leniniana, tratado no tópico anterior, a problemática do partido. Fica mais fácil, agora, compreender o que foi sugestionado anteriormente: a coordenada geográfica de localização da organização partidária na escala mínima. Neste sentido, a localização da questão operária no *território usado* – tão bem denotada pela cartografia – não é outra que a identificação da coordenada exata de localização do partido. Ou seja, o *heartland* do *território usado* era o âmbito de localização do partido. Sendo as coisas assim, só se pode forçosamente concluir então que se Ilitch era um mackindiano quando pensava a tomada do poder, ele o era também quando problematizava a disposição do partido no âmbito da escala mínima no período pré-revolucionário. Toda nossa discussão do tópico anterior referente à sua organização de revolucionários profissionais vai nesse sentido.

Mas atenção, as coisas não são tão simples assim. Uma coisa são os desígnios geopolíticos leninianos outra, a efetivação dos mesmos. Se por um lado Ilitch sabia onde exatamente situar o

partido no âmbito da escala mínima; o czarismo, por sua vez, sabia exatamente onde este não deveria estar. O *fundo territorial* era um recurso espacial estratégico do regime de como lidar com o movimento revolucionário. Assim como também as prisões existentes no âmbito do *território usado*. Portanto, o desígnio de mandar os quadros do partido para o *fundo territorial* era uma política do czarismo e não um elemento da geopolítica leniniana. Muito sintomático disso é que Kamenev e Stalin³²³ após a eclosão da Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou o czarismo, de seu exílio siberiano pegaram o transiberiano e rumaram à Petrogrado, o epicentro da *formação territorial da Revolução*, para dirigir os trabalhos do partido, então desbaratados pelas perseguições do regime. (VOLKOGONOV, 2004)

Tal interpretação das coisas permite ver então, de certa forma, uma lógica de forte dimensão espacial na cronologia dos textos leninianos. Nesta perspectiva, se a identificação do *território usado*, e do *heartland*, na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1898), é o indicativo da coordenada de localização dos revolucionários profissionais e a questão do partido somente é problematizada contundentemente no famoso *Que Fazer?* (1902), então necessariamente deve-se concluir que a discussão e caracterização do território antecede a discussão da instituição partidária. Pelo menos em seu sentido mais forte. Quando o líder bolchevique empreende a problematização do partido, ele já tem toda uma caracterização e regionalização do território imperial logo, onde pôr a organização problematizada no âmbito da escala mínima czarista.

Constatado isso faz-se necessário agora demarcar que aquele jogo de contraposições, entre os desígnios geopolíticos leninianos de locar o partido no *território usado* e o regime russo de deportar os revolucionários profissionais para o *fundo territorial* gerou certo imbróglio para a teoria de partido de Lenin. E na verdade para toda uma linha historiográfica mais próxima aos bolcheviques. Tal dificuldade, por sua vez, dá oportunidade para trazer para este quadro expositivo uma proposta conceitual, de certa maneira, complementar à de *formação territorial da revolução*. Trata-se da *grade de localização dos revolucionários*.

Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro em Petersburgo, a organização partidária bolchevique estava completamente desbaratada. As ações do regime deportaram para a Sibéria, em 1914, os cinco deputados bolcheviques da Duma por seus votos contrários aos créditos de

³²³ Para conferir mais pormenorizadamente as condições do exílio siberiano de Stálin consultar: MONTEFIORI (2008).

guerra. A direção clandestina do partido em Petersburgo estava a cargo de Chliapnikov, Zalutsky e o jovem Molotov, então com 19 anos. Entretanto, esse corpo dirigente esteve todo o tempo à reboque das ações insurretas das massas operárias e militares. Nenhuma daquelas figuras de proa do bolchevismo, e que viriam a ocupar um papel destacado na formação do Estado Soviético e na própria Revolução de Outubro, encontravam-se na cena dos acontecimentos: Kamenev, Stalin, Sverdlov, Rykov estavam na Sibéria. Lenin e Zinoviev, na Suíça; Trotsky, Bukharin, nos Estados Unidos; Kollontai, Suécia. (MCCAULEY, 1975, p. 117) Do lado menchevique e narodniquê, apesar das baixas, até havia algumas figuras (Tchkeidze e Skobelev), em Petrogrado, capaz de formar "um estado-maior", mas um estado-maior, como diz o autor de *Literatura e Revolução*, "[...] que era capaz de chegar ao front apenas depois da vitória." (TROTSKY, 2007a, p. 150) Um problema extenso do ponto de vista da análise e da própria teoria leniniana de partido! Como explicar a *formação territorial da revolução* em Petrogrado sem a presença dos revolucionários em Petrogrado? Neste contexto, a sobreposição da *formação territorial da revolução à grade de localização dos revolucionários* ganha substância.

Leon Trotsky em *História da Revolução* se depara com a questão apresentada. Na obra em questão, a sequência dos capítulos é reveladora disso: *Cinco Dias* (sétimo capítulo), no qual é narrada de forma eletrizante a Revolução que derrubou o czarismo em Petrogrado, é seguido por *Quem Dirigiu a Revolução de Fevereiro?* (oitavo) onde o autor discute a liderança e direção da Revolução, conforme informa o próprio nome do capítulo. Para ele não há dúvida, a Revolução de Fevereiro foi dirigida pelos "[...] operários conscientes e temperados, educados em sua maior parte pelo partido de Lenin" (2007a, p. 155). Em outros termos, o que o criador do exército vermelho está dizendo é que os dirigentes da Revolução na capital foram as camadas operárias formadas pelos bolcheviques no período anterior ao desbaratamento do partido no início da guerra em 1914. Será? Isso é uma interessante discussão. Entretanto não há espaço para efetivá-la. Por enquanto, mais importante que isso é mostrar as ponderações de Trotsky referente aos "[...] anônimos e austeros estadistas das fábricas e ruas [...]" (TROTSKY, 2007a, p. 153) que dirigiram os acontecimentos revolucionários na capital. Neste sentido, "[...] esta direção provou ser suficiente para garantir a vitória da insurreição, mas inadequada para transferir imediatamente para as mãos da vanguarda proletária a direção da revolução." (TROTSKY, 2007a, p. 155)

A essa altura pode-se acrescentar um componente ao esforço analítico, com fortes doses de carnavalização das coisas – e quem disse que revolução e carnaval não se combinam ou não se

casam?³²⁴. Com base nisso, pode-se dizer que Trotsky simplesmente está buscando compreender e explicar como a escola de samba Revolução de Fevereiro passou e foi capaz de passar pela avenida petrogradense sem toda a comissão de frente,³²⁵ nos termos da proposta conceitual da tese: a cartografia da *formação territorial da revolução* simplesmente não coincide com a cartografia da *grade de localização dos revolucionários*.

Mas aqui se deixa de lado a questão do deslocamento dos revolucionários profissionais do epicentro da *formação da territorial da revolução* e explora-se outras questões relacionadas aos operários do *heartland* da escala mínima russa após a tomada do poder em outubro pelos bolcheviques. Trata-se mais especificamente de perscrutar um desdobramento da revolução vinculado ao mundo urbano.

Porém antes disso, uma ligeira recapitulação. Conforme ficou evidenciado no decorrer da exposição para Lenin e todo marxismo contemporâneo a ele, a cidade possui toda uma valorização altamente positiva. Os centros urbanos são, na geopolítica leniniana, os *loci*, por excelência, da civilização, da modernidade; os pontos, os lugares a partir de onde se constroem o socialismo. O mapa cultural leniniano do Império Russo estava centrado no universo urbano não por outra razão. Daí também o porquê do afluxo de trabalhadores do campo à cidade – na ótica do líder bolchevique – ser considerado um fenômeno altamente positivo. Mas, para além dessa dimensão estritamente cultural, há que se destacar outras de caráter político e econômico: é sobretudo no espaço urbano que está abrigada a questão operária. São as urbes o espaço, por excelência, da coletividade coveira do capital. Ademais, elas abrigam os centros do poder da ordem estabelecida mantida pelo Estado. Leon Trotsky, em uma assertiva antes exposta, porém de retorno pertinente, bem sintetiza isso: o proletariado do império ao formar "[...] o núcleo da população urbana em toda cidade que goze de importância econômica e política [tem em suas mãos] [...] todas as vantagens que possui a cidade em um país capitalista – a concentração das forças e meios de produção, união dos elementos mais ativos da população e agrupamento dos bens da civilização [que] se convertem de forma natural em vantagens da classe para o proletariado."³²⁶

³²⁴ Ver o samba de Wilson das Neves: *O dia que o morro descer e não for carnaval*.

³²⁵ Comissão de frente no carnaval brasileiro, mais especificamente do Rio de Janeiro, é um grupo especial de pessoas que vai na linha de frente do desfile, puxando a passagem da escola de samba na avenida.

³²⁶ Original: "[...] el núcleo de la población urbana en toda ciudad que goce de importancia económica y política [tem em suas mãos] [...] todas las ventajas que posee la ciudad en un país capitalista - concentración de la fuerzas y los

No âmbito dessa recapitulação, o importante é o cerne da argumentação referida aos operários. Trata-se da detecção e reivindicação de uma qualidade própria do operariado de alto teor geográfico: a concentração territorial. Tal qualificativo, para aprofundar, fora identificado por Karl Marx. Pelo menos é o que se inferir desse excerto de *O Manifesto Comunista*: "[...] com a expansão da indústria, o proletariado não somente cresce; concentra-se em contingentes cada vez maiores; sua força cresce, com o sentimento que dela adquire [...]." (MARX, 2006, p. 38) Na linha de argumentação marximiana, a concentração territorial dos operários em centros urbanos é tanto um elemento de força do operariado quanto um fator facilitador da aquisição de consciência de classe dos coveiros da burguesia. A coabitação em um ambiente comum catalisava a formação da consciência de classe, já que os operários por padecerem da mesma exploração, por participarem da mesma luta contra as mesmas figuras, tenderiam a formar uma ciência de sua condição de explorado. Nessa mesma linha de defesa ainda, nem mesmo o fato de uma escala mínima, no geral, não ser formada por uma só cidade, mas por várias, compromete a articulação do conjunto dos trabalhadores urbanos, já que

[...] crescimento dos meios de comunicação, criados pela grande indústria, que colocam em contato operários de diferentes localidades [cidades][...] bastam para pô-los em conexão, "[...] para centralizar as inúmeras lutas [...] em uma luta nacional, em uma luta de classes. (MARX, ENGELS, 2006, p. 39)

Na contramão dos operários, os camponeses – como será apontado na próxima seção do capítulo – não gozavam da qualidade territorial da concentração. Por conta disso não possuíam o mesmo *status* no pensamento de Karl Marx, nem muito menos no âmbito da geopolítica leniniana.

Nesta perspectiva, se a cidade, assim como os operários, comporta toda essa posição no âmbito da geopolítica leniniana, não deixa de ser muito irônico para não dizer trágico, o que ocorreu durante a revolução. A sangrenta Guerra Civil (1918-1921) pela qual o processo revolucionário acabou de embrenhando, fez com que a classe operária perdesse uma das qualidades tão prezadas pelo marxismo: a concentração territorial nos centros urbanos. A perda do controle por parte do governo soviético das regiões produtoras de cereais, somada às políticas do Comunismo de Guerra, mais o colapso dos transportes, quebraram fortemente o intercâmbio

medios de producción, unión de los elementos más activos de la población y agrupamiento de los bienes de la civilización, se convierten de forma natural." (TROTSKY, 2006a, p. 52)

cidade-campo. Em decorrência disso, o território do outrora Império czarista e agora território soviético sofreu um vigoroso processo de êxodo urbano³²⁷. As massas urbanas afluíram em peso ao campo para estarem mais perto da alimentação. Para dimensionar esse ponto, eis alguns números do centro do *heartland*.

A cidade de Petrogrado registrava uma população, em 1897, de 1.265.000; em 1917, a cifra era 2.420.000; entretanto em 1920, este número diminuíra para 706.000. (D'ALMEIDA, 1924, p. 401) Em 1923, após a Revolução e seus reveses, a população voltou a crescer, atingindo o contingente de 1.043.000, porém não alcançou a cifra de 1897. Aquela cidade que com tanta estima Leon Trotsky (2007) dissera que era o maior centro urbano e operário do Império e que concentrava o operariado mais puro, ou seja, destituído dos laços com o campo, simplesmente perdera mais da metade da população³²⁸. O que se passou com Moscou não foi muito diferente em 1897. Tal cidade contava com uma população de 1.035.664 em 1916; 1.853.000 em 1920; e 1.028.000 em 1923. (D'ALMEIDA, 1924, p. 401) Ou seja, o coração e a cabeça da Rússia – mobilizando os termos do provérbio russo³²⁹ – sofrera um grande esvaziamento demográfico. Os demais centros do *heartland* também registraram perdas consideráveis.

Mais interessante que se explorar o volume quantitativo do êxodo urbano das demais cidades é perquirir a dimensão sociológica desse processo. Figes afirma: "[...] eram os trabalhadores que formavam o grosso da massa a escapar das cidades famélicas." (1999, p. 750) A classe operária, teoricamente a classe dirigente da revolução, estava geograficamente se pulverizando pelo campo. Aquele alto teor qualitativo que os marxistas conferiam ao proletariado ligado a sua concentração espacial simplesmente se perdera. A essa altura, algumas ponderações se impõem: se "A base material do socialismo não pode ser senão a grande indústria mecanizada [...]"³³⁰, conforme dizia Lenin e tal base material, estava sobretudo nas cidades, então o êxodo urbano não deixou de colocar um problema de ordem tanto material quanto de ordem teórica e política para o empreendimento dos bolcheviques agora donos do poder: como construir o

³²⁷ A Geografia contemporânea à revolução apesar de ter ignorado o processo revolucionário russo enquanto problemática de estudo não deixou passar despercebido esse fenômeno de forte dimensão geográfica. A revista francesa *Annales de Geographie* em 1924 dedicou um pequeno artigo para comentar os dados do censo soviético de 1923, na qual se sobressaia o impacto do êxodo urbano na escala mínima russa. Sobre isso consultar. D'ALMEIDA (1924).

³²⁸ Um retrato muito vivo de Petrogrado desse período pode ser encontrado em VOLKOV (1997).

³²⁹ O provérbio a qual se faz referência é o que diz: "Moscou é o coração da Rússia; São Petersburgo a cabeça, mas Kiev a mãe."

³³⁰ Original: "La base material del socialismo no puede ser sinon la grand industria mecanizada [...]" (OE12, 1973, p. 48)

socialismo na escala mínima russa? Como espalhar as benesses da "civilização urbano-industrial" para o conjunto do país quando simplesmente tal civilização estava em declínio? Como explicar e justificar no plano teórico e político a existência de um Estado proletário ou a ditadura do proletariado sem uma base social proletária? De certa maneira, sem responder, Shliapnikov, um importante militante bolchevique de extração operária, resume a essência dessa segunda questão: o partido comunista no poder se tornara "a vanguarda de uma classe inexistente." (apud, FIGES, 1999, p. 750).

Todo esse êxodo urbano em meio ao processo revolucionário russo suscita outras experiências revolucionárias em outras escalas mínimas. Para ser mais específico: o caso cambojano. Porém, no âmbito dessa conexão, prontamente é forçoso dizer para se evitar paralelos descabidos, que para os bolcheviques, a migração cidade campo ou êxodo urbano foi uma consequência indesejada do processo revolucionário. Para o Kmer Vermelho do Camboja, não. A ruralização do país foi toda uma política deliberada do dito governo revolucionário³³¹. Em 1975, o empoderado partido comunista da Kampuchea removeu parte significativa da população da capital, Phnom Penh, a cidade mais populosa do país para, o trabalho forçado no campo. (MAGNOLI, 2013)

É chegado o fim dessa seção, o exposto permitiu visualizar melhor alguns aspectos centrais da geopolítica leniniana, tais como o agente principal da revolução, seus pontos de assentamento no *território usado*, assim como, ligar o explanado com a discussão do capítulo anterior, as coordenadas geográficas de localização do partido no âmbito da *escala mínima*. Porém, isso não é ainda a geopolítica leniniana *in totum*, faltam ainda outros elementos secundários, porém não menores.

3.3 O *Hinterland* da Escala Mínima

³³¹ Uma aproximação do caso do Kmer Vermelho pode ser acompanhada em Stéphane Courtois [et al.]: (1999), especialmente o capítulo *Camboja: no país desconcertante*.

3.3.1 O campesinato no Império Russo

"Quando resolveu que ia para longe foi um alvoroço só. A Família, depois de ter perdido quase tudo, ainda perderia Chico, o filho vivo mais velho de Toinho com Belarmina. Chico tivera outros tantos irmãos, bens uns vinte, mas agora eram bem poucos os que haviam sobrado contando algum tipo de história. Todos morreram de precisão, como se diz entre os despossuídos, causa principal dos óbitos de tantos desvalidos no meio dos sertões sem fim.

Chico só sabia barbear a terra com a enxada nada mais. Já José de Bendegó, por sua vez, era um desses vilarejos com uma casa aqui outra acolá, feito dentição de criança. A vida lenta. Duas bodeguinhas. Notícia só de rádio ou quando se ia à pracinha para poder ver a televisão ou quando, à luz da lamparina, se contava um causo em verso.

E ir para longe era deixar a família, abandonar a terra tantas vezes afagada por suas mãos calejadas, era de vez perder de vista as paisagens da infância e a lembrança dos primeiros aprendizados de tudo que havia vivido até então. Mas era também, como todo parto, a utopia de não mais passar fome, de não mais ver a morte rondando o terreiro da casa, de não mais debulhar as suas poucas águas nos enterros dos anjinhos.

Chico de Toinho e Belarmina lá de São José de Bendegó também tinha a esperança de que um dia seu exílio acabaria, como rezava para ver por terra as cercas dos latifúndios. Nos seus sonhos reencontrava os irmãos mortos pelo que lhe causara fome e corria com eles, de mão dadas, no meio de um milharal de ondas de espigas verdes como o mar e espigas da cor do sol.

E Chico sabia, pois já tinha ouvido Patativa sob a luz dos candeeiros, que de vários lugares para onde poderia ir, em nenhum seria o Chico de Toinho e Belarmina, sobrinho de Zezão com Noca, afilhado de Balbina com Zé Odmar. Sabia bem que se fosse ao Rio lhe chamariam de paraíba e que em São Paulo seria pejado de baiano e não raro lhe tratariam, assim como no nome, com o mesmo preconceito dispensado aos imigrantes. Embora não soubesse a história de italianos e japoneses no Brasil, não tivesse ideia do que foi a construção de Brasília, nunca lhe houvessem falado dos mexicanos mortos na fronteira com os Estados Unidos.

O Chico emigrante, entretanto intuía os riscos de ser o estrangeiro no lugar dos outros e que deveria levar São José de Bendegó consigo. Intuía que seria preciso criar redes de referência com imigrantes iguais a ele, cultivar suas raízes mais profundas e sobreviver à xenofobia dos civilizados. O lugar levado dentro da mala e do coração garantiria junto a outros Chicos, Marias, Severinos, Raimundas e Josés sobreviver ao desterro, permanecer vivo e quem sabe, um dia, poder retornar.”³³².

Apesar da crônica de Manoel Fernandes Sousa Neto retratar uma realidade espaço-temporal e social muito distante da realidade do Império Russo, ela não deixa de ilustrar, com certa similaridade, o que ocorria com o campesinato da área de soberania czarista. Obviamente que não existem analogias perfeitas, há sempre imprecisões. Ademais, Literatura e Geografia são coisas afins. Quem disse que não³³³? Nesse contexto, o intuito de mobilizar a crônica de Fernandes, é

³³² SOUSA NETO (2008).

³³³ Aqui, indicam-se alguns estudos que vinculam literatura e geografia: MONTEIRO (2002); MARINHO (2010), Tese (Doutorado em Geografia Humana); PELISSARO (2011), Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Para

utilizar o personagem Chico de Toinho de Bendegó como figura ilustrativa dos camponeses russos, mais especificamente dos mais pauperizados.

O Império Russo, como citado em algum momento deste trabalho, era o maior país do mundo, em termos territorial e demográfico. Em valores quantitativos e em três momentos distintos: 82.172.022, em 1867 (MICHELL, 1872); 129 211.000, no primeiro censo geral russo de 1897 (ZIMMERMANN, 1897); por fim, um contingente de 170.000.000, em 1914 (TROTSKY, 2007). O grosso dessa enorme massa demográfica era composto por camponeses.

O vertiginoso crescimento urbano pelo qual o país passou durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, não foi capaz de reverter esse quadro. A população urbana imperial, em 1897, era de aproximadamente 14 milhões. Às vésperas da Revolução de 1917, esse número subira significativamente. Crescimento rápido, porém, insignificante quando comparado com a população total. De certa maneira, o que dissera o filósofo francês Voltaire, no século XVIII, a respeito da Rússia, em sua biografia de Pedro, o Grande, continuava valendo ainda no início do século XX: "Para conseguir que a Rússia fosse tão populosa, tão abundante, tão cheia de cidades como nos nossos países meridionais, seriam necessários séculos."³³⁴ O país somente passaria pelo processo, mais próximo ou mais vertiginoso do que propugnara o filósofo francês, no período soviético, mais especificamente, a partir da década de 30, como resultado de uma vigorosa política de urbanização promovida pelo Estado.³³⁵ A urbanização soviética, comentada acima, está para além dos interesses da atual tese. Mais interessante assinalar que Lenin (1981) observara em seu *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, conforme registrado nas linhas atrás, que as migrações do campo fizeram os centros urbanos incharem vertiginosamente após o movimento de reformas de Alexandre II (1864), porém paralelamente houve um embotamento do crescimento urbano pelo fato de que boa parte dos fluxos migratórios eram direcionados não somente às cidades, mas às zonas despovoadas do imenso território russo. Nesse ponto, ao mobilizar a regionalização leniniana da escala mínima russa, caberia dizer: o imenso *fundo territorial russo* era um grande polo de atração para as populações camponesas do *território*

além da demonstração da afinidade existente entre geografia e literatura e também o seu inverso, é pertinente marcar ligeiramente a ligação do processo revolucionário e produção literária com Leon Trotsky (2007c), autor da primorosa obra *Literatura e revolução*, que, nas palavras de Leminsky (2009, p. 266) é "[...] o mais extraordinário livro sobre literatura que um político jamais escreveu."

³³⁴ Original: "Para conseguir que Rusia fuese tan populosa, tan abundante, tan llena de ciudades como nuestros países meridionales, serían necesarios siglos." (2004, p. 10)

³³⁵ Um panorama da urbanização promovida pelo governo soviético pode ser conferido em LEWIN (2007)

usado e um concorrente de peso, em termos de atração populacional às cidades, da porção territorial usada do Império.

Pela primeira vez o personagem da crônica de Fernandes pode ser mobilizado e assim, os *Toinhos de Bendegó* da escala mínima russa, poderiam, por intermédio da migração, tanto se proletarizar nos grandes centros urbanos do *território usado* quanto perpetuar sua condição de camponês no *fundo territorial*. Foi justamente para àquela porção territorial do Império que muitos migraram. Alguns números dessa migração: de 1861 a 1885, por volta de 300.000; de 1886 a 1905, em torno de 1.520.000; de 1906 a 1910, ao redor de 2.516.075. (LENIN, OC13, 1967, p. 59) Esse movimento migratório tinha o impulso do czarismo, já que era de interesse do governo ocupar populacionalmente ou colonizar as esparsas áreas siberianas e da Ásia Central russa. Contudo, para além desse desígnio estratégico de consolidação de domínios, o governo tinha outros interesses no fomento à migração dos camponeses do *território usado* para a colonização do *fundo territorial*, que serão explanados nas linhas subseqüentes.

No relativo à discussão do peso demográfico dos camponeses no quadro populacional do Império, David Moon (1996), em um interessante artigo, estima que eram, aproximadamente, 96,9 milhões de camponeses no quadro populacional, o que corresponde a 77,12% da população total. Aqui é interessante demarcar que a população rural do Império era muito maior que a população camponesa. Enquanto esta era 96,9 milhões, aquela era de 114.817 milhões. As razões para essa diferença eram que muitos grupos da população russa que viviam no campo, não necessariamente eram camponeses. Os cossacos, por exemplo, viviam em comunidades semimilitarizadas no campo, mas não eram considerados camponeses, tampouco os *alógenos*, grupos nacionais não-eslavos e que, geralmente, habitavam as partes não-europeias do Império. (MOON, 1996)

Sem cair em descrições desespacializantes, é interessante recorrer a uma representação cartográfica que denote a distribuição dessa população no território. Para tanto, vale observar o *Mapa 11 - Império Russo: população camponesa por região*. Primeiramente, essa peça cartográfica representa a forte concentração do campesinato na Rússia europeia. Obviamente que isso não poderia ser diferente, já que essa região é a mais populosa da área de soberania czarista, conforme ficou denotado no *Mapa 2 - Império Russo: quadro populacional*. Seus 78.642 campônios simplesmente correspondem a 81,16% do campesinato total do Império. Nas demais regiões, o número absoluto de camponeses certamente é menor em relação a população total do

Mapa 11- Império Russo: População Camponesa

país, mas nem por isso inexpressivo em relação à população total das respectivas regiões. Na Polônia, por exemplo, 6.882 milhões de camponeses corresponde a cerca de 72, 98% da população total desse domínio czarista. No que diz respeito às porcentagens da população camponesa das demais regiões, indica-se consultar o *Mapa 12 - Império Russo: porcentagem da população camponesa em relação a população total por regiões*. Era sobre esse grande contingente populacional, bem dimensionado pela cartografia, que pesava uma enorme exploração e opressão. Até 1861, conforme citado em linhas anteriores, os camponeses estavam submetidos a um regime de servidão. Segundo Perry Anderson (2007), tal regime foi muito mais opressivo que aquele que vigorou na Europa Ocidental nos séculos precedentes. A Abolição da servidão, no século XIX, vinculada a outras medidas, tais como a distribuição de terra, a criação de um banco rural para apoiar a agricultura moderna etc., estava inserida no esforço do governo em modernizar a Rússia. Entretanto, apesar de ter tornado o Império um dos celeiros mundial com a abertura de novas fronteiras agrícolas com produção voltada para a exportação, as reformas não produziram um campesinato satisfeito, posto que não mataram sua fome de terra. (HOBBSAWM, 1998, p. 406)

A reforma agrária retirou boa parte das melhores faixas de terras que outrora eram dos trabalhadores camponeses, que, enquanto servos, tinham acesso e, as poucas que passaram a acessar, foram pagas a preços exorbitantes. Em outras palavras, os camponeses se livraram da servidão, mas tiveram que pagar muito caro por isso. Nessa perspectiva, a distribuição efetuada pelo governo ao invés de melhorar a vida do camponês, em certa medida, pauperizou-a, já que:

as terras aráveis que os lavradores 'libertados' tiveram que alugar ou comprar foram avaliadas aproximadamente pelo dobro de seu preço real (342 de rubros em vez 180), de modo que os servos das vésperas viram-se ao mesmo tempo livre e terrivelmente endividados. (SERGE, 1993, p. 26)

Mas esse quadro de precariedade e pauperização também era agravado por outros fatores. Um deles era a dinamicidade do volume demográfico do Império. A população da área de soberania czarista aumentou de forma extremamente rápida, cerca de mais de um milhão por ano, e nesse ritmo, atingiu 129 milhões, em 1897, e 175, em 1914 (PORTAL, 1968). Aqui, Serge apresenta importantes informações sobre o impacto do crescimento populacional: A reforma de 1861 lhe concedera aproximadamente, cinco hectares de terra para cada habitante masculino. Em 1900, o rápido crescimento da população só deixara aos mujiques menos de 3 hectares por

Mapa 12 - Império Russo: Porcentagem da População Camponesa em
Relação a População Total por Região

cabeça: 70% dos lavradores terão menos terras do que a necessária para alimentar as suas famílias. (SERGE, 1993, p. 282)

Diante do exposto, uma indagação se impõe: como faltava terra para os camponeses em um dos países de maiores dimensões territoriais? Por que os camponeses padeciam de falta de terras quando o que mais havia na Rússia eram espaços vazios? Para responder essas questões há que lembrar que, geralmente, a população de determinado país não se distribui de forma igualitária no território. O caso russo era justamente esse.

Toda a regionalização leniniana sobre *território usado* e *fundo territorial* caminha, em certo sentido, em demonstrar a porção do Império menos e mais povoada. A população historicamente havia se concentrado em sua porção europeia, no *território usado*, ao passo que havia muitos espaços a serem colonizados na porção asiática, no *fundo territorial*. O governo, percebendo essa disparidade, fizera o esforço de resolver o problema da falta de terras dos camponeses incentivando a colonização na Sibéria, mas sem grande sucesso. Vladimir Lenin acompanhou esse movimento do czarismo. No artigo *La Significación des transferts des paysans* [O significado da Transferência de Camponeses], o líder bolchevique analisa os dados da transferência de camponeses para a colonização siberiana entre o período de 1905 e 1911, conforme denotado acima.

Para além dos elementos elencados, o drama dos camponeses também era agravado pela ação fiscal do Estado. O financiamento do programa de industrialização promovido pelo governo, vinha não somente do investimento de capital externo, mas também dos tributos cobrados a essa importante parcela da população (KOCHAN, 1966, p. 15).

Ainda que esteja fortemente sugerido na exposição, o quadro de penúria dos camponeses era causado também pela enorme concentração de terra nas mãos da nobreza. Para se ter uma ideia dessa concentração, basta marcar que “dez milhões de famílias camponesas possuem 73 milhões de deciatinas de terras. Vinte e oito mil senhores de terras – uns nobres, outros adventícios, saídos dos *kulaks* – possuem 62 milhões de deciatinas.” (LENIN, 1980, p. 16) Em outros termos, muitas terras nas mãos de poucos e poucas terras nas mãos de muitos.

O exposto até aqui permite tanto ter uma dimensão do peso demográfico dos camponeses no território russo, quanto uma ideia dos problemas que os afligiam. Agora se avança a outras questões relacionadas aos homens e às mulheres do campo.

3.3.2. Geopolítica leniniana e campesinato

Depois de apresentado um panorama mínimo do campesinato no quadro do Império, adentra-se no enquadramento da geopolítica leniniana para esse importante setor da população imperial. Porém, antes disso, é necessário discutir alguns importantes interlocutores e, em certo sentido, os predecessores de Lenin na discussão dos camponeses: o populismo.

Anteriormente, essa importante corrente do pensamento político e social russo foi mencionada, no entanto sem o devido aprofundamento, cabe agora, apresentá-la. Antes de tudo é necessário dizer que o populismo, também conhecido como movimento *narodnik*, remonta ao início da segunda metade do século XIX, quando um importante setor da *intelligentsia*, em oposição ao czarismo, elegeu o campesinato como sujeito coletivo e base social, que construiria o socialismo.

No entender dessa corrente, o socialismo na Rússia não seria implantado a partir do embate capital-trabalho, mas sim da luta dos camponeses contra a autocracia, a burocracia e os latifundiários. A Rússia, por suas especificidades nacionais, poderia saltar a fase do capitalismo como antessala do socialismo. Em tal esquema teórico, o *mir*³³⁶, instituição camponesa russa, seria fundamental para o país queimar a etapa capitalista (NETTO, 1982, p. XI).

As palavras de Fíges expressam melhor o conteúdo do movimento dos populistas:

[...] escolher[am] a aldeia como trincheira na batalha pela conquista de corações e mentes dos camponeses. O cerne da filosofia defendida por eles consistia em erigir os costumes igualitários das comunas em modelo para a reorganização do país em bases socialistas. (FIGES, 1999, p. 127)

Nessa perspectiva, "se a aldeia fosse protegida da invasão capitalista, a Rússia poderia passar direto à 'utopia' socialista, sem atravessar o 'estágio do desenvolvimento burguês' – com

³³⁶ O *mir* era uma instituição camponesa russa que assumia coletivamente um conjunto de obrigações, tanto em relação a nobreza quanto em relação ao Estado. Para além disso, a posse da terra no âmbito dessa instituição era coletiva.

todos os traços negativos que isso significava – num processo distinto do ocorrido na Europa Ocidental." (FIGES, 1999, p. 127)

Daniel Aarão Reis Filho traça o programa dos *narodniks* da seguinte forma: Fazer triunfar um socialismo rural na Rússia, baseado na nacionalização e distribuição equitativa de terras, segundo as possibilidades de cada área, do tipo de cultivo e do tipo de pessoas (bocas a alimentar, braços a trabalhar) em cada família. A tarefa caberia as comunas rurais, federadas e emancipadas da tutela dos senhores de terras, que seriam liquidados, e de um Estado revolucionário. (REIS, 1997, p. 29)

Baseado nesse programa, os *narodniks* organizaram, durante a década de 70 do século XX, o movimento de "ida ao povo", uma tentativa de convencer o campesinato de seu papel na construção da nova sociedade. Tal empreendimento foi um fracasso, posto que os homens do campo viram com desconfiança a atitude dos cidadãos populistas. Entretanto, tal derrota não barrou o movimento, mas o fez mudar de estratégia. O populismo passou a utilizar o terrorismo como tática de guerra contra o czarismo. É dentro desse contexto que está inserida o assassinato do Czar Alexandre II, em 1881, assim como também a morte de inúmeras figuras do alto escalão do governo russo. (ULAM, 1976)

A ideia central de tal estratégia era desarticular o regime, uma vez que os populistas viram na figura do governo russo o principal inimigo a ser enfrentado, devido à grande participação estatal nos incentivos da implantação do capitalismo em solo "nacional." (TVADOVSKAIAN, 1978) É importante registrar que o método de terror foi um dentre os vários pomos de discórdia entre populistas e marxistas. Lenin, por exemplo, condenava veementemente os métodos de terrorismo utilizado pelos *narodniks*. O artigo leniniano *A que herança (1898) renunciemos*, não deixa de ser uma exposição de alguns dos pontos de discordância dos marxistas para com os populistas.

Nas seções anteriores deste capítulo, foi afirmado que o marxismo russo se forjou em discussão direta com o populismo. Tal proximidade obriga registrar a relação epistolar que Marx teve com figuras *narodniks*. Diante do desenvolvimento do capitalismo no Império Russo, alguns militantes desses movimentos entraram em contato com o pensador alemão para averiguar a viabilidade da via camponesa russa em direção ao socialismo. O temor de certos populistas era de

que a entrada do capitalismo em solo "nacional" corroiria a instituição da comuna rural, logo, as possibilidades do socialismo agrário. Karl Marx respondendo a tais questionamentos argumentou que:

A situação histórica da 'comuna rural' russa é sem igual. Ela é única na Europa que se mantém não como ruína esparsa [...] mas como forma quase predominante da vida popular e espalhada por todo um imenso império. Tendo ela na propriedade comum do solo a base da apropriação coletiva, o seu ambiente histórico, a contemporaneidade da produção capitalista, disponibiliza-lhe já prontas todas as condições materiais do trabalho comum em larga escala. Ela é capaz, portanto, de incorporar a conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem passar por seus 'forcados caudilhos'. Ela pode substituir gradualmente a agricultura parceleira pela agricultura extensiva com o auxílio de máquinas, a que convida a fragmentação da terra russa. Ela pode, portanto, tornar-se o *ponto de partida direto* do sistema econômico direto para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem ter que cometer suicídio. (MARX, 2013, p.100)

Em outros termos, o que o autor de *O Capital* advoga, é que a comuna russa poderia ser sim a base de construção do socialismo. Mas, para tanto, pontua ele, "[...] é preciso que haja uma revolução russa" (MARX, 2013, p.102). Nessa perspectiva, se tal revolução ocorrer em tempo adequado:

[...] se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela [comuna] se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista. (MARX, 2013, p. 102)

De certa maneira, Marx referendou as argumentações dos populistas sobre as possibilidades da Rússia passar ao socialismo sem percorrer a fase capitalista³³⁷. O debate sobre tal possibilidade ou sobre uma via de desenvolvimento não burguês, foi outro importante ponto de discórdia entre populistas e marxistas. Estes últimos advogavam veementemente pela implantação do capitalismo como pré-requisito para a construção do socialismo. Daí a defesa para a revolução burguesa para a Rússia como antessala para a revolução socialista. Escrito por Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, aponta quanto o modo burguês de produção

³³⁷ Para acompanhar com maior pormenor essa relação epistolar, ver: MARX, (2013).

estava desenvolvido no império czarista e, simultaneamente, mostra quanto a defesa dos populistas era sem sentido.

É interessante registrar que, após a revolução de 1905, quando o campesinato participou enormemente das ações revolucionárias com sua demanda de terras, o governo czarista, através da figura do primeiro ministro Piotr Stolypin (1862-1911), empreendeu toda uma política de fomento ao capitalismo no campo e de ataque à comuna camponesa. A ideia central desse movimento era criar uma base social fiel ao czarismo, a partir da formação de uma camada camponesa remediada e assentada na propriedade privada da terra. (FIGES, 1999, p. 292) A política do czarismo encontrou seu ponto de resistência, como não poderia deixar de ser, nos populistas. Em 1911, Piotr Stolypin foi morto em um atentado terrorista. (ULAM, 1976)

Porém, não somente os populistas colocaram em seu centro de reflexão a comuna rural e os camponeses. Vladimir Ulianov também o fez e sua geopolítica para revolução, não deixou passar despercebido esse imenso contingente demográfico do Império. Não poderia ser diferente, os camponeses como maioria da população e perpassados pela questão agrária, não passariam desatentadamente ao faro geopolítico leniniano como uma classe a ser mobilizada contra a ordem czarista. O fato é sintomático, pois os primeiros textos da produção leniniana versam justamente sobre a questão camponesa, por exemplo, *Quem são os amigos do povo e como lutam contra os socialdemocratas?* (1894). Aliás, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1898), livro bastante utilizado nesta tese, há uma análise detalhada dos camponeses. *O programa agrário da social-democracia* (1907), como o próprio título indica, também contempla uma discussão e análise sobre a referida temática.

Para Lenin, a comuna rural era um elemento de atraso na vida social russa já que ela, dentre outras coisas, representava "[...] o isolamento medieval da comunidade semi serva, que fraciona o campesinato em minúsculas agrupações e ata de pés e mãos o proletariado rural, o que mantém as tradições de rotina, opressão e barbárie."³³⁸ O desenvolvimento do capitalismo no campo era um elemento progressivo que poria fim à comuna e criava um processo de diferenciação no seio do campesinato. Nesse sentido, Lenin faz uma forte crítica a visão homogenizadora dos populistas relativa à classe camponesa, que, segundo o autor, "[...] é absurda a ideia que se tem do

³³⁸ Original: "[...] el aislamiento medieval de la comunidad semisierva, que fracciona al campesinato en minúsculas agrupaciones y ata de pies y manos al proletariado rural, lo que mantiene las tradiciones de rutina, opresión y barbarie [...]". (OE2 1973, p. 86)

campesinato como um todo solidário em seu seio e como um todo homogêneo [...]."³³⁹ O afã analítico leniniano identifica que o conjunto da classe camponesa, genericamente, se divide em três grandes grupos:

1.º) um grande número de camponeses oprimidos pelos latifúndios feudais e interessados de modo direto na expropriação dos últimos. 2.º) uma escassa minoria de camponeses médios, que possuem atualmente terras numa quantidade aceitável para permitir uma exploração adequada. 3.º) uma reduzida minoria de camponeses remediados, que se transformam em burguesia camponesa e que, por uma série de transições, se encontra ligada ao regime de posse da terra baseado na exploração capitalista. (LENIN, 1980, p. 17)

Diante desses dados, Ulianov taxativamente assevera: "Existe distintos camponeses: uns vivem na miséria e passam fome; outros se enriquecem."³⁴⁰ Mas, tão importante quanto matizar os grupos acima, é denotar que o processo de diferenciação engendra uma proletarização do campesinato. Com o desenvolvimento do capitalismo, parte substancial dos camponeses se transforma em proletariado rural ou migram em direção as cidades para se tornarem operários fabris. E uns poucos engrossam as fileiras da burguesia.

Não se pode deixar de mencionar que a análise leniniana do capitalismo identifica duas linhas de desenvolvimento burguês no campo do império russo: a via prussiana e a via norte-americana. A primeira, consistia no fato de que os latifundiários feudais transformam suas propriedades em explorações capitalistas "[...] condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria 'grossbauers' (lavradores abastados)." (LENIN, 1980, p. 30) A segunda, tem a ver com o fato de que:

[...] ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta a propriedade feudal. Neste caso predomina o camponês que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. (LENIN, 1980, p. 30)

³³⁹ Original: "[...] es absurda la idea que se tiene del campesinato como un todo solidário en su seno y como un todo homogêneo[...]." (OE1 1973, p. 61).

³⁴⁰ Original: "[...] hay distintos campesinos: unos viven en la miseria y pasan hambre; otros se enriquecen." (OE2, 1973, p. 94).

Em outros termos, duas linhas de desenvolvimento burguês no campo, porém, com a diferença que uma privilegia o camponês e a outra, o latifundiário feudal.

Contudo, mais interessante e pertinente do que explorar as vias de desenvolvimento do capitalismo no campo, seja denotar a diretriz leniniana para o campesinato no âmbito de sua geopolítica para a revolução. Nesse sentido, cabe de imediato dizer que Lenin, como denotado nas seções passadas, tinha o proletariado como classe principal e dirigente da revolução. Entretanto, como não existe formação social pura, no sentido de existir apenas uma classe e, particularmente o Império Russo estava muito distante desse modelo de pureza, o líder bolchevique não concebia a ocorrência da Revolução Russa sem um sistema de alianças.

O proletariado sozinho, devido a sua quantidade demográfica, não podia fazer frente ao czarismo ou levar adiante solitariamente o projeto revolucionário. Cabia, portanto, aos trabalhadores fabris buscarem um aliado para o empreendimento revolucionário e tal aliado não era outro senão os camponeses. Desse modo, para o líder bolchevique, impreterivelmente, "[...] os camponeses [...] e os operários do campo devem se unir com os operários das cidades."³⁴¹ A brochura de 1903, *Aos pobres do campo*, da qual é tirada esse excerto, é uma nítida estratégia de aliança operário-camponesa. Diferente diretriz tinha os mencheviques em relação ao sistema de aliança, já que esta ala da social democracia russa, ao pensar a revolução, que na ortodoxia reinante seria burguesa, advogam os donos dos meios de produção como aliados naturais com quem o proletariado deveria se juntar para derrotar o czarismo. (DEUTSCHER, 1974)

Vladimir Lenin, mesmo inicialmente preso a tal esquema ortodoxo da revolução burguesa, não deixou de vislumbrar na burguesia uma classe subordinada e com fortes vínculos com o absolutismo russo, logo, incapaz de realizar suas tarefas históricas. O que o líder bolchevique diz no *Programa Agrário* é bastante sintomático: "A tática da social democracia na revolução burguesa russa não é determinada pela tarefa de apoiar a burguesia liberal [...], mas sim pela de apoiar os camponeses em luta." (LENIN, 1980, p. 34) Nesse esquema, caberia ao proletariado, juntamente com o campesinato e demais setores da população explorada e oprimida do Império, realizar a revolução burguesa, cabendo então, como tarefa do partido e do proletariado apoiar a linha norte-americana de desenvolvimento capitalista no campo, já que tal via, segundo Lenin, "acarreta um rápido desenvolvimento das forças produtivas e melhores condições de existência

³⁴¹Original: "[...] los campesinos [...] e los obreros del campo devem se unir com os obreros de las ciudades." (OE2, 1973, p. 93)

para a massa camponesa (melhores dentro do possível, sob a produção mercantil)." (LENIN, 1980, p. 34)

Para além do exposto, os títulos de alguns artigos do líder bolchevique em questão, tais como *La Ditadura democrática del proletariado y del campesinato* [A Ditadura do Proletariado e do Campesinato] e *El Partido obrero y el campesinato* [O Partido operário e o campesinato], indicam justamente a aliança entre as duas classes. Contudo, tal indicativo é evidente não somente nos títulos, mas também no próprio conteúdo dos trabalhos citados. Lenin expressa isso nesse excerto de seu primeiro artigo mencionado: "[...] qualquer que seja a origem e qualquer que seja as condições, está claro, em todo caso, que o governo provisório revolucionário não pode deixar de se apoiar em determinadas classes [...]" e, sobre a instituição governamental, entende que o "[...] governo provisório não pode ser outra que a ditadura do proletariado e do campesinato."³⁴² Assim, a revolução a ser realizada na Rússia tinha um conteúdo burguês, mas a classe que a realizaria não seria a burguesia. Dito de outra forma, uma classe realizaria as tarefas históricas de outra. Ou seja, o proletário realizaria as tarefas da burguesia. Porém, tudo isso, denota-se melhor nas palavras do próprio Ulianov: cabe "[...] ao proletariado russo justamente a tarefa da revolução democrática (cujo conteúdo íntegro expressamos, para abreviar, com a palavra república); esta mesma tarefa a tem toda [...] a massa do campesinato."³⁴³

Ademais da expressão ditadura democrática do proletariado e do campesinato, Vladimir Ulianov trata da união estratégica dos operários e camponeses por meio da palavra povo. São inúmeros os exemplos de mobilização desse conceito no discurso leniniano para denotar as classes fundamentais da revolução no esquema geopolítico para a revolução, tal como a assinalação presente em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*: "[...] a força capaz de obter a 'vitória decisiva sobre o czarismo' só pode ser uma – o povo – quer dizer, o proletariado e o campesinato, se encararmos as forças fundamentais consideráveis [...]" (LENIN, 1975, p. 42) Desse modo, “A ‘vitória decisiva da revolução sobre o czarismo’ é a ditadura democrática do proletariado e do campesinato.” (LENIN, 1975, p. 42) A palavra povo aqui empregada, ganha o sentido de unidade das classes fundamentais que mobilizam a revolução.

³⁴² Original: "[...] cualquiera que sea el origen y cualesquiera que sea las condiciones, está claro, en todo caso, que el gobierno provisional revolucionario no puede dejar de apoyarse en determinadas clases" e, respectivamente, esse "[...] gobierno provisional no puede ser otra cosa que la dictadura del proletariado y del campesinato." (OE2 1973, p. 178-179)

³⁴³ Original "[...] al proletariado ruso justamente la tarea de la revolución democrática burguesa (cuyo contenido íntegro lo expresamos, para abreviar, con la palabra república); esta misma tarea la tiene planteada todo el pueblo, es decir, toda la masa [...] del campesinato." (OE2, 1973, p. 177)

O uso do termo não significa que Lenin não veja ou não diga que no seio desse aglomerado de classes não haja contradições e divergências. Inspirado em Marx, o líder bolchevique declara: "Marx fala de 'povo'. Porém nós sabemos que ele sempre lutou impiedosamente contra a ilusão pequeno-burguesa da 'unidade' do povo, da ausência de luta de classe no seio do povo." (LENIN, 1975, p. 119) Assim, estrategicamente, "Ao empregar a palavra 'povo', Marx não ocultava sob esta palavra a diferença de classes; o que ele fazia era unificar determinados elementos capazes de levar a revolução ao fim." (LENIN, 1975, p. 119) O esquema de Marx aplicado pela análise leniniana à realidade do Império Russo, significa que o campesinato é um aliado do proletariado na luta contra o czarismo, porém, é o operariado a classe de vanguarda que irá lutar até o fim pelo socialismo, conforme denotado anteriormente.

Entre operários e camponeses há contradições irremediáveis, como bem fica patente no diagnóstico de Lenin: "O êxito da insurreição camponesa, a vitória da revolução democrática, só farão limpar o caminho para uma luta decisiva e verdadeira pelo socialismo, no terreno da república democrática." (LENIN, 1975, p.122-123) Dessa forma, "[...] Os camponeses, como classe possuidora de terras desempenharão nessa luta o mesmo papel de traição, de inconsequência, que agora desempenha a burguesia na luta pela democracia", logo, deixar passar que operários e camponeses não têm os mesmos interesses até o fim, "[...] é esquecer o socialismo, é enganar-se a si mesmo e os demais, a respeito dos verdadeiros interesses e das tarefas do proletariado." (LENIN, 1975, p.122-123)

As citações mobilizadas acima foram extraídas de *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*, um documento de 1905, referente à primeira Revolução Russa. Contudo, Lenin não diminui o uso do termo com o tempo, conforme fica muito bem denotado nesse excerto de *Changements dans la situation des classes* [*Mudanças na Situação de Classes*], de junho de 1917, portanto, em meio a conjuntura revolucionária da segunda revolução: "O povo, ou seja, os operários e os camponeses cujos chefes se encontravam reduzidos a clandestinidade eram revolucionários."³⁴⁴

Pelo exposto, conclui-se que povo para Lenin representa uma unidade cheia de contradições. Entretanto, para além dessa importante denotação, há outro significado, quando ele

³⁴⁴ Original: "Le peuple, c'est-à-dire les ouvriers et les paysans dont les chefs se trouvaient réduit à la action clandestine était révolutionnaire." (OC25, 1962 p. 135)

registra o termo no sentido de abarcar os demais setores da população, além do proletariado e do campesinato, como bempercebe-se nesse trecho:

Setores muito numerosos e diversos do povo russo se alçam contra a burocracia russa [...]. Mas a exceção do proletariado nem um só desses setores consentiria a democratização completa da burocracia, porque todos os demais setores (a burguesia, a pequena burguesia, a intelectualidade em geral) têm laços que as une à burocracia.³⁴⁵

Independente ou apesar desse registro, a tônica maior na mobilização leniniana de povo caminha no sentido de nomear os setores estratégicos da população do Império: proletariado e o campesinato. Em realidade, a mobilização de tal termo não é uma prerrogativa de Lenin. É possível rastrear tal uso na literatura anarquista para se referir aos setores da população que idealmente estariam engajados na luta revolucionária.

Talvez seja interessante fazer o contraponto entre o uso que o líder bolchevique faz do termo em debate e a tônica dada pela Geografia para a mesma palavra. Esse campo disciplinar, também mobilizou e mobiliza enormemente o conceito de povo. O contraponto não se prenderá nas variações do vocábulo no decorrer da história da disciplina. Apenas, a título de ilustração, se limitará na análise da utilização do vocábulo em duas obras clássicas do campo geográfico. Ratzel, em *A Geografia política*, registra: "[...] eu chamo *povo* um conjunto político de grupos e indivíduos que não tem necessidade de estar ligados nem pela raça (Stamm), nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum."³⁴⁶ Esse entendimento ratzeliano provém da compreensão do que é a instituição estatal. Para ele, "O estado se constitui como um organismo ligado a fração determinada da superfície da terra, ainda que suas propriedades provenham do povo e do solo."³⁴⁷ Em termos simplificados, o povo não é outra coisa que o conjunto de determinada população submetida à autoridade do Estado.

De certa maneira, Moodie reforça essa interpretação, quando diz: "todo Estado moderno [...] representa um amálgama de três elementos – território, povo e as relações entre eles." (1965,

³⁴⁵ Original: "Setores muy numerosos y diversos del pueblo ruso se alzan contra la burocracia rusa [...]. Mas a excepción del proletariado, ni uno solo de esos sectores consentiría la democratización completa de la burocracia, porque todos los demás sectores (la burguesía, la pequeñaburguesía, la'intelectualidad' en general) tienen lazos que los unen a la burocracia [...]." (OE1, 1973, p. 159)

³⁴⁶ Original: "[...]j'appellepeupleun ensemble politique de groupes et d'individusqui n'ontbesoin d'etrelisésni par larace (Stamm), ni par la langue, mais dansl'espace, par un sol commun." (RATZEL, 1987, p. 60)

³⁴⁷ Original: "[...] L'Etat se constitue comme organisme lié à une fraction déterminée de la surface de la terre, si bien que sespropriétésproviennent de cellesdupeuple et du sol." (RATZEL, 1987, p. 61)

p. 11) Milton Santos é outro que reforça o assinalado, considerando o Estado como algo "[...] essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania." (2004, p. 232) Porém, mais interessante do que falar de autores mais recentes, é retomar alguns clássicos mais antigos, por exemplo, Otto Maull, discípulo de Ratzel, em seu livro *Geografia Política*, mobiliza o termo povo na seguinte acepção: "[...] deve o povo sua formação como grupo cultural a processos tais como os de acomodação, assimilação, emigração, imitação e transmissão, regidos por leis culturais."³⁴⁸ Esse outro excerto torna o conceito mais claro:

[...] um povo é uma magnitude muito complexa que, em sua forma mais completa, se apresenta como uma comunidade de linguagem, cultura, religião e espaço histórico. Porém, não é necessário que existam todos estes elementos de unificação para que esteja assegurada a unidade do povo.³⁴⁹

Para Maull, o principal elemento formador desse coletivo populacional é o idioma. O geógrafo alemão é taxativo: “[...] ainda que não com exclusividade, o que mais tende a formar um povo é a igualdade de idioma.”³⁵⁰ Tal concepção de povo, baseada na comunidade de língua, é muito próxima do entendimento de nação de Karl Kaustky, malgrado nação e povo para Maull serem duas coisas completamente distintas. Mas, o debate referente à nação, é algo para as linhas subsequentes. Por ora, mais pertinente é dizer que Vladimir Ulianov também mobiliza o povo no sentido próximo ao de Maull (1960) quando, por exemplo, defende o direito dos povos a autodeterminação ou quando usa expressão "do povo russo". Isso fica melhor denotado na seguinte assertiva leniniana, proferida no contexto de fundação da Internacional Comunista:

A fundação da III Internacional [...] foi a referendação do conquistado não somente pelas massas proletárias russas, pelas de todos os povos que compõem a

³⁴⁸ Original: "[...] debe el pueblo su formación como grupo cultural a procesos tales como los de la acomodación, asimilación, emigración, imitación y transmisión, regidos por leyes culturales." (MAULL, 1960, p. 86)

³⁴⁹ Original: "[...] un pueblo es una magnitud muy compleja que, en su forma más completa, se nos presenta como una comunidad de lenguaje, cultura, religión y espacio histórico. Pero no es necesario que existan todos estos elementos de unificación para que esté asegurada la unidad de un pueblo." (MAULL, 1960, p. 86)

³⁵⁰ Original: "[...] aunque no con exclusividad, lo que más tiende a formar un pueblo es la igualdad de idioma." (MAULL, 1960, p. 86)

Rússia, senão também pelas da Alemanha, Áustria, Hungria, Suíça, em uma palavra, pelas proletárias do mundo inteiro.³⁵¹

Esse outro excerto segue a mesma perspectiva, a "[...]Finlândia, [...] se distingue de todos os demais povos que habitavam o velho império russo por ter maior cultura."³⁵² Aqui, o uso do referido termo está ancorado em uma vertente fortemente cultural ainda que, para Lenin, o cultural tenha um horizonte político específico: a mobilização dos povos submetidos à autoridade do Estado czarista contra a ordem estabelecida.

Apesar do Vladimir Ulianov utilizar o termo povo em três distintas tônicas, assinala-se sem dificuldades que o peso maior no âmbito de sua geopolítica, está assentando na operação de identificar ou separar do seio do quadro populacional do território, ou da chamada escala mínima russa, as classes sociais capazes de desenvolver a revolução no território ou de tecer o território da revolução. Como afirmado antes, não é necessariamente a totalidade da população de determinado território que se engajará no empreendimento revolucionário, pois há classes, setores e grupos potencialmente contrários à revolução e a favor. Dessa forma, a mobilização do termo povo, no sentido de aliança de classe, é mais penetrante no relativo à população russa do que o uso do mesmo vocábulo para referir-se às nações. O Império Russo, como discutido posteriormente neste trabalho, é um país multinacional e, portanto, as classes sociais campesinato e proletariado estão muito além das delimitações de tais povos ou nações. Em outros termos, as classes sociais transcendem ou rasgam as nações no âmbito da escala mínima imperial russa.

Nesse ponto da discussão é necessário colocar em pauta uma crítica da produção geográfica ao líder bolchevique, por meio de *Por uma Geografia dos Camponeses*, de Eliane Tomiasi Paulino (2012). Constata-se que a autora leu com afínco Karl Kautsky, mais especificamente, sua excepcional obra *A questão agrária*. No entanto, suas críticas à Lenin são muito frágeis, apesar de conter fortes elementos de pertinência como a que diz respeito a concepção leniniana do desaparecimento do campesinato. Primeiramente, Tomiasi, pode-se assim dizer, coloca Kautsky e Lenin no mesmo nível, sem enfatizar com contundência a diferença entre ambos, no relativo a questão agrária.

³⁵¹ Original: "La fundación de la III Internacional Comunista [...] ha sido la refrendación de los conquistados no sólo por las masas proletarias rusas, por las de todos los pueblos de Rusia, sino también por las de Alemania, Austria, Hungría, Suíça, en una palabra, por las masas proletarias del mundo entero[...]." (OE9, 1973, p. 99)

³⁵² Original: "[...] Finlândia [...] se distingue de todos los demás pueblos que habitaban el viejo império ruso por tener mayor cultura." (OE9, 1973, p. 144)

Obviamente que Lenin tinha o dirigente social democrata alemão na conta de um grande teórico marxista, pelo menos até o apoio de Kautsky a entrada da Alemanha no que se tornaria a Primeira Guerra Mundial. A brochura leniniana de 1919, *A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky*, trata sobre o afastamento do líder bolchevique para com o ex-dirigente da II Internacional. Porém, anterior a esse rompimento, Ilitch referendou várias proposições kautskyanas, inclusive as relativas à discussão agrária. Quando Lenin escreveu *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, não teve acesso a obra *A questão agrária* de Kautsky. Porém, assim que tomou conhecimento da obra do dirigente da II Internacional, escreveu alguns artigos referendando as conclusões de Kautsky. Mesmo com essa proximidade a distinção entre ambos existia. Uma delas refere-se ao fato de Lenin ser um dos primeiros, senão o primeiro, no campo do marxismo, a propor uma aliança de classe proletariado-camponato por atuar em um país de esmagadora maioria camponesa. O que o líder bolchevique defende em *Aos pobres dos campos* e outros artigos, como demonstrado acima, é justamente essa aliança com os homens do campo. Tomiasi, por sua vez, atribui a Antônio Gramsci o *status* de ser o primeiro pensador marxista a colocar os camponeses em um pacto de classe no âmbito de uma estratégia revolucionária. O assinalamento da autora não tem sentido algum. Gramsci, de certa forma, toma a discussão da aliança operário-camponesa de Lenin e a transporta para a realidade italiana. Uma segunda apreciação equivocada ligada indiretamente a Lenin, refere-se a forte desaprovação da autora à estratégia do PCB (Partido Comunista Brasileiro), de compor um pacto revolucionário burguesia-proletariado para a realização da revolução brasileira, excluindo desse esquema os próprios camponeses. São completamente pertinentes as apreciações de Tomiasi endereçadas ao PCB, porém, as raízes de tal exclusão não podem ser atribuídas a Lenin, como pensa a autora, uma vez que as críticas ao partido comunista brasileiro não chegam a atingir Vladimir Ulianov. Entre a proposta leniniana do pacto operário-camponês para a Rússia e a estratégia do PCB da aliança burguesia-proletariado, a partir da década de 30, sob o ditame da III Internacional, hegemonizada por Stalin, muitas coisas aconteceram. Tomiasi, confunde o que é leniniano com o que é leninista.

O poeta Paulo Leminski, em sua biografia sobre o criador do exército vermelho, *Trotsky, paixão segundo a Revolução*, denota ter uma visão muito mais aguçada do papel dos camponeses na estratégia leniniana para a revolução na escala mínima russa. Mas o que leva a autora em questão proceder assim? Um exame na bibliografia de *Por uma geografia dos camponeses*,

permite detectar que constam apenas três obras leninianas: *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e *Que fazer?*. Das três, apenas duas versam diretamente sobre a discussão dos camponeses, pois o último título é um debate sobre o partido. Há toda uma extensa produção leniniana acerca da questão agrária que a autora não levou em consideração em sua consulta, como por exemplo: *Aos pobres do campo*, *O partido operário e o campesinato*, *A ditadura democrática do proletariado e do campesinato*, *A atitude da social democracia ante ao problema camponês*, *O programa agrário da social-democracia russa na revolução de 1905-1907* e *As duas táticas da social democraciana revolução democrática*.

Para além do exposto, há ainda um segundo elemento explicativo para ponderações tão equivocadas: uma aproximação das posições leninianas demasiadamente ancorada em comentadores.

Posto isso, é forçoso dizer que as críticas à Tomiasi não se dirigem ao conjunto de seu livro. As ponderações traçadas aqui referem-se, unicamente, a parte de suas críticas endereçadas a Lenin. *Por uma geografia dos camponeses* é uma obra excepcional no âmbito da geografia brasileira e de leitura altamente recomendável no tocante a discussão do campo.

Críticas da produção geográfica a parte, é necessário colocar uma interessante questão para complementar mais diretamente a interpretação pela chave política-espço de Vladimir Ulianov: onde está alocada a questão agrária na escala mínima russa? Ora, se o proletariado e a questão operária estão localizados em algum lugar específico do território russo, por que seria diferente com o campesinato? Obviamente que os camponeses estão no campo, porém, dizer apenas isso é muito pouco. Há que se identificar mais concretamente as coordenadas geográficas da questão agrária na escala mínima russa. Vladimir Ulianov em seu afã de problematizar os homens do campo, não deixou passar despercebida a localização genérica da questão agrária no âmbito da escala mínima russa. Seus apontamentos em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* vão nessa direção, quando assinala que o desenvolvimento do modo burguês de produção se implementa de modo desigual no território, gerando todo um quadro diferenciado de regiões. Nesse contexto, se sobressai "[...] a região agrícola central, [...]" como "[...] a mais atrasada." (1982, p.112-113) É nessa porção do território *usado*, extremamente populosa, onde se encontram os maiores resquícios feudais na agricultura, tais como as grandes propriedades da nobreza e outras instituições pré-capitalistas, como o pagamento em corveia.

Além disso, é dessa região que surgiu um grande fluxo de camponeses que, fugindo das agruras das condições de vida, migram para colonizar novas terras agrícolas no *fundo territorial* e para os centros urbanos, na região industrial do *território usado*. Em *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*, o líder bolchevique aponta a mesma coordenada de localização:

Nas províncias essencialmente russas, a agricultura capitalista em grande escala está indubitavelmente em segundo plano. Predomina o pequeno cultivo em grandes latifúndios: diferentes formas de arrendamento feudal em condições leoninas, economia baseada no sistema de pagamento em trabalho (corvéia) [...] nos contratos de inverno, nos contratos abusivos a que estão sujeitos os camponeses por danos causados por seu gado às sementeiras dos latifundiários [...]." (LENIN, 1980. p.16)

Esse outro excerto solidifica melhor a localização "É de todos conhecido que os latifundiários feudais no centro agrícola da Rússia exercem a mais funesta influência sobre o regime social, sobre todo o desenvolvimento da sociedade, sobre o estado em que se encontra a agricultura, e sobre todo o nível de vida das massas camponesas." (LENIN, 1980. p. 40)

Para além de Lenin, alguns analistas da realidade russa identificaram a mesma região, como aquela onde a questão agrária era mais premente. Perry Anderson (2007) em seu *Linhagens do Estado absolutista* sinaliza nessa linha ao dizer que na Rússia central se assentava os resquícios do modo feudal de produção ancorado nos grandes domínios territoriais da nobreza. Orlando Figes reforça o diagnóstico de Anderson, ao assinalar que "[...] na antiga e cada vez mais povoada zona agrícola central situava-se a maioria das propriedades da nobreza e prevaleciam métodos retrógrados incapazes de fazer com que todos os camponeses tivessem meio de trabalhar a terra." (FIGES, 1999, p. 149) Nessa região, acrescenta ainda o autor "[...] havia poucos sinais de comercialização[...]" por conta de "[...] legados históricos que remontam aos dias da servidão," sem contar que "A economia de mercado era fraca [...] e a maioria dos mujiques estava ligada a um sistema natural de produção. [Onde] vendiam uma pequena quantidade da safra e, as vezes alguns objetos feitos a mão [...] para pagar tributos e comprar alguns artigos necessários para a casa." (FIGES, 1999, p. 149-150)

Nessa altura, há de se pontuar necessariamente, que tal região identificada, corresponde genericamente àquela que na representação cartográfica *Mapa 9 - Império Russo: quadro econômico denomina-se* de região deprimida. É importante frisar também que, com a identificação dessa região, não significa concluir que a questão agrária se localizava somente nessa porção do território. A distribuição dos camponeses, conforme constatado cartograficamente no *MAPA 11 - Império Russo: população camponesa por regiões* e *MAPA 12 - Império Russo: porcentagem da população camponesa em relação à população total por regiões*, estava alocada para além dessa zona central. Sinaliza-se, na identificação cartográfica é o que Lenin, nos excertos reproduzidos acima, de certa forma, apontou, ou seja, que a questão agrária se coloca com mais contundência, pelas razões já explicitadas, na parte central do Império Russo.

Se a identificação dos camponeses por parte de Lenin é um elemento de sua geopolítica para a revolução, também o é a identificação das coordenadas de localização da questão agrária no âmbito da escala mínima. Nesse esforço de interpretação da geopolítica de Lenin faz-se necessário aplicar um procedimento similar ao utilizado no tocante ao operariado, ou seja, assim como se denominou as cidades enquanto *lóci* de assentamento operário como o *heartland* da revolução, denominará-se o campo em um sentido mais *lato* e a região deprimida em um sentido mais estrito de *hinterland*.³⁵³ O raciocínio é muito simples, discutir classe é discutir lugar. Desta forma, conclui-se que se a classe operária e o campesinato eram importantes atores coletivos da estratégia revolucionária de Lenin, o *heartland* e o *hinterland* se destacavam necessariamente como lugares de alto valor geopolítico dessa mesma estratégia no âmbito da escala mínima russa.

Para além da estratégia de Lenin, o debate sobre *heartland* e *hinterland*, logo subjacentemente sobre classe operária e campesinato, leva a importantes elementos de interação entre ambos, já denotado. Trotsky, em sua brilhante narrativa das jornadas de fevereiro em Petrogrado, expõe um interessante episódio que, de certa maneira, ajuda a retomar tais elementos. Diz o criador do Exército Vermelho que, durante os acontecimentos revolucionários de fevereiro, um grupo de 2500 operários, partindo da periferia, caminhava pelas ruas da cidade em direção ao centro, quando, de repente, se deparam com uma patrulha de soldados cossacos montados a cavalo, cujo objetivo era justamente impedir que os trabalhadores atingissem a parte central da

³⁵³ O termo *hinterland* significa “terra interior” ou “adjacente”, por isso é, de certa maneira, uma complementaridade ao *heartland*.

urbe. Instaura-se um momento de tensão entre os dois grupos, partindo de extremidades opostas da rua, caminham para um encontro aterrador em algum ponto da via pública. Entretanto, quando a aproximação se efetivou, os cossacos ao invés de reprimirem e dispersarem os trabalhadores começaram a entabular conversas amigáveis com os operários. Tais diálogos foram antecidos por sorrisos e piscadelas de olhos de alguns elementos da patrulha montada aos pedestres proletários. A disciplina cossaca estava por um fio. Nesse ponto a narrativa de Trotsky descreve melhor o desfecho:

Os oficiais se apressaram em separar suas patrulhas dos operários e, abandonado a idéia de dispersá-los, alinharam os cossacos ao longo da rua como uma barreira para impedir os manifestantes de alcançarem o centro. Mas mesmo isso não ajudou: ficando imóveis em perfeita disciplina, os cossacos não atrapalharam os operários de 'mergulhar' sob seus cavalos. A revolução não escolhe seus caminhos: fez seus primeiros passos rumo à vitória sob o ventre do cavalo de um cossaco. (TROTSKY, 2007, p. 116).

A conexão revolução e literatura é, de novo, extremamente oportuna: seria um *Toinho de Bendegó* russo o primeiro operário que, na narrativa de Trotsky, passou por baixo da barriga do cavalo do cossaco para chegar ao centro da cidade? Seriam *Toinhos de Bendegós* os demais operários que imitaram o ato do primeiro? Os primeiros passos da revolução rumo a vitória foram dados por *Toinhos de Bendegós*? Caso se acompanhe ao pé da letra a própria caracterização trotskyniana, sendo possível acrescentar também determinada caracterização leniniana, pode-se dizer que não, ainda que de forma tensa. Para Trotsky, o operariado da cidade criada por Pedro, o grande, era o operariado no verdadeiro sentido do termo, pois, nascera e se criara na cidade, portanto, seus vínculos com o campo eram diminutos. Mas há fortes elementos para problematizar as ponderações de Trotsky, conforme ele mesmo pondera. No referente a isso Mccauley (1975) e o próprio Trotsky (2007) dizem que, durante a guerra (1914-1917), o montante da mão de obra operária empregada na indústria da capital aumentou vertiginosamente. Parte dos elementos proletários que compuseram esse aumento não eram puramente urbanos, mas de operários migrantes provenientes do campo e muitos dos operários autenticamente urbanos da capital foram enviados para o *front*. Fizes vai mais longe ao pontuar:

Em 1914, três a cada quatro habitantes de São Petersburgo eram registrados como camponeses de nascimento. Cinco décadas antes, a proporção era inferior a um

terço. Nesse mesmo ano, metade dos, 2,2 milhões moradores de São Petersburgo era formada por pessoas que chegaram à capital nas duas últimas décadas. (FIGES, 1999, p. 155)

Nessa questão, ressalta ainda o historiador britânico que a realidade de Moscou era muito mais acentuada que a de São Peterburgo. O que se passa nas duas capitais imperiais é um fenômeno mais amplo vinculado à formação da classe operária do conjunto da escala mínima russa³⁵⁴. A maior parte da diminuta e concentrada, porém significativa classe operária do Império Russo tinha um pé no campo, ou seja, era composta de elementos provenientes do mundo rural. (AUED, 1995)

A Revolução Industrial, impulsionada sobretudo nos centros urbanos, era um forte elemento de atração dos camponeses. Aquele forte movimento de urbanização, de inchaço urbano, que Lenin, acompanhara com tanto interesse em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, estava inserido nesse bojo migratório. Somado a isso, o caráter, tardio da industrialização do império dos czares, somente na segunda metade do século XIX, conferia ao proletariado do Império, pouquíssimas gerações de operários nascidos e criados em ambientes urbanos ou genuinamente citadinos. Eis a interação entre *heartland e hinterland*, sinalizada acima.

Depois de toda a exposição, um retorno ao episódio do encontro do grupo operários com uma patrulha montada de cossacos na via pública de Petrogrado narrado por Trotsky, proporcionaria certa segurança para afirmar que poderiam sim, serem *Toinhos de Bendegós*, aos menos alguns, ou a maioria dos operários que abriram caminho à vitória da Revolução, passando por debaixo da barriga do cavalo para alcançarem o centro da cidade.

A discussão em tela está no centro de um grande debate historiográfico. Por um lado, a historiografia mais pró bolchevique, argumenta que a base proletária fiel à revolução bolchevique era formada de operários autenticamente urbanos, logo, sem laços com o campo, em outras palavras, não compostas de *Toinhos de Bendegós*. Por outro lado, determinada linha historiográfica, mais simpática aos mencheviques, sendo estes os primeiros a elaborar o argumento e rebaterem que a base de apoio ao empreendimento revolucionário bolchevique, no

³⁵⁴ A discussão elencada acima dá oportunidade de denotar um elemento da agenda de pesquisa da proposta de abordagem geográfica do fenômeno revolucionário: escala mínima e formação da classe operária.

heartland da Revolução, era formada operários-campônios ou *Toinhos de Bendegós*.³⁵⁵ O que está exatamente em disputa nesse debate?

A importante questão se a Revolução Russa, mais precisamente a Revolução de Outubro, foi genuinamente proletária ou não. A saída da discussão por uma ou outra linha do debate muda substancialmente a caracterização do que foi a Revolução levada a cabo na Rússia por Lenin e seus seguidores. Isso, além de ser um interessante debate, também suscita instigantes questões, mas que, infelizmente, não há condições e espaço para aprofundá-las aqui. Logo, o que se apontou entra, no quadro expositivo apenas a título de registro, tanto das questões pertinentes quanto de indicativos de futuros empreendimentos exploratórios.

Por enquanto, dentro das possibilidades deste trabalho, mais relevante é sintetizar uma localização dos camponeses no âmbito da geopolítica leniniana considerando duas importantes variáveis. Ou seja, cartografia leniniana dos homens e mulheres do campo que mesclam a variável política e cultural. A discussão acumulada permite identificar uma localização privilegiada do sujeito camponês no mapa político da geopolítica leniniana para a Revolução. Como visto, Lenin pensa a Revolução na escala mínima russa, como uma espécie de aliança de classes entre o proletário urbano e o campesinato. A classe camponesa está no mapa político leniniano da Revolução, como elemento central na estratégia revolucionária, dentre outras coisas, por ser a maioria da população, ser extremamente explorada e oprimida e também, por sua enorme capacidade de corroer a ordem czarista.

Posição distinta na cartografia leniniana ocupa o campesinato se mobilizada a outra variável em jogo: a cultura. O mapa cultural leniniano da escala mínima russa é centralizado no universo urbano. O campo representa o atraso, a barbárie. A cidade é o polo dinamizador do mundo moderno, ponto de irradiação da sociabilidade e modelo para o conjunto da escala mínima. Com isso, os camponeses estão no mapa político de Ilitch, mas não no cultural.

Seria injusto não esclarecer que as coisas não são tão estáticas e rígidas para Ilitch como parece a primeira vista da argumentação apresentada. No âmbito da ordem czarista e no desenvolvimento da ordem econômica burguesa na escala mínima russa, os camponeses se deslocam no sentido de se incluir no mapa cultural, a medida que migram do campo para a cidade, ou seja, a medida que se tornam *Toinhos de Bendegós* nos centros urbanos industriais. É

³⁵⁵ Sobre essa discussão, ver: FIGES (1999).

nesse sentido que caminha a valorização positiva de Ilitch à migração campo-cidade, denotada em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Em termos literais:

[...] o deslocamento das populações do campo para a cidade, o êxodo dos operários que passam a exercer uma ocupação não agrícola é um fenômeno progressista, que permite as massas abandonar os rincões perdidos pela História, onde estavam confinadas, e mergulhar no turbilhão da vida moderna. (LENIN, 1982, p. 361)

Para o líder bolchevique, o assentamento dos camponeses nos centros urbanos e mesmo industriais que não sejam urbanos, ainda que seja por determinado período do ano, "eleva o nível de instrução da população e seu grau de consciência, infunde-lhe hábitos e necessidades culturais." (LENIN, 1982, p. 361) Aliás, é nessa massa de migrantes que o desígnio geopolítico leniniano se apoia para dispersar as ideias do partido da cidade para o campo. Os vínculos dos *Toinhos de Bendegós*, alocados no *heartland*, com as aldeias, seria um elemento de capilarização ou penetração das ideias revolucionárias no *hinterland* da escala mínima russa.³⁵⁶

A essa altura é necessário fazer um exercício de correlação, para se extrair algumas conclusões. Ao se sobrepor essa tensa cartografia leniniana dos camponeses sobre os locais geopolíticos *heartland* e *hinterland* da escala mínima russa, levando em consideração a aliança operário-camponesa, infere-se que o mapa político leniniano da revolução, em termos de classes, é maior que o mapa cultural. Este se centra, sobretudo, no *heartland* da revolução, enquanto aquele perpassa tanto o *heartland* quanto o *hinterland*. Sendo assim, assinala-se então, que uma das tarefas da revolução na perspectiva leniniana, era expandir o mapa cultural do *heartland* para o *hinterland*. Inserir mais densamente o mundo rural, para utilizar as palavras do próprio Lenin no "turbilhão da vida moderna."

Para o líder bolchevique, a eletricidade era a nova base técnica, na qual a edificação econômica do socialismo na Rússia devia se ancorar. O lema leniniano, lançado no contexto do plano GOELRO, "O comunismo é o poder soviético mais eletrificação", é algo diretamente ligado à extensão do mapa cultural para além do *heartland*. Desta forma, o que é o plano da

³⁵⁶ No tocante a essa discussão rever o tópico: 3.1.2. *Partido e circulação*.

Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia (GOELRO)³⁵⁷ elaborado e implementados pelos empoderados bolcheviques em 1921? No entender de Ilitch, o dever do poder soviético com tal plano era convencer:

[...] os camponeses que a organização da indústria sobre uma alta base técnica moderna, sobre a base da eletrificação, que vincule a cidade com o campo e termine com o contraste entre a cidade e o campo, [é o que] permitirá elevar o nível cultural do campo.³⁵⁸

Uma superação que inclui pôr fim "[...] a ignorância, a miséria, as enfermidades e o embrutecimento"³⁵⁹ Esse outro excerto leniniano reforça ainda mais o exposto: o dever do poder soviético é "[...] colocar toda a Rússia sobre uma base técnica superior que ponha fim ao contraste entre a cidade e o campo e permita superar plena e decididamente o atraso, o fracionamento, a dispersão e a ignorância da vida aldeã [...]", que, no parecer do líder bolchevique, "[...] constituem até agora a causa principal do todo o estancamento, de todo o atraso e de todo abatimento."³⁶⁰

Pode-se assim dizer, que o que Vladimir Ilitch Lenin está tentando levar ao campo da escala mínima russa sob soberania do poder soviético são aquelas tecnologias que Karl Kaustky, em *A Questão Agrária*, já havia identificado na zona rural dos países centrais. O teórico da II Internacional e do SPD alemão, ao analisar a mecanização do campo, não deixou passar despercebido o potencial da energia elétrica nas atividades próprias do mundo rural. Assinala Kautsky:

Talvez a eletricidade seja chamada a celebrar nesta esfera triunfos ainda maiores – chamada de um lado, a expulsar o vapor das atividades em que penetrou, de

³⁵⁷ O GOELRO foi um plano do governo soviético para eletrificar a Rússia e dar suporte tanto para a industrialização quanto dar acesso ao conjunto da população às benesses da eletricidade.

³⁵⁸ "[...] los campesinos que la organización de la industria sobre una alta base técnica moderna, sobre la base de la electrificación, que vincule a la ciudad con el campo y termine con el contraste entre la ciudad y el campo, ha de permitir elevar el nivel cultural del campo [...]." (OE11, 1973, p. 166)

³⁵⁹ Original: "[...] en los rincones más apartados el atraso, la ignorancia, la miseria, las enfermedades y el embrutecimiento." (OE11, 1973, p. 166)

³⁶⁰ Original: "Colocar a toda a Rusia sobre una base técnica superior que ponga final contraste entre la ciudad y el campo y permita superar plena y decididamente el atraso, el fraccionamiento, la dispersión y la ignorancia de la vida aldeana [...]", que no parecer do líder bolchevique, "[...] constituyen hasta ahora la causa principal de todo el estancamiento, de todo el atraso y de todo abatimiento." (OE11, 1973, p. 166)

outro, a substituir, em que este não chegou, a força de trabalho humana e animal. Aos lugares em que o locomóvel e a transmissão por cabos se mostram impróprios, a força elétrica pode ser facilmente transportada. Ela é distribuída sem dificuldades. A sua produção não pressupõe, absolutamente o emprego do carvão. Nas regiões afastadas dos centros mineiros onde o trabalho a vapor não é produtivo, mas que dispõe de força hidráulica barata, a eletricidade pode tornar vantajoso o cultivo mecânico. Também o arado elétrico e também, além disso, consideravelmente mais leve que o arado a vapor. (KAUTSKY, 1968, p. 63)

A esse quadro, acrescenta ainda o marxista alemão, outras utilidades da eletrificação: "Ao lado de outras vantagens, a energia elétrica proporciona a iluminação de toda a superfície do domínio. Isso possibilita no caso de urgência, por exemplo, durante a colheita, o trabalho agrícola noturno [...]." (KAUSTKY, 1968, p. 64)

É possível concluir, através da análise de Kaustky, o que Lenin pretendia com a eletrificação da Rússia e para muito além disso, deduzir outras potencialidades da presença dessa técnica no mundo rural. Para tanto, imagine-se o impacto da eletrificação nas aldeias, nas possibilidades de aplicação do ensino noturno. Aqui é necessário dizer que a alfabetização da população era uma importante política do governo de Lenin.

Porém, a política leniniana de extensão do mapa cultural do *heartland* para o *hinterland* não é destituído de contradições. No plano mais imediato, sem fugir do quadro temporal da presente tese, logo sem se adentrar nas agruras da política soviética pós-Lenin para o campo,³⁶¹ destaca-se que foi sobre os camponeses que pesaram as duras políticas do comunismo de guerra (1918-1921) que incluíam, sob a necessidade da mobilização da guerra civil, dentre outras coisas, a abolição do comércio privado, o monopólio estatal no comércio de grãos, assim como o monopólio estatal do abastecimento urbano por meio do confisco dos excedentes dos camponeses. Na avaliação de Deutscher o comunismo de guerra foi "[...] uma tentativa de arrancar da economia arruinada os meios da guerra civil." (2005, p. 583) Na prática, tal política significou para os camponeses a expropriação dos seus excedentes. Até mesmo Lenin chegou a reconhecer os exageros dessa política sobre os homens do campo quando assinalou que,

peculiarmente, o 'comunismo de guerra' consistia em que tomávamos na prática dos camponeses todos o excedente, e às vezes inclusive o não excedente, uma

³⁶¹ Aqui referem-se às políticas de coletivização forçada perpetrada pelo governo soviético na década de 1930.

parte indispensável, para cobrir os gastos do exército e para manter aos operários.³⁶²

Toda essa pressão do governo soviético sobre o campo não foi suportada com resignação pelos camponeses. Houve inúmeras revoltas do campesinato contra o programa de requisição. Malgrado esses mesmos homens do campo esmagadoramente terem apoiado os bolcheviques pela simpatia que estes demonstravam à reforma agrária. Uma das ações mais emblemáticas contra o poder soviético foi a *antonovishina*³⁶³, guerrilha rural liderada por Alexander Antonov.

Mas a desconfiança do líder bolchevique para com os camponeses pode também ser captada ainda em alguns dispositivos legislativos do Estado Soviético, nos quais ele foi um dos principais construtores. A constituição da República Federativa Socialista Soviética Russa (RFSSR) de 1918 (principal entidade federal do que viria ser a União Soviética) e a própria constituição da URSS, em 1923, é emblemática sobre isso.

A presente análise detém na primeira. Com a carta magna russa de 1918, nota-se que a organização do poder privilegia sobremaneira o mundo urbano. Em termos simplificados³⁶⁴, no nível central da organização do poder, há o Congresso Pan-Russo dos Sovietes, organização que congrega o poder supremo do país, convocado de dois em dois anos, elege um Comitê Executivo de 200 membros que, até a realização de um novo congresso pan-russo, é o poder supremo da República. Instituição legislativa e executiva, o Comitê Executivo Central forma o *Conselho de Comissariado do Povo*, organização que, de fato, conduz a administração do país. Mas, o interessante desse esquema organizativo é o sistema de eleições, pois toma assento no *Congresso Pan-Russo dos Sovietes* os deputados eleitos a partir dos soviets urbanos, na proporção de 1 representante para cada 25.000 habitantes e, a partir do congresso de soviets provinciais, na proporção de um deputado para cada 125.000 habitantes de províncias.

No nível regional e provincial da organização do poder soviético, o arranjo do congresso dos soviets, nesse recortes territoriais administrativos, se dava com base nos seguintes cálculos: nas regiões, um representante para cada 25.000 habitantes do distrito; cinco nas cidades, um deputado para cada 5.000 eleitores urbanos; nas províncias, o congresso era formado por

³⁶² Original: " [...] el peculiar 'comunismo de guerra' consistía en que tomábamos sin la práctica a los campesinos todos los excedentes, y a veces incluso lo no excedente, una parte indispensable al campesino, para cubrirlos gasto del ejército y para mantener a los obreros." (OE12, 1973, p. 33)

³⁶³ Sobre a *antonovishina*, consultar: FIGES (1999, p. 942-944)

³⁶⁴ Para uma visão mais pormenorizada da organização do poder soviético consultar: RFSSR, (1918).

representantes dos sovietes urbanos e rurais em um arranjo de um representante para cada 10.000 habitantes dos distritos rurais, e, um representante para cada 2.000 eleitores urbanos.

No arranjo institucional do poder denotado, os representantes do mundo urbano sempre têm primazia sobre os representantes do mundo rural, apesar deste ser a maioria da população da República russa. Dito o mesmo em outros termos, o valor político do voto é espacialmente muito desigual. O setor urbano da sociedade é eleitoralmente mais valorizado que o rural. O voto dos eleitores tem valores distintos a depender de sua localização no espaço. Tal ordenamento institucional do poder é condizente com a aliança revolucionária operária camponesa defendida por Lenin, na qual os operários eram o sujeito principal da aliança, agente mor da revolução. Essa é uma discussão eminentemente geográfica, pois articula: poder, espaço e representatividade. Uma discussão tocante à dimensão social e espacial da representação política ligada à concepção de Lenin no âmbito do Estado que, para o bem ou para o mal, encarnou a dita experiência socialista, se torna extremamente instigante, porém ficará para trabalho futuro.³⁶⁵ Por ora, o mais pertinente sobre essa questão é concentrar-se, ainda que seja a título de comentário, sobre as visões do campo de determinado parcela do proletariado russo.

Orlando Figes (1999) diz que muitos dos operários que fixaram residência na cidade, buscaram renegar o estilo de vida do campo em detrimento do rural, como mudar cortes de cabelo, vestimentas, comportamentos sociais etc. Vladimir Ilitch percebeu esse fenômeno, conforme visto, entretanto, não é demasiado reforçar a explanação leniniana com mais algumas de suas palavras que valorizam a dimensão cultural do impulso à migração: "O camponês migra por 'motivos superiores', vale dizer, atraído pela cultura e pela elegância de São Petersburgo [...]." (LENIN, 1982, p.361)

São inúmeras as análises de Lenin em tônica positiva referente ao impacto cultural do mundo urbano e, principalmente, da capital sobre os operários migrantes. A seguinte assertiva vai nessa direção: "Liberando o camponês do sorvedouro das relações patriarcais e pessoais de dependência e do caráter corporativo, o êxodo valoriza a personalidade civil do indivíduo." (LENIN, 1982, p. 361) A análise é tão minuciosa que não deixa passar despercebido o impacto das migrações no universo feminino: "O êxodo para a cidade debilita a velha família patriarcal e oferece à mulher uma situação mais independente, igual à do homem." (LENIN, 1962, p. 362)

³⁶⁵ O desenho de uma abordagem geográfica do fenômeno revolucionário não poderia deixar de contemplar como eixo de análise, a temática poder, espaço e representação política no Estado oriundo do processo revolucionário.

Obviamente, Lenin examina as migrações pela ótica da economia e da formação do mercado de trabalho no capitalismo sem, no entanto, desconsiderar as motivações culturais da mobilidade do trabalho. Para além do exposto, as razões não econômicas para tal deslocamento estão substancialmente marcadas no estudo referente às estatísticas das migrações campo-cidade no Império, que Ilitch reproduz em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*:

Há ainda outra razão que impulsiona as pessoas à emigração. Trata-se da opinião generalizada de que um homem que não conhece São Petersburgo e que só se ocupa com a agricultura ganha toda a vida o apelido de pastor - e os pastores têm muita dificuldade de encontrar uma namorada (JBANKOV, p. 27, apud, LENIN, 1982, p. 361)

Vejam-se as implicações: um migrante do campo passa uma temporada em qualquer centro urbano, como por exemplo, São Petersburgo, e passa a possuir um recurso de poder, no jogo das relações afetivas, cujo desejo de aquisição desse capital simbólico faz muitos camponeses migrarem. Os críticos do comunismo, do experimento soviético, do bolchevismo ou ainda de qualquer figura que melhor encarnou o processo de criação do Estado soviético, podem acusar Vladimir Ilitch Lenin de muitas coisas, menos de seu marxismo, ao menos no que se refere à mobilidade do trabalho era de ordem economicista.

Tais observações leninianas faz lembrar Raffestin ao assinalar que, "Em matéria sociocultural, a capital domina os sistemas sêmicos e, por intermédio deles, age sobre o meio que dela depende. A língua, a cultura, a informação, muitas vezes são determinadas pelo que impõe a capital", pois ela geralmente "[...] desempenha [...] um papel normativo: a língua pode ser a que se fala na capital. A cultura é aquela ratificada pela capital [...] A informação chega e parte da capital [...]" (RAFFESTIN, 1993, p. 194) Pelo visto, Lenin compreendeu não somente o significado político de São Petersburgo, mas também cultural para a população rural, para não dizer também, para grande parte do conjunto do Império.³⁶⁶

Sendo assim, retomando o debate da cartografia, surge a seguinte indagação: seria São Petersburgo, a cidade construída por Pedro, o Grande, ao estilo ocidental, o principal centro

³⁶⁶ Lénin considera que alguns povos que o czarismo subjuga são culturalmente superiores aos próprios russos.

daquele mapa cultural leniniano da escala mínima russa? Diante de toda a exposição, sem nenhuma pretensão de aprofundamento na resposta, é possível assinalar que sim.³⁶⁷

Um retorno ao enfoque da literatura permite também dizer que, observando pelo filtro da crônica que iniciou a presente seção do capítulo, muitos dos *Toinhos de Bendegós* buscavam renegar seu passado rural e se tornar verdadeiros cidadãos. Um exercício de imaginação permite vislumbrar várias cenas na direção do que foi exposto. Uma delas, seria a insegurança linguística³⁶⁸ dos operários *Toinhos de Bendegós*, atraídos para o mundo da militância, em se expressar no meio social dos militantes marxistas dos extratos sociais superiores ou de classe abastadas. Do modo empírico, Figes assinala que muitos operários que participavam dos círculos de estudos clandestinos³⁶⁹, "[...] se sentiam pouco à vontade na companhia das camadas médias liberais que patrocinavam esses estudos."³⁷⁰ Apesar desse desconforto, os trabalhadores insistiam nessa participação por acreditarem que seria a abertura para um novo mundo de conhecimento", como na literatura, no teatro, na história, na aritmética, na gramática, no marxismo, na política e nas ciências em geral. (FIGES, 1999, p. 166) Não dá para não lembrar aqui de uma das premissas

³⁶⁷ No que se refere a essa discussão, há um lastro no plano da literatura. Um conto de Gogol, na qual dois estudantes fanfarrões, trapaceiros e sem dinheiro viajam pelo interior do Império. Na capital de determinada província, se hospedam na casa do governador, um deles faz-se passar por inspetor geral, com esse status, consegue noivar com a filha do governador provincial e ao mesmo tempo flertar com a mãe da noiva. Em praticamente todos os diálogos entre os personagens a distante São Petersburgo aparece como referência de cultura. Aliás, o encanto que os dois personagens exercem sobre os provincianos vem, não somente da suposta posição de inspetor geral, mas do pertencimento ou vivência ao mundo de São Petersburgo. A bem da verdade há que se dizer que os dois estudantes nem são da capital, apenas lá vivem por razões de estudo. Suas viagens pelo interior se justificam pelo retorno à casa em decorrência das férias. O morar em São Petersburgo é um capital social que eles mobilizam para adentrar a determinados ambientes sociais da elite da província. Para conferir os pormenores da trama, ver: GOGOL (2011).

³⁶⁸ Em termos bem simples, insegurança linguística é um fenômeno no qual o falante de determinada língua não se sente seguro para se expressar diante de um novo grupo social, não porque não tenha nada de interessante a dizer, mas por não dominar a norma padrão da língua falada ou mesmo dominando, se expressa em um falar (sotaque), distinto do considerado como padrão ou mais prestigiado do idioma. No referente a isso, ver: BAGNO (2009) e CALVET (2009).

³⁶⁹ Os círculos de estudo foram instituições criadas no final do século XIX pelos militantes de classes abastadas para se aproximar dos operários.

³⁷⁰ Para dar mais concretude ao que Figes trata, reproduz-se um trecho das memórias de Semem Kanatchikov (1879-1940). Um operário proveniente do campo que aderiu ao bolchevismo, no início do século XX, e, nessa condição de adepto, foi integrante do governo bolchevique após a tomada do poder, em 1917: "Nosso guia da *intelligentsia* nos apresentaria em voz alta, enfatizando as palavras 'operários conscientes'. Então éramos regalados com chá e todos os tipos de petiscos estranhos, que hesitávamos tocar, com receio de cometer algum equívoco embaraçoso. Nossa conversa com esses liberais tinham um caráter muito artificial. Eles nos perguntariam sobre esse ou aquele livro que tínhamos lido nos questionariam como viviam a massa de trabalhadores, o que pensavam e se tinham interesse em se organizar. Alguns nos interrogariam se líamos Marx. Qualquer estupidez que murmurássemos em nossa confusão seria recebida com beneplácito condescendente." (KANATCHIKOV, 1986, p. 105) Kanatchikov é um dos muitos trabalhadores, ao ver da presente tese, *Toinhos de Bendegós* que saíram do campo para se fixarem na cidade, porém, diferentemente desses tantos, deixou em forma de registro autobiográfico sua experiência, rica em captar a transição de um migrante trabalhador do mundo rural para o urbano, a relação *intelligentsia* com os operários e inúmeros outros aspectos da vida da classe operária no Império Russo. Para mais detalhes, consultar: KANATCHIKOV (1986).

leniniana afirma que a consciência socialista vem de fora da classe operária.³⁷¹ (LENIN, 2006, p. 135)

O exposto traz alguns elementos de entendimento da relação classe operária e militância. Nessa direção, Figes aponta algumas pistas da significativa adesão dos operários do Império Russo ao movimento social-democrata: "A atração especial exercida pelo marxismo provinha da importância que essa doutrina atribuía ao papel da classe operária e a ideia de progresso." (1999, p. 168) Não se pode deixar de enfatizar a tônica da propaganda e agitação partidária na caracterização de que "[...] os camponeses estavam fadados a desaparecer como resultado do progresso econômico; que eram uma relíquia do passado retrógrado da Rússia e que seriam varridos pela indústria [...]," acrescenta-se também a desqualificação nesse mesmo discurso de "[...] que a crença dos populistas na comuna (à qual muitos dos operários de origem camponesa ainda aderiam) não era mais sustentável." (FIGES, 1999, p. 169)

Tudo isso acabou por trazer para as fileiras da militância partidária, ou colocar sob o guarda-chuva da influência da social-democracia, muitos dos recém ingressados do mundo fabril. De todas as correntes políticas a atuar no espectro político da escala mínima russa, "[...] apenas o marxismo podia explicar aos proletários por que seus pais camponeses haviam empobrecidos tanto e por que eles mesmos haviam sido forçados a migrar para as cidades." (FIGES, 1999, p. 169)

Após a exposição da presente seção deste capítulo, sobre o campesinato na geopolítica leniniana, a discussão não se esgota. Apenas alguns elementos do debate leniniano foram exibidos aqui, os quais darão a sustentação à interpretação particular da geopolítica de Vladimir Ulianov. Ficaram de fora aspectos relevantes da discussão camponesa em Lenin, contudo, tal fato não modifica a tônica geral do caminho crítico da interpretação em tela. Ademais, o término desta seção não significa que a discussão sobre os homens e as mulheres do campo esteja esgotada no âmbito da tese. À frente retomam-se alguns elementos dentro dos horizontes de outras discussões.

³⁷¹ Nas linhas passadas, deu-se conta de explicar, minimamente, as concepções leninianas de organização revolucionária, incluindo a defesa de que a consciência socialista vem de fora da classe operária. Para retomar essa discussão, consultar especificamente o tópico 3.1. *A Concepção de Partido Leniniana*, da primeira seção deste capítulo, na página 134.

3.4. O *Rimland* da Escala Mínima

3.4.1. O problema das nacionalidades no império czarista

John Reed (1887-1920) em sua vibrante narrativa da Revolução russa, *Os dez dias que abalaram o mundo* (2010) diz que os bolcheviques ao tomarem o poder em Petrogrado, em novembro de 1917, e instituírem um novo governo, implementaram algumas medidas relativas ao atendimento das demandas populares mais reivindicadas pelo quadro populacional explorado e oprimido do Império, tais como a convocação da assembleia constituinte, a resolução da questão agrária, a retirada da Rússia da I Guerra Mundial, o problema do abastecimento das cidades e a questão das nacionalidades.

Deste conjunto de medidas, interessa na presente seção do capítulo, a que diz respeito à questão dos povos subjugados pelo czarismo, que recebeu uma grande atenção por parte de Lenin e, nesse sentido assinala-se, sem dificuldades, que é um dos pontos centrais da geopolítica leniniana da Revolução. Muito sintomático disso é o fato que o documento que anuncia a resolução, por parte do novo governo, do conjunto de questões, elencadas acima e narrado por Reed, foi redigido pelo líder bolchevique e aprovado pelo II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia. A mesma instituição que sancionou a derrubada do Governo Provisório e ratificou a criação do governo soviético edificado pelos bolcheviques na capital, trata-se do documento *A los obreros, soldados e campesinos* [Aos Operários Soldados e Camponeses] na qual Lenin assinala de forma clara que "O Poder soviético [...] garantirá a todas as nações que povoam a Rússia o autêntico direito a auto determinação."³⁷² Esse assinalamento a partir da cúpula do poder é a aplicação de uma estratégia pensada e elaborada muito antes da tomada do poder estatal pelos bolcheviques.

Porém, antes de adentrar diretamente nessa empreitada, é preciso sucintamente tecer um quadro panorâmico sobre os povos ou nações sob os quais o czarismo exercia seu domínio. Tal

³⁷² Original: "El poder Soviético [...] garantizará a todas las naciones que pueblan Rusia el auténtico derecho a la autodeterminación". (OE7, 1973, p. 160).

expediente é uma condição *sine qua non* para se entender os objetivos geopolíticos de Vladimir Ilitch a respeito do tema.

Assim, em decorrência dessa abordagem, é pertinente mobilizar uma peça cartográfica no intuito de tornar mais palpável geograficamente a discussão do quadro multi-ético. Para tanto, indica-se consultar o *Mapa 13 - Império Russo: nacionalidades*. Uma primeira coisa a se destacar nessa representação é que, além de sintetizar cartograficamente algumas discussões anteriores e que foram explanadas textualmente no capítulo precedente, ela traz também novas informações, como a distribuição dos grupos nacionais no interior do Império.

Uma análise do mapa em questão permite facilmente detectar que os russos estão, sobretudo, assentados no centro do território. Isso não é nada surpreendente, já que tal localização está conectada àquele expansionismo territorial do czarismo analisado em outra parte da tese³⁷³. Neste contexto, o presente mapa dialoga diretamente com uma das representações anteriores, mais precisamente com *Mapa 1 - Império Russo: expansão territorial*. Esse diálogo obriga a explicitar aquilo que está subtendido na interlocução cartográfica: a heterogeneidade nacional do Império advém diretamente do processo de expansão territorial. É que a base central de assentamento russo corresponde genericamente à Moscóvia, ou Grande Rússia, a região a partir de onde os czares coordenaram desde o século XV o vigoroso expansionismo territorial. Isso implica dizer que no Império Russo há uma forte relação entre periferia e centro a respeito da problemática das nacionalidades. Os russos, a nacionalidade dominante ocupando o centro do espaço de soberania imperial e os povos não russos, a periferia.

A disposição espacial da questão nacional no território demonstrada tem um importante papel no desfecho da Guerra Civil (1918-1921) desencadeada com a tomada do poder pelos bolcheviques em 1917. Os revolucionários donos do poder estatal, a partir de 1917, mantiveram sempre o controle durante todo o referido conflito civil daquele centro russo, ao passo que as forças sociais destituídas do poder foram deslocadas para a periferia. Mas tal distribuição de forças será melhor explorada em outro momento. Por ora, o mais interessante é marcar que a referida disposição espacial não passou despercebida ao autor de *Que Fazer?*, como fica muito bem evidente nesse excerto de *El derecho de las naciones a la autodeterminacion* [O direito das nações à autodeterminação] na qual Lenin assinala que a Rússia configura-se como um Estado "[...] com um centro nacional único, russo. Os russos ocupam um gigantesco território compacto,

³⁷³ Sobre essa discussão rever o Capítulo 2, mais especificamente o tópico *A expansão territorial russa*.

Mapa 13 - Império Russo: nacionalidades

Legenda

Nacionalidades

Abikazis	Bielorussos	Daguestanos	Georgianos	Lituanos	Poloneses	Tartaros	Uzbeque
Armênios	Calmuco	Estonianos	Kazares	Modivas	Quirguiz	Tchetchenos	Vomuts
Azerbaijanos	Churkchi	Filandeses	Komy	Moldavos	Russos	Turcomenos	Yakuts
Bashkirs	Chuvaros	Fundo Territorial	Letos	Ossétios	Tadijques	Ucranianos	

• Judeus

Zona de Assentamento Judia

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

e seu número atinge aproximadamente a 70 milhões." Sendo que "A peculiaridade deste Estado nacional", complementa, "[...] reside, primeiro, que os 'alógenos' (que em conjunto constituem a maioria da população, 57%) povoam precisamente a periferia.³⁷⁴" Essa percepção leniniana da disposição espacial já permite adiantar que uma de suas preocupações constante será a montagem de uma estratégia revolucionária que soldasse aquele centro "puramente" russo à periferia alógena.

Deste modo, assim como se denominou geopoliticamente a localização da questão operária de *heartland* no âmbito da escala mínima e a questão agrária de *hinterland*, far-se-á de modo similar com a questão da nacionalidades, ou seja, as periferias do território russo serão chamadas de *Rimland*³⁷⁵, "terra da borda ou margem."

A estratégia de Lenin de amalgamar o centro à periferia, ou do *heartland* ao *rimland*, ficará clara no decorrer deste capítulo. Agora, a denotação da distribuição dos grupos nacionais do Império, assim como seus volumes quantitativos, será mobilizada para explorar outros teores qualitativos do quadro demográfico imperial, tais como aqueles referentes ao fator religioso.

Segundo os dados do censo de 1897, a população se dividia em termos confessionais da seguinte maneira: 85 milhões de cristão ortodoxos, aproximadamente 8 milhões de católicos, 5 milhões cristãos protestantes, 5 milhões de judeus, 5 milhões de mulçumanos etc. (AÏTOFF, 1906) Porém, mais importante que evocar os números do censo é recorrer a mais uma representação cartográfica sobre a temática em questão. Neste sentido, uma análise do *Mapa 14 - Império Russo: quadro religioso*, localizado na página subsequente, permite perceber sem grandes dificuldades, que as linhas de distribuição da religião acompanham mais ou menos as linhas de distribuição dos grupos nacionais. A religião ortodoxa fortemente conectada com os russos e demais eslavos, ucranianos e bielo-russos, se situa sobretudo no centro da área de soberania czarista, que, desconsiderando os ligeiros, porém significativos alargamentos das linhas

³⁷⁴ Original: "Rusia es un Estado con un centro nacional único, ruso. Los rusos ocupan un gigantesco territorio compacto, y su número asciende aproximadamente a 70 millones. La peculiaridad de este Estado nacional reside, primero, en que los "alógenos" (que en conjunto constituyen la mayoría de la población, el 57%) pueblan precisamente la periferia." (OE5, 1973, p. 51)

³⁷⁵ A inspiração para o uso de tal termo advém de Nikolas Spykman (1893-1943), estudioso norte-americano, criador da Teoria do *Rimland* ou Estratégia da Contenção. Em termos simplificados, tratava-se de uma contraposição a teoria do poder terrestre de Mackinder, em que o poder marítimo seria assegurado pela contenção do *heartland*, mais especificamente a partir das terras periféricas do mesmo. Na prática, as elaborações de Spykman deram o norte da política estadunidense, durante a guerra fria, em sua estratégia de contenção do poderio da U.R.S.S. para o mundo. Para conferir mais pormenorizadamente as elaborações do estudioso americano ver: KAPLAN, (2013).

fronteiriças de distribuição desses eslavos, era praticamente aquele "gigantesco território compacto" identificado por Ilitch linhas atrás.

As demais religiões como o judaísmo, islamismo, o catolicismo romano, protestantismo e outros credos religiosos se restringem à periferia do território imperial. Aqui igualmente há uma forte imbricação entre nacionalidade e religião. As coordenadas de localização de alguns credos coincidem com as coordenadas de assentamentos de alguns povos. É o caso dos poloneses fortemente identificados com o catolicismo; os hebreus com o judaísmo; as populações turco-tártaras com o islamismo etc.

Tal representação analisada propicia uma excelente oportunidade para citar outro elemento da geopolítica leniniana para as nacionalidades, malgrado para Lenin e os bolcheviques a religião não ser um componente da nação. Mas, antes disso, é necessário marcar que o denotado por esta cartografia, a centralidade do fenômeno religioso ortodoxo no território, não deixa de ser um indicativo simbólico da centralidade das preferências estatais czaristas pela ortodoxia em detrimento de outros credos confessionais.

Nessa altura é interessante lembrar que a Rússia, diferente dos países da Europa Ocidental, não havia passado por um movimento de reformas. O que implicava dizer, dentre outras coisas, que não havia na área de soberania czarista uma separação entre a Igreja e o Estado (RAEFF, 1982, p. 75). Tal fato somente virá a ocorrer na Revolução de 1917. (TROTSKY, 2007) É por conta dessa longa simbiose que Figes afirma que "[...] os dias finais da Rússia imperial foram de um Estado ortodoxo." (1999, p.104) Não é possível prosseguir nessa exposição sem imaginar o seguinte cenário: se a inexistência da separação da Igreja institucionalmente estatal e do Estado etnicamente homogêneo seria um elemento complicador na vida política e social de qualquer país, o que dizer então da vigência disso em uma realidade nacionalmente heterogênea onde uma das nacionalidades era dominante e a instituição estatal frequentemente se engajava em um impulso homogeneizador, tendo como critério desse processo de homogeneização, os elementos da cultura dominante. Era o que se passava no Império Russo.

Muito sintomático de tal processo de homogeneização era o emblema do governo: "Autocracia, Ortodoxia e Nacionalidade", formulado em 1883, tal lema mobilizava "[...] três termos, cuja articulação devia permitir a todos os habitantes que povoavam a Rússia de constituir

Mapa 14 - Império Russo: religiões

Legenda

Religião

Budistas		Cristão Ortodoxo		Ortodoxos		Judaísmo
Católicos		Luteranos		Xamanismo
Cristão		Mulçumanos		Fundo Territorial

Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

um conjunto coerente dominado pela cultura russa."³⁷⁶ Em termos confessionais a aplicação disso desembocava numa política de favorecimento da fé ortodoxa e opressão sobre as demais religiões. Orlando Figes pontua alguns elementos desse quadro: "Na Polônia e no Báltico, durante o reinado de Alexandre III, 40 mil católicos e luteranos converteram-se ao cristianismo oriental, ainda que apenas nominalmente" (1999, p. 103). Ainda de acordo com ele, a igreja ortodoxa utilizava-se de vários dos mecanismos legais existentes para fazer pressões tanto sobre as demais religiões quanto sobre os agrupamentos dissidentes da própria ortodoxia.

Nem mesmo a produção editorial escapava ao olhar vigilante da igreja, já que "A publicação de textos contrários a ortodoxia também era considerada uma afronta. Todos os livros sobre religião e filosofia tinham que passar pelo crivo dos censores clericais." (FIGES, 1999, p. 104)

O impulso de homogeneização do poder central é melhor compreendido a partir de algumas particularidades da própria da Rússia, as quais o governo imperial se apegava, juntamente com os nacionalistas. Na visão de alguns setores influentes do pensamento social russo, a filiação do povo ao cristianismo ortodoxo, somada a queda de Constantinopla perpetrada pelos otomanos em 1453, converteu a Moscóvia, o núcleo formacional do Império, no único país a professar o verdadeiro cristianismo. Nesse esquema interpretativo, a missão da Rússia era tanto salvaguardar o cristianismo puro da conspiração do ocidente católico quanto espalhar a verdadeira fé cristã pelo mundo. Ou seja, elementos de messianismo perpassam fortemente a cultura russa.

Em certa medida tais ideias foram retomadas e reformuladas pelo influente pensamento eslavófilo durante o século XIX. Neste sentido assinala, de novo o historiador britânico Figes, que os eslavófilos "[...] lançando mão do mito da 'alma russa', de um cristianismo natural entre o campesinato, e seu culto da Moscóvia como portadora de um verdadeiro estilo de vida 'russo' [...], idealizavam e propunham promover como alternativa à cultura europeia adotada pelas elites cultivadas no século XVIII."³⁷⁷ Summer é outro que ratifica isso ao dizer "que os eslavófilos representavam a sua maneira um nacionalismo profundo e popular por sua insistência no alto

³⁷⁶ Original: "[...] trois termes dont l'articulation devait permettre à tous les habitants qui peuplaient la Russie de constituer un ensemble cohérent dominé par la culture russe." (CARDIOT, 2007, p. 15)

³⁷⁷ Original: "[...] de la mano del mito 'del alma rusa', de un cristianismo natural entre el campesinato, y su culto de Moscóvia como portadora de un verdadero estilo de vida 'ruso' que idealizaban y proponían promover como alternativa a la cultura europea adoptada desde el siglo XVIII por la elites cultivadas." (FIGES, 2010, p. 31)

destino da Rússia, a originalidade de seu desenvolvimento histórico e sua diferença radical do ocidente."³⁷⁸

O exposto recorda Pierre Deffontaines que, em seu clássico, *Geographie et religion* [Geografia e religião] refletindo sobre a questão da expansão homem pelo globo e seu embricamento com a religião, coloca a seguinte indagação: "[...] o que teria sido dessa terra humanizada se os fatos religiosos não tivessem se manifestado tão potentemente pelos homens? Que globo diferente teríamos nós se o divino, o sagrado não tivesse se instalado tão largamente³⁷⁹?. Não se sabe o que seria do espaço geográfico mundial e tampouco da grande extensão do Império Russo sem o fator religioso. Independentemente desse desconhecimento, o importante é registrar que o exposto leva a Claude Raffestin, que em seu *Por uma geografia do poder*, diz que "O fenômeno religioso não foi, ao menos para os geógrafos, concebido em termos de relações de poder. Em sua própria essência, o fenômeno religioso é bem caracterizado pelas relações de poder" (1993, p. 119), o mesmo não pode ser aplicado a Vladimir Ilitch, pois ao perceber o quadro multirreligioso do Império e a política de opressão sobre a população desde o aspecto confessional, elencou a religião ou, mais precisamente, a liberdade religiosa, como um elemento de sua geopolítica.

Lenin compreendeu que a estrada para o poder no território russo passava necessariamente pelo caminho da formulação de uma política para as religiões que fosse frontalmente distinta da praticada pelo czarismo. Em seu artigo *Socialisme et religion* [Socialismo e religião], ele afirma que "A religião deve ser considerada negócio privado, é assim que definimos ordinariamente a atitude dos socialistas a respeito da religião."³⁸⁰ Ou seja, ele advoga o direito das pessoas se autodeterminarem em termos confessionais. Professar ou não uma fé religiosa é algo de âmbito inteiramente privado ou individual. O que está ligado a outro não menos importante elemento da política confessional:

³⁷⁸ Original: "[...] los eslavófilos representaban a su manera un nacionalismo profundo y popular por su insistencia en el alto destino de Rusia, la originalidad de su desarrollo histórico y su diferencia radical del occidente." (SUMMER, 1944, p. 218)

³⁷⁹ Original: "[...] demander de même: qu'aurait été de cette terre humanisé se les fait religieuse n'y avait pas été manifesté aussi puissamment par les hommes? Qui globe différent aureons nous eu se le divin, le sacré n'y était installé aussi largement." (DEFFONTAINES, 1948, p. 429)

³⁸⁰ Original: "La religion doit être déclarée affaire privée; c'est ainsi qu'on définit ordinairement l'attitude des socialiste à l'égard de la religion." (OC10, 1967, p. 81)

Ao Estado não se deve misturar a religião, as sociedades religiosas não devem estar ligadas ao poder estatal. Cada um deve ser perfeitamente livre de professar qualquer religião ou de não reconhecer nenhuma, ou seja, ser ateu como são geralmente os socialistas. Nenhuma diferença de direitos cívicos motivadas por crenças religiosas deve ser tolerada. Toda menção da confissão dos cidadãos nos papéis oficiais deve ser incontestavelmente suprimida.³⁸¹

Para sintetizar: o programa leniniano para a religião passava tanto pela declaração da religião como algo de ordem privada quanto pela laicização do Estado. É justamente por conta disso que Lenin categoricamente declara que "A Revolução russa deve levar estas reivindicações como parte integrante e indispensável da liberdade política."³⁸² Mas a essa altura é necessário matizar outro elemento dessa política que vai para muito além do plano do Estado e do plano do indivíduo: o plano do partido, a respeito do qual ele afirma:

Nosso partido é uma associação de militantes conscientes de vanguarda, combatendo pela emancipação da classe operária. Esta associação não pode e não deve ficar indiferente à inconsciência, à ignorância ou ao obscurantismo revestidos de forma de crenças religiosas. Nós reclamamos a separação completa da Igreja e do Estado afim de combater a neblina da religião com as armas ideológicas[...].³⁸³

Isso implica dizer, por um lado, que na concepção leniniana, apesar da organização partidária professar uma visão ateia do mundo, ele não tem o ateísmo como ponto programático e tampouco interdita a entrada de operários religiosos nos quadros da organização. Por outro, não abre mão de combater por meio da imprensa e propaganda, ou seja, por meio das armas

³⁸¹ Original: "L'Etat ne doit pas se mêler de religion, les sociétés religieuses ne doivent pas être liées au pouvoir d'Etat. Chacun doit être parfaitement libre de professer n'importe quelle religion ou de n'en reconnaître aucune c'est-à-dire d'être athée, comment les sont généralement les socialistes. Aucune différence de droits civiques motivées par des croyances religieuses ne doit être tolérée. Toute mention de la confession des citoyens dans les papiers officiels doit être incontestablement supprimée." (OC10, 1967, p. 81)

³⁸² Original: "La révolution russe doit faire aboutir cette revendication comme une partie intégrante et indispensable de la liberté politique." (OE10, 1967, p. 82)

³⁸³ Original: "Notre Parti est une association de militants conscients, d'avant garde, combattant pour l'émancipation de la classe ouvrière. Cette association ne peut et ne doit pas rester indifférent à l'inconscience, à l'ignorance ou à l'obscurantisme revêtant la forme de croyances religieuses. Nous réclamons la séparation complète de l'Eglise et de l'Etat afin de combattre le brouillard de la religion avec des armes purement et exclusivement idéologiques [...]" (OC10, 1967, p. 83)

ideológicas, o fenômeno religioso. Nesta perspectiva, completa Lenin, "Para nós, a luta das ideias não é um negócio privado; ela interessa a todo o partido, a todo o proletariado."³⁸⁴

Não deixa de ser irônico Lenin conceber um partido de ponto de vista ateu que, no entanto, não fecha as portas aos militantes religiosos, sem tampouco abdicar de combater ideologicamente a concepção religiosa do mundo. Mas para além de matizar esses elementos de ironia, mais importante é denotar os fios mais estratégicos dessa política, pois o partido como elemento catalisador do descontentamento popular – como visto no capítulo anterior – não poderia criar uma barreira ou muro entre sua organização e os operários religiosos engajados revolucionariamente. É certo que Lenin concordava com o argumento marximiano de que a religião era o ópio do povo como ele evidencia em: "A religião é o ópio do povo. Esta máxima de Marx constitui a pedra angular de toda concepção na questão religiosa,"³⁸⁵ entretanto, "A unidade dessa luta realmente revolucionária da classe oprimida combatendo para se criar um paraíso na terra nos importa mais que a unidade de opinião dos proletários sobre o paraíso do céu."³⁸⁶

Neste ponto é forçoso colocar uma indagação: Lenin formula essa política na condição de revolucionário destituído de poder estatal, há, no entanto, diferença entre essa formulação anterior à Revolução e sua aplicação após a tomada do poder do Estado? Não é possível, nessa tese analisar os detalhes dessa dúvida, somente alguns elementos serão indicados e nesse sentido Figes afirma que "Até 1921, o combate à religião foi travado principalmente com as armas da propaganda." (1999, p. 915) Depois, o Estado soviético passou a prender sacerdotes, fechar igrejas e confiscar seus bens no intuito tanto de arrecadar fundo para o tesouro do Estado quanto quebrar a resistência do clero ortodoxo à Revolução. Política não muito diferente foi aplicada aos adeptos do judaísmo, que por volta dessa mesma época tiveram muitas de suas sinagogas fechadas. No referente ao mundo islâmico, assinala Comtois que "[...] entre 1917 e 1920, não querendo adicionar novas dificuldades para aquelas que encontraram em todos os lugares, os Soviets nunca se colocaram em confronto com a religião muçulmana."³⁸⁷ Até então, todas as medidas implementadas foram tomadas com bastante precaução, as mesquistas permaneceram

³⁸⁴ Original: "Pour nous, la lutte des idées n'est pas une affaire privée; elle intéresse tout le Parti, tout le prolétariat." (OC10, 1967, p. 83)

³⁸⁵ Original: "La religión es el opio del pueblo. Esta máxima de Marx constituye la piedra angular de toda la concepción marxista en la cuestión religiosa." (OE3, 1973, p. 163)

³⁸⁶ Original: "L'unité de cette lutte réellement révolutionnaire de la classe opprimée combattant pour se créer un paradis sur la terre nous importe plus que l'unité d'opinion des prolétaires sur le paradis du ciel." (OC10, 1967, p. 84)

³⁸⁷ Original "[...] entre 1917 et 1920, désireux de ne pas ajouter de nouvelles difficultés à celles qu'ils rencontraient partout, les Soviets ne heurtèrent jamais de front religion musulmane." (COMTOIS, 1948, p.460)

abertas assim como as escolas corânicas. Entretanto, depois desse período "[...] a luta contra os preconceitos religiosos se materializou nas medidas relativas à emancipação da mulher mulçumana",³⁸⁸ nesse sentido foram tomadas fortes determinações contra a poligamia, o uso do véu, o casamento de menores etc.

Mas tão interessante quanto acompanhar os avanços e reveses da política estatal bolchevique referente à religião é denotar o quão singela, para não dizer frágil é a compreensão leniniana da origem do fenômeno religioso, "[...] a opressão religiosa da humanidade é apenas o produto ou reflexo da opressão econômica no seio da sociedade."³⁸⁹ Nessa linha de entendimento, a religião enquanto elemento de alienação do homem é apenas um epifenômeno do mundo econômico. Somente mudando as condições econômicas que engendram a opressão e exploração a partir da luta revolucionária se podia por fim à alienação religiosa, ele ainda assinala: "Seria absurdo crer que em uma sociedade fundada sobre a opressão sem limites e o embrutecimento das massas operárias, os preconceitos religiosos possam ser dissipados apenas pela propaganda."³⁹⁰ O que implica logo dizer que a estratégia revolucionária contra a religião teria que aliar intrinsecamente combate ideológico com luta enérgica contra as causas econômicas que a engendram.

Não se pode desperceber que há uma forte carga economicista³⁹¹ na compreensão leniniana e também dos comunistas, que não compreenderam que a religião é um elemento de mais forte permanência e de origens muito mais complexas. Provavelmente é por causa disso que "A perseguição bolchevique à religião pouco fez para enfraquecer o fascínio que o 'ópio do povo' exercia sobre a população." (FIGES, 1999, p. 921). E o arrefecimento das práticas religiosas registradas no início da URSS adveio muito mais da propensão a secularização da vida moderna (urbanização, escolarização, etc.) do que dos esforços de combate direto empreendidos pelo governo soviético contra a religião. (FIGES, 1999)

Essas mudanças na política confessional não impedem de reconhecer a excelente política formulada por Lenin para o quadro populacional multirreligioso do outrora Império czarista, ao menos no referente à estratégia para tomada do poder. Querendo o fim das religiões, mas sabendo

³⁸⁸ Original: "la lutte contre les préjugés religieux se matérialise dans les mesures relatives à l'émancipation de la femme musulmane." (COMTOIS, 1948, p. 460)

³⁸⁹ Original: "[...] l'oppression religieuse de l'humanité n'est pas que le produit et le reflet de l'oppression économique au sein de la société [...]" (OC10, 1967, p. 84)

³⁹⁰ Original: "Il serait absurde de croire que, dans une société fondée sur l'oppression sans bornes et l'abrutissement des masses ouvrières, les préjugés religieux puissent être dissipés par seule propagande." (OC10, 1967, p. 84)

³⁹¹ Para conferir uma abordagem panorâmica da religião pelo pensamento marximiano e marxista ver: LÖWI (2006).

que uma Revolução não se faz sem as massas, inclusive aquela imbuída de sentimentos religiosos, procura atrair para os quadros do partido ou então colocar sob o guarda-chuva da influência partidária os operários religiosos sem, contudo, abrir mão de combater ideologicamente os sentimentos e preconceitos religiosos. Assim, em última instância pode-se dizer que o programa leniniano contemplava o fim da religião, mediando com a própria religião. De forma não muito diferente ele procederá com a questão das nacionalidades.

Neste ponto algo importante a se comentar é a questão da língua. No Império Russo o governo czarista definia a pertença a nacionalidade pelo idioma materno a qual os indivíduos falavam. Baseado nesse critério, o censo de 1897 chegou às seguintes cifras: grandes russos, 55.667.469; pequenos russos (ucranianos) 22.667.469; russos brancos, 5.883.547; poloneses, 7.931.307, judeus, 5.063.137; finlandeses, 3.502.147; alemães, 1.790.498; letões, 1.435.937; lituanos, 1.210.510. (AÏRTOFF, 1906) Não são apresentadas todas as línguas e números de falantes, apenas as principais.

Certamente uma maneira mais apropriada de explorar a diversidade de idiomas do Império é recorrer a uma representação cartográfica, *Mapa 15 - Império Russo: línguas maternas*, que permite perceber o quanto a distribuição das línguas no Império coincide com a distribuição das nacionalidades e o quanto a língua russa, assim como o grupo nacional russo, tem sua posição assentada no centro do território. Pelo exposto, não é difícil deduzir que a opressão czarista aos grupos nacionais não russos que habitavam o espaço de soberania imperial atingia também o uso das línguas que não a da nação dominante, e o governo imperial em seu desejo de homogeneizar o país frequentemente empreendia esforços de russificação.

Os dois últimos czares foram prodigiosos em tal empreendimento de modelar o Império a partir dos padrões da nação dominante, já que "[...] o banimento da língua nativa dos não-russos foi a mais grave e mais agressiva medida do processo de russificação, depois de 1881. A proibição, válida para escolas, obras literárias, placas de sinalização, tribunais e repartições públicas" teve como consequência direta "[...] alijar do sistema educacional e do serviço burocrático a crescente *intelligentsia* local, falante do idioma não-oficial." (FIGES, 1999, p. 123)

Aqui mais uma vez se apresenta a oportunidade de adiantar alguns ligeiros contornos da geopolítica leniniana para a questão nacional através de sua política para a língua, pois o líder bolchevique percebendo o idioma como uma fonte de opressão e insatisfação, em um artigo já

Mapa 15 - Império Russo: Línguas

Legenda
Línguas

Azcri	Chukoto	Georgiano	Letão	Quirquiz	Tajique	Ucraniano	Yakuto	Ídiche
Bashkir	Estoniano	Kazaque	Lituano	Romeno	Turcomenos	Uzbeque	Armênio	
Calmuco	Filandês	Komy	Polonês	Russo	Tártaro	Vomut	Fundo Territorial	

0 500 1.000 2.000 km
Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

antes mencionado, *Faut-il une langue officielle obligatoire?* [É necessário uma língua obrigatória?], desenha uma política de combate aos privilégios linguísticos.

Para Vladimir Ilitch não é aceitável que um país tão diverso linguisticamente como Rússia tenha uma língua obrigatória para toda a população, principalmente tratando-se do idioma russo, a língua da nacionalidade dominante do Império. Isso além de se configurar caso típico de opressão nacional não é nada democrático com as demais nacionalidades falantes de outros idiomas. Portanto, afirma ele: "[...] os marxistas russos dizem que não deve haver língua oficial obrigatória, mas que sim é preciso colocar a disposição da população local escolas onde o ensino seja dado em todas as línguas locais [...]."³⁹² E para muito além das instituições escolares, o líder bolchevique defende que naquelas regiões onde a população seja predominantemente não russa todos os negócios oficiais do Estado devem ser expeditos na língua da população local. Para Ilitch o programa da democracia operária no relativo ao idioma é a "supressão absoluta de todo privilégio para [...] qualquer língua que seja."³⁹³ É demasiado interessante salientar que quando ele reflete a questão dos privilégios de língua na Rússia, tem como modelo de resolução dessa problemática a pequena Suíça. Na argumentação leniniana, o país centro-europeu comportava em seu seio diferentes grupos nacionais (alemão, francês e italiano) sem, no entanto, conceder privilégios de idioma a nenhum deles.³⁹⁴

Pode-se facilmente entrever nesse arranjo argumentativo leniniano para além de uma discussão de ordem democrática os desígnios geopolíticos da questão. Defender a abolição dos privilégios de língua no seio de contingente populacional marcadamente oprimido por falar idioma distinto da nacionalidade dominante, necessariamente, é também buscar atrair ou ganhar para o programa revolucionário, para o programa dos postulantes ao poder aqueles que são oprimidos pela ordem estatal vigente por usarem sua língua materna.

O que foi posto faz lembrar das palavras de Raffestin que diz que "A língua é, sem dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população. Por essa razão ela ocupa um lugar fundamental na cultura e é por si mesma um recurso que pode dar origem a múltiplos conflitos." (1993, p. 97) Neste sentido, Lenin ao se posicionar na direção assinalada no

³⁹² Original: "[...] les marxistes russes disent qu'il ne doit pas y avoir de langue officielle obligatoire, mais qu'il faut mettre à la disposition de la population des écoles où l'enseignement sera donné dans toutes les langues locales [...]." (OC20, 1959, p. 69)

³⁹³ Original: "[...] suppression absolue de tout privilège pour [...] quelque langue ce soit." (OC20, 1959, p. 14)

³⁹⁴ Para o acompanhamento melhor da discussão de Lênin referente a língua ver: (OC20, 1959, p. 11-44).

referente aos conflitos linguísticos do Império, está se posicionando também geopoliticamente no âmbito de uma estratégia para a Revolução.

Nesta altura é importante retomar ligeiramente a cartografia para assinalar que com o último mapa apresentado – e pode-se colocar seguramente nesse bojo os dois anteriores – aquelas fronteiras internas analisadas na primeira secção do presente capítulo relativas ao partido, ganham mais concretude, facilitando assim entender a partir dessas bases cartográficas o contexto de operação da organização de revolucionários profissionais.

O quão difícil era operacionalizar uma propaganda e agitação em meio a um contingente populacional tão diverso em termos de língua, religião e nacionalidade e as tantas fronteiras internas que a organização de revolucionários profissionais tinha que singrar para atuar politicamente no âmbito da escala mínima russa.

A complicada situação dos grupos nacionais não russos sobre domínio czarista precisa ser retomada no bojo da temática da opressão nacional, pois o apego do governo ao lema "Autocracia, Ortodoxia e Nacionalismo" era particularmente mais duro para com os judeus. Sobre isso Trotsky (2007) diz que mais de 550 leis limitavam o direito dos aproximadamente seis milhões de hebreus no Império. Raffestin informa que "[...] numa sociedade multirracial ou multiétnica há, potencialmente, todo um conjunto de dispositivos possíveis para que um grupo aumente seus trunfos em detrimento de outros grupos." A marginalização nesse âmbito joga um papel central limitando as chances dos discriminados alcançarem determinados trunfos, podendo ser, inclusive, "[...] de natureza espacial. O grupo A pode impor ao grupo B uma localização determinada, uma certa região do território, um bairro específico na cidade, etc." (RAFFESTIN, 1993, p. 132)

Era o que se passava com os judeus ao serem obrigados a viverem em um polígono na porção ocidental do território czarista denominado zona de assentamento, o que pode ser observado no *Mapa 13- Império Russo: Nacionalidades*, exposto na página 247. Para além dessas sanções de ordem espacial, recaiam sobre os judeus inúmeros outros fardos, tais como a proibição de possuir terras, ingressar no funcionalismo público, chegar ao posto de oficial das forças armadas etc. (FIGES, 1999, p. 122) Para completar ainda esse quadro, o governo czarista ainda fomentava a onda de antissemitismo presente na população do Império. Era comum a ocorrência de *pogroms*, palavra russa que significa “destruir massivamente” e nomeia as

matanças indiscriminadas de judeus, o que significava a destruição de seus bens e o estupro de mulheres, sem que as autoridades fizessem muito por impedir. Segundo Margulies:

Para o governo tzarista, os sentimentos populares hostis aos judeus propiciavam a condução da agressividade, acumulada, mas tolhida pela prolongada submissão política [já que] os judeus transformaram-se num grupo coletivamente culpado por todo fracasso do governo e por qualquer padecimento do povo. (1971, p.261-262)

Toda essa pressão não fez outra coisa que engajar os judeus na militância política contrária ao regime. O BUND, por exemplo, se formou justamente no seio do proletariado judeu muito anteriormente à formação do próprio Partido Operário Socialdemocrata da Rússia. Não é possível e nem é o objetivo aqui acompanhar pormenorizadamente o esquema de opressão sobre todos os povos submetidos ao governo czarista, diante desse quadro de limitações, recorre-se a um expediente simples para a compreensão da opressão czarista sobre as nacionalidades.

A Finlândia, incorporada ao território imperial em 1809, gozando de ampla autonomia, passou a sofrer diversos cerceamentos as suas liberdades. A partir de 1889 uma série de medidas governamentais buscou incorporar mais intimamente o Grão-Ducado da Finlândia à administração czarista, dentre elas destacam-se a imposição do russo como língua oficial de Estado no território finlandês, a incorporação do exército local à estrutura do exército imperial e a limitação dos poderes do parlamento finlandês. (CLARKSON, 1964, p.439)

Não é difícil perceber a estratégia do czarismo. O poder central preocupado em salvaguardar os contornos geográficos do Império lançava mão do nacionalismo russo, como elemento de combate às forças centrífugas do nacionalismo dos distintos povos não russos do território imperial. Nessa estratégia, a salvaguarda da integridade território passava por uma política de homogeneização do quadro populacional. Por as coisas serem assim que Cardiot pontua: "Os nacionalistas russos não viam nenhuma contradição entre a valorização do que é puramente russo e a existência de um imenso Império."³⁹⁵ Mas se o czar e os nacionalistas russos não viam contradições nenhuma, Vladimir Ilitch Lenin, atento observador da cena política do Império, via.

³⁹⁵ Original: Les nationalistes russes ne voyaient aucune contradiction entre la valorization de la russité et l'existence d'un grande empire." (CARDIOT, 2007, p. 15)

3.4.2. Geopolítica leniniana e nacionalidade

Após o delineamento geral da situação das nacionalidades no quadro do Império czarista, há condições de esmiuçar a questão das nações nos meandros da geopolítica de Lenin. Frisa-se que o assunto não será esgotado dada a sua complexidade. O objetivo aqui é somente lidar com os aspectos gerais da temática em Vladimir Ilitch Lenin.

Neste sentido, pode-se dizer que, por atuar em um meio tão plurinacional, a social-democracia russa não deixou de notar a problemática nacional do Império e em seu manifesto fundacional de 1898 há uma menção e uma sugestão de solução para ela. O mesmo se passou quando da redação do programa do partido no congresso de 1903.

No tocante a essa discussão, mais interessante que falar da coletividade partidária, é apreciar figuras individuais, nesses termos, Lenin, como uma das principais figuras da social-democracia russa e estrategista da revolução refletiu amplamente sobre a questão das nacionalidades.

Há uma significativa quantidade de textos leninianos que abordam a temática em questão, pode-se notar o ano de 1913 como um marco a partir do qual o ele passa a dedicar maior atenção ao assunto. Não que anterior a essa data haja um desconhecimento ou negligência para com os povos do Império, o que há é uma reflexão menos sistemática sobre a questão. Mas, o que levou Lenin a se interessar mais detidamente pela questão nacional? Por que 1913³⁹⁶ é tão emblemático no sentido da maior atenção leniniana a tal problemática?

Pode-se dizer sem grande dificuldade que Ilitch se debruça sobre tal temática por várias razões e por ora duas são relevantes: primeiro, por uma questão de ordem muito lógica, que por sinal, já estava, de certa forma, implícita em sua geopolítica para a Revolução, pois se a Revolução era um fenômeno político que envolvia o quadro demográfico da escala mínima, não havia como ignorar um problema que simplesmente atingia mais da metade da população do Império. Segundo, conforme demonstrado linhas atrás, as nacionalidades jogaram um importante papel no movimento de sublevação contra a autoridade do governo do Czar na Revolução de 1905, logo, seguramente voltariam a desempenhar um papel não diferente na Revolução seguinte,

³⁹⁶ Até onde é possível detectar, com base nas obras completas de Lênin, seus trabalhos mais robustos sobre a questão nacional remontam ao ano 1913. Este é o caso, por exemplo, da brochura *O Direito das Nações a Autodeterminação*.

o que de fato acabou acontecendo em 1917, como muito será analisado mais a frente. Essa dupla explicação já permite dizer que qualquer estratégia revolucionária para o poder no interior da escala mínima russa tinha necessariamente que levar em consideração a realidade dos povos subjugados pelo governo do czar.

A discussão das nacionalidades estava prevista ou embutida no próprio debate da concepção de partido leniniano. Em *Que Fazer?* Lenin comenta sobre a necessidade de formar uma organização partidária suficientemente forte que seja

[...] capaz de reunir todas as forças e dirigir o movimento ‘não somente nominalmente’, mas também de fato, isto é, uma organização ‘sempre pronta a apoiar todo protesto e toda explosão de revolta’, aproveitando-os para engrossar e fortalecer um exército apto para o combate decisivo." (LENIN, 2006, p. 290)

Esse outro registro, contido no mesmo livro, ele sinaliza na mesma direção: "[...] os social-democratas devem ir a todas as classes [e setores] da população [...]." (LENIN, 2006, p. 192) As nacionalidades subjugadas formavam simplesmente metade da população do Império e o partido tinha que abarcá-las em suas preocupações e ação militante se quisesse canalizar as forças de sua insatisfação contra o czarismo.

Respondida a indagação posta, adianta-se que Lenin discute a problemática nacional, mas o especialista nessa questão no âmbito partidário é Josef Stalin e não Ilitch. Stalin possui um conjunto de textos³⁹⁷ a esse respeito, sendo o mais famoso: *O marxismo e o problema nacional*, livro de 1913, onde ele expõe a posição oficial do partido sobre o assunto. Consta-se que Lenin teceu comentários altamente elogiosos a esse livro e que a confecção de tal obra foi diretamente recomendada por Vladimir Ilitch como forma tanto de expor de maneira mais pormenorizada a posição do partido sobre a questão das nacionalidades³⁹⁸ quanto de combater as posições da social-democracia austríaca, expressa no livro de Otto Bauer, *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, que a essa altura vinham exercendo grande influência sobre os sociais democratas russos. Os detalhes de tal polêmica serão vistos mais a frente, por ora o mais

³⁹⁷ Em uma rápida análise das obras completas de Stálin são encontrados vários artigos referentes à discussão nacional, os títulos encontrados nos seis primeiros volumes de suas obras, escritas entre 1901 a 1924, ou seja do período bem anterior a Revolução até a consolidação da União Soviética. Somente a título de registro, há a pretensão de redigir um artigo que busque comparativamente analisar a questão nacional em Lênin e Stálin.

³⁹⁸ Sobre o pedido de Lênin a Stálin para a confecção de *Marxismo e a questão nacional* ver: LOWI (2000).

importante é dizer que para além dos escritos a relevância ou autoridade de Stalin a respeito da discussão nacional no partido fica igualmente ou mais evidenciada por sua nomeação ao cargo de comissariado do povo para as nacionalidades em 1917, na esteira da Revolução de Outubro, e da criação do governo soviético, o *Sovnarkom*.

Depois do exposto é necessário dizer que Lenin em 1903 escreve o artigo *El problema nacional en nuestro programa* [O problema nacional em nosso programa], na qual sobressaem alguns posicionamentos: a defesa do direito das nações que integram o Império a autodeterminações, que no entender de Lenin não significa outra coisa que o fato de que "A social-democracia lutará todo momento contra qualquer tentativa de influir a partir de fora sobre a autodeterminação nacional, seja por meio da violência, como de qualquer injustiça."³⁹⁹

Neste documento, o conteúdo semântico do termo autodeterminação nacional não está de todo explícito, entretanto a partir de sua leitura pode-se deduzir sem grandes dificuldades que ela contempla o direito de cada nação componente de determinado Estado etnicamente heterogêneo a separar-se e constituir em um Estado independente se assim ela o quiser. Em uma brochura de 1913, *El derecho de las naciones a la autodeterminación* [O direito das nações à autodeterminação], o líder precisa de modo mais claro tal consigna: "Por autodeterminação das nações se entende sua separação estatal das coletividades de outra nação, se entende a formação de um Estado independente."⁴⁰⁰ e em outro excerto "[...] 'a autodeterminação das nações' no programa dos marxista não pode ter, desde o ponto de vista histórico-econômico, outra significação que a autodeterminação política, a independência de um Estado nacional."⁴⁰¹

A essa altura é preciso denotar rapidamente que quando Vladimir Ulianov coloca a questão nacional no centro de sua geopolítica, ele está mirando não somente a escala mínima russa, mas também o que está para além dela. Para ser mais claro, Lenin olha estrategicamente o mundo colonial e seu grande potencial no sentido do despertar nacional. Falando especificamente sobre Ásia, ele claramente assinala: "Não cabe dúvida de que a maior parte da Ásia, o continente mais povoado do mundo, se acha na situação de colônias das 'grandes potências' ou de Estados dependentes em grau sumo e oprimidos no sentido nacional", entretanto, complementa ele, cedo

³⁹⁹ Original: "La socialdemocracia luchará todo el momento contra cualquier intento de influir desde fuera sobre la autodeterminación nacional ya sea por medio de la violencia como de cualquier injusticia." (OE2, 1973, p. 117)

⁴⁰⁰ Original: "Por autodeterminación de las naciones se entiende su separación estatal de las colectividades de otras nación, se entiende la formación de un Estado independiente." (OE5, 1973, p. 47)

⁴⁰¹ Original: "[...] 'la autodeterminación de las naciones', en el programa de los marxistas, no puede tener desde el punto de vista histórico-económico, otra significación que la autodeterminación política, la independencia estatal, la formación de un Estado nacional." (OE5, 1973, p. 48)

ou tarde a "[...] Ásia terá tempo de se estruturar em um sistema de Estados nacionais independentes, a semelhança de Europa."⁴⁰² Mas o olhar estratégico de Lenin se denota mais fortemente nesse outro excerto do mesmo documento: é um "[...] fato indiscutível que o capitalismo após o despertar da Ásia, provocou também ali em todas as partes movimentos nacionais, que estes movimentos tendem a criar em Ásia Estados nacionais [...]."⁴⁰³

Para consolidar o exposto, o olhar estratégico e internacionalista de Lenin vê nesses movimentos nacionais fora do Império Russo uma fonte de apoio à Revolução na escala mínima russa. E aqui é forçoso mencionar que a posição geográfica é uma fonte de vantagem nesse sentido. Como nos diz Hobsbawm "A simples extensão física e a plurinacionalidade de um Império que ia do Pacífico à fronteira alemã significava que sua queda afetava um número maior de países em dois continentes que a de um Estado mais marginal ou isolado na Europa ou na Ásia." (1988, p. 415)

Neste contexto, a realização do I Congresso dos Povos do Oriente em 1920 em Baku pelo governo soviético é uma tentativa de articular um apoio a Revolução russa assim como fomentar atividades revolucionárias no continente asiático que nesse período era dominado pelas potências coloniais europeias. As mesmas potências que tentavam por meio de uma intervenção na guerra civil (1918-1921) russa, que se seguiu a Revolução de 1917, aplacar o governo soviético.

Nessa altura da exposição é preciso fazer uma contextualização do pensamento leniniano no âmbito do pensamento socialista. Há toda uma reflexão da questão nacional no seio da tradição socialista de cunho marxista. Lenin, portanto, não é o primeiro a tematizar tal problemática e nem muito menos o último e tampouco o mais importante nesse debate. Como visto linhas atrás, dentro do próprio partido bolchevique, Ilitch não era o especialista da questão.

Obviamente que essa contextualização não explorará em pormenores os antecessores de Lenin na questão nacional e tampouco os contemporâneos. Como vem sendo a tônica geral do trabalho, apenas serão pontuadas determinadas figuras e alguns elementos de suas ideias. Sendo assim, não se pode, no campo dessa discussão, deixar de mencionar os nomes dos pioneiros Marx e Engels.

⁴⁰² Original: "No cabe duda de que la mayor parte de Asia, el continente más poblado del mundo, se halla en la situación de colonias de las 'grandes potencias' o de Estados dependientes en grado sumo y oprimidos en el sentido nacional", entretanto, complementa Ilitch, "[...] Asia tendrá tiempo de estructurarse en un sistema de Estados nacionales independientes, a semejanza de Europa." (OE5, 1973, p. 47)

⁴⁰³ Original: "[...] hecho indiscutible que el capitalismo tras el despertar de Asia, ha provocado también allí en todas las partes movimientos nacionales, que estos movimientos tienden a crear Estados nacionales [...]." (OE5, 1973, p. 48)

Os dois pensadores alemães apesar de não terem elaborado uma teoria da nação e do nacionalismo, não deixaram de tecer observações sobre essa problemática. (LÖWI, 2000) Marx, por exemplo, fez um acompanhamento minucioso da dominação inglesa sobre a Irlanda que acabou servindo de base para a elaboração da ideia de autodeterminação por Lenin⁴⁰⁴. São válidos também de menção o interesse de Marx pelo problema polonês e o domínio inglês sobre a Índia. Entretanto, como diz Löwi (2000, p.49), o pensador alemão "[...] nunca produziu uma teoria sistemática sobre a questão nacional nem uma definição precisa do conceito de nação, nem uma estratégia geral para o movimento operário nesse campo". Suas reflexões e escritos sobre tal temática, como complementa o mesmo Löwi "[...] consistem, na sua maioria, em posições concretas tomadas diante de casos específicos."(LÖWI, p.49-50)

De forma similar a Marx, Engels não tem uma teoria da nação e do nacionalismo, porém, cabe mencionar, de forma um tanto negativa, sua "teoria dos povos sem história", que consistia basicamente no entendimento de que os "[...] povos que em seu passado não conseguiram criar nenhum sistema estatal vigoroso e de tal modo [...] não possuíam força alguma para obter sua autonomia no futuro."⁴⁰⁵ O raciocínio se baseava na ideia de que existiam nações viáveis para se constituírem enquanto Estados e outras não. No entender do parceiro intelectual de Marx, os eslavos do sul, assim como os bascos na Espanha, caíam na categoria de tais povos, assim como aqueles incorporados pelo Estado francês. Roman Rosdolsk fez uma brilhante crítica a essa teoria engelsiana⁴⁰⁶. Para ele, os argumentos eram indefensáveis e entravam em flagrante contradição com a concepção materialista da história, na qual o próprio Engels havia concebido, e prossegue:

[...] em vez de derivar a essência das lutas entre as nacionalidades e os movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe, constantemente em mudança, dos povos, [Engels] encontra sua *ultima ratio* no conceito de 'viabilidade nacional' que tem ressonância metafísica [...].⁴⁰⁷

⁴⁰⁴ Para conferir a mobilização leniniana das reflexões de Marx sobre o problema Irlandês ver: (OC5, 1973, p. 46-71)

⁴⁰⁵ Original: "[...] pueblos que en su pasado no consiguieron crear ningún sistema estatal vigoroso y de tal modo [...] ya no poseían fuerza alguna para obtener su autonomía en el futuro." (ROSDOLSKY, 1980, p. 10)

⁴⁰⁶ Para conferir o trabalho do autor em questão sobre o em tema em debate ver: ROSDOLSKY (1980).

⁴⁰⁷ Original: "[...] en vez de derivar la esencia de las luchas entre nacionalidades y de los movimientos nacionales de las condiciones materiales de vida y de las relaciones de clase, contantemente cambiante, de los pueblos, encuentra su última ratio en el concepto de 'viabilidad nacional' que tiene resonancia metafísica [...]." (ROSDOLSKY, 1980, p. 127)

Para além dessas críticas, pode-se constatar que as posições de Engels foram derrotadas empiricamente, pois as nações ou nacionalidades que ele julgava inviáveis no decorrer do primeiro quartel do século XX se constituíram como nações dotadas de um Estado, como no caso dos tchecos, sérvios, croatas, eslovenos etc.

Mas se Marx e Engels marginalizaram teoricamente a questão nacional no debate da estratégia operária para a Revolução, coube à figura de Karl Kaustky pôr termo a tal marginalização. O teórico da social-democracia alemã e internacional empreendeu todo um esforço no sentido de sintetizar e aportar avanços no legado dos fundadores do pensamento marximiano referente ao debate nacional.

Como nos diz Georges Haupt e Michel Löwi: "As primeiras clarificações são obra de Kautsky, cuja indiscutível contribuição se mede pelos enriquecimentos aportados e por pontuações disseminadas através de múltiplos artigos."⁴⁰⁸ (1980, p. 29) No âmbito desse esforço é digna de menção a tentativa do teórico marxista Kautsky de operacionalizar um conceito de nação, como um grupo ou coletividades de pessoas que partilhavam um idioma comum⁴⁰⁹. Tal entendimento lembra diretamente de Eric Hobsbawm (1990) em *Nações e nacionalismos desde 1780* que fala sobre os distintos esforços de definição da nação que circulam em torno de dois paradigmas: um de cunho objetivo e outro subjetivo.

O de Kautsky se encaixa no esquema objetivo. Nessa ótica, a língua – assim como outros atributos tais como o território, a cultura, etc., utilizados por outras figuras que empreenderam um esforço de definir nação – independente ou não da consciência dos indivíduos que compartilham tal atributo, confere a estes o pertencimento a determinada coletividade nacional. Pode-se afirmar aproveitando a oportunidade, que a definição de nação de Joseph Stalin se coloca no campo desse paradigma, como será demonstrado a frente.

A exploração do segundo elemento do esquema apresentado por Hobsbawm leva diretamente a Otto Bauer (1881-1938), proeminente figura de certa corrente do marxismo que tem tradição na reflexão da questão nacional: o austro marxismo.⁴¹⁰ Em seu clássico livro de 1907, *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, ele apresenta um conceito de nação

⁴⁰⁸ Original: "Las primeras clarificaciones son la obra de Kautsky, cuya indiscutible contribución se mide por los enriquecimientos aportados y por puntualizaciones diseminadas a través de múltiples artículos."

⁴⁰⁹ Sintomático dessa definição de Kaustky é um clássico artigo seu de 1887, *A Nacionalidade Moderna*, na qual está implícita uma definição de nação calcada no fator língua. Sobre isso conferir: KAUSTY (1980)

⁴¹⁰ Uma outra figura do austro marxismo que se pode acrescentar aqui no referente a essa discussão, porém não o se fará por uma questão de espaço, seria Karl Renner (1870-1950). Para conferir uma apreciação sobre a contribuição de Renner a discussão nacional consultar: RESCALDE (1982)

que foge à objetividade de Kaustky, sendo que a nação se define pelo "[...] conjunto dos seres humanos vinculados pela comunidade de destino em uma comunidade de caráter."⁴¹¹ Mas o que é exatamente isso?

Em termos bem sintéticos pode-se compreender o conceito exposto explicando o que seria comunidade de destino e comunidade de caráter. Por comunidade de destino Bauer entende o compartilhamento por determinados grupos humano de uma vivência e padecimentos comuns de destino em constante interlocução e ininterrupta interação recíproca na busca por sua sobrevivência. A comunidade de caráter (nacional), por sua vez, não é o conjunto das características físicas e espirituais própria das nações, mas "meramente a diversidade de orientação volitiva, o fato de que o mesmo estímulo desencadeia um movimento diferente, e a mesma situação exterior provoca uma resolução diferente."⁴¹² Nestes termos, a comunidade de destino conforma a comunidade de caráter, logo a nação.

No âmbito dessa exposição é importante destacar o caráter eminentemente histórico do fenômeno nacional em Bauer, pois "O caráter nacional não é nada mais que um precipitado de processos históricos que se modificam por obras de processos históricos subsequentes."⁴¹³ Em tal perspectiva, a nação nos primórdios dos grupos humanos era uma comunidade de origem comum, mas que com o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente complexidade da divisão social do trabalho, há uma cisão no interior dos grupos, fazendo com que agora participem da nação apenas as classes superiores, pois somente essas têm acesso às criações culturais a partir da divisão social do trabalho.

Nesse contexto, a aparição do capitalismo na cena histórica acarreta socialização maior dos bens culturais da nação e ajuda a conformar, de certa maneira, a nação moderna por meio da mobilidade maior das populações, das migrações campo-cidade, da popularização do sistema educacional etc. Entretanto, a maior socialização dos bens culturais ao conjunto da população não quebra a cisão no interior da nação, pois as classes inferiores não ascendem à posição de partícipes plenos da comunidade nacional cultural. Tal socialização parcial é estratégica do ponto de vista da classe dominante. Socializa-se apenas o que é funcional para manutenção dos *status quo*. Nesses termos, a tarefa do socialismo é integrar o conjunto das classe inferiores, sobretudo o

⁴¹¹ Original: "[...] conjunto de seres humanos vinculados por la comunidad de carácter." (BAUER, 1979, p. 142)

⁴¹² Original: "[...] meramente la diversidad de orientación volitiva, el hecho de que el mismo estímulo desencadena un movimiento diferente, y la misma situación exterior provoca una resolución diferente." (BAUER, 1979, p. 121)

⁴¹³ Original: "'O carácter nacional' no es nada más que un precipitado de procesos históricos pasados, que se vuelve a modificar por obras de procesos históricos subsiguientes." (BAUER, 1979, p. 10)

proletariado, ao conjunto da nação, à comunidade nacional cultural através de uma socialização plena dos bens culturais.

Como muito bem diz Bauer em um interessante trecho: "A tarefa da Internacional pode e deve ser, não a nivelação das singularidades nacionais, mas sim o engendramento da unidade internacional na multiplicidade nacional."⁴¹⁴ Assim, para ele, o futuro dos grupos nacionais não era o desaparecimento, mas sim sua afirmação. Essa postura contrasta prontamente com as posições de outras figuras marxistas para quem as diferentes nacionalidades caminhariam para um quadro de integração e fusão em um todo, ou seja, para o seu desaparecimento⁴¹⁵. Luxemburgo, Lenin, Stalin são partidários dessa posição.

A teoria de Bauer, ao conceber a nação como um fenômeno de forte conteúdo histórico, ganha o mérito de teoricamente colocar por terra aquela teoria engelsiana de povos sem história. Como bem diz Löwi em uma análise da proposta de Bauer: "[...] o fato de que uma nação (como os tchecos) 'não teve história' (como estado autônomo) não significa que ela não tenha futuro." (2000, p.70). Em termos históricos a posição de Bauer é referendada pelo fato de que diversos povos, os quais Engels tinha na conta de nações inviáveis ascenderam à condição de Estados autônomos, independentes. Os próprios tchecos são um exemplo cabal disso. Mas, é necessário dizer que há algo muito irônico nos méritos de Bauer. O autor dessa teoria tão sofisticada da nacionalidade não concedia ao povo judeu – ao qual pertencia – o status de nação, ou melhor, cedia, mas encarando-a como uma nação sem história. Portanto sem uma viabilidade de existência futura. Mas quais as razões para isso? pode-se denotar em tônica de síntese, sem perigo de cair em uma extrema simplificação, que uma das principais razões passa pelo fato de o marxista austríaco, ao conjugar a análise do problema judeu com a análise do desenvolvimento capitalista, detecta que na Europa ocidental, mais desenvolvida, os hebreus foram assimilados, logo o mesmo se passaria no restante da Europa com a afirmação do modo burguês de produção. Muito sintomático dessa afirmativa são as colocações do próprio Bauer neste sentido:

Com o progressivo desenvolvimento do capitalismo e do estado moderno também os judeus do leste deixarão de ser uma nação particular, se dissolverão

⁴¹⁴ Original: "La tarea de la Internacional puede y debe ser, no la nivelación de las singularidades nacionales, sino el engendramiento de la unidad internacional en la multiplicidad nacional." (BAUER, 1979, p. 21)

⁴¹⁵ Para um acompanhamento mais acurado do tratamento teórico da nação no austro marxismo em tela consultar: BAUER (1979)

igualmente dentro das nações, da mesma forma que os judeus do Oeste se dissolveram dentro delas há muito tempo.⁴¹⁶

De tal forma, a assimilação do povo hebreu era só uma questão de tempo. Tempo esse decorrente do desenvolvimento desigual do capitalismo, muito mais atrasado no leste. Para além desse atraso, esse processo de assimilação não seria tão simples, posto que comportasse resistências e transições.

Portanto, se por um lado, Bauer acertadamente criticara Engels por trabalhar com o conceito de nações sem história para prognosticar a inviabilidade histórica de algumas nações, por outro lado, ele acessa o mesmo conceito para incorrer nos mesmos prognósticos equivocados de quem ele tanto criticara. A realidade é sempre mais dinâmica e surpreendente que a teoria: 1948 surge no cenário internacional o Estado de Israel na Palestina.

A posição de Bauer não era única ou solitária, pelo contrário, dela partilhavam diversas figuras do socialismo internacional. Trotsky, por exemplo, de origem judia, era partidário da assimilação dos hebreus nos seios das nações onde eles habitavam.⁴¹⁷ Stalin, por razões melhor explicadas a frente, nem tinha os judeus na conta de uma nação. Os posicionamentos de Lenin não eram muito diferentes disso.

Na realidade, os próprios judeus do movimento socialista se dividiam quanto a essa discussão. Havia pelo menos três grandes correntes: a primeira era a posição dos partidários da assimilação dos judeus nas respectivas nações onde estes viviam. Este era o caso dos judeus Trotsky e Bauer. Nesta lista podem figurar Rosa Luxemburgo e, provavelmente, o próprio Marx. A segunda corrente, era representada pelo sionismo socialista que defendia a criação de um Estado judeu na Palestina de base operária, era partidário dessa corrente o *Poalei Zion* (Trabalhadores de Sião), uma organização de operários judeus fundada em 1905. Uma de suas figuras mais destacadas foi Ber Berochov (1881-1917), autor de uma interessante obra sobre a questão nacional com enfoque na problemática do povo hebreu⁴¹⁸. Por fim, a terceira posição era

⁴¹⁶ Origina: "Con el progresivo desarrollo del capitalismo y del Estado moderno también los judíos del Este dejarán de ser una nación particular, se disolverá igualmente dentro de las naciones, de la misma forma que los judíos del Oeste se diluyeron dentro de ella hace ya mucho tiempo." (BAUER, 1979, p.70)

⁴¹⁷ Mandel conta que Trotsky permaneceu fiel à ideia da assimilação judaica até poucos anos antes de sua morte, ocorrida em agosto de 1940. Nessa altura, o profeta banido ao saber do que vinha se passando com os judeus na Alemanha de Hitler, começou a problematizar que a assimilação judaica não seria algo tão fácil como ele outrora advogara. Para conferir mais detalhadamente esse posicionamento ver: MANDEL (1995).

⁴¹⁸ Finzi diz que o estudo de Berochov foi "[...] um dos primeiros esforços aprofundados no sentido de tratar organicamente o problema nacional do ponto de vista marxista [...]" (1987, p. 296). De fato a obra de Berochov (1905) antecede mesmo a de Bauer e muito mais ainda a de Stálin que somente vem à luz em 1913. Infelizmente, por

encarnada pelos judeus socialistas que não eram adeptos do sionismo e tampouco do assimilacionismo. Eles defendiam o reconhecimento dos judeus enquanto nação no âmbito dos Estados que os abrigavam. Para tanto, reivindicavam a estratégia da autonomia nacional. (PINSKY, 1997) No Império Russo essa corrente era representada pela organização política do BUND que, por sinal, se tornara uma ferrenha defensora das posições de Bauer sobre nação na escala mínima russa.

Lenin, em suas frequentes polêmicas com tal organização judia, observou como paradoxalmente o BUND baseava suas reivindicações nacionais em uma teoria da questão nacional que negava o status de nação aos próprios judeus.⁴¹⁹ Nos termos literais se por um lado "Na Áustria é precisamente Otto Bauer, o principal teórico da 'autonomia nacional cultural', que consagrou todo um capítulo de seu livro para demonstrar a impossibilidade de propor tal programa para os judeus, por outro lado "Na Rússia, precisamente entre os judeus [...] o Bund adotou esse programa."⁴²⁰

A compreensão do nacional de Bauer é um confronto direto com a concepção de nação como comunidade de língua posto por Kaustky, pois no seu entender "A comunidade linguística é somente uma manifestação parcial da comunidade cultural, e um produto da comunidade de destino."⁴²¹ Para expressar o mesmo de outra forma, a língua é um elemento derivado da nação e não um componente definidor. Para além disso, essa retomada a Kaustky dá oportunidade de lembrar de outra importante figura na discussão nacional que, apesar de estar fora do campo marxista, não deixa de estar no âmbito de proximidade da definição de nação de caráter subjetivo de Bauer. Trata-se do francês Ernest Renan (1823-1892) que em sua clássica conferência de 1882, *O que é uma Nação?* registra: "A existência de uma nação [...] é um plebiscito de todo os dias como a existência de uma indivíduo é uma afirmação perpétua da vida"⁴²² (1997, p. 174), tal

questões de espaço não se analisará a obra em questão. Porém para quem quer conferir esse interessante estudo ver: BEROJOV (1979) ,

⁴¹⁹ Para aqueles querem ter uma visão panorâmica, porém não menos profunda do debate da questão judaica no âmbito do marxismo ver o interessante artigo de Roberto Finzi, "Uma Anomalia Nacional: a questão judaica". In. HOBBSAWN, 1987. A mesma discussão pode ser captada na já citada obra de CLESMESHA (1998). Por último, o livro de Pinsky, apesar de fazer um debate para além das fronteiras do marxismo, pois trata do nacionalismo judaico de forma ampla, não deixa de ser interessante para o entendimento da temática em questão. PINSKY(1997)

⁴²⁰Original: "En Autriche, c'est précisément Otto Bauer, le principal théoricien de 'l'autonomie nationale culturelle', qui a consacré tout un chapitre de son livre à démontrer la impossibilité de proposer un tel programme pour le juifs," por outro lado "En Russie, précisément parmi les juifs (...) le Bund ont adopté ce programme." (OC20, 1959, p. 31)

⁴²¹ Original: "La comunidad lingüística es solamente una manifestación parcial de la comunidad cultural, y un producto de la comunidad de destino."(BAUER, 1979, p. 16)

⁴²²

conceito, de forte dimensão subjetiva, da nação como um plebiscito, como uma adesão, como algo que se constrói diariamente no decorrer da existência do indivíduo, marca um elemento de proximidade com Bauer (1979), apesar das diferenças de ambos.⁴²³ Isso fica bem patente quando o marxista austríaco diz categoricamente que na organização das nacionalidades no interior de um Estado multinacional, no caso específico o austro-húngaro, "[...] não será seguramente o estado o que pode decidir quem deve ser considerado alemão, tcheco; mas sim deverá ser concedido ao cidadão maior de idade o direito para resolver por conta própria a que nacionalidade quer pertencer."⁴²⁴ Assim há em Bauer um componente, como em Renan, ainda que com uma tônica menor, da dimensão subjetiva na conformação da nação, chamada de o princípio da personalidade ou pessoal. Há outros importantes aspectos da proposta teórica de Otto Bauer ainda a serem explorados, entretanto tal investigação somente se mostra pertinente quando se traz para o quadro expositivo os posicionamento de Stalin e de Lenin.

Neste sentido, Stalin no âmbito dessa discussão, em *O Marxismo e a questão nacional* (1913), se projeta como especialista das nacionalidades do partido e o gabarita para assumir o cargo de comissariado das nacionalidades em 1917 no governo soviético. (DEUSTCHER, 1974) Confeccionada sob recomendação direta de Lenin, tal livro tinha a finalidade tanto de sintetizar as posições dos bolcheviques sobre problemática das nacionalidades quanto combater as posições de Bauer que a essa época tinha certa penetração na Rússia. Não se fará uma análise exaustiva da obra em questão, mas se mobilizam alguns aspectos centrais para se avançar na exposição geral dessa parte do capítulo.

Assim, uma primeira coisa a ser destacada no campo da discussão de Stalin é sua prontidão e firmeza na definição do que seria uma nação. O primeiro capítulo do livro em questão é dedicado justamente a tal empreitada. Neste sentido, ele começa por adotar uma estratégia de exposição em que os elementos constitutivos da nação são progressivamente apresentados para só então chegar a uma fórmula sintética. A culminação de tal esforço é entendimento de que "A nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida

⁴²³ É necessário dizer que Otto Bauer em *A Questão Nacional e a Social - emocracia* faz uma menção em tônica negativa a Ernest Renan. Bauer tem a proposta do francês como uma teoria psicológico-voluntarista da nação que comporta sérias limitações. Dentre estas, porque não responde satisfatoriamente a razão de determinados grupo de indivíduo querem pertencer a uma determinada coletividade e não a outra. Uma segunda seria o fato de que não é porque um grupo de indivíduos queira pertencer a uma coletividade que ele formaram necessariamente uma nação. O que Bauer quer dizer que não é somente com a vontade que se conforma uma nação.

⁴²⁴ Original: "[...] no será seguramente el Estado el que pueda decidir quién deba ser considerado alemán, tcheco; mas bien deberá concederse al ciudadano mayor de edad el derecho a resolver por cuenta propia a qué nacionalidad quiere pertenecer." (BAUER, 1979, p. 344)

econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura." (STALIN, 1979, p. 7) Nestes termos, a definição do bolchevique georgiano gira praticamente em torno de três eixos: língua, território, economia e psicologia. Aqui não se pode deixar de apontar certo esquematismo e rigidez na definição de Stalin. Não pelo fato de ensaiar um conceito de nação. Isso também Otto Bauer o fez e no primeiro capítulo de sua obra. Mas quão distante se está da proposta aberta de Bauer da tão fechada proposta de Stalin.

Muito sintomático dessa estreiteza é a intervenção do próprio Stalin no sentido de afirmar que "É necessário salientar que nenhum dos traços distintivos indicados, tomado isoladamente, é suficiente para definir a nação. Mais ainda: basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir." (1979, p. 7)

É justamente por conta desse esquematismo que Eric Hobsbawm, ao montar uma lista de obras capitais necessárias ao entendimento do debate referente à nação para um hipotético historiador intergaláctico que visitasse a terra após um desastre nuclear que destruísse as pessoas e conservasse as coisas, inclui, sem antes fazer pesadas ressalvas, "[...] *Marxism and the national and colonial question*, de Stalin, não tanto por seus méritos intelectuais medíocres, mas não desprezíveis – ainda que não sejam originais – mas pela sua posterior influência política." (1990, p. 12)

Mas deixam-se as limitações conceituais de Stalin de lado e enfoca-se os desdobramentos práticos e estratégicos de tal definição, como por exemplo, um elemento central a ser explorado, que é a dimensão territorial. Stalin não concebe a nação desvinculada do território. Respondendo a questão do porquê de os americanos e ingleses não formarem um só grupo nacional apesar de falarem o mesmo idioma, o marxista georgiano (1979, p. 6) é enfático: "Antes de tudo, porque não vivem conjuntamente, mas em diferentes lugares. A nação só se forma como resultado de um conjunto de relações duradouras e regulares, como resultado de uma vida em comum dos homens de geração em geração." E prossegue: "[...] esta vida duradoura comum não é possível sem um território comum." (1979, p. 6) É justamente por conta dessa base territorial que ele renega o status de nação aos judeus. Em polêmica direta com o autor de *A Questão das Nacionalidades e a Social-democracia* o futuro ditador Soviético diz que a falta de um território comum subtraía dos judeus o status de nação.

Bauer se refere aos judeus como uma nação [...] mas que é 'comunidade de destino' e que vínculos nacionais podem mediar, por exemplo, entre judeus

georgianos, daguestanos, russos e norte-americanos completamente desligados uns dos outros, que vivem em diferentes territórios [...]" (STALIN, 1979, p. 9)

A polêmica denotada acima faz parte de um importante debate entre bolchevismo e austro marxismo que demonstra duas concepções distintas da problemática nacional, com diferentes propostas de soluções para o mesmo conjunto de questões que assolavam o quadro multinacional tanto do Império russo quanto do Austro-Húngaro.

Por um lado, a propositura de Bauer ancora-se numa concepção extraterritorial de nação, ou seja, os grupos nacionais são considerados independentemente do território. Corolário direto disso passava por aquilo que o austro marxista chamava de autonomia nacional cultural – fortemente reivindicada no Império Russo pelos judeus do Bund como se viu atrás. Isso não é outra coisa que uma política de organização que "[...] não pretende constituir a nação como um corpo territorial, mas sim como mera associação de pessoas."⁴²⁵ Em outros termos, a autonomia nacional cultural pressupõe que a população no âmbito do Estado seja discriminada "[...] em um corpo público-jurídico que tenha a função de velar pelas necessidades culturais da nação, de erigir para elas escolas, bibliotecas, teatros, museus, institutos de instrução pública, de outorgar ajuda jurídica aos conacionais ante às autoridades."⁴²⁶

No âmbito dessa proposta organizativa, as funções de ordem política ficariam ao cargo do poder central do Estado. A de Stalin, por sua vez, baseia-se numa compreensão territorialista da questão nacional. Diante desse quadro de entendimento, Stalin vaticina a solução da autonomia nacional regional ou territorial. Há importantes pontos de debate nesta posição que, entretanto, serão pormenorizados a frente.

Exposto o cerne dos posicionamentos de Stalin, cabe agora adentrar propriamente a discussão a partir de Lenin. E não é possível marchar para essa perspectiva sem começar por colocar questões que, nesse trabalho se entende como: se Stalin redigiu *Marxismo e a Questão Nacional* sob recomendação direta de Lenin para apresentação de uma síntese das posições do partido, o que há de Lenin em tal síntese? O que há de Stalin na discussão nacional de Lenin? Há matizações entre ambos no referente à temática ou as posições de ambos são similares para não dizer iguais? Se fosse possível colocar essas questões para o próprio Stalin, muito provavelmente,

⁴²⁵ Original: "[...] no pretende constituir a la nación como un cuerpo territorial, sinon como mera asociación de personas." (BAUER, 1979, p. 322)

⁴²⁶ Original: "[...] en un cuerpo público-jurídico que tenga la función de velar por las necesidades culturales de la nación, de erigir para ellas escuelas, bibliotecas, teatros, museos, institutos de instrucción pública, de otorgar ayuda jurídica a los connacionales antes las autoridades [...]" (BAUER, 1979, p. 322)

para não dizer com certeza, a resposta não seria muito diferente do que afirmar que suas posições eram iguais as de Lenin, ou que ele as seguia fidedignamente. Por escrever essas linhas a partir de um significativo distanciamento temporal conjugado com um conhecimento da história, pode-se até fazer esse exercício textual de colocar as questões formuladas acima para o próprio Stalin e respondê-las nessa perspectiva. Mas, exercícios a parte, as questões postas, em realidade, são um pomo de discórdia entre tais autores.

Trotsky, por exemplo, em seu último livro, *Stalin*, credita toda a proposta staliniana de nação a Lenin e afirma: "*Marxismo e a questão nacional* é, sem dúvida, a mais importante obra de Stalin, ou melhor, a única obra teórica [...]" mas, para a produção desse livro, "[...] Stalin inspirou-se inteiramente em Lenin, escreveu sob sua assistência incessante e teve nele seu editor cuidadoso." (TROTSKY, 2012, p. 416) Ele em sua apreciação crítica chega mesmo a sinalizar que frases inteiras foram colocadas por Ilitch durante a edição da brochura já que marcas do pensamento leniniano e

[...] traços de sua pena são facilmente localizados em qualquer página, onde certas frases mecanicamente incorporada pelo autor, ou certa linhas 'evidentemente' escritas pelo editor pareciam inesperadas ou incompreensíveis sem a devida referência às obras de Lenin sobre o mesmo assunto." (TROTSKY, 2012, p. 418)

Em suma, para Trotsky, ao menos o Stalin de *Marxismo e a questão nacional* é completamente Lenin na questão da problemática nacional. Entretanto, se considerar as mais recentes biografias sobre o ditador soviético, principalmente os trabalhos de Simon Sebag Montefiore⁴²⁷, as posições de Trotsky ficam um tanto abaladas. Ilustrativo disso é que este historiador britânico contesta veementemente o retrato de Stalin, pintado pelo fundador do

⁴²⁷ Os trabalhos são: *O jovem Stálin* (2008) e *Stálin: na corte do Czar vermelho* (2006). O primeiro livro foca, como o próprio título da obra indica, na juventude do ditador soviético; o segundo se centra no processo de consolidação de Stálin no poder até a sua morte em 1953. Essas duas obras, confeccionadas a partir da abertura dos arquivos soviéticos, buscam lançar uma nova luz sobre a personalidade de Stálin. Um dos elementos que o historiador britânico busca desmitificar é a imagem do ditador como a mediocridade em pessoa, tal retrato, bastante comum no ocidente, é tributária de Trotsky, porém alega Montefiore: "A visão de Trotsky nos diz mais sobre sua própria vaidade, seu esnobismo, sua falta de habilidade política do que sobre Stálin." (2008, p. 24) e ainda, no entender de Montefiori, Stálin era a "[...] rara combinação de intelectual e assassino." (2008, p. 22) Parte de sua vitória sobre seus adversários se deveu a isso.

exército vermelho, como uma figura intelectualmente medíocre e pouco dotado de bagagem teórica.

Assim, a contraposição às colocações de Trotsky, junto às ponderações de Montefiori, se aproxima das posições de Michael Löwi para quem "É evidente que as teses centrais do escrito de Stalin eram do partido bolchevique e de Lenin [...]", mas extremamente "[...] discutível a tese de Trotsky, de acordo com a qual o trabalho foi inspirado e corrigido 'línea por línea' por Lenin."⁴²⁸ Não que Löwi confira um grande valor teórico a brochura de Stalin como o faz Hélène D'encausse (1971) ao elevar o marxista georgiano a categoria de um teórico do nacional autônomo a Lenin. Para o sociólogo brasileiro, Ilitch não era muito simpático ao conteúdo da brochura *Marxismo e a questão Nacional*, "[...] já que ele não a menciona em nenhum de seus escritos sobre a questão nacional [...]" posteriores a data de confecção do trabalho de Stalin. (LÖWI, 1980, p. 107) Será esse silêncio leniniano um indício, como nos sugere D'encausse⁴²⁹, da estatura teórica de Stalin? De qualquer forma, Löwi, de modo não muito diferente a própria D'encausse (1971), pontua que "[...] em certos pontos não depreciáveis, o espírito e a letra da obra de Stalin são distintos, para não dizer contraditórios, dos de Lenin."⁴³⁰

Essa exposição não se enveredará por uma análise minuciosa para saber exatamente o que de Lenin há em Stalin e o que de Stalin existe em Lenin na discussão nacional, entretanto alguns elementos de diferenciação entre ambos são necessários adentrar. Dito isso, a primeira coisa a chamar a atenção, nesse esforço, é que diferentemente de Stalin, e até de Otto Bauer, Lenin não trabalha com um conceito estanque de nação. Em seus discursos textuais sobre a temática nacional, pode-se até captar alguns elementos que em sua ótica seriam traços constitutivos da nação, mas não uma definição sintética, rígida e fechada do que seria a nação. Ilitch, ao que parece, não está preocupado de entrar na seara das definições. Uma fala de Hélène D'encausse parece indicar com bastante pertinência a razão disso: "Lenin não reconhecia o fato nacional em si, como um dado autônomo, mas somente como auxiliar da luta de classe."⁴³¹ Essa ausência conceitual não deixa de se explicar também pela própria historicidade da nação em Lenin. Como

⁴²⁸ Original: "Es evidente que las tesis centrales del escrito de Stalin eran del partido bolchevique y de Lenin [...]", mas extremamente "[...] discutible la tesis de Trotsky, de acuerdo con la cual el trabajo fue inspirado supervisado y corregido 'línea a línea' por Lenin." (1980, p. 107)

⁴²⁹ Essa posição de D'Encausse fica patente nesse excerto: "Là où Lénine avait cherché un polémiste, il trouve un théoricien, ce qui explique probablement sa froideur à l'égard de la théorie stalinienne." (D'ENCAUSSE, 1971, p. 229)

⁴³⁰ Original: "[...] en ciertos puntos no depreciables, el espíritu y la letra de obra de Stálin son distintos, por no decir contradictorios, de los de Lenin." (LÖWI, 1980, 107)

⁴³¹ Original: "Lénine ne reconnaît pas le fait national en soi, comme une donnée autonome, mais seulement en tant qu'auxiliaire au service de la lutte des classes." (D'ENCAUSSE, 1971, p. 227)

o fato nacional não é dotado de permanência como em Bauer, mas somente um fenômeno transitório, típico da era do capitalismo, que acabaria por desaparecer no processo de implantação da ordem socialista, não teria sentido perder tempo em empreendimentos conceituais. O interesse de Lenin pela questão é eminentemente político. Se essas suposições estiverem corretas, sobremaneira isso reforça o proposto linhas atrás: a questão nacional é um elemento central da geopolítica leniniana, um referente geopolítica de peso, que somente entra em seu estratagema porque tal questão é um dado central da escala mínima onde Ilitch atua ou onde quer realizar a revolução.

Mas se Lenin não opera em suas análises ou formula sua política com um conceito fechado de nação, assim como o faz Stalin ou mesmo Bauer, que "rudimentos" conceituais mobiliza em seu trabalho analítico no referente à problemática nacional? A pergunta é pertinente, pois é impossível elaborar uma política ou uma estratégia revolucionária para as nações sem ter no mínimo uma ideia do que seria nação. Bem, apesar de Lenin não mobilizar o conceito de nação confeccionado por Stalin, pode-se dizer que o entendimento leniniano do fato nacional convoca elementos da definição de Stalin. Assim, a língua, a economia, o território etc., compõe alguns dos traços mobilizados pelo autor do *Que Fazer?* Sintomático disso é que os dois artigos que são centrais para a compreensão da discussão nacional do líder bolchevique em questão - *O direito das nações à autodeterminação* e *Notas críticas sobre a questão nacional* – tais elementos marcam presença. No último artigo, por exemplo, Lenin assinala: "[...] não é marxista, nem mesmo democrata, quem não reconhece nem defende as nações e as línguas, quem não luta contra toda opressão ou desigualdade nacional."⁴³²

Em outro pequeno trabalho, *Faut-il une langue officielle obligatoire?* [É necessário uma língua oficial?] como o próprio título evidencia, o idioma volta a ser elemento de discussão. Obviamente que a sugestiva pergunta do nome do artigo é respondida pela negativa. O programa leniniano para a nação incluía o direito de cada nacionalidade exprimir-se em sua própria língua sem a imposição do idioma estranho a cada grupo nacional. Neste sentido, segue ele: "[...] os marxistas russos dizem que não deve haver língua oficial obrigatória, mas sim que é preciso colocar a disposição da população escola onde o ensino seja dado em todas as línguas locais

⁴³² Original: "[...] c'est pas marxiste, ni même démocrate, qui ne reconnaît ni ne défend l'égalité des nations et des langues, qui ne lutte pas contre toute oppression ou inégalité nacional." (OC20, 1959, p. 21)

[...]."⁴³³ Diante do exposto, é forçoso concluir que não teria sentido Lenin defender a igualdade de línguas na discussão nacional se o idioma não fosse para ele um elemento constitutivo da nação.

Outro importante elemento do quadro de compreensão de Lenin sobre a nação a é o território. Ilitch o tem em grande conta. Mas aqui se impõe uma intrigante questão: se Stalin é tão claro em incluir o território em sua definição de nação, e Lenin o mobiliza em seu quadro conceutivo da mesma problemática, é possível dizer então que Ilitch chegou à relação território-nação por meio do marxista georgiano? Esse trabalho responde veementemente a essa questão pela negativa, sendo o oposto que se confirma pertinente: Stalin vincula território e nação via Lenin.

A ideia de autodeterminação nacional é um dos cerne da política leniniana das nacionalidades. Embora Ilitch só se detenha em explicar mais pormenorizadamente seu conteúdo, em 1913, no seu trabalho *O direito das nações à autodeterminação*, porém não se tem como negar que tal princípio era sustentado pelo bolchevique russo praticamente desde o momento da fundação do partido. Para tanto, basta conferir, dentre outros trabalhos, o artigo de 1903, *A questão nacional em nosso programa*⁴³⁴, onde ele já mobiliza a ideia de autodeterminação em um sentido que também contempla o significado que ele viria a ter na já citada brochura de 1913. Portanto, muito antes da confecção de *Marxismo e a questão nacional*, autodeterminação já era uma ideia corrente no pensamento leniniano, e o que diz exatamente tal princípio? ele confere o direito à separação dos grupos nacionais, que assim o desejarem, para a formação de um Estado próprio.

Neste ponto, as implicações máximas da autodeterminação deixarão as coisas mais claras. Ora se no esquema leniniano as nações comportam o direito a separação para conformação de uma estatalidade própria, isso necessariamente implica em dizer que há um vínculo intrínseco para Lenin entre nação e Estado. Nessa altura, lembrar Moraes (2005b, p. 51) é providencial: "Estado e território, [são] dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território". As nações somente podem formar Estados, porque necessariamente comportam em seu ser uma dimensão territorial.

⁴³³ Original: "[...] les marxiste russes disent qu'il ne doit pas y avoir de langue officielle obligatoire, mais qu'il faut mettre à la disposition de la population des écoles où l'enseignement sera donné dans toutes les langues locales [...]." (OC20, 1959, p. 69)

⁴³⁴ Para aqueles que querem averiguar a discussão sinalizada acima ver: (OC2, 1973, p. 117-120).

Pelo exposto, se liquida satisfatoriamente a questão colocada. É hora, portanto de se avançar para outros assuntos. Nesta perspectiva, é interessante fazer uma pequena digressão sobre a produção da geografia política. Wanderley Messias da Costa (2008) em seu livro, *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*⁴³⁵ dedica algumas páginas para fazer um debate sobre a problemática das nações e nacionalidades e acertadamente se dá conta que tal problemática, eminentemente geográfica, estava em voga no âmbito do marxismo na virada do século XIX para o início do XX. Em consequência disso, ele faz uma apresentação do debate marxista sobre a nação. No entanto sua exposição não deixa de apresentar alguns equívocos de ordem factual. Como, por exemplo, assinalar que Ber Berochov, o teórico do sionismo socialista, era partidário das ideias de Otto Bauer. Porém, conforme visto linhas atrás, Berochov tinha uma concepção territorialista da nação. Se havia quem se aproximava das posições extraterritorial de nação do marxista austríaco eram os militantes do Bund, outra vertente do socialismo judaico. Ber Berochov, com todas as diferenças, estava muito mais próximo das concepções dos bolcheviques Lenin e Stalin, para os quais a nação está estreitamente vinculada ao território.

A crítica mais aguda se dirige ao fato de que Costa (2008) ao expor a temática nacional no âmbito do bolchevismo, leva em consideração somente as posições de Joseph Stalin. O autor não denota em justa medida que Lenin é uma figura de proa no debate da nação no campo bolchevique e até no âmbito geral do marxismo. E que por trás dos posicionamentos do marxista georgiano – apesar das diferenças entre ambos – há um forte peso das ideias do autor de *Que Fazer?*. Para Costa (2008), praticamente é como se Stalin, de forma autônoma a Lenin, formulasse toda política nacional bolchevique. O que não é verdade como demonstrado acima.

Além disso, Wanderley Messias da Costa (2008) não percebeu que a discussão da problemática nacional bolchevique é um elemento da estratégia geral da revolução. Para dizer as coisas em nos termos desse trabalho, um elemento da geopolítica bolchevique, ou melhor, leniniana para a revolução. Muito sintomático disso é que ele somente coloca Stalin em debate ou traz o marxismo para a discussão porque o bolchevique georgiano e a referida corrente de pensamento problematizaram a nação.

Para deixar as coisas mais explícitas, matizam-se os dois percursos: se o marxismo chega ao debate da nação por causa da problemática da Revolução, Costa (2008) apenas debate Stalin

⁴³⁵ Esse trabalho de Costa é derivado de sua tese de doutorado de título homônimo.

porque tematizou a questão nacional. Ele não se dá conta que a revolução em si é uma temática eminentemente geopolítica. O que não deixa de ser muito irônico, pois a revolução está no âmbito daquilo que ele próprio problematiza literalmente no subtítulo de sua obra: território e poder. Para ser mais convincente com essa falha, é preciso ser taxativos: não existe revolução sem território.

Mas nessa altura, há que dizer que as considerações sobre a abordagem de Costa (2008) tem que serem enquadradas de um ponto de vista mais amplo. Os equívocos apontados fazem parte da própria geografia, que enquanto disciplina, no decorrer de sua trajetória – salvo algumas exceções – nunca enxergou a revolução como uma problemática pertinente ao seu campo de interesse. Também não se pode encerrar essa apreciação sem recorrer a um expediente de justiça, é necessário dizer que essas críticas aqui não se dirigem ao conjunto do livro, mas especificamente ao tópico que discute a problemática nacional, *Nação e nacionalidade: um debate recorrente*. Ademais, as críticas tecidas passam longe de anular a pertinência da discussão contida no trecho em questão de *Geografia política e geopolítica*. Por exemplo, Costa (2008) guarda o mérito de ter percebido a dimensão de política territorial – mesmo sem assim expressá-la – nas discussões bolcheviques consubstanciada na figura de Stalin, naquilo que se refere à discussão nacional. Ademais, ao identificar outros temas de forte conteúdo da geopolítica ratzeliana, tais como a relação centro periferia e a "[...] teoria geopolítica dos movimentos centrífugos e centrípetos no interior do todo territorial [...]" na discussão bolchevique de nação. (COSTA, 2008, p. 307)

Depois dessa divagação respeitante a produção da geografia política, é preciso partir para outras interessantes questões antes supostas, porém não substancialmente explicitadas relativas às posições de Vladimir Ilitch. Nesse bojo, qual a proposta nacional, no âmbito da geopolítica leniniana, para aqueles grupos nacionais existentes no Império Russo que quisessem exercer seu direito a autodeterminação ou aqueles a quem os bolcheviques não concedessem tal direito? A indagação posta alcança o centro da geopolítica leniniana para a problemática nacional, pois coloca de maneira muito prática ou concreta o que fazer com os grupos nacionais abrigados sob o guarda-chuva da soberania do futuro Estado edificado a partir da Revolução. Em outros termos, é a colocação em pauta de qual arranjo institucional a se confeccionar para as distintas nações que compunham o Império Russo e que por razões diversas (abdicação ou não concessão pelo poder central do seu direito de separação) se manteriam adstritas ao novo Estado.

No relativo a essas questões, a geopolítica leniniana lança mão do recurso do princípio do direito da igualdade das nações para abarcar a resposta, mas o que exatamente significa isso? em termos simples, denota o combate a toda opressão dirigida a qualquer grupo nacional existente no território estatal. Nesse esquema, as distintas coletividades nacionais teriam a língua, costume etc. respeitados. Como diz o próprio Lenin "[...] supressão absoluta de todo privilégio para qualquer nação e qualquer língua que seja [...]"⁴³⁶ No seu entender, isso requereria a "[...] promulgação de uma lei geral de Estado em virtude da qual toda disposição [...] que concedesse qualquer privilégio que seja a uma das nações, que violasse a igualdade em direito das nações ou o direito de uma minoria nacional será declarado ilegal e nula [...]" consequentemente, "[...] todo cidadão do Estado tem o direito de exigir a revogação de tal disposição como contrário à constituição, assim como sanções penais contra quem aconselhar de pô-la em prática."⁴³⁷

Esse princípio do direito a igualdade das nações no quadro do Estado tem como modelo a Suíça, pois para Lenin o pequeno país centro-europeu conseguiu resolver suas querelas nacionais adotando um quadro de ampla democracia, na qual os distintos povos que o compunham, possuíam direito *de jure* e *de facto* de expressar suas diferenças em termos de idiomas, costumes, além de outros elementos próprios de cada povo.⁴³⁸

Todo esse quadro estava ancorado na visão estratégica de que a Revolução a ser realizada na Rússia era democrático-burguesa e não socialista. Como se sabe, Ilitch em 1917, em suas famosas *Teses de Abril*, muda tal caracterização, passando seu eixo de defesa para uma Revolução socialista. Entretanto, tal mudança não implica um câmbio profundo do princípio da igualdade das nações – e muito menos no conjunto da geopolítica leniniana para a problemática nacional na escala mínima russa – sua base continuará a mesma e, se houver mudanças, elas são muito mais decorrentes da aplicação de tal geopolítica do que da alternância daquele eixo, mesmo que, obviamente, existam diferenças entre o projeto e sua implementação, o que será futuramente explorado nesse trabalho.

⁴³⁶ Original: "[...] suppression absolue de tout privilège pour quelque nation et quelque langue que ce soit [...]" (OC20, 1959, p. 14)

⁴³⁷ Original: "[...] promulgation d'une loi générale d l'Etat en vertu de laquelle toute disposition [...] qui accorderait quelque privilège que ce soit à une des nations, qui violerait l'égalité en droits des nations ou le droits d'une minorité nationale, serait déclarée illégale et nulle" Consequentement a isso, "[...] tout citoyen de l'Etat ayant le droit d'exiger l'abrogation d'une telle disposition comme contraire à la Constitution, ainsi que des sanctions pénales à l'encontre de ceux qui s'aviseraient de la mettre en pratique." (OC20, 1959, p. 14)

⁴³⁸ A Suíça como modelo é fortemente invocada em um de seus principais artigos sobre a questão nacional. Sobre isso ver: LENINE (OC20, 1959, p.11- 66)

Nessa altura é forçoso colocar que assim como o princípio da autodeterminação dos povos tinha um caráter relativo e não absoluto, o mesmo se passava com o princípio da igualdade das nações. Stalin, no já mencionado e analisado *O Marxismo e a questão nacional*, advertira:

As nações têm o direito de se organizar de acordo com os seus desejos, têm o direito de conservar as instituições nacionais do seu agrado, as perniciosas e as úteis: ninguém pode (ninguém tem o direito!) de imiscuir *pela força* na vida das nações. Mas isto não quer dizer ainda que a social-democracia não tenha o direito de fazer agitação contra as instituições nocivas das nações, contra as reivindicações não convenientes das nacionalidades. Pelo contrário, a social-democracia tem a obrigação de manter essa agitação e de influir na vontade das nações de tal modo que estas se organizem da forma que melhor corresponda aos interesses do proletariado. (STALIN, 1979, p. 52)

Em síntese: qualquer prática dos grupos nacionais que na interpretação do partido fossem reacionárias ou estivessem na contramão da história, seriam combatidas por meio de propaganda, ainda que, em linha geral, a tônica da organização partidária fosse a defesa de cada coletividade nacional praticá-la como assim entendesse. Aqui uma indagação se coloca: o partido alçado à posição de controle do poder estatal, como aconteceu em 1917, se limitaria apenas ao uso da propaganda para fazer com que as nações se organizassem da forma que melhor correspondesse ‘aos interesses do proletariado’ ou usaria a força para atingir seus objetivos? Bem, a questão é bastante espinhosa.

Em muitas ocasiões os bolcheviques não titubearam, quando a correlação de forças permitiu, em ultrapassar as fronteiras da propaganda e adentrar ao campo da utilização dos recursos de poder estatal para combater determinados costumes nacionais ou mesmo religiosos. Sintomático disso foi o que se passou com a população mulçumana. A partir de 1920, o governo soviético empreendeu uma forte política para a liberalização das mulheres islâmicas, buscando com isso abolir a poligamia, o uso do véu, o enclausuramento feminino etc., assim como também a secularização dos grupos nacionais mulçumanos. (COMTOIS, 1948) Por conta disso, a prática desses costumes passou a ser punida penalmente pelo governo Soviético. Faz-se necessário dizer que tais medidas do poder central foram perpassadas tanto por um apoio interno das comunidades nacionais advindo sobretudo das elites locais laicizadas quanto de uma forte resistência, provenientes dos setores mais tradicionalistas das nações objetos de tais políticas.

No entender de Cardiot essa política bolchevique "[...] tratava de modificar os hábitos tradicionais a fim de propagar formas de cultura soviéticas cujo modelo era profundamente europeu."⁴³⁹ Ela prossegue, assinalando que o uso de tais mecanismo pelos bolcheviques "[...] testemunham a persistência na URSS de modos de governo muito próximo das práticas coloniais dos europeus."⁴⁴⁰ De fato tais expedientes soviéticos não se afastam de algumas práticas implantadas pelos europeus no mundo colonial. A exemplo disso, pode-se citar os franceses que em suas colônias da África do Norte, no Magreb vetaram determinadas práticas islâmicas, incluindo o uso do véu pelas mulheres.⁴⁴¹ O exposto faz lembrar também da Turquia kernalista, que após a Primeira Guerra Mundial, implantou um forte programa de ocidentalização que incluía a proclamação de uma república, a troca do alfabeto árabe pelo latino, a proibição do uso do véu pelas mulheres e dos turbantes pelos homens, abolição do Islã como religião oficial etc.⁴⁴² (HOBSBAWM, 1988, p. 395)

Práticas coloniais a parte, o que interessa mesmo do princípio da igualdade das nações são seus desdobramentos político-espaciais no âmbito interno do território estatal. Neste sentido, a geopolítica leniniana implicava, ou melhor, apregoava todo um novo arranjo administrativo no âmbito da escala mínima russa, que levava em consideração as diferentes nacionalidades. Não é à toa que Ilitch em *Thèses sur la question nationale* [Teses sobre a questão nacional], assinala: "A social-democracia exige que as velhas subdivisões administrativas da Rússia, [...] sejam substituídas por subdivisões fundadas sobre as exigências da vida econômica contemporânea e posta de acordo, na medida do possível, com o efetivo nacional da população."⁴⁴³ Em outro momento de sua produção textual, por sinal um de seus principais trabalhos sobre a problemática nacional, *Notes critiques sur la question nationale* [Notas críticas sobre a questão nacional], ele

⁴³⁹ Original: "[...] il s'agissait de modifier les habitus traditionnels, afin de propager des formes culturelles soviétiques dont le modèle était profondément européen." (2007, p. 141)

⁴⁴⁰ Original: "[...] témoignent de la persistance en URSS de modes de gouvernement très proches des pratiques coloniales des Européens." (CARDIOT, 2007, p. 142)

⁴⁴¹ Para um acompanhamento panorâmico das práticas coloniais europeias, inclusive as perpetradas pela URSS, consultar: FERRO (1996).

⁴⁴² O veto governamental a determinadas práticas islâmicas na URSS e nas colônias francesas no século XX faz lembrar a França no presente século, que frente ao expressivo contingente mulçumano em sua população, cerca de 8%, decorrente das migrações de suas antigas colônias, decretou a partir de 2005 um conjunto leis que proíbe o uso de vestimentas mulçumanas em instituições e espaços públicos. A alegação das autoridades que tais dispositivos jurídicos buscam tanto preservar a laicidade do Estado francês quanto garantir a segurança dos cidadãos frente à crescente onda de terrorismo islâmico. Entretanto, setores críticos aos governos vêem isso como práticas de cunho colonial.

⁴⁴³ Original: "La social-démocratie exige que les vieilles subdivisions administratives de la Russie, [...] soient remplacées par des subdivisions fondées sur les exigences de la vie économique contemporaine et mise en accord, dans la mesure du possible, avec l'effectif national de la population." (OC19, 1967, p. 258)

volta a colocar o mesmo tema: "É ridículo falar das condições e das necessidades do capitalismo moderno e se basear sobre as divisões administrativas oficiais da Rússia que não são nem 'modernas', nem 'capitalistas', mas burocráticas [...],"⁴⁴⁴ principalmente quando se leva em consideração as províncias. Diante dessa constatação conclui-se:

É claro como o dia que não pode estar em questão nenhuma reforma local um pouco séria na Rússia sem a abolição dessas divisões e sua substituição por divisões *verdadeiramente* 'modernas' e que respondam de verdade aos interesses [...] do capitalismo."⁴⁴⁵

O exposto acima leva diretamente a Raffestin que assinala que "[...] o limite ou a fronteira [...] participam de todo projeto sociopolítico [...]"(1993, p. 169). O projeto revolucionário leniniano – como se evidencia pelo exposto – não foge ao que fala o geógrafo suíço. Neste sentido, partindo do conjunto dessa exposição, assinala-se seguramente que, quando Lenin coloca a necessidade de uma nova divisão administrativa para o território russo, ele não está mobilizando outra coisa que não seja o princípio da autonomia nacional territorial, presente tanto no livro de Stalin, quanto em vários trabalhos de seus próprios escritos, mas o que seria exatamente tal princípio?

Lenin entende a divisão administrativa do território do Império czarista que leve em consideração a distribuição das nacionalidades por princípio de autonomia nacional territorial. Seria como traçar as fronteiras administrativas internas, respeitando os traçados da composição homogênea dos grupos nacionais. Nessa linha, pontua o líder bolchevique: "Não cabe dúvida que nenhum marxista [...] se colocará a defender as províncias e os distritos russos [...], tampouco contestará a necessidade de substituir essas divisões obsoletas por divisões que levem em conta tanto quanto possível a composição nacional da população."⁴⁴⁶

Porém, é necessário matizar que apesar de Ilitch ter o componente nacional como referente de divisão territorial, ele não deixa levar em consideração ou adicionar outros elementos como a

⁴⁴⁴ Original: "Il est ridicule de parler des conditions et des nécessités du capitalisme moderne et de se baser sur la divisions administrative officielle de la Russie qui ne sont ni 'moderne', ni 'capitaliste', mais bureaucratique [...]"(OC20, 1959, p. 42)

⁴⁴⁵ Original: "Il est clair comme le jour qu'il ne saurait être question d'aucune réforme locale quelque peu sérieuse en Russie sans l'abolition de ces divisions et leur remplacement par des divisions *véritablement* 'modernes' et respondent vraiment aux intérêt du [...] du capitalisme." (OC20, 1959, p. 42)

⁴⁴⁶ Original: "Sans aucun doute, nul marxiste [...] ne s'avisera de defendre [...] les province et districtes russes [...] ni de contester la nécessité de substituer à ces divisions surannées des division tenant compte autant que possible de la composition nationale des populations." (OC20, 1959, p. 44)

economia e a as condições de vida da população. Assim, o significado mais duro de autonomia nacional territorial passaria pela aplicação de "[...] uma 'larga autonomia regional' [...] para todas as regiões da Rússia [...]" baseada em "[...] uma administração autônoma local perfeitamente democrática [...]" sendo que os limites de tais regiões seriam determinados "não a partir das fronteiras das províncias atuais e dos distritos [...] mas tendo em conta [...] as condições econômicas, o gênero de vida [e] a composição nacional da população."⁴⁴⁷

Esses outros critérios são levados em conta tanto pelo papel de integração nacional da economia quanto pelo quadro mesclado dos grupos nacionais no Império russo, onde em regiões nacionalmente homogêneas existiam ilhas de nacionalidades heterogêneas. Por exemplo, esse era o caso de muitas cidades onde a população urbana era completa ou substancialmente distinta no sentido nacional da população do entorno ao qual essas cidades estavam inseridas. Logo, "Destacar as cidades, por motivos de ordem 'nacional', das aldeias e comarcas que gravitam economicamente em torno delas seria absurdo e impossível."⁴⁴⁸

A proposta de divisão administrativa leniniana não poderia ser outra, pois, ao conceber a nação como uma entidade de cunho territorial, implicitamente ele indicava que qualquer estatalidade que abrigasse várias nacionalidades em seu seio tinha necessariamente que considerá-las na tessituras dos novos limites ou fronteiras internas do Estado. Se as coisas são assim, e esse trabalho compartilha desse viés, impõe-se uma conclusão que retoma a assertiva de que não existe Revolução extraterritorial: o princípio leniniano de igualdade das nações, concebendo estas como coletividades territoriais, é o indicativo de uma geopolítica de gestão dos diversos grupos nacionais no âmbito do território da Revolução a ser criado no espaço de soberania do Império Russo. Isso não é outra coisa que o desenho de uma geopolítica de salvaguarda do território czarista a partir do desenho de uma política territorial de corte nacional para os povos que compunham a escala mínima russa⁴⁴⁹. Uma política de atrair o 'rimland' ao

⁴⁴⁷ Original: "[...] une large autonomie régionale [...] pour toutes les régions de la Russie [...]]" baseada em "[...] une administration autonome local parfaitement démocratique [...]" sendo que os limites de tais regiões seriam determinados "[...] non a partir des frontières des provinces actuelles est des districts, [...] mais en tenant compte [...] les conditions économique, le genre de vie [et] la composition nationale de la population." (OC20, 1959, p. 44-45)

⁴⁴⁸ Original: "Detâcher les villes, pour des motifs d'ordre 'national', des villages et arrondissements qui gravitent économiquement autour d'elles serait absurde et impossible." (OC20, 1959, p. 44)

⁴⁴⁹ Quando menciona-se a política territorial, tem-se em mente o que diz Moraes para quem política territorial seria aquelas intervenções estatais no território referente a urbanização, regionalização, transporte, etc., ou seja, "[...] ações estatais que modulam o espaço, qualificando-o como condição para outras espacializações." (2005c, p. 29) Obviamente que quando Lênin formula essa política territorial ele é um indivíduo destituído de poder, assim como seu partido. Entretanto, isso não é um empecilho para se aplicar tal conceito a sua estratégia, já que ele mesmo

centro puramente russo. E com isso fazer com que as fronteiras internas não se transformassem em externas.

Desse modo, até a política de autodeterminação das nações, o outro princípio basilar da geopolítica leniniana para as nacionalidades, não deixa de ser uma carta de intenção de conservação a respeito da dita herança territorial, pois como o próprio Ilitch sinaliza, a defesa de tal princípio "[...] não equivale, em absoluto, à separação, fracionamento e formação de Estados pequenos [...]" já que "[...] Quanto mais o regime democrático de Estado se aproxima do pleno direito de separação, mais débil e raras serão, na prática, as aspirações de separação [...]"⁴⁵⁰ Os termos assinalados por ele autorizam – a partir de nossa interpretação – a dizer que o princípio de autodeterminação é uma política de combate às tendências centrífugas de desagregação do Estado tão bem trabalhadas por Friedrich Ratzel.⁴⁵¹

Aqui é forçoso frisar que essa preocupação leniniana de salvaguarda territorial passava, dentre outras coisas, de que "Um grande Estado [...] constitui um enorme progresso histórico que conduz da fragmentação [territorial] medieval à futura unidade socialista do mundo inteiro [...]", logo "[...] não há e nem pode haver outra via para o socialismo que esta *que passa por* um tal Estado [...]"⁴⁵² Nesta perspectiva perder território é uma regressão enorme tanto para a causa socialista quanto do próprio capitalismo, pois este é a base, – inclusive do ponto de vista territorial, para a transição socialista. O que se passa é que Lenin é um realista político, por excelência, para ele há uma grande distância entre querer e poder. Há, portanto, até por questões de ordem democrática, que mediar a integridade territorial russa via o direito à autodeterminação nacional.

Posto isso, é necessário destacar que as pretensões territoriais leninianas estavam muito distantes de um chauvinismo grão-russo. Eram questões de ordem eminentemente – pelo menos na visão de Lenin – revolucionárias que pautavam a questão da integridade territorial. Sendo assim, soam impertinentes as insinuações de algumas figuras bolcheviques, e até mesmo estudiosos da questão em Otto Bauer, em assinalar que o austro marxista queria com sua

buscava a obtenção do poder do Estado, como acabou acontecendo em 1917. O viés estadista de Moraes é consonante ao de Lênin.

⁴⁵⁰ Original: "[...] n'a pas du tout le même sens que celle de la séparation, du morcellement, de la formation de petis Etats" já que "Plus le régime démocratique d'un Etat est proche de l'entière liberté de séparation [...]"(OC22 1960, p. 159)

⁴⁵¹ Para conferir essa discussão no geógrafo alemão ver: RATZEL, (1989).

⁴⁵² Original: "Un grand Etat [...] constitue un énorme progrès historique conduisant du morcellement moyenâgeux à la future unité socialiste du monde entier [...]", logo "[...] il n'y a pas, il ne peut y avoir d'autre voie vers le socialisme que celle *passant par* un tel Etat [...]"(OC20, 1959, p. 39, grifo do autor)

discussão das nacionalidades manter a integridade do território austro-húngaro e, de fato, o seu interesse era esse. Portanto, é ponto pacífico que Bauer queria conservar as fronteiras do seu país, porém Lenin, pensando a Revolução a partir da escala mínima russa – como demonstrado acima, também queria o mesmo, ou seja, salvaguardar a integridade territorial do Império Russo. Sendo assim são totalmente despropositadas, ainda que em parte pertinentes, as colocações de Joseph Stalin de que a defesa de Bauer da autonomia nacional cultural e o rechaço da autodeterminação das nações ocorria porque "[...] a autonomia nacional implica a integridade de um Estado composto por várias nacionalidades, enquanto que a autodeterminação ultrapassa os limites dessa integridade" já que "a autodeterminação dá à nação toda plenitude de direitos, enquanto que a autonomia nacional só lhe dá direitos 'culturais'". (1979, p. 29) É como se implicitamente Stalin dissesse: os bolcheviques não estão interessados na integridade do território russo. Otto Bauer, sim, no relativo ao Império austro-húngaro.

Ato contínuo, Stalin, 26 anos após escrever essas acusações contra Bauer, empreendeu um processo de expansão – não de todo bem sucedido – para incorporar ao território soviético justamente as nações que outrora faziam parte do Império Russo e que haviam se autodeterminado⁴⁵³: Lituânia, Letônia, Estônia.

De forma não muito diferente das proposições de Stalin, Leon Trotsky, contrapondo o programa bolchevique para as nacionalidades com o de Bauer, pontua que "Temendo a ideia de desmembramento da Monarquia, a Social-democracia austríaca procurava adaptar o seu programa nacional às fronteiras do Estado, feito de remendos" (2012, p. 410) ao passo que em uma postura completamente oposta, os comunistas russos representados na figura de Lenin "negavam-se a encarar o Estado histórico, cuja fronteiras cortam através do corpo vivo das nações, como categoria sacrossanta e inviolável. Reclamava o reconhecimento do direito de separação e de existência independente para cada porção nacional do Estado." (TROTSKY, 2012, p. 410) Irônico é que Trotsky escreve estas linhas por volta de 1940. Na mesma época, porém em outra ocasião, fazendo uma apreciação crítica da política expansionista da URSS sob a égide de Stalin – denotada a pouco –, o marxista ucraniano, apesar de tecer duras críticas à política de expansão de Moscou, não deixa de em última instância referendá-la, quando diz que o jovem

⁴⁵³ Aqui as referências são aos fatos ocorridos na esteira da assinatura do pacto Molotov-Ribbentrop, em 1939, que implicaram na incorporação dos Estados Bálticos em 1940 pelo governo de Moscou, a partilha e ocupação da Polônia entre Alemanha de Hitler e a URSS de Stálin, assim como também a malsucedida tentativa de controle da União Soviética sobre a Finlândia na Guerra de Inverno (1939-1940).

Estado Soviético buscou não somente recompor as fronteiras do Estado russo, mas manter o traçado de dilatação territorial para além daquelas fronteiras. Em termos *ipsis litteris*: "As linhas de expansão revolucionária foram semelhantes às do czarismo, uma vez que a Revolução não modifica as condições geográficas." (TROTSKY, 2011, p. 50)

Aqui é forçoso dizer que ele faz uma leitura naturalizante das fronteiras do antigo Império Russo, e o que é ainda pior, de suas linhas de expansão. Porém, é "[...] absurdo falar de fronteiras naturais que só existem na condição de serem subtraídas da historicidade. E se as subtrairmos da historicidade é para naturalizá-las. Ou seja, para fazê-las instrumento de uma dominação que procura se perpetuar. (RAFESTIN, 1993, p. 166)

Os argumentos desses dois proeminentes bolcheviques contra Bauer não é nada mais nada menos do que uma velha estratégia retórica de atribuir negativamente ao marxista austríaco, o que em última instância também era um objetivo estratégico leniniano: a salvaguarda do território estatal. Assim, tanto as posições de Lenin quanto as de Bauer eram uma geopolítica de conservação dos contornos geográficos de seus respectivos países. O que passa é que a proposta do primeiro era mais flexível. A do segundo mais rígida. Mudavam-se os meios, os métodos, porém os fins eram os mesmos. Essa ideia de rigidez e flexibilidade faz retomar algo exposto linhas atrás, onde se afirmou que Lenin, ao pensar a relação Revolução território consubstanciada na escala mínima russa, trabalhava com um programa mínimo e máximo em termos de conservação territorial. O mínimo seria determinado pelas as injunções do mundo da política. O máximo, a salvaguarda da totalidade da herança territorial czarista, igualmente era a política que iria garantir. A discussão nacional leniniana referenciada no território se encaixa perfeitamente nesse jogo programático do mínimo e do máximo. Neste sentido, a manutenção da integridade do território russo pela Revolução não era uma questão de princípio, mas de norte estratégico a ser perseguido. O que implica dizer que o status de não princípio não apaga o horizonte de pretensão leniniano. De forma diferente, Bauer em sua política ou geopolítica, elevava a efetivação do programa máximo (integridade territorial) ao status de princípio.

Os pormenores das coisas podem ser assim descritos: Bauer subtraía o direito à autodeterminação das nações desvinculando-as de suas bases territoriais, a partir do princípio da extraterritorialidade, buscando com isso salvar o quadro plurinacional austríaco; Lenin não concebe a nação desvinculada de sua base territorial, o que lhe permite conferir, por um lado, o direito à autodeterminação, por outro, a integração baseada na autonomia nacional territorial em

um novo arranjo político estatal para aqueles grupos nacionais que não exerçam – ou aos quais não se conceda – o direito de separação. Em termos metafóricos de Lenin: somente o direito ao divórcio é que torna sua união livre. Mas, tampouco a defesa de tal direito implica dizer que se será a favor de toda e qualquer separação. (LENIN, OS5, 1973, p. 57)

Constatado isso, o que resta unicamente fazer hoje, desde uma posição privilegiada em termos temporais, é simplesmente ver ou averiguar qual dessas geopolíticas foi mais eficiente no sentido de alcançar seus objetivos. O Império Austro-húngaro em 1918 se desintegrou em vários Estados nacionais; por sua vez, a Revolução russa dirigida pelos bolcheviques conseguiu conservar praticamente a totalidade dos contornos geográficos do Império Russo.

Eficácias à parte, é curioso notar como alguns analistas pesam na tecla do forte interesse ou preocupação de Bauer em conservar o território do Império Austro-húngaro a partir de sua política das nacionalidades sem, contudo, perceber ou frisar o mesmo interesse da parte de Lenin e seus companheiros bolcheviques. É como se a concessão leniniana a autodeterminação nacional turvasse a percepção dos analistas, impossibilitando-os de verem que para além do direito à separação, estava implícita também na geopolítica leniniana a salvaguarda da herança territorial czarista. Talvez um dos elementos que restrinjam a visão dos analistas seja o fato de eles não enxergarem a Revolução – tanto em sua dimensão de projeto quanto de efetivação do projeto – como algo de forte cunho territorial. Não obstante, a dimensão territorial está presente tanto no marxista austríaco quanto no russo, ou seja, não existe Revolução sem território, como já foi exposto.

Muito emblemático disso tudo é o caso de Michael Löwy, que assinala que "O objetivo de [...] Otto Bauer e seus amigos do Partido Social-Democrata, era manter o quadro supranacional do Estado austro-húngaro, reconhecendo os direitos à autodeterminação cultural de todas as nacionalidades" (2000, p. 54) O mesmo objetivo – ainda que por vias distintas – não é frisado pelo autor quando põe em foco as propostas de Lenin. Da mesma forma procede José Ramón Recalde, em seu excelente estudo *La construcciones de la naciones* [A construção da nações], para quem a função da política austro marxista do princípio da personalidade residia "no intento de salvar o Estado plurinacional austríaco."⁴⁵⁴ Muito corretamente ele identifica: "A definição de nação com independência do território, joga para isso uma função importante" posto que dificilmente "[...] uma nacionalidade que se defina com independência do território, base ou

⁴⁵⁴ Original: "[...] en el intento de salvar el Estado plurinacional austríaco." (RECALDE, 1982. p. 292)

suporte para a definição estatal, possa chegar a uma formulação de política de segregação ou secessionismo."⁴⁵⁵

Quanto ao interesse leniniano no território russo, Recalde não aponta. Tais analistas – apesar de suas boas apreciações – não conseguem escapar do quadro da retórica bolchevique em relação a Bauer. Talvez dos autores que analisaram a política das nacionalidades de Lenin, Edward Hallet Carr seja a figura que mais compreendeu conscientemente a dimensão estratégico-territorial do bolchevique russo. Este historiador britânico eleva a estratégia leniniana das nacionalidades ao mesmo nível da não menos estratégica aliança operário-camponesa. Esse trabalho ratifica-se pela concordância com Carr (1973), em termos geopolíticos: se a aliança operário-camponesa é a conexão do *heartland* com o *hinterland*, a política leniniana para as nacionalidades é uma estratégia de ligação do *heartland* com o *rimland*. Ou o centro com a periferia como dizia Stalin e o próprio Lenin.

3.4.3 Território Soviético e Nacionalidades: alguns elementos

Até esse momento foi exposto como Lenin pensou a questão das nacionalidades dentro de sua geopolítica para a Revolução, agora cabe comentar rapidamente a aplicação dessa geopolítica no quadro revolucionário. Como ele percebeu, as nacionalidades voltaram a se manifestar na cena revolucionária de 1917.

Diversos grupos nacionais com a queda do czarismo e a emergência do Governo Provisório bradaram a reivindicação de separação dos quadros do território. Esse é o caso marcadamente dos ucranianos com a Rada e dos Finlandeses. A Revolução com a debilidade da territorialidade estatal simplesmente acentuou as tendências de desagregação territorial a partir dos grupos nacionais.

⁴⁵⁵ Original: "La definición de la nación con independencia del territorio, juega para esto una función importante" posto que difícilmente "[...] una nacionalidad que se define con independencia del territorio, base o soporte para la definición estatal, pueda llegar a una formulación de política de segregación o secesionismo." (RECALDE, 1982, p. 292)

Entretanto, a formulação de uma política de resolução dessas questões nunca foi realmente levada a sério pelo efêmero Governo Provisório. Sua atitude de sempre ligar a resolução das grandes questões que perpassavam a outrora sociedade imperial russa a uma resolução da questão da guerra, funcionou como um mecanismo de procrastinação (FERRO, 1974, p. ??). Contrariamente a isso foi a atitude de Lenin, pois tão logo os bolcheviques tomaram o poder e ergueram as precárias bases do governo soviético em Petrogrado, proclamaram a aplicação de sua tão famosa política de autodeterminação nacional para o conjunto do outrora território imperial. Obviamente que Lenin e seu governo não puderam aplicar de imediato por uma série de objeções à política das nacionalidades para o conjunto do território. Dentre esse conjunto de empecilhos, pode-se citar a guerra civil que grassou a sociedade russa entre 1918 e 1921. Durante os três anos seguintes à Revolução de Outubro, o território russo foi palco de uma contenda bélica que envolveu os bolcheviques e os partidários da antiga ordem. No âmbito dessa contenda é interessante fazer uma rápida digressão, pois ela está fortemente ligada a uma discussão de ordem geopolítica.

Neste contexto bélico, aquela disposição espacial da questão nacional no território russo – que tão bem observara Lenin, um centro puramente russo cercado por uma imensa periferia não russa – teve um grande ou importante papel no decorrer da guerra civil. Uma Revolução tem sua dimensão territorial e o conflito civil não deixou de expressar também tal dimensão⁴⁵⁶, que se manifesta no fato que os bolcheviques nunca perderam o controle territorial de uma região fundamental tanto para a vitória no conflito civil quanto para o próprio domínio do czarismo sobre o conjunto de sua outrora área de soberania imperial. Essa região – aqui denominada *região de sedimentação* – se localiza justamente em grande parte daquele centro puramente russo que a

⁴⁵⁶ No âmbito dessa discussão entre Revolução e território é interessante comentar o caso de Leon Trotsky em sua *Historia da Revolução Russa*. No autor em questão a Revolução aparece implicitamente como um fenômeno social perpassado de uma forte dimensão territorial, entretanto a guerra civil é o momento da Revolução em que Trotsky assumidamente de forma explícita admite a dimensão territorial do processo revolucionário. No capítulo *O Duplo Poder*, ele defende que em toda Revolução há necessariamente a fragmentação da soberania estatal em um duplo poder consubstanciado em classes distintas. Entretanto, "Por sua própria natureza, tal estado de coisas não pode ser estável. A sociedade precisa de concentração de poder e [...] irresistivelmente procura obtê-la. O fracionamento da soberania prenuncia nada menos que a guerra civil" e nesta perspectiva, "A guerra civil dá a esta dupla soberania sua expressão mais visível, porque é territorial. Cada um dos poderes, tendo criado seu próprio terreno fortificado, luta pela posse do resto do território, que frequentemente sofre a dupla soberania na forma de sucessivas invasões pelos dois poderes competidores, até que um deles se consolide definitivamente." (2007a, p. 204) O próximo mapa a ser apresentado dará mais força as palavras de Leon Trotsky.

observação leniniana outrora identificara⁴⁵⁷. O movimento branco, por sua vez, desapossado de tal região foi condenado a combater a partir das posições periféricas do território.

Assim, nos fluxos e contra-fluxos da guerra, os bolcheviques, a partir do controle dessa porção central do território estenderam o domínio do poder soviético para praticamente todos os contornos fronteiriços do outrora Império. Edward Hallet Carr afirma que o objetivo bolchevique de salvaguardar territorialmente a antiga área de soberania teria extremamente difícil de alcançar "[...] se não houvesse sido por um fator natural favorável: a diversidade racial e linguística que favoreceu a dispersão no começo foi compensada pela imensa preponderância do elemento grão-russo que atuou como um grande ímã sobre a totalidade da massa."⁴⁵⁸ (1973, p. 273-274) Isaac Deutscher expressa o mesmo em termos mais profundamente espaciais ao analisar a disposição das forças combatentes na guerra civil no território e pontuar que os comunistas tiveram grandemente suas estratégias determinadas pelo fato de lutarem a partir da região central, "[...] em frentes dentro de uma circunferência de mais de oito mil quilômetros (2006, p. 214). Nessas condições, "A guerra consistia de uma série de incursões em profundidade pelos guardas brancos, ora de um ponto, ora de outro, desde os limites externos até a direção do interior. A elas correspondiam contra-ataques ainda mais profundos [dos vermelhos]." (2006, p. 215)

Se por um lado o Exército Vermelho tinha a desvantagem de estar cercado por praticamente todos os flancos; os brancos, por outro não auferiam grande vantagem disso. Dispersos como estavam pela periferia do território, tinham grande dificuldade de coordenar suas ofensivas pelos diversos *fronts*. Assim, o poder soviético, por meio do seu exército e apesar de lutar em uma região cercada de inimigos, "tinha a vantagem de operar em linhas internas. Desviava suas forças de uma frente para outra para assegurar-se a superioridade local, [conforme as necessidades]." (DEUTSCHER, 2005, p. 515)

Porém, para além dessas vantagens, cabe destacar outras. A *região de sedimentação* abrigava ou para ela convergia a rede de transporte ferroviário (daí a grande mobilidade das tropas vermelhas) e telégrafo, sem contar os principais parques industriais da escala mínima russa. Por concentrar tais trunfos, esse esforço interpretativo denominará a *região de*

⁴⁵⁷ Ver: LENIN (OS5, 1973, p. 46-71).

⁴⁵⁸ Original: podía haber sido insuperable si o hubiera sido por un factor natural favorable: la diversidad racial y lingüística que favoreció la dispersión en el comienzo, fue compensada por la inmensa preponderancia del elemento gran-ruso que actuó como un gran imán sobre la totalidad de la masa."

sedimentação também de *região concentrada*⁴⁵⁹. Isso implica tornar mais diretamente explícito que os comunistas em sua luta para manter o poder ficaram de posse da região dotada de mais infraestrutura material no *território usado* do Império.

Há ainda teores qualitativos de alta relevância sobre essa porção territorial a serem destacados. Como, por exemplo, o fato de que ela abrigava simplesmente grande parte do *heartland* e do *hinterland*, os dois lugares geopolíticos da questão operária e camponesa no âmbito do *território usado*. E que Lenin julgara acertadamente transcendentais para a Revolução.

De novo aqui é pertinente trazer para o quadro expositivo aquela diferenciação que Huntington (1975) faz entre Revolução oriental e Revolução ocidental. Na primeira, a guerra civil antecede a tomada do poder. Na segunda, a guerra civil é consequência da tomada do poder. Aqui se toma e se consolida o poder da capital para a periferia, do centro para os confins do território. Ali, o domínio da capital é a culminância de um processo de um avanço iniciado na periferia da escala mínima. A Revolução russa se encaixa completamente no modelo ocidental de Huntington (1975), tanto na cronologia da guerra civil em relação à tomada do poder, quanto a partir de onde se toma o poder. Segundo Figes (1999), na emigração, os generais do movimento branco em tônica de lamentação atribuíram a derrota de sua causa ao fato de terem sido expulsos das áreas do território russo mais dotadas de infraestrutura.

O argumento tem peso, mas de todo não serve como explicação para a derrota, devendo-se levar em conta os fatores da estratégia política da contrarrevolução, como se verá mais a frente, e que contribuíram para a derrota do movimento. E, em última instância, pode-se agregar que a própria diferenciação entre o modelo ocidental de Revolução e o oriental apresentado por Huntington (1975) já aponta a falácia do argumento. O movimento comunista chinês e o movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro conquistaram o domínio da capital, do conjunto do território lutando a partir da periferia da escala mínima. Portanto, de áreas menos dotadas de infraestrutura no território ou daquilo que se poderia denominar das *regiões concentradas* da China e de Cuba.

Vladimir Ilitch Lenin era muito consciente das vantagens de lutar a partir dessa *região de sedimentação*. Em 1920, discorrendo sobre as razões da derrota de Koltchat no front siberiano,

⁴⁵⁹ Aqui se faz referência à *região concentrada* de Milton Santos em *Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*, que mobilizou o conceito no intuito de denominar a porção do território brasileiro que concentrava mais fortemente aquilo que ele chama de meio técnico-científico-informacional. Apesar das diferenças entre o território brasileiro e o do Império russo, o conceito de *região concentrada* pode ser mobilizado para uma regionalização dos domínios czaristas.

não deixou de elencar o fato do almirante czarista lutar desde uma região dotada de "[...] um campesinato e um território imenso quase carente de proletariado industrial."⁴⁶⁰ Entretanto, mais importante que comentar, é ilustrar tal região com uma representação cartográfica, *Mapa 16 - Guerra Civil: região de sedimentação*, confirmando o analisado acima.

A essa altura, após a visualização do mapa e dessa digressão, se impõe uma indagação: onde está exatamente a dimensão geopolítica desse centro e sua vinculação com a questão das nacionalidades? A alocação territorial dos bolcheviques, durante o conflito civil, no centro puramente russo da escala mínima do Império czarista ganha contorno geopolítico vinculado a questão nacional quando apontado que as nacionalidades não russas estavam, sobretudo localizadas nas periferias do território imperial, no *rimland*, como aponta o *Mapa 13 - Império Russo: nacionalidades*, pois com o controle bolchevique do centro do território, restou aos contendores bélicos contrários aos comunistas tentar conquistar militarmente o centro a partir da periferia. Por inabilidade política, o exército branco, conservadores como eram, em nenhum momento sinalizaram com concessões às várias nacionalidades oprimidas dos territórios onde operavam. E, de forma mais geral, nas várias regiões onde atuaram e chegaram a exercer o poder por algum tempo, buscaram restabelecer a ordem das coisas anterior a Revolução de 1917, ignorando, ou melhor, anulando várias realizações da Revolução, tais como: a devolução de terras aos antigos donos, restituindo o controle das fábricas aos antigos patrões. E, naquilo que se refere à questão das nacionalidades, não procederam de forma distinta, sintomático disso, é que um dos lemas que mobilizava tal movimento era "Rússia grande, una e indivisível." Insensível aos apelos da população, a contrarrevolução negou terminantemente a independência e mesmo a autonomia nacional aos povos que compunham o Império. Orlando Figes ao analisar a atuação do movimento branco no conflito civil russo é categórico ao dizer: "o problema da contrarrevolução russa foi exatamente o de pretender-se contrarrevolucionária em excesso." (1999, p. 837)

Outro episódio digno de menção é relativo à Polônia independente, que na Guerra Russo-polonesa de 1921, se absteve de coordenar seu ataque aos bolcheviques juntamente com a

⁴⁶⁰ O original seria: "...un campesinato y un territorio inmenso quase carente de proletariado industrial". LENIN, Vladimir. Discurso en la Reunión Conjunta del CEC de toda la Rusia, del Soviete de Deputados Obreros, Soldados y Campesinos de Moscú, del Consejo Central de Sindicatos de toda la Rusia y de los Comités de Fábricas, consagrada al Segundo Aniversario de la Revolución de Octubre." (OE10, 1973, p. 92) In. Obras Seleccionadas. Tomo 10. Moscú: Ediciones Progresos, 1973. P.89-93.

Mapa 16 - Guerra Civil: Região de Sedimentação

Legenda

- Capitais Imperiais
- Capitais Provinciais
- Telegrafia
- Ferrovia
- Rios
- Região de Sedimentação
- Exércitos Brancos
- Intervenção Aliada
- Antigas Áreas de Soberania Czarista
- Região Concentrada

0 500 1.000 2.000 km
Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

ofensiva branca de 1919. Pilsudski, o então líder da Polônia independente, temia que uma vitória dos brancos sobre os vermelhos seria muito mais desfavorável a uma Polônia soberana. Varsóvia apesar de não comungar dos valores bolcheviques, e até mesmo lutar contra eles, compreendia que a manutenção dos bolcheviques em Moscou – malgrado os anseios de expansão soviética – era muito melhor para o projeto de uma Polônia soberana do que a volta dos monarquistas brancos ao poder. (CHAMBERLIN, 1952, p. 416) Diante disso, não é sem razão que Moshe Lewin (2007, p. 353) pontua: "A ausência de uma orientação nacionalista russa provou ser uma poderosa arma contra os brancos, que abraçaram a tradicional tese de hegemonia russa – uma fraqueza fatal em um país multinacional."

Porém, mais importante que discorrer sobre a inabilidade dos partidários da antiga ordem na guerra civil relativa ao problema nacional, é explorar, na perspectiva do que assinala Lewin, a habilidade dos comunistas em termos de política prática para atrair o *rimland* ao "centro puramente russo". Isso implica em analisar a organização territorial da outrora área de soberania czarista pelo poder soviético. Para tanto, o *Mapa 17 - URSS 1923: ordenamento territorial* permite detectar como aquela discussão leniniana da questão nacional em base territorial, ou a concepção territorialista da nação de Lenin, foi base para a implantação de uma política territorial de organização da área de soberania soviética.

O território do Império Russo que tinha uma divisão interna baseada em 103 províncias não levava necessariamente em consideração a existência e distribuição dos diversos grupos nacionais submetidos à soberania ou domínio czarista, e com os bolcheviques no poder passou a contar com um arranjo territorial interno onde os grupos nacionais eram a base organizativa, conforme se verifica no *Mapa 17- Império Russo: ordenamento territorial*.

Aqui é curioso denotar como Lenin, outrora ferrenho crítico do princípio organizativo federativo tanto no partido quanto no Estado, viu na ideia de federação um mecanismo de salvaguarda da integridade do território com a criação em 1923 da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*. A URSS, não foi nada mais nada menos que uma federação de repúblicas composta por quatro entidades, a saber: República Soviética Federativa Socialista Russa, República Soviética Federativa Socialista da Ucrânia, República Soviética Federativa Socialista da Bielo-Rússia, República Soviética Federativa Socialista da Transcaucásia. A primeira a ser criada foi a russa em 1918, quando os bolcheviques ainda nem tinham consolidado o controle

Mapa 17 - URSS 1923: Ordenamento Territorial

Legenda

■	Capital		República Popular Soviética
■	República Soviética Federativa Socialista da Rússia	▨	Repúblicas Autônomas
■	República Soviética Federativa Socialista da Ucrânia	▨	Regiões Autônomas
■	República Soviética Federativa Socialista da Transcaucásia	■	Territórios Perdidos
■	República Soviética Federativa Socialista da Bielo-Rússia		

0 500 1.000 2.000 km
Sistema de Coordenadas: WGS_1984_North_Pole_LAEA_Russia
Projeção: Lambert_Azimuthal_Equal_Area
Concepção: Oliveira, Erivaldo, 2016
Organização: Blanco, Claudia, 2016

completo sobre o território da República da Soviética da Rússia. As demais foram se soldando a este centro russo – bem naquela dinâmica descrita por Carr linhas atrás – até consolidar o o projeto de União Soviética em 1923.

Mas esse é só o primeiro nível da organização nacional em base territorial, os outros são os recortes nacionais no interior das repúblicas da União, pois as quatro repúblicas federadas abrigavam no âmbito de seus territórios recortes nacionais tais como: repúblicas autônomas, república popular e regiões autônomas. Essa representação, por uma questão de ordem escalar, dá visibilidade sobretudo as entidades nacionais no interior da República Federativa Soviética da Rússia. Neste sentido, existe uma série de entidades similares no interior das demais repúblicas federadas que não necessariamente estão representadas cartograficamente.

Porém, independentemente disso, o que é forçoso não deixar passar despercebido no quadro dessa análise cartográfica é o quanto a organização territorial dos bolcheviques referente às nacionalidades é perpassada de uma hierarquia. As nações consideradas pelos bolcheviques mais desenvolvidas ganharam um status político, de certa forma, similar à russa no quadro da União: Ucrânia, Bielo-Rússia e Transcaucásia (Armênios, Georgianos e Azeris). As demais, consideradas mais atrasadas, obtiveram um status menor, como exemplos, há os casos da República Autônoma do Quirguistão, a Região autônoma dos Oirats, e as Repúblicas Populares Soviéticas de Khiva e Bukhara (antigas áreas coloniais do Império).

Alguns analistas viram nessa forma de organização territorial as razões para a futura desagregação da URSS. Dimitri Volkogonov (2008), por exemplo, é um dos que condena veementemente a organização territorial promovida pelo autor de *Que fazer?* e seus seguidores na outrora área de soberania czarista, pois a abolição por parte dos bolcheviques do sistema de províncias foi um dos elementos que criou as tensões nacionalistas que acabariam fomentar a desagregação da URSS em 1991, já que a concessão de autonomia aos grupos nacionais assim como a adoção de uma divisão territorial interna respeitando os recortes nacionais fomentaram divisões e fortes sentimentos de separação no seio da multinacional população soviética.

Em 2005, em um discurso presidencial, Vladimir Putin classificou a queda da URSS como "a maior catástrofe geopolítica do século." Se as coisas são assim, e esse trabalho ratifica isso em parte, então a salvaguarda das fronteiras do Império Russo, a criação da URSS, por parte dos bolcheviques, foi uma operação de grande envergadura geopolítica. E por que não um dos maiores êxitos geopolíticos do século XX? Das possessões czaristas, ficaram de fora da órbita

soviética, apenas Polônia, Finlândia, Letônia e Estônia e Lituânia. Essa operação de preservação territorial exitosa que fez que muitos patriotas russos partidários da antiga ordem aderirem aos bolcheviques ou se tornarem simpáticos ao Estado soviético. Como bem sinaliza Figes "Após a vitória vermelha na guerra civil, a intelectualidade ufanista decidira dar um crédito de confiança ao Estado soviético. Surgia o bolchevismo nacional – mais tarde, assim seria chamado o mais novo credo – que tentaria ressuscitar a grande Rússia." (1999, p. 859). Os impulsos nacionalistas da teoria da construção do socialismo em um só país de Stalin encontram nessa corrente do pensamento social russo um forte apoio.

Entretanto, é interessante marcar que a herança territorial czarista foi preservada não somente pelo poder de atração das políticas nacionais dos bolcheviques e da inabilidade políticas de seus oponentes. Para além do convencimento, algumas regiões que compunham o outrora Império russo, adentram a soberania do Estado soviético via força militar. O caso da Geórgia é muito emblemático sobre isso. O pequeno e recém independente país do Cáucaso, onde os mencheviques gozavam de uma popularidade enorme e faziam parte do governo local, em 1921 foi incorporado ao domínio soviético via exército vermelho.⁴⁶¹ (DEUTSCHER, 2005)

Seria interessante acompanhar mais pormenorizadamente o vai-e-vem da aplicação política leniniana para as nacionalidades, o que infelizmente não será possível no escopo dessa tese, porém, o pouco que foi exposto demonstra a importância da questão nacional para os cálculos políticos leniniano da Revolução na escala mínima russa. E neste sentido, a importância do *rimland* no quadro geral do pensamento e ação geopolítica de Lenin.

⁴⁶¹ No referente à sovietação da Geórgia e, enfim, do conjunto do Cáucaso ver: AFANASYAN (1981).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao leitor que tenha acompanhado as discussões até aqui, espera-se ter respondido todas expectativas anunciadas na introdução do presente trabalho referente aos aspectos centrais da geopolítica leniniana. Obviamente, há a falta de certos aspectos, e tal lacuna é um tanto natural dado que se trata de um tema de análise extremamente multifacetado e inserido em outra não menos multifacetada problemática, a Revolução Russa. Dentre as tantas questões não abordadas, uma delas se refere a não exploração da dimensão internacional, pois "Não se pode analisar o jogo do poder abstraindo-se do que acontece fora dos limites onde ele se exerce" (CLAVAL, 1979, p. 199).

Lenin tinha perfeita consciência disso, pois toda a sua geopolítica para o poder na Rússia estava inserida dentro de um quadro maior, afinal para Ilitch e para os bolcheviques, até a consolidação da teoria da revolução em um só país, com Stalin, a Revolução Russa, era apenas o prelúdio da revolução internacional. Neste sentido, faltou toda uma análise pormenorizada das forças sociais atuantes no mundo externo à escala mínima russa, como uma análise das diretrizes leninianas da Internacional Comunista no jogo internacional de poder; ou um exame minucioso de Lenin a partir da cúpula do poder estatal, para salvaguardar a existência geopolítica da URSS em um cenário geopolítico internacional, em termos de entidades estatais, que era extremamente desfavorável. Nessa linha ainda, há a ausência de se buscar compreender as estratégias do líder bolchevique de expansão da Revolução para além das fronteiras soviéticas.

Outro elemento que tem a ver com a dimensão internacional, porém não somente com ela, foi a questão da guerra, já que as duas Revoluções russas, a de 1905 e a de 1917, foram desencadeadas a partir dos eventos bélicos nas quais o país se envolveu. O próprio Lenin, referindo-se a última dessas revoluções, sinaliza nesse sentido: "A revolução russa não é mais que a primeira etapa da primeira das revoluções proletárias engendrada pela guerra."⁴⁶²

Apesar dessas lacunas, não é demasiadamente tarde para ensaiar alguns elementos de interpretação da guerra no quadro da geopolítica leniniana, ainda que as considerações finais sejam um espaço inadequado para tais apontamentos.

⁴⁶² Original: "La revolución rusa no es más que la primera etapa de la primera de las revoluciones proletarias engendradas por la guerra." (OE6, 1973, p. 174)

Friedrich Ratzel, escrevendo no final do século XIX, nos diz que "Geograficamente, a guerra é um movimento de massa importante, violento e dominador de um país sobre outro."⁴⁶³ Entretanto, a Grande Guerra 1914-1918, não suprimiu, mas de certa maneira comprometeu a ideia de movimento em guerra. Por conta das inovações nos armamentos, o referido conflito foi muito mais travado nos moldes de uma guerra de posições do que de uma guerra de movimento⁴⁶⁴ (HOWARD, 2010). Malgrado essa primeira assertiva ratzeliana não se aplicar em seu todo ao primeiro conflito mundial, o seguinte assinalamento do geógrafo alemão é mais condizente na íntegra à contenda bélica em questão: "[...] a declaração de guerra faz instantaneamente desaparecer as fronteiras com todas as limitações à circulação que ela implica; os territórios situados de uma parte e de outra, se fundem em um todo que forma no sentido largo o teatro da guerra."⁴⁶⁵

Na realidade da Primeira Guerra Mundial, o teatro de guerra, nada mais era que o *front*. As potências centrais, Império Alemão e Império Austro-húngaro, ao declararem guerra aos aliados tiveram que travar batalhas em duas frentes: o oriental e o ocidental. Trotsky bem descreveu o *front* oriental, que por sinal estava mais encravado em território russo que em território alemão e austro-húngaro: "Do Mar Báltico ao Mar Negro, do Mar Negro ao Cáspio indo além dos confins da Pérsia, num *front* incomensurável, estavam 68 corpos de infantaria e nove de cavalaria." (2007a, p. 248).

Um primeiro apontamento interpretativo força a concluir, em termos simplificados: o *front* é um local que concentra pessoas para a atividade bélica. O império czarista convocou para sua linha de frente 15 milhões de soldados dos quais cinco milhões perderam a vida em batalhas ou em decorrência de ferimentos. (LEWIN, 2007) O vasto *front* com esse imenso contingente alocado na borda ocidental do *território usado* do império russo não deixou de funcionar como um espaço de articulação das populações do *heartland*, do *hinterland* e do *rimland*, afetado

⁴⁶³ Original: "Géographiquement, la guerre est un mouvement de masse important, violent, saccadé et dominateur, d'un pays dans un autre." (RATZEL, 1987, p. 92)

⁴⁶⁴ A guerra de posição foi resultado do equilíbrio de forças dos atores combatentes, o que acabou gerando um impasse bélico. A grande inovação tecnológica nos armamentos nos anos anteriores ao conflito, tais como metralhadora, artilharia pesada implicaram uma imobilidade dos contingentes militares na linha de frente, dado que a "[...] infantaria mal podia se mexer e qualquer movimento tinha um custo humano catastrófico." (KEEGAN, 1995, p. 321) Orlando Figes dá a dimensão do impasse bélico, por meio do uso de tecnologia: "bastava um soldado sozinho operando uma metralhadora da trincheira para fazer repelir uma centenas de homens de infantaria." (1999, p. 334)

⁴⁶⁵ Original: "[...] la déclaration de guerre fait instantanément disparaître les frontières, avec toutes limitations à la circulation qu'elles impliquent; les territoires situés de part et d'autre, se fondent en un tout qui forment en un sens large le théâtre de la guerre." (RATZEL, 1987 p. 92)

respectivamente pela questão operária, camponesa e nacional. A guerra, em seus quase quatro anos de duração fez o que os populistas e demais setores da *intelligentsia* russa não conseguiram em seu movimento de "ida ao povo". Como bem disse Leminsky: O recrutamento de enormes contingentes de camponeses russos para servir como bucha de canhão nos pantanais [...] despertou nessa gente apática e conformista [...] uma brusca consciência política." (2013, p. 293). Neste sentido, o *front* articulou o que outrora estava disperso, pois realizou o viver junto, partilhar incertezas juntos quanto à vida e ao futuro, ainda que em um ambiente de grande dramaticidade. Afinal, guerra é sofrimento. Desta forma, "Para os camponeses russos, a guerra foi a cidade, o contato com as ideias novas, propostas de uma nova vida, a consciência de seus direitos e a coragem de lutar por eles." (LEMINSKY, 2013, p. 293)

Mas o *front* não foi apenas um lugar de articulação dos camponeses, operários e indivíduos de grupos nacionais oprimidos travestidos em fardas. Um lugar fechado em si. Para muito além da articulação interna desse espaço bélico, havia outra que dizia respeito à conexão com o *território usado* do império. Leon Trotsky, em parte, bem atesta essa interpretação quando argumenta que a guerra ao trazer para o exército milhões de operários e camponeses, consequentemente criou a condição de que a grande maioria das famílias das classes exploradas na retaguarda tinham um parente nas tropas: pai, filho, irmão, sobrinho, tio, etc. Em outros termos, a guerra aproximara enormemente o exército do povo, o qual "[...] se encontrava frequentemente com os soldados; via-os quando saíam para o *front*, viviam com eles quando voltavam para a casa de licença, conversava com eles nas ruas e nos bondes sobre as trincheiras, visitava-os nos hospitais." (TROTSKY, 2007a, p. 151) Como resultado disso, concluiu o criador do exército vermelho: "Os bairros operários, os quartéis, o *front* e, de certa forma, as aldeias tornaram-se vasos comunicantes." (TROTSKY, 2007a, p. 151)

Todos esses acontecimentos relacionados à guerra e tais conexões não passaram despercebidos ao faro geopolítico de Lenin. Quando os homens do campo em fardas e geralmente armados, dois milhões segundo Moshe Lewin (2007), começaram a desertar em massas e do *front* retomar o caminho de volta para casa com o objetivo de participar da partilha da terra no *hinterland* do *território usado* – "O camponês russo não se orgulhava das conquistas imperiais de seu país, pois era pacifista por natureza" (FIGES, 1999, p. 336) – Lenin então concluiu que o "campesinato estava votando pela paz com os pés." Não foram poucas vezes, quando de sua volta do exílio, que ele deu diretrizes ao partido para centrar a propaganda revolucionária nos soldados

camponeses do *front* no intuito de fomentar esse "voto com os pés", pois o retorno do camponês-soldado à casa representava não somente a volta do indivíduo ao lar, mas também o movimento de informação das boas novas da Revolução. Circulação e comunicação sempre foram um par importante do pensamento estratégico de Ilitch. E aqui não poderia ser diferente.⁴⁶⁶ Ademais, no cálculo geopolítico leniniano, uma revolução agrária no *hinterland*, perpetradas pelos camponeses, era uma grande base de apoio a uma revolução operária no *heartland*, o que consequentemente abriria caminho para uma derrubada do Governo Provisório pelos comunistas na capital. O que de fato acabou ocorrendo⁴⁶⁷. John Keegan atesta: "A vitória política de Lenin na revolução de Petrogrado em outubro de 1917 não teria ocorrido se não tivesse ocorrido as catástrofes militares [...]" no front oriental "[...] que dissolveram as unidades com cujo apoio o governo constitucional contava." (2006, p. 372)

O pouco exposto autoriza a dizer, no âmbito dessa interpretação, que o *front* era um lugar geopolítico assim como o foram o *heartland*, o *hinterland* e o *rimland*. Porém, enquanto esses espaços eram de natureza estrutural (de longa data) na escala mínima russa, o *front* se configurava com um espaço conjuntural próprio do contexto da Grande Guerra. Apesar de ser conjuntural, Ilitch tão bem soube incorporá-lo em sua geopolítica para o poder, assim como o fizera bem anteriormente com a tríade *heartland*, *hinterland* e *rimland*. Tão sintomático disso foi que a primeira atitude de Lenin enquanto governo foi tirar a Rússia da Guerra. Ademais, o que era o lema "pão paz e terra", tão defendido por ele⁴⁶⁸ antes da tomada do poder, senão uma articulação dos desejos de paz dos combatentes do *front*, com as demandas de terras dos camponeses do *hinterland* e a reivindicação de alimentação por parte dos operários das desabastecidas cidades do *heartland*. Mas o exposto é ainda de apontamentos iniciais e fica para o futuro a análise dessas questões de forma mais densa e integrada ao conjunto da geopolítica leniniana.

⁴⁶⁶ Dentre as várias passagens de textos leninianos onde se constata o sinalizado, separa-se a seguinte como ilustração: "De retours [...] vous vous disperserez dans tout le pays. Portez dans chaque coin éloigné, dans chaque village russe russe qui a connu les affres de la faim, les exactions et les butrages, la nouvelle de la liberté. Eclairiez vos frères paysans; chassez de la campagne les ténèbres, appelez les paysans pauvres à soutenir les ouvriers des villes et les ouvriers agricoles dans la lutte glorieuse." (OC23, 1959, p. 377)

⁴⁶⁷ A articulação front com o *território usado*, mais especificamente com o *hinterland* pode ser bem atestada nessa frase de Ilitch (OC24, 1958, p. 432): "Les Soldats sur le front c'est une partie du pay" [Os soldados no front são uma parte do país]. "Les Soldats sur le front c'est une partie du pay" [Os soldados no front são uma parte do país].

⁴⁶⁸ O lema pão, paz e terra pode ser rastreado, na obra leniniana, em Cartas de Longe, quando o líder bolchevique, ainda do exílio suíço, analisa aquilo que ele chama a primeira etapa da revolução na Rússia. Para a averiguação disso consultar: LENINE, (OC23, 1959, p. 323-371)

Na perspectiva do realizado, ainda que de forma panorâmica, conseguiu-se denotar alguns aspectos importantes do pensamento e ação de Vladimir Ilitch para a revolução que relacionam política e espaço. Tal relação é o que constitui aquilo que se chamou desde o início da presente tese de geopolítica leniniana para a revolução. A exploração de algumas obras do líder bolchevique a partir dessa chave de leitura permitiu detectar a consciência e os desígnios geopolíticos revolucionários leninianos para o território imperial czarista. Desta forma, a macrorregionalização por Ilitch do território do império czarista entre *território usado* e *fundo territorial* é uma das grandes expressões disso. Porém, não é a única. De não menor importância, e decorrente diretamente daquela primeira macrocompartimentação, é a regionalização do *território usado* tendo por bases as forças e classes sociais que Lenin tinha como central para o processo revolucionário. Assim chega-se ao *heartland*, o *hinterland* e o *rimland*. Três importantes lugares geopolíticos que abrigavam, respectivamente, três importantes questões sociais do império russo, a saber: a questão operária, a questão agrária e a questão das nacionalidades. E mais, como a revolução que o projeto leniniano propugnava era a socialista proletária, existia necessariamente uma valorização política distinta dessas três regiões do *território usado*. Ora, não poderia ser diferente, se a classe operária é a classe de vanguarda da revolução, o *heartland* é o espaço por excelência do eixo estratégico para o poder, daí toda atenção de Lenin àquilo que nomeado como geopolítica das duas capitais imperiais. Moscou e São Petersburgo, para além de concentrar o centro do poder czarista e convergirem para si as linhas de comunicação e circulação, importantes para a afirmação de qualquer ordem, eram os dois centros urbanos do império que aglutinavam os maiores contingentes operários.

A identificação do mapa das questões sociais no território por parte de Ilitch, e a consequente regionalização do *território usado*, não está desconectada de outro não menos estratégico elemento da geopolítica leniniana: o partido. A distribuição dos revolucionários no território não é aleatória. A classe operária como dirigente da revolução implicava que o partido revolucionário de tal classe tinha local privilegiado de localização no *heartland* do *território usado*. Neste sentido, a diretiva de enviar os revolucionários profissionais para o *fundo territorial* era mais uma política do czarismo em seu jogo de gato e o rato de perseguição dos militantes partidários do que uma diretriz estratégica de Lenin.

Todo esse proceder de Vladimir Ilitch Lenin denota duas importantes coisas. Primeiro, a revolução é uma problemática eminentemente espacial e neste sentido uma obra geopolítica. Bem

naquela linha sinalizada na introdução: a revolução é um tipo de mudança que envolve a relação sociedade espaço. Segundo, toda a estratégia revolucionária para a tomada do poder na Rússia, mostra que Ilitch não estava perdido no espaço. Mais perdidos no espaço estavam muitos analistas da revolução e do próprio Lenin por não levarem em consideração em seu quadro investigativo as dimensões espaciais das problemáticas em foco. E muito mais ainda a Geografia, enquanto disciplina, por não ter visto a revolução como uma problemática eminentemente geográfica.

Nesta perspectiva, se minimamente os elementos centrais da exposição estiverem corretos, necessariamente se abre um leque de pesquisas a serem averiguados em futuras investigações. Para citar somente alguns: buscar ver como a geopolítica leniniana foi aplicada pelos leninistas em outros contextos nacionais; averiguar como estas aplicações em outras escalas mínimas mudaram, conservaram, inovaram ou empobreceram a proposta leniniana inicial. Afinal, como Florestan Fernandes diz: Lenin "[...] se tornou o mentor de uma corrente de marxismo – aliás, a única que produziu ou alimentou as revoluções no século XX – dentro e fora da Rússia." (1978, p. 7). Além disso, como não poderia deixar de ser, fazem parte dessa proposta de agenda de pesquisa também aprofundar muitos dos elementos da geopolítica leniniana relativos à experiência revolucionária russa que foram apontados nessa tese, porém não examinados.

Por fim, não é possível terminar essa tese sem olhar para o início de minha trajetória acadêmica e comentar a ingenuidade própria de iniciantes. Em 2009, na conclusão Trabalho de Graduação Individual (monografia) que tematizou a revolução russa, encerrei as considerações finais sugestionando a seguinte pretensão: no mestrado problematizar a revolução chinesa; no doutorado, a cubana ou iugoslava. No pós-doutorado fazer uma geografia geral das revoluções sociais. De lá para cá, muitas coisas amadureceram, novas questões surgiram, e algumas permaneceram, uma delas, a problemática da Revolução Russa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Lenin.

Esquerdismo doença infantil do comunismo. São Paulo: Símbolo, 1978.

O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências, 1980.

O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Pensadores).

Que Fazer? a organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Col. Dialética).

Imperialismo: fase superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. (Navegando Publicações).

OBRAS COMPLETAS – *Oeuvres Completes* (OC), Paris: Editions Sociales

Exposé et commentaire du projet de programme. In: *Oeuvres Completes*. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 2, P.89-117.

Notre tâche immediate. In: *Oeuvres Completes*. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 2. P.221-226.

Les tâches de la socialdémocratie russe. In: *Oeuvres Completes*. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 2. P. 329-354.

Une question urgente. In: *Oeuvres Completes*. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 4. P. 227-232.

Les Objectifs Immediats de notre Mouvement. In: *Oeuvres Completes*. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 4. P.381-386.

Le dernier mot du nationalisme du bund. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1966, Tome 6. P.542-545.

Journées révolutionnaires. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1964, Tome 8. P. 95-119.

Premières leçons. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1964, Tome 8. P.134-138.

Aux ouvriers juifs. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1964, Tome 8. P.501-504.

La Première Victoire de la Révolution. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1966, Tome 9. P.443-450.

Le parti socialiste et le révolutionnairisme sans-parti. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tomo 10. P.71-79.

Socialisme et religion. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 10. P. 80-85.

Essai de classification des partis politiques russes. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1966, Tome 11. P.228-234.

Préface au recueil "en douze ans". In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 13. P. 95-104.

Les statistiques des grèves en Russie. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1968, Tome 16. P.417-446.

La signification des transferts des paysans. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 19. P. 58-64.

La classe ouvrier et la questions national. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 19. P.85-87.

Projet de plate-forme pour le iv congrès de la socia-démocratie du territoire de Lettone. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 19. 1967. P.107-116.

Thèses sur la question nacionale. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1967, Tome 19. 1967. P. 255-263.

Notes critiques sur la question national. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 20. P.11-45.

A propos de la politique nationale. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 20. P.225-234.

Faut-il une langue offiele obligatoire. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales , 1959, Tomo 20. P.67-69.

La revolution socialiste et le droit des nation. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales , 1960, Tomo 22. P.155-170.

Rapportsur la revolution de 1905. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 23. P.259- 277.

Statistique et sociologie. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales,1959, Tomo 23. P.298-305.

Lettres de Loin. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 23. P. 323-371.

La revolution en russie et les taches des ouvriers de tous les pays. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 23. P. 378-382.

Lettres sur la tactique. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 24. P.32-45

Sur la dualité du pouvoir. In: Oeuvres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 24. P. 28-31.

Les taches du Proletariat dans notre revolution. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959, Tome 4. P48-81.

Pour un pouvoir revolutionaire fort. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1959. Tome 4.. P.368-370.

La guerre et la revolution. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 24. P.407-432.

Changement dans la situation des classes. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1962, Tome 25. P. 135-137.

Les enseignements de la revolution. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1962, Tome 25. P. 245- 262.

Marxisme et insurrection. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 26. 1958. V.8. P.13-19.

La révolution et la guerre civil. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958, Tome 26. P. 20-35.

La Revolution Russe et la Guerre Civil. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958. Tomo 26. P. 20-35.

Appel a la Population. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1958. Tome 26. P. 311-312.

Cahiers sur l'imperialisme. In: Ouevres Completes. 4 ed. Paris: Editions Sociales, 1977, Tomo 39.

OBRAS SELECCIONADAS – *Obra Escogidas* (OE) Moscú: Progreso:

Quienes son los “Amigos del Pueblo” y como luchan contra los Socialdemócratas. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo I. 1973. P. 10-93.

Frederico Engels. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo I. P.94-97.

Contribución a la caracterización del romanticismo económico In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo. I. P. 98-152.

A que herencia renunciamos? In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo. I. P. 165-182.

El problema nacional en nuestro programa. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo II. P. 117-120.

Actitud del partido obrero ante la religión. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo III. P.163-167.

Un paso adelante dos pasos Atrás. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo III. P.121-160.

El derecho de las naciones a la autodeterminación. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo V. P.46-71.

A que conduce los pasos contrarrevolucionarios del gobierno provisional. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VI. P.78-79.

Las tareas del proletariado en la presente revolución. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VI. P. 106-108.

Las Tareas Políticas del Proletariado en Nuestra Revolución. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VI. P.119-133.

VII Conferencia de toda Rusia del POSD(B)R. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VI. P.151-175.

Consejos de un ausente. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P. 37-38.

Los Bolcheviques deben tomar el poder. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P.106-107.

II congreso de los soviets. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P. 160-166.

El defensismo de buena fe hace acto de presencia. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VI. P. 146-147.

Carta a los camaradas bolcheviques que participan en el congreso de los soviets de la región norte. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P.139-141.

Carta a los camaradas. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P.142-150.

Carta a los miembros del Partido Bolcheviques. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VII. P.151-152.

VII Congreso Extraordinario del PC (B) de Rusia. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo VIII. P. 1-22.

Las elecciones de la asamblea constituyente y la dictadura del proletariado. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo X. P. 140-149.

Discurso en la Reunión Conjunta del CEC de toda la Rusia, del Soviete de Diputados Obreros, Soldados y Campesinos de Moscú, del Consejo Central de Sindicatos de toda la Russia y de los Comités de Fábricas, consagrada al Segundo Aniversario de la Revolución de Octubre. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo X. P.89-93.

Arenga a los soldados rojos que parten para el frente de Polonia. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo XI. P.46.

III Congreso de la Internacional Comunista. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, Tomo XI. 1973. 72-84.

Décimo congreso del P. C. (B) de Rusia. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo XII. P.3-28.

Sobre el impuesto por especie. In: Obras Escogidas. Moscú: Progreso, 1973, Tomo XII. P. 28-44.

OBRAS GERAIS

AFANASYAN, SERGE. L'Arménie, L' Azerbaïdjan et la Georgie: de l'indépendance à l'instauration du pouvoir soviétique 1917-1923. Paris: L'Harmattan, 1981.

AÏTOFF, D. *Peuples et langues de la Russie d'après les données du premier Recensement russe exécuté en 1897*. In: Annales de Géographie, t. 15, n°79, 1906. pp. 9-25. Disponível em http://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1906_num_15_79_5050

ALMINO, João. *A Utopia é um Império* (Prefácio). In Moro, Thomas. *Utopia*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. (Coleção IPRI).

ANCEL, Jacques. *Géographie des Frontières*. Paris: Gallimard, 1938.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

ANWEILER, Oskar. *Les Soviets en Russie: 1905-1921*. Paris: Gallimard, 1972.

APPLEBAUN, Ane. *GULAG: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. São Paulo: Ediouro: 2004.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1988. Temas Estudo Político, v.5).

ARON, Raymundo. *O Marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005.

AUED, Idaleto Malvezzi: *Estratégia e Contradições na Construção da Sociedade Socialista Soviética*: Socialismo de Menos, Capitalismo de Mais. Tese de Doutorado, DG-USP, 1995.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo; UNESP, 2004. (Col. Revoluções do Século XX).

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é e como se faz*. São Paulo: Loyla, 2009.

BAKUNIN, MIKHAIL. *Deus e o Estado*. São Paulo: Editora Hedra, 2011. (Coleção: Bolso - Estudos Libertários)

BARON, Samuel H. *Plejanov: el padre del marxismo ruso*. Argentina: Siglo XXI, 1976.

BAUER, Otto. *La Cuestión de las Nacionalidades y la Social Democracia*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

BEAULIEU, Anatole Leroy. *L'Empire des Tsars et les Russes*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1990.

BENSAID, Daniel. *Lênin, ou a Política do Tempo Partido*. In. BENSAID, Daniel; LÖWI, Michael. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. P.177-190

BERMAN, Mashall. *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar: as aventuras da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNAL, Martim. *Mao e a Revolução Chinesa*. In. HOBBSBAWM, E. *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra. 1987, v. 8

BEROJOV, Ber. *La Cuestión Nacional y la Lucha de Clase. México; Pasado y Presente*, 1979. (*Cuadernos de Pasado y Presente*; 83).

BESANÇON, Alain. *Les Origines Intellectuelles du Leninisme*. Paris: Calmann-Levy, 1977.

BILLINGTON, James H. *The Icon and the Axe: an interpretive history of Russian Culture*. New York: Vintage Books, 1970.

BLANC, Edouard. *La colonisation et la mise en valeur de la Sibérie et de la steppe asiatique*. In: *Annales de Géographie*. 1916a, t. 25, n°134. pp. 124-142. Disponível in: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1916_num_25_134_88> Acessado em : 24/08/2015.

_____. *Le nouveau réseau des chemins de fer de l'Asie russe*. In: *Annales de Géographie*. 1916b, t. 25, n°136. pp. 263-290. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1916_num_25_136_87> Acessado em: 24/08/2015.

BLINNIKOV, Mikhail S. *Geography of Russia and Its Neighbors*. The Guilford Press, 2010.

BOLKHOVITINOV, N. N. *Rusia y América: (ca. 1523-1867)*. Madrid, Editorial MAPFRE: 1992. (Colecciones MAPFRES 1492).

BOOKCHIN, Murray. *O bairro, a comuna, a cidade ... espaços libertários!* São Paulo: NU-Sol, 2003. (Coleção Escritos Anarquista;v, 23).

BOTTOMOORE, Tom, editor. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOWMAN, Isaaih. *Le Monde Nouveau: table général de geographie politique universelle*. Paris: Payot, 1928.

BRADLEY, Joseph. *Muzhik and Muscovite: Urbanization in Late Imperial Russia*. Beckley and Los Angeles: University of California Press, 1985.

BRANDAO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil - 1924*. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: século XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 3 V.

_____. *Gramática das Civilizações*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista 1919-1943: a ascensão e a queda*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

BROWER, Daniel R. *The Russian City Between Tradition and Modernity, 1850-1900*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California, 1990.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2009.

CARDIOT, Juliette. *Le Laboratoire Impérial: Russie-URSS 1860-1940*. Paris: CNRS Éditions, 2007.

CARONE, Edgar. *A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)*. São Paulo: Anit/Edusp, 1993.

CARR, Edward. Hallet. *La Revolución Bolchevique 1917-1923: La Conquista y Organización del Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

_____. *Que es la História?* Barcelona: Seix Barral, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escala de ação e instituições*. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CHAMBERLIN, Henri. *La Revolución Rusa 1917-1921*. Tomo I. Buenos Aires: Siglo XXI, 1967.

CHRISTIE, Agatha. *Assassinato no Expresso do Oriente*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1986.

CLARKSON, Jesse D. *A History of Russia*. New York: Random House, 1964.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Terras dos Homens: a geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CLESMESHA, Arlene. *Judaísmo e Marxismo: história de uma relação difícil*. São Paulo: Boitempo, 1998.

COLE, John. *L'U.R.S.S. Analyse Géographique*. Paris, Librarie Armand Colin, 1970.

COLTO e SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1967.

COMISSÃO COMITÊ CENTRAL do PC da URSS. História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1945.

COMTOIS, Jean. *L'URSS et l'islam*. In: *Politique étrangère*, nº5-6 - 1948 - 13^eannée. pp. 457-472. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/AsPDF/polit_0032-342x_1948_num_13_5_2839>. Acessado em 10/10/15.

COSTA, Emília Viotti. Apresentação da Coleção. In. VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Vietnamita*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. (Revoluções do Século XX).

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EDUSP, 2008.

COURTOIS, Stéphane et all. *O Livro Negro do Comunismo: crime, terror e opressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COUTINHO, João Pereira. As Idéias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade de roupas*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

D'Almeida, Camena. P. *La Populattion des Villes Russes en 1923*. In: *Annales de Geographie*, T. 33, nº 184, 1924. pp.400-402.

_____. *Geographie Universelle: États de la Báltique et Russie*. Tomo 5, Paris: Armand Colin, 1932.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Geografia Política e Novas Territorialidades*. In. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, orgs. *Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. P.17-26.

DEBRAY, Régis. *A Revolução na Revolução*. Havana: Casa de las Américas, 1967.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geographie et Religion*. Paris, Gallimard, 1948. (*Geographie Humaine*, 21).

D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. *Unité prolétarienne et diversité nationale. Lénine et la théorie de l'autodétermination*. In: *Revue Française de Science Politique, Année 1971 Volume 21 Numéro 2* pp. 221-255. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1971_num_21_2_418048

DEUTSCHER, Isac. *Stalin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

_____. *Trotsky: o profeta Armado 1879-1921*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIX, Arthur. *Geografia Política*. Barcelona: Editorial Labor, 1929.

ENGELS, Friedrich. *La Expansión Rusa en Asia Central*. P.207-211. In. DÍAZ, Alberto [Copilador]. *Karl Marx, Friedrich Engels: sobre el colonialismo*. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1979. (*Cuadernos de Pasado y Presente*, 37).

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópoles: Editoras Vozes, 2000.

_____. *MST: formação e territorialização*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Florestan org. *Lênin: política*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; n.5).

_____. *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Luís. *URSS ascensão e queda: a economia política das relações da União Soviética com o mundo*. 2ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

_____. *O Enigma do Socialismo Real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Maud, 2000.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas as independências (séculos XIII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGES, Orlando. *A Tragédia de um Povo: A Revolução Russa 1891-1924*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *El Baile Natasha: una historia cultural rusa*. Barcelona: Edhasa, 2010 (Ensayo).

FINZI, Roberto. *Uma Anomalia Nacional: a questão judaica*. In. HOBBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*. V.III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Pensamento crítico, v.64) p. 279- 328.

FIORI, José Luís. *Poder Global e a nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Col. Estado de Sítio).

FISCHER, Louis. *A Vida de Lênin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. V.I.

FLICHY, Patrice. *Una Historia de la Comunicación Moderna: espacio público y vida privada*. Barcelona: Gilli, 1993. (Massmedia)

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.

GEORGE, Pierre. *Geografía de la U.R.S.S.* Madrid: Taurus Ediciones, 1967.

_____. *A Ação do Homem*. São Paulo: Difel, 1970.

_____. *Geografia da U.R.S.S.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. (Coleção Saber Atual; V.147).

GEORGE, St. George. *Desertos e Montanhas da União Soviética: as regiões selvagens do mundo*. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1983.

GLAUCO, Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: A espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Tese de Doutorado, DG-UFRJ, 2011.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. *Algumas Considerações para uma Revisão Crítica da História do Pensamento Geográfico*. In: GODOY (org.) *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. São Paulo: Unesp, 2010. P.145-156.

GOGOL, Nicolau. *O Inspetor Geral*. São Paulo: Scipione, 2011. (Série Reencontro Literatura).

GOTTMANN, Jean. *La Politique des États et leur Géographie*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

GREGORY, James S. *La U.R.S.S.: Geografía Económica e Regional*. Barcelona: Ediciones Omega, 1952.

GRUPPI, Luciano. *O Pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais. Série: Política; n. 12).

GUEVARA, Ernesto. *A guerra de Guerrilha*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético: relatos de uma polémica*. São Paulo: Scrita, 1992.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. 2ª Ed. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2002.

HARLEY, J. B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HAUPT, George; LÖWI, Michael. *Los Marxistas y la Cuestión Nacional*. Barcelona: Fotamara, 1980. (Ensayo Contemporáneo).

HOBBSAWM, Eric. *História do Marxismo*. V.III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Pensamento crítico, v.64) P.279- 328.

_____. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1789: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSON, J. A. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

HOETZSCH, Otto. *A Evolução da Rússia*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

HOOSON, David J. M. *The Growth of Cities in Pre-Soviet Russia*. Issue 305 of Reprint (University of California, Berkeley. Institute of International Studies): Slavic and East European series. 1968.

HOWARD, Michael. *Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: L&PM, 2010. (L&PM POCKET ENCYCLOPAEDIA ;v.886).

HUNTINGTON, Samuel P. *Ordem Política nas Sociedades em Mudanças*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

HUUDERMAN, Anton A. *The Worldwide History of Telecommunications*. John Wiley & Sons, 2003.

KANATCHIKOV, Semen Ivanovitch. *A Radical Workers In Tzarist Russian: The Autobiography of Semen Ivanovitch Kanatchikov*. Stanford University Press, 1986.

KAPLAN, Robert D. *A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KAUSTKY, Karl. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Gráfica Editôra Laemmert, 1968. (Clássico do Socialismo vol, II).

_____. *A Nacionalidade Moderna*. In. PINSKY, Jaime (org.). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.P. 28-37.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformações e conflito militar 1500 a 2000*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KERENSKY, Alexandre. *La Russie au Tourant de l'Histoire*. Paris: Plon, 1967.

KIPLING, Rudyard. *Kim*. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2014.

- KOCHAN, Lionel. *As Origens da Revolução Russa (1890-1918)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- KONDER, Leandro. *Marx: Vida e Obra*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- KROPOTKIN, Piotr. *O Estado e seu papel na História*. São Paulo, Editora Imaginário, 2000.
- _____. *A Conquista do Pão*. 2. E.d. Rio de Janeiro, Archiamé, 2011.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LA BLACHE, Paul. *Princípios da Geografia Humana*. Lisboa: Cosmo, 1954. (Marcha da Humanidade; v.1).
- LACOSTE, Yves. *Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4ª Ed. Campinas: Papirus, 1997.
- LANE, David. *Las raíces del Comunismo Ruso. Un estudio social y histórico de la socialdemocracia rusa, 1898 -1907*. México: Siglo XXI, 1977.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lênin*. Lisboa: Moraes, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Coleção L&PM Pocket. v, 784).
- LEMINSKY, Paulo. *Vida: Matsu, Basho, Jesus e Trotsky - 4 biografias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LESGAFF, E. F. *Geografía de la Rusia Soviética*. Barcelona: Labor, 1930. (Labor Sección VII, Geografía , 250 -251)
- LEWIN, Moshe. *O Século Soviético*. São Paulo: Record, 2007.
- LIEBMAN, Marcel. *O Leninismo sob Lenine (I). A Conquista do poder*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu Espaço*. São Paulo:Nobel, 1987.
- LIVINGSTONES, David N.; WITHERS, Charles W, J. *Geography and Revolution*. Chicago. University of Chicago Press, 2005.
- LOVELL, Stephen. *Russia in the Microphone Age: a history of soviet radio 1919-1970*. New York: Oxford University Press, 2015.

LUKÁCS, Gyorgy. *Lênin uma estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. *Nacionalismo e Internacionalismo da Época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópoles: Vozes, 2002.

_____. _____. Marxismo e Religião: o ópio do povo. In. BORON, Atílio, (org). *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular: 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *Problemas Organizativos de la Socialdemocracia. Obras Escogidas*. Tomo I. Bogotá: Editorial Pluma, 1979. P.177-2003.

_____. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MACKINDER, Halford John. *O Pivô Geográfico da História*. In. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 87 - 100, 2011.

MAGNOLI, Demétrio. *A vida louca dos Revolucionários*. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

MAKHNO, Nestor. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Editora Imaginário, 2013.

MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.

MAO, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

MAO, Tsé-Tung. *¿Por que Puede Existir el Poder Rojo em China? Obras Escogidas*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1974. V. I. P.63-73.

_____. *Lucha en las Montañas Ching Kang*. In: Obras Escogidas. Caracas: Editorial Fundamentos, 1974. V. I. P.75-109.

_____. *Una Sola Chispa Puede Incendiar la Pradera*. In: Obras Escogidas. Caracas: Editorial Fundamentos, 1974. V. I. P.125-138.

_____. *Problemas Estratégicos de la Guerra Revolucionária de China*. In: Obras Escogidas. Caracas: Editorial Fundamentos, 1974. V. I. P.193-274.

MARGULIES, Marcos. *Os Judeus na História da Rússia*. 1971. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1971.

MARIE, Jean-Jacques. Trotsky. *Revolucionario sin fronteras*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2009.

MARINHO, Samarone Carvalho. *Um Homem, um Lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH, 2010.

MARTIN, André Roberto. "A *Politização da Geografia como Alternativa à Crise do Território*". In. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, orgs. *Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. P. 27-33.

_____. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a Geografia).

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos/ economia filosofia).

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Críticas ao Programa de Gotha. In. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket).

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket).

_____. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo: 2010b

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____.; ENGELS ,Friedrich. *A Luta de Classe na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Col. Marx e Engels).

MATIAS, Lindon Fonseca. *Por uma Cartografia Geográfica - uma análise da representação gráfica na Geografia*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil Geopolítica e Destino do General*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.

MAULL, Otto. *Geografía Política*. Barcelona: Ediciones Omega, 1960.

MCCAULEY, Martin. *A Revolução Russa e o Estado Soviético 1917-1921*. Portugal: Edições Acrópoles, 1975.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo: 2002.

_____. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MICHELL, Robert. Summary of Statistics of the Russian Empire. In. Journal of the Statistical Society of London, Vol. 35, Nº. 3(Sep. 1872), pp. 341-372. Published by: Wiley for the Royal Statistical Society. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2338683>> Acessado em: 11/ 10/ 2015.

MIYAMOTO, SHAGUINOLI. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

MILIBAND, Halph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, Editora Polis, 1984.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O Mapa e a Trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanesecas*. Florianópolis: Ed, da UFSC, 2002.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *O Jovem Stalin*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOODIE, A. E. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOON, David. *Estimating the Peasant Population of Late Imperial Russia from the 1897 Census: A Research Note*. In. *Europe-Asia Studies*, Vol. 48, No. 1 (Jan., 1996), pp. 141-153. Disponível in. www.jstor.org/stable/152912.

MORAES, Antônio Robert. *Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 1983. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000a.

_____. *Geografia Capitalismo e Meio Ambiente*. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 2000b. (Tese de Livre Docência).

_____. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. *Território e História no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. *Geografia Histórica no Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009. (Geografia e Adjacência).

_____. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Annablume, 2005c.

_____. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013. (Geografia e Adjacência).

_____; COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOREIRA, Rui. *O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes clássicas originárias*. Vol.1. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. (Coleção IPRI).

MOSHE, Lewin. *O Século Soviético: Da Revolução de 1917 ao Colapso da URSS*. São Paulo: Editora Record, 2007.

MULLER, Carlos Alves. *Longa Distância: a evolução dos sistemas nacionais de telecomunicações da Argentina e do Brasil em conexão com as telecomunicações internacionais (1808-2003)*. 2007, 474 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Nacional de Brasília.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna, 2000. (Coleção Logos).

NEGRI, Antônio. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

NETTO, José Paulo. *Introdução*. In. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. P.VII-XXI.

NOLDE, Boris. *L'Ancien Régime et la Révolution russes*. 2ª ed. Paris: Collin, 1935.

OLIVEIRA, Erivaldo Costa de. *A Revolução Russa (1917-1921): uma abordagem geográfica*. D.G (Trabalho de Graduação Individual), UPS, 2009.

_____. *As Territorialidades Sovietes da Revolução Russa 1905-1921: elementos de uma interpretação geográfica*. Departamento de Geografia. (Dissertação de Mestrado), USP, 2012.

OLIVEIRA, João Gualberto de. *A Finlândia de Ontem e de Hoje*. São Paulo: IASP, 1955.

OSORIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULINO, Eliani Tomiasi. *Por uma Geografia dos Camponeses*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: UNESP, 2013.

PELISSARO, Suely Rosa. *O Sertão e suas Metamorfoses em 'Sagarana' e Primeiras estórias'*. Dissertação Mestrado. São Paulo, FFLCH, 2011.

PESSOA, Romualdo Campo Filho. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* Goiânia: Editora UFG, 1997.

PINSKY, Jaime. *Origens do Nacionalismo Judaico*. São Paulo: Ática, 1997.

PIPES, Richard. *O Comunismo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. (Coleção Revoluções do Século XX).

PORTAL, Roger. *Industriels moscovites : Le secteur cotonnier, 1861-1914*. In. *Cahier du Monde Russe et Soviétique*. 1963, N. 64, (n.4 -1 - 2) p.5-46. Disponível in: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cmr_0008-0160_1963_num_4_1_1535

_____. *Os Eslavos: povos e nações*. Rio de Janeiro: Cosmo, 1968. (Rumos do Mundo, 9).

PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIGARA, S. V. *The Russian post in the empire, Turkey, China and in the kingdom of Poland*. Rossica Society of Russian Philately, 1981.

PROUDHON, Josephe. *Do Principio Federativo*. São Paulo: Editora Imaginário: Nu-Sol, 2001.

RAEFF, Marc. *Comprendre L'Ancien Régime Russe: État et Société en Russie Impériale, essai d'interprétation*. Paris: Édition du Seuil, 1982.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique: les concepts fondamentaux*. Paris: Fayard, 1987.

RECALDE, José Ramon. *La Construcción de las Naciones*. Madri: Siglo XXI, 1982 (Sociologia y Política).

RECLUS, Élisée. *Nouvelle Geographie: L'Europe Scandinave et Russie*. Paris: Librairie Hachette, 1880.

REED, John. *Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

REICHMAN, Henry. *Railwaymen and Revolution: Russia*, 1905. Berkely, Los Angeles, Univ of California Pr, 1987.

REIS, Daniel Aarão Filho. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RENAN, Ernest. *O que é uma Nação?*. In. *Plural: Revista de Ciências Sociais* Universidade de São Paulo. V.4 n.1 (1997) P.154-175.

RIZZI, Bruno. *A Burocratização do Mundo*. Lisboa: Edições Antigonas, 1983.

ROCKER, Rudolf. *Os Sovietes Traídos pelos Bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007. (Estudos Libertários).

ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos sin Historia*. Mexico: Pasado Presente, 1980. (Cuadernos de Pasado y Presente, 88).

ROUX, Rhina. *El Príncipe Mexicano. Dominación y comunidade en el Estado posrevolucionario*. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Faculdade de Ciências Política-Unam, México, 2003.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALEM, Jean. *Lenin y la Revolución*. Barcelona: Ediciones Península, 2010.

SANGUIN, André Louis. *Géographie Politique*. Paris: Presse Universitaire de France, 1977.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editoria Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, v.1).

_____. *Por uma Geografia Nova*. 6ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SASSEN, Saskia. *Território, Autoridad y Derechos: de los ensambles medievales a los ensambles globales*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

SECCO, Lincon. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português*. São Paulo: Palamedia, 2004.

_____. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Lênin. In. PINHEIRO, Milton. *Outubro e as Experiências Socialistas do Século XX*. Salvador: Quarteto, 2010.

SEGRILLO, Ângelo. *Herdeiros de Lênin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

_____. *Introdução do Tradutor*. In. *O que Fazer?* Curitiba: Prisma, 2015. P.7-11.

SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *La Lucha Contra el Zarismo*. Formación Marxista Cuadernos [S.D]

SERVICE, Robert. *Camaradas: uma história do comunismo mundial*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2015.

_____. Lênin: uma biografia definitiva. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

SHABAD, Theodore. *Geography of the USSR: a regional survey*. New York: Columbia University Press, 1951.

SHAPIRO, Leonard. *The Communist Party of the Soviet Union*. New York: Random House Publishers, 1970.

_____. *Les Révolutions Russes de 1917: les origines du communisme moderne*. Flammarion: Paris, 1987.

SLONIM, Marc. *La Literatura Rusa*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

SOLJENITSIN, Alexandre. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Circulo do livro, 1983.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Aula de Geografia e Algumas Crônicas*. Campina Grande: Bagagem, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceitos fundamental. In. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P. 57-72.

STALIN, Josef. *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (Coleção História e Política).

_____. La nueva campaña de la Entente contra Rusia. In: Obras. Moscú: Ediciones en Lengua extranjera, 1953, TOMO 4. P. 134- 136.

SUMMER, B. H. *História de Rusia*. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1944.

TOCQUEVILLE, Alex. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed. Brasília: UNB, 1997.

_____. *A Democracia na América*. De certa leis e certos costumes políticos que foram sugeridos naturalmente aos americanos por seu estado social democrático. 2ª Ed. São Paulo: Martins fontes, 2005. (Paidéia).

TÓLSTOI, Leon. *Gengis Khan y el Télegrafo*: sobre el gobierno ruso. Disponível em:<http://aleph.org.mx/jspui/bitstream/56789/8112/1/DOCT2065558_ARTICULO_9.pdf>. Acesso em: 05/09/2015

TRAGTEMBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1947

TROTSKY, Leon. *Nuestras Tareas Políticas*. Germinal, 1970. Disponível in: <<http://grupgerminal.org/?q=system/files/NuestrastareasTrotsky1904.pdf>> [Acessado em 26/10/2015].

_____. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós Livraria, 1985.

_____. *¿Es Apropriado el momento para la Consigna: los Estados Unidos de Europa?*.In. *Teoria de la Revolución Permanente*: Copilación. 2 ed. Buenos Aires, CEIP Leon Trotsky, 2005. P.193-198.

_____. *1905: Resultados e Perspectivas*. Buenos Aires: CEIP, 2006a.

_____. *Cómo se armó la revolución* : escritos militares / León Trotsky.. Buenos Aires : Ediciones del I.P.S., 2006b.

_____. *História da Revolução Russa*. Tomo 1. São Paulo: Sundermann, 2007a.

_____. *História da Revolução Russa*. Tomo 2, 3. São Paulo: Sundermann, 2007b.

_____. *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2007c.

_____. *A Revolução Traída*: o que é e para onde vai a URSS? São Paulo: Sundermann, 2007d.

_____. *Em Defesa do Marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011.

_____. *Stalin*: biografia. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

_____. *Minha Vida*: ensaio autobiográfico. São Paulo: Sundermann, 2016.

TVADOVSKAIAN, Valentina Alexandrovna. *El Populismo Ruso*. México: Siglo Veinteuno, 1978; (Biblioteca del Pensamento Socialista: serie Ensayos Críticos).

ULAM, Adam B. *Os Bolcheviques*: história Política, intelectual e Biográfica da Revolução Russa e de seus Líderes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

VALLAUX, Camille. *El solo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro editor, 2014.

VERNE, Júlio, *A Volta ao Mundo em 80 dias*. São Paulo: Martin Claret, 2011. (A Obra Prima do Autor).

VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

_____. *Imperialismo e geopolítica global*: espaço e dominação na escala planetária. Campinas: Papirus, 1990

_____. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

VOLIN. *La Revolución Desconocida*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1977.

VOLKOGONOV, Dimitri. *Stalin 1879-1939*: triunfo e tragédia. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. *Os Setes Chefes do Império Soviético*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VOLKOV, Salomon. *São Petersburgo*: uma história Cultural. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VOLTAIRE. *Historia del Imperio Ruso Bajo Pedro el Grande*. Santa Fe: El Cid Editor, 2004.

WALTER, Gerard. *Lenin*. [s.l.]: Grijalbo, 1984.

WHITTLESEY, Derwent. *Geografía Política*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1948.

ZELNIK, R.E. *The Russian Bebels*: an Introduction to the Memoirs of Semen Kanatchikov and Matvei Fischer. Russian Review, 34, 1976.

ZIMMERMANN, Maurice. *Russie. Résultats provisoires du recensement du 28 janvier 1897*. In: *Annales de Géographie*, t. 6, n° 28, 1897. p. 376. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1897_num_6_28_5664>. Acessado em: 14/05/2015.